

Relatório de Atividades FCT

2014

Relatório de Atividades 2014

Produzido por:
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Av. D. Carlos I, 126
1249-074 Lisboa, Portugal
<http://www.fct.pt/>

Versões eletrónicas de relatórios e planos de atividades estão disponíveis em
<http://www.fct.pt/documentosdiversos.phtml.pt>

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
ÍNDICE DE FIGURAS	4
ÍNDICE DE TABELAS	6
LISTA DE TERMOS E ABREVIATURAS.....	8
MENSAGEM DO CONSELHO DIRETIVO	12
PARTE I - A FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA	13
ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTATUTÁRIO	13
MISSÃO E ATRIBUIÇÕES.....	13
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	13
ESTRUTURA ORGÂNICA. MODELO DE GESTÃO	14
PARTE II – ATIVIDADES E RESULTADOS.....	17
1. EM DESTAQUE.....	17
2. PESSOAS.....	20
2.1. <i>Bolsas Individuais e Programas de Doutoramento</i>	<i>20</i>
2.2. <i>Parcerias Internacionais.....</i>	<i>22</i>
2.3. <i>Bolsas em execução em 2014.....</i>	<i>23</i>
2.4. <i>Recursos Financeiros.....</i>	<i>24</i>
2.5. <i>Emprego Científico.....</i>	<i>24</i>
2.6. <i>Execução Financeira</i>	<i>29</i>
3. IDEIAS.....	31
3.1. <i>Atividades de gestão.....</i>	<i>32</i>
3.2. <i>Execução e Encerramento das Operações.....</i>	<i>33</i>
3.3. <i>Análise de Despesa</i>	<i>36</i>
3.4. <i>Concursos Abertos.....</i>	<i>38</i>
3.5. <i>Concurso Programa CMU – Portugal - 2014.....</i>	<i>39</i>
3.6. <i>Projetos European Institute of Technology - 2014</i>	<i>40</i>
3.7. <i>Programa UT Austin Portugal - 2014.....</i>	<i>41</i>
3.8. <i>Execução Financeira</i>	<i>41</i>
3.9. <i>Nota Final.....</i>	<i>42</i>
4. INSTITUIÇÕES.....	44
4.1. <i>Financiamento plurianual de Instituições de I&D</i>	<i>44</i>
4.2. <i>Execução financeira</i>	<i>49</i>
4.3. <i>Infraestruturas de C&T</i>	<i>50</i>
4.4. <i>Execução Financeira</i>	<i>58</i>
FUNDO DE APOIO À COMUNIDADE CIENTÍFICA (FACC)	59
5. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	66
5.1. <i>Cooperação no Espaço Europeu de Investigação</i>	<i>66</i>
5.2. <i>Cooperação Bilateral.....</i>	<i>78</i>
5.3. <i>Cooperação Multilateral e Organizações Internacionais.....</i>	<i>82</i>
5.4. <i>Assuntos Diversos</i>	<i>88</i>
5.5. <i>Execução Financeira</i>	<i>89</i>

6. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	91
6.1. <i>Agenda Digital para a Europa.....</i>	92
6.2. <i>Agenda Portugal Digital (APD).....</i>	93
6.3. <i>Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (I&D&I).....</i>	98
6.4. <i>Inclusão, Literacia e Acessibilidade Web.....</i>	102
6.5. <i>Centro Internet Segura (CIS.PT).....</i>	106
6.6. <i>Política Internacional e Governação da Internet.....</i>	109
6.7. <i>Fórum para a Sociedade de Informação.....</i>	117
6.8. <i>Dia Mundial das Telecomunicações e da Sociedade de Informação.....</i>	118
6.9. <i>Execução Financeira</i>	118
6.10. <i>Nota Final.....</i>	119
7. COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL.....	120
7.1. <i>Conectividade</i>	121
7.2. <i>Computação</i>	124
7.3. <i>Colaboração</i>	126
7.4. <i>Conhecimento.....</i>	128
7.5. <i>Segurança</i>	131
7.6. <i>Execução Financeira</i>	133
8. ATIVIDADES TRANSVERSAIS.....	137
8.1. <i>Aconselhamento Científico (Conselhos Científicos)</i>	137
8.2. <i>Avaliação (Gabinete de Programação e Avaliação).....</i>	139
8.3. <i>Comunicação (Gabinete de Comunicação).....</i>	144
8.4. <i>Gestão Documental (Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia).....</i>	159
8.5. <i>Cooperação em áreas estratégicas.....</i>	167
8.5.1. <i>Gabinete do Espaço 2014.....</i>	167
8.5.2. <i>Gabinete Polar.....</i>	171
8.6. <i>Estudos e Estratégias de I&D&I (Gabinete de Estudos e Estratégia)</i>	174
8.7. <i>Programa-Quadro de I&DT (Gabinete de Promoção)</i>	179
8.8. <i>Tecnologia (Gabinete de Tecnologia)</i>	190
9. RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS.....	195
9.1. <i>Orçamento de Funcionamento (Atividades)</i>	195
9.2. <i>Orçamento de Investimento (projetos).....</i>	195
9.3. <i>Análise comparativa entre os Orçamentos de 2014 e 2013</i>	199
9.4. <i>Aquisições de Bens e Serviços.....</i>	201
10. RECURSOS HUMANOS.....	203
10.1. <i>Caracterização dos Recursos Humanos.....</i>	203
10.2. <i>Remunerações e Encargos com Pessoal</i>	210
10.3. <i>Formação.....</i>	213
10.4. <i>Tempo de trabalho</i>	215
10.5. <i>Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.....</i>	217
PARTE III – AVALIAÇÃO FINAL.....	220

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1** - Organograma da FCT
- Figura 2** - Programa Ciência. Controlo e acompanhamento das fases dos processos de substituições
- Figura 3** - Programa Ciência. Total de processos analisados em 2014
- Figura 4** - Programa IF 2014. Distribuição das candidaturas avaliadas e financiadas por painel de avaliação
- Figura 5** - Programa Ciência. Total de despesa submetida à FCT e valor total elegível em 2014
- Figura 6** - Distribuição do total de projetos ativos em 2014 por grandes domínios científicos
- Figura 7** - Execução a 31.12.2014 dos grandes concursos para financiamento de projetos em todos os domínios científicos
- Figura 8** - Distribuição dos projetos do Concurso 2012 por tipologia de projecto
- Figura 9** - Projetos IC&DT. Volume de despesa apresentada e analisada em 2014 por domínio científico
- Figura 10** - Projetos IC&DT. Despesa validada por rubrica orçamental
- Figura 11** - Evolução comparativa de pagamentos a projetos de IC&DT
- Figura 12** - Distribuição de Unidades e Investigadores por classificação
- Figura 13** - Unidades. Distribuição do financiamento por classificação para o período 2015-2017
- Figura 14** - RNIE. Candidaturas admitidas para avaliação
- Figura 15** - RNIE. Diagrama das articulações entre candidaturas propostas pela FCT
- Figura 16** - RNIE Infraestruturas recomendadas após avaliação
- Figura 17** - RNIE. Infraestruturas recomendadas após a fase de audiência prévia
- Figura 18** - Infraestruturas recomendadas para integração no RNIE
- Figura 19** - RNIE. Diagrama das articulações concretizadas entre candidaturas
- Figura 20** - RCTS IP: Evolução do somatório débito de acesso à RCTS
- Figura 21** - Tráfego *peering* RCTS – GigaPix
- Figura 12** - Utilizadores distintos em *roaming* em 2013 e 2014
- Figura 23** - Utilização de potência elétrica em kW
- Figura 24** - Evolução do *Filesender* desde 2011
- Figura 25** - Número de DDI publicados em ENUM
- Figura 26** - Disponibilidade de serviço dos SBC da rede VoIP@RCTS em 2014
- Figura 27** - Evolução do número anual de *downloads*
- Figura 28** - Evolução dos Repositórios
- Figura 29** - Evolução das Revistas
- Figura 30** - Evolução da quantidade de informação arquivada e pesquisável no final de 2014
- Figura 31** - Distribuição de incidentes por tipo
- Figura 32** - Comparação com período homólogo do ano anterior
- Figura 33** - Número total de denúncias tratadas após triagem por trimestre e por tipologia
- Figura 34** - Certificados de Servidor emitidos em 2013 e 2014
- Figura 35** - Certificados Pessoais emitidos em 2013 e 2014
- Figura 36** - Execução orçamental FCCN. Ano 2014
- Figura 37** - Gráfico representativo de *pageviews* ao longo de 2014 (Fonte: *Google Analytics*; junho 2015)
- Figura 38** - Logotipos FCT-FCCN e FCT-GPPQ e nova versão a preto do logótipo FCT desenvolvidos em 2014
- Figura 39** - Brochura FCT (2014)
- Figura 40** - Material desenvolvido em colaboração com o Gabinete de Comunicação da Agência Espacial Europeia (ESA) para o Fórum do Espaço 2014
- Figura 41** - Postal de Natal FCT 2014, selecionado entre propostas submetidas por colaboradores da FCT, num exercício de comunicação interna
- Figura 42** - Evolução dos indicadores de visualizações da FCT *Newsletter* (sessões, utilizadores e *pageviews*) em 2014 (Fonte: *Google Analytics*; junho 2015)
- Figura 43** - Distribuição anual do volume de contratos (M€) e retorno geográfico acumulado (%) de Portugal na ESA, entre 2000 e 2014
- Figura 44** - Percentagem de financiamento para entidades PT, por tema, 2007-2013
- Figura 45** - Contribuição financeira (€) e taxa de sucesso por tema para participantes portugueses entre 2007 e 2013
- Figura 46** - Participação nacional por Região no 7º PQ
- Figura 47** - Participantes do setor industrial por tema do H2020 em 2014

- Figura 48** - Apreciação global dos eventos organizados pelo GPPQ em 2014
Figura 49 - Captação nacional de verbas por tema do H2020 em 2014
Figura 50 - Financiamento nacional por tema do H2020 em 2014
Figura 51 - Financiamento nacional por tipo de entidade, global e por pilar do H2020, em 2014
Figura 52 - Orçamento de Projetos inicial
Figura 53 - Despesa por Área de Intervenção
Figura 54 - Receitas por áreas de intervenção em 2013 e 2014
Figura 55 - Despesa por área de intervenção do Investimento
Figura 56 - Total dos efetivos entre 2010 e 2014
Figura 57 - Distribuição dos efetivos por grupo profissional
Figura 58 - Distribuição dos efetivos por género
Figura 59 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade
Figura 60 - Distribuição dos efetivos por antiguidade
Figura 61 - Distribuição dos efetivos por escalão etário
Figura 62 - Distribuição por grupo profissional dos efetivos com mais 55 anos
Figura 63 - Evolução dos encargos totais por ano
Figura 64 - Distribuição do trabalho extraordinário por tipologia e género
Figura 65 - Distribuição do trabalho extraordinário por grupo profissional
Figura 66 - Evolução da execução da formação profissional
Figura 67 - Volume de formação profissional
Figura 68 - Taxa de investimento em formação profissional
Figura 69 - Horários de trabalho praticados
Figura 70 - Total de ausências entre 2012 e 2014
Figura 71 - Absentismo por tipo e género

ÍNDICE DE TABELAS

- Tabela 1** - Concursos de Bolsas Individuais de 2014. Dados Aprovação Final (após AP)
- Tabela 2** - Bolsas de Formação Avançada em execução de 2010 a 2014
- Tabela 3** - Outras bolsas em execução em 2014 e respetiva despesa executada
- Tabela 4** - Programa Ciência. Contratos em execução e cessantes entre 2012 e 2014
- Tabela 5** - Programa IF. Contratos em execução e cessados entre 2012 e 2014
- Tabela 6** - Programa IF 2014. IF 2014 - Candidaturas avaliadas e financiadas por nível de financiamento
- Tabela 7** - Programa IF 2012 e 2013. Projetos de investigação exploratória aprovados e montante pago em 2014
- Tabela 8** - Programa *Welcome II*. Contratos em execução e cessados entre 2012 e 2014
- Tabela 9** - Principais indicadores da atividade corrente do DPP
- Tabela 10** - Distribuição do total de projetos ativos em 2014 por tipologia de concurso
- Tabela 11** - Despesa apresentada analisada e validada em 2014 face a 2013
- Tabela 12** - Outros concursos para financiamento de projetos abertos em 2014. Número de candidaturas lacradas e financiamento solicitado
- Tabela 13** - Evolução orçamental e execução dos Projetos 3599 e 5876
- Tabela 14** - Instituições de I&D. Despesa entrada e analisada no período 2011-2014
- Tabela 15** - Instituições de I&D. Montantes executados por tipologia em 2014
- Tabela 16** - Instituições de I&D. Relatórios Finais avaliados
- Tabela 17** - Classificação final da 1ª fase e proposta de decisão da 2ª fase
- Tabela 18** - Projeto PIDDAC, orçamentos iniciais e corrigidos após alterações orçamentais e montantes executados por fonte de financiamento
- Tabela 19** - Montantes totais executados por atividade no ano 2014
- Tabela 20** - Distribuição do orçamento inicial, corrigido e executado por fonte de financiamento e tipologia de despesa
- Tabela 21** - Repartição do orçamento total executado por atividades /ações
- Tabela 22** - Candidaturas ao Programa FACC 2014
- Tabela 23** - Apoios Especiais 2014
- Tabela 24** - ERA-NETs com Concursos Transnacionais Conjuntos finalizados em 2014
- Tabela 25** - ERA-NETs ativas sem concursos finalizados em 2014
- Tabela 26** - Participação em novas ERA-NETs
- Tabela 27** - Participação em redes INCO-NETs
- Tabela 28** - Disponibilidade Serviço RCTS IP e GigaPix
- Tabela 19** - Serviço RCTS IP: Débito e Disponibilidade por Classe de Entidade Utilizadora
- Tabela 30** - Execução projetos FCCN
- Tabela 31** - Páginas mais visitadas durante o ano 2014 (Fonte: *Google Analytics*; junho 2015)
- Tabela 32** - Tipologia dos órgãos de comunicação social que colocaram pedidos de informação à FCT em 2014
- Tabela 33** - Páginas da FCT *Newsletter* mais visitadas durante o ano 2014 (Fonte: *Google Analytics*; junho 2015)
- Tabela 34** - Proveniência de pedidos de documentação interna no ano de 2014
- Tabela 35** - Número de pastas transferidas para depósito no ano de 2014
- Tabela 36** - Transferências entre depósitos, D. Carlos I – Pendão, no ano de 2014
- Tabela 37** - Transferências entre depósitos, Pendão – D. Carlos I, no ano de 2014
- Tabela 38** - Número de registos tratados pelo SEGA no ano de 2014
- Tabela 39** - Número de obras doadas no ano de 2014
- Tabela 40** - Indicadores da participação nacional na ESA
- Tabela 41** - Resumo das sessões públicas de divulgação do 7º PQ organizadas pelo GPPQ
- Tabela 22** - Participação nacional no 7º PQ entre 2007 e 2013
- Tabela 43** - Sessões sobre o H2020 organizadas pelo GPPQ em 2014
- Tabela 44** - Avaliação do serviço de aconselhamento do GPPQ nas *Calls* de 2014
- Tabela 45** - Unidade de Programa Parcerias Internacionais
- Tabela 46** - Unidade de Programa Eureka-Eurostars
- Tabela 47** - Unidade ILO para as organizações internacionais
- Tabela 48** - Unidade Transferência de Tecnologia
- Tabela 49** - Objetivo operacional do GT 2014
- Tabela 50** - Execução do Orçamento de Funcionamento
- Tabela 51** - Execução do Orçamento de Investimento por fontes de financiamento
- Tabela 52** - Síntese da execução do Orçamento de Projetos por áreas de intervenção
- Tabela 53** - Execução das Receitas e Despesas nos anos 2014 e 2013
- Tabela 54** - FCCN. Procedimentos aquisitivos por forma de adjudicação
- Tabela 55** - FCCN. Pedidos de autorização efetuados

- Tabela 56** – FCCN. Procedimentos aquisitivos por atividade
- Tabela 57** – Distribuição dos efetivos por grupo profissional segundo a relação jurídica de emprego
- Tabela 58** – Distribuição de efetivos por género e grupo profissional
- Tabela 59** - Entradas por grupo profissional
- Tabela 60** - Entradas de acordo com o enquadramento legal
- Tabela 61** - Saídas por grupo profissional
- Tabela 62** - Saídas de acordo com o enquadramento legal
- Tabela 63** – Encargos por tipo
- Tabela 64** – Remuneração base média dos efetivos
- Tabela 65** – Formação profissional
- Tabela 66** – Frequência de formação profissional por grupo profissional
- Tabela 63** – Dados Absentismo
- Tabela 64** – Dados Medicina no Trabalho
- Tabela 65** – Dados Acidentes de Trabalho
- Tabela 66** – Indicadores de Sinistralidade
- Tabela 67** – Custos com Acidentes de Trabalho

LISTA DE TERMOS E ABREVIATURAS

AAI - *Authentication and Authorization Infrastructure*
AAL - *Ambient Assisted Living*
ACDC - *Advanced Cyber Defence Center*
ACEPI - Associação do Comércio Electrónico e da Publicidade Interactiva
AdI - Agência de Inovação, S.A.
ALCUE NET - *Latin America, Caribbean and European Union, Network on Research and Innovation*
ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações
ANR - *Agence Nationale de la Recherche*
ADP - Agenda Portugal Digital
ARTEMIS - Sistemas de Computação Incorporados
AT - Área Temática
AWP - Arquivo da Web Portuguesa
B-on - Biblioteca do Conhecimento *online*
BD - Bolsas de Doutoramento
BDE - Bolsas de Doutoramento em Empresas
BM - Bolsas de Mestrado
BPD - Bolsas de Pós-Doutoramento
BS - Balanço Social
BSAB - Bolsas de Licença Sabática
CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil)
CAAST-NET Plus (+) - *Science, Technology and Innovation Cooperation between Sub-Saharan Africa and Europe*
CAT - *Configuration Assistant Tool*
CBF - *Cross Border Fiber*
CBP - Comissão Bilateral Permanente Portugal/EUA
CELAC - Comunidade de Estados Latino-americanos e Caraíbas
CERN - *European Organization for Nuclear Research*
CERT - *Computer Emergency Response Team*
CGIAR - *Consultative Group on International Agricultural Research*
CIAE - Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CIP - *Competitiveness and Innovation Framework Programme*
CIIP - Fórum Europeu para os Estados Membros
CKAN - *Comprehensive Knowledge Archive Network*
CLARIN - *Common Language Resources and Technology Infrastructure*
CNR - *Consiglio Nazionale delle Ricerche* (Itália)
CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique (França)
CNRST - *Centre National pour la Recherche Scientifique et Technique* (Marrocos)
CMU - Carnegie Mellon University
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COI - Comissão Oceanográfica Intersectorial
COM - Comissão Europeia
COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade
CONCYTEC - *Consejo Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación Tecnológica* (Perú)
ConfOA - Conferência Luso Brasileira de Acesso Aberto
CNU - Comissão Nacional da UNESCO
COST - Cooperação Europeia no Domínio da Investigação Científica e Técnica
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRTIC - Centro de Recursos TIC para a Educação Especial
CSA - Ação de Coordenação e Suporte
CSIRT - *Computer Security Incident Response Team*
CT APD - Comissão Técnica da Agenda Portugal Digital
CTI - Ciência, Tecnologia e Inovação
CYTED - Programa Ibero-americano de Ciência e tecnologia para o Desenvolvimento
DAAD - *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (Serviço Alemão de Intercâmbio Académico)
DaaS - *Datacenter as a Service*
DANTE - *Delivery of Advanced Network Technology to Europe*
DCB - Diploma de Competências Básicas
DDI - *Direct Dial-in*
DDOS - *Distributed Denial of Service*
DOS - *Denial of Service*

DGAE- ME - Direcção-Geral das Atividades Económicas/ Ministério da Economia
DGEEC – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
Diálogo 5 + 5 - *West Mediterranean Forum*, comumente designado por Diálogo 5+5. Envolve: Argélia, Espanha, França, Itália, Líbia, Malta, Mauritânia, Marrocos, Portugal, Tunísia
DNS - *Domain Name System*
EC - Comissão Europeia
ECRIN - *European Clinical Research Infrastructures Network*
ECSEL – *Electronic Components and Systems for European Leadership*
EDA - *European Defense Agency*
EDCTP - *European and Developing Countries Clinical Trials Partnership*
EDUROAM – *Education Roaming*
EEl - Espaço Europeu de Investigação
EETI – Elegíveis Equivalentes a Tempo Integral
EIT - *European Institute of Innovation & Technology*
EFMS - *European Forum for Member States*
ELIXIR – *European Life-Science Infrastructure for Biological Information*
EM – Estados-Membros
EMB - *European Marine Board*
EMBC - *European Molecular Biology Conference*
EMBL – *European Molecular Biology Laboratory*
EMBO - *European Molecular Biology Organization*
ENEI - *Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente*
ENIAC - Iniciativa Tecnológica Conjunta em Nanoeletrónica
ENUM – *Electronic Number Mapping System*
EPB - *European Polar Board*
EQUIP – EU - *India Platform for the Social Sciences and Humanities*
ERA – *European Research Area*
ERA NET Inno Indigo - iniciativa para o desenvolvimento da integração da investigação euro-indiana orientada para a inovação
ERA-NET - *European Research Area Network*
ERAC - *European Research Area and Innovation Committee*
ERAWATCH – *Platform on Research and Innovation policies and systems*
ERI – Iniciativa Empreendedora de Investigação (*Entrepreneurial Research Initiative*)
ESA - *European Space Agency*
ESF - *European Science Foundation*
ESFRI - *European Strategy Forum on Research Infrastructures*
ESS – *European Social Survey*
ESS ERIC - *European Social Survey Consortium*
ESO - *European Southern Observatory*
ESRF - *European Synchrotron Radiation Facility*
EUROCORES - *European Collaborative Research Scheme*
EuroDIG - Iniciativa Regional Europeia do IGF
FAAC - Fundo de Apoio à Comunidade Científica
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FIF - *Future Internet Forum*
GAv – Gabinete de Avaliação
GB – *Giga Bytes*
Gbps – Gigabits for segundo
GBIF - *Global Biodiversity Information Facility*
GPC - *High Level Group on Joint Programming*
GPPQ - Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&DT
GSO – *Group of Senior Officials EU-India*
HD – *High Definition*
HG - *Helsinki Group for Gender in Research and Innovation*
HLPD - *EU-Africa High Level Policy Dialogue*
HMS - *Harvard Medical School*
HORIZONTE 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia (2014-2020)
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

IBMC - Instituto de Biologia Molecular e Celular
ICCE – *International Centre for Coastal Ecohydrology*
ICOLC – *International Coalition of Library Consortia*
I&D&I - Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IdP - *Identity Provider*
IHMT - Instituto de Higiene e Medicina Tropical
INCD - Infraestrutura Nacional de Computação Distribuída
INCO-NET - Instrumento de Cooperação entre a Investigação Europeia e a de Países Terceiros
INEB - Instituto Nacional de Engenharia Biomédica
INHOPE - *International Association of Internet Hotlines*
INSTRUCT – *Integrated Structural Biology Infrastructure*
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IP – *Internet Protocol*
IPC - Iniciativas de Programação Conjunta
IPL – Instituto Politécnico de Lisboa
IPBES - *Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services da ONU*
IPv4 - *Internet Protocol version 4*
IPv6 – *Internet Protocol version 6*
iSCSI – *Internet Small Computer System Interface*
ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa
IXP - *Internet Exchange Point*
JIRI - Iniciativa Conjunta para a Investigação e Inovação
JPI - *Joint Programming Initiatives*
JPND – *EU Joint Programme Neurodegenerative Disease Research*
KICs – *Knowledge and Innovation Communities*
KT - *Transfer Knowledge Group*
LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para revistas Científicas da América Latina, Caraíbas, Espanha e Portugal
LESC - *Life Sciences Standing Committee*
LIP - Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas
LNCE – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MAISCENTRO - Programa Operacional Regional do Centro
MatSEEC - *Materials Science and Engineering Expert Committee*
Mbps – Megabit por segundo
MCU – *Multipoint Conferencing Units*
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MedSPRING - *The Mediterranean Science, Policy, Research & Innovation Gateway*
MINCT - Ministério de Ciência e Tecnologia (Angola)
MIT - *Massachusetts Institute of Technology*
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MoU - *Memorandum of Understanding*
NAS – *Network Attached Storage*
NATO – *North Atlantic Treaty Organization*
NIH - *National Institutes of Health*
NISHA - *Network for Information Sharing and Alerting*
NPS – *Network Policy Server*
NREN – *National Research and Education Network*
NSF - *National Science Foundation*
NuPPEC - *Nuclear Physics European Collaboration Committee*
OCDE - *Organisation for Economic Co-operation and Development*
OE - Orçamento de Estado
OJS – *Open Journal System*
ON2 - Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte
OV - *Organization Validation*
PESC - *Physical and Engineering Standing Committee*
PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POFC - Programa Operacional Factores de Competitividade
POPH - Programa Operacional Potencial Humano
PRACE – *Partnership for Advanced Computing in Europe*
PRIMA - Parceria para a Investigação e a Inovação na Região do Mediterrâneo
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal

RCTS – Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade
REA - *Research Executive Agency*
RedIRIS - *Red Académica y de Investigación Española*
REPER - Representação de Portugal junto da UE
REQUIMTE/CQFB, UNL - Rede de Química e Tecnologia /Centro de Química Fina e Biotecnologia da Universidade Nova de Lisboa
RFO - *Research Funding Organisation*
RNEM - Rede Nacional de Espectrometria de Massa
RNIFC – Rede Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral
RNME – Rede Nacional de Microscopia Electrónica
RNRMN – Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear
RNP - *Research Networking Program*
RPO - *Research Performing Organisations*
SAICT - Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas
SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SAN - *Storage Area Network*
SARC – Serviço de Alojamento de Revistas Científicas
SARI – Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais
SAS -*Serial Attached SCSI*
SAW – Serviços e Arquivos *Web*
SBC – *Session Border Controller*
SCAR - *The Standing Committee on Agricultural Research*
SCSS - *Social Sciences Standing Committee*
SCTN - Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SCOAP3 – *Sponsoring Consortium for Open Access Publishing in Particle Physics*
SE - *Science Europe*
SEC – Secretaria de Estado da Ciência
SFIC - *Strategic Forum for International Science and Technology Cooperation*
SGHRM - *Steering Group Human Resources and Mobility*
SIP - *Session Initiation Protocol*
SOM - *Senior Official Meeting*
SP – *Service Provider*
SRIA - *Strategic Research and Innovation Agenda*
SST - *Space Surveillance and Tracking*
TCS – *Terena Certificate Service*
TERENA – *Trans-European Research and Education Networking*
TFUE/Tratado de Lisboa - Tratado de Funcionamento da UE
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
T-AP - *Trans-Atlantic Platform for the Social Sciences and Humanities*
UAV - *Unmanned Aerial Vehicle*
UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P.
UPS - *Uninterruptible Power Supply*
UTA - *University of Texas at Austin*
UTL – Universidade Técnica de Lisboa
VC – Videoconferência
VoIP – *Voice over Internet Protocol*
WatEur - *Tackling European Water Challenges*
WAYF – *Where Are You From*
WPIE – *Working Party on the Information Economy*
WPIIS/OECD - Grupo de Trabalho para os Indicadores da Sociedade de Informação da OCDE

MENSAGEM DO CONSELHO DIRETIVO

O presente Relatório espelha as atividades desenvolvidas e os recursos utilizados pela FCT durante o ano de 2014, no cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para o referido ano. Elaborado de acordo com os requisitos do Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro, conjugado com a Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública, o Relatório procura também ser um auxiliar para memória futura do desempenho da instituição durante o ano em referência.

O crescimento, reforço e consolidação do Sistema Nacional de Investigação e Inovação constituíram as prioridades da política científica já anteriormente prosseguida pela FCT e definidas no Programa do Governo. Estas prioridades devem contribuir para aumentar a competitividade nacional e internacional da ciência e tecnologia promovendo, simultaneamente, a transferência do conhecimento científico e inovação tecnológica para o tecido produtivo como potencial gerador de bem-estar económico e social.

Neste sentido, em 2014 a atuação da FCT centrou-se no reforço de competências em PESSOAS, fortalecendo a formação avançada e a consolidação de carreiras em ciência; em IDEIAS, financiando projetos liderados por investigadores experientes e alargando possibilidades a novos investigadores; em INSTITUIÇÕES, com a realização de um rigoroso exercício de avaliação internacional das Unidades de I&D; em INFRAESTRUTURAS, com a criação do primeiro roteiro nacional de infraestruturas de investigação, selecionadas através de uma avaliação internacional por pares; em COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, fomentando a participação de equipas nacionais em Programas e Organizações internacionais; na mobilização da SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO tanto a nível das políticas públicas como dos cidadãos, e em inovação e desenvolvimento no âmbito das INFRAESTRUTURAS COMPUTACIONAIS que asseguram à comunidade de I&D serviços de comunicação avançados.

Este reforço deverá prosseguir em 2015, assegurando a continuidade dos programas com introdução de melhorias na operacionalização.

O Conselho Diretivo agradece reconhecidamente a todos os que contribuíram para a elaboração deste Relatório e para o desenvolvimento dos instrumentos definidos.

PARTE I - A FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Enquadramento legal e estatutário

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I.P. é a agência pública de apoio à investigação em ciência, tecnologia e inovação, em todas as áreas do conhecimento. Tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência, a FCT iniciou atividades em agosto de 1997 sucedendo à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), criada em Junho de 1967. Em 2012 assumiu a coordenação das políticas públicas para a Sociedade da Informação em Portugal e em 2013 as atribuições e competências da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN). É, nos termos da lei, um instituto público de regime especial integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. A Portaria nº 149/2012, de 16 de maio, define a estrutura interna e aprova os respetivos Estatutos. O Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, aprova a sua Lei Orgânica.

Missão e atribuições

A FCT tem como missão promover o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico nacional e estimular a sua difusão e contribuição para a sociedade e para o tecido produtivo, assegurando que o conhecimento gerado é plenamente utilizado para o crescimento económico e para o bem-estar do cidadão.

Prosseguindo a sua missão através da atribuição, em concursos com avaliação por pares, de bolsas e contratos a investigadores, financiamento a projetos de investigação e desenvolvimento, apoio a centros de investigação competitivos e a infraestruturas de investigação de ponta, a FCT assegura igualmente a participação de Portugal em organizações científicas internacionais, promove a participação da comunidade científica nacional em projetos internacionais e estimula a transferência de conhecimento entre centros de investigação e a indústria.

Em estreita colaboração com organizações internacionais coordena ainda as políticas públicas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal e assegura o desenvolvimento dos meios nacionais de computação científica promovendo a instalação e utilização de meios e serviços avançados e a sua articulação em rede.

Objetivos estratégicos

Os Objetivos Estratégicos (OE) da FCT emergem das prioridades identificadas no Programa do XIX Governo Constitucional e nas Grandes Opções do Plano e reafirmam o compromisso de reforçar o sucesso da ciência em Portugal, privilegiando os apoios públicos às atividades de I&D e de inovação, de excelência, criando as condições para fazer crescer a competitividade, facilitando a transferência tecnológica dos conhecimentos gerados na investigação científica para o tecido produtivo e encorajando os investimentos privados na ciência e tecnologia.

Definidos ainda em diálogo continuado com os atores nacionais relevantes, entroncam com as políticas de I&I definidas para o Espaço Europeu de Investigação e refletem-se no exercício anual do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR):

- OE1: Consolidar a formação avançada e o emprego científico para reforço do capital humano
- OE2: Estimular a produção, a competitividade e a visibilidade internacional da Ciência feita em Portugal
- OE3: Estimular a transferência de conhecimento entre os centros de I&D e o tecido empresarial
- OE4: Promover a inclusão digital e o desenvolvimento da Rede Ciência Tecnologia e Sociedade e da Rede Escolar
- OE5: Melhorar o desempenho organizacional da FCT.

Estrutura orgânica. Modelo de gestão

São órgãos da FCT, tal como definidos na sua Lei Orgânica, o Conselho Diretivo, composto por um presidente, um vice-presidente e dois vogais, o fiscal único, o Conselho Consultivo e os Conselhos Científicos.

O Conselho Consultivo é o órgão de apoio e participação na definição das linhas gerais em matéria de computação científica nacional, os Conselhos Científicos são um órgão consultivo de apoio ao Conselho Diretivo da FCT e facultam aconselhamento estratégico e recomendações sobre o desenvolvimento, implementação e modificação de programas de apoio à ciência e tecnologia. Este aconselhamento e recomendações resultam de uma variedade de perspetivas de vários *stakeholders*, incluindo o meio académico e a indústria.

Os atuais quatro Conselhos Científicos iniciaram trabalhos no terceiro trimestre de 2013 e a sua composição foi efetivada a partir de convite que a FCT lançou à comunidade científica, para recolha de manifestações de interesse.

- Conselho Científico das Ciências Exatas e da Engenharia
- Conselho Científico das Ciências da Vida e da Saúde
- Conselho Científico das Ciências Naturais e do Ambiente
- Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades

O modelo de estrutura interna abrange as sete unidades orgânicas fixadas nos Estatutos:

- Departamento de Programas e Projetos (DPP)
- Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT)
- Departamento de Formação dos Recursos Humanos (DFRH)
- Departamento das Relações Internacionais (DRI)
- Departamento da Sociedade da Informação (DSI)
- Departamento de Gestão e Administração (DGA)
- Computação Científica Nacional (FCCN)

Igualmente e de acordo com os Estatutos foram criadas unidades orgânicas flexíveis designadas por Divisões:

- Divisão de Gestão e Recursos Humanos (DGA-DGRH)
- Divisão de Apoio Técnico e Gestão Documental (DATGD)

A estrutura interna compreende ainda Gabinetes especializados com competências de acompanhamento de áreas/programas nas suas áreas de atuação:

- Gabinete de Avaliação e Programação
- Gabinete de Comunicação
- Gabinete do Espaço
- Gabinete de Estudos e Estratégia (GEE)
- Gabinete Polar
- Gabinete de Promoção do Programa-Quadro (GPPQ)
- Gabinete de Tecnologia
- Gabinete de Ética e Integridade Científica (com o apoio do Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa).

O planeamento da atividade da FCT está alicerçado nos Planos de Atividades e nos Quadros de Avaliação e Responsabilização (QUAR) anuais, base da construção dos objetivos das unidades orgânicas, dos dirigentes intermédios e dos trabalhadores.

O modelo de Governação assegura o cumprimento dos objetivos estratégicos, através de uma política e de um sistema de gestão integrados, que funcionam como garante da utilização eficiente de recursos financeiros, humanos e patrimoniais.

A Figura 1 apresenta o organograma da FCT.

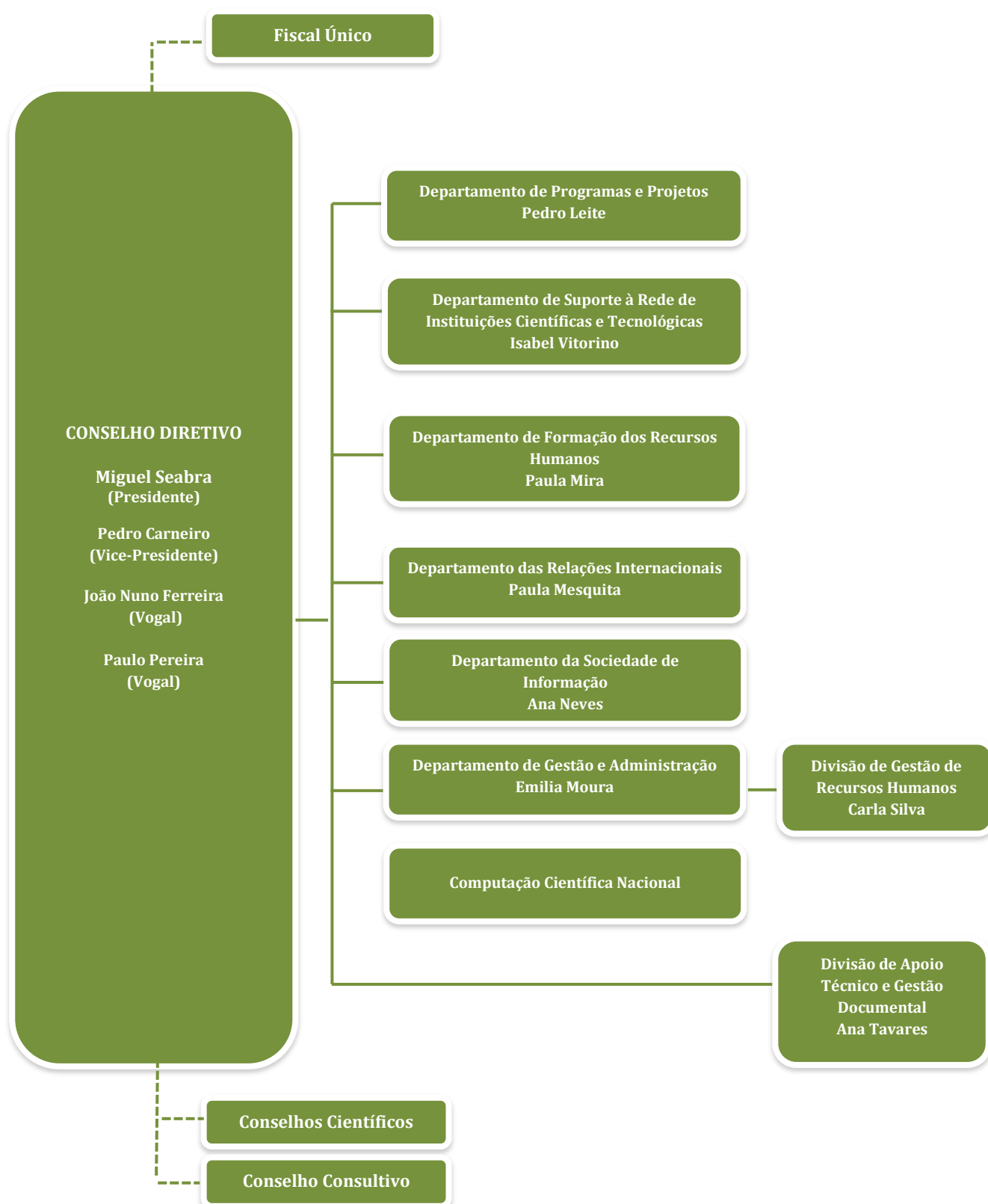


Figura 1 – Organograma da FCT

PARTE II – ATIVIDADES E RESULTADOS

1. EM DESTAQUE

Na continuação da política de crescimento, reforço e consolidação do Sistema Nacional de Investigação e Inovação prosseguida, destacamos pela sua importância alguns dos programas/iniciativas lançados ou desenvolvidos em 2014.

Avaliação e Financiamento de Unidades de I&D

Em 2014 completou-se o exercício de avaliação das Unidades de I&D iniciado em 2013, em que avaliadas as atividades científicas e tecnológicas desenvolvidas no período 2008-2013, assim como a respetiva estratégia de investigação e desenvolvimento para o período 2015-2020. Com o objetivo de reforçar o papel das Unidades de I&D como um pilar fundamental na consolidação de um sistema de I&D moderno e internacionalmente competitivo, neste exercício as Unidades puderam manter a composição e organização anteriormente existente ou apresentar-se numa configuração mais adequada à prossecução dos seus objetivos estratégicos. Houve oportunidade para a criação de novas Unidades de I&D, à fusão ou à extinção de unidades existentes.

Das 322 unidades avaliadas, englobando 15.444 investigadores, 257 são elegíveis para financiamento (80%), integrando quase 13.805 doutorados (90% do total de doutorados das unidades a concurso). Os resultados após avaliação e o período de Audiência Prévia (comunicados em maio de 2015) apontam para o seguinte panorama nacional de Unidades de I&D: 11 unidades com classificação Excecional; 60 unidades com classificação Excelente; 97 unidades com classificação Muito Bom; 89 unidades com classificação Bom, e 55 unidades com classificação Razoável ou Insuficiente (não elegíveis para financiamento). O financiamento anual disponibilizado é de 77 M€ para o período 2015-2020.

Concurso para Projetos de investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os Domínios Científicos – 2014

A FCT abriu em novembro de 2014 um grande concurso para financiamento de Projetos de Investigação em todos os Domínios Científicos, com um envelope financeiro inicial previsto de 70 milhões de euros (provenientes do Orçamento de Estado, havendo a possibilidade de aumento da dotação orçamental para este concurso através de fundos comunitários no âmbito do programa Portugal 2020). O prazo de candidatura a este concurso terminou já em janeiro de 2015.

Foram avaliadas 5459 candidaturas distribuídas pelos seguintes domínios científicos: 2112 em Ciências Exatas e da Engenharia; 1038 em Ciências da Vida e da Saúde; 1236 em Ciências Naturais e do Ambiente e 1073 em Ciências Sociais e Humanidades envolvendo um financiamento total solicitado que ascende a 894 M€.

As circunstâncias particulares dos anos de 2013 e 2014, constituindo o período de transição entre o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN 2007-2013) e o Portugal 2020 (2014-2020), limitaram a capacidade da FCT lançar um grande concurso de projetos em todos os domínios científicos nestes anos, pela incerteza sobre o montante de verbas comunitárias disponível para o período pós-2013. Consequentemente, em 2013 foi lançado um concurso para projetos exploratórios (projetos de um ano de duração, e com financiamento de 50 mil euros) e, em 2014, para minimizar efeitos de rutura no financiamento a projetos, decidiu a FCT lançar novo concurso, para projetos até 200 mil euros de financiamento, recorrendo a fundos nacionais.

Emprego Científico. Programa Investigador FCT

Criar condições para o estabelecimento de líderes científicos através da atribuição de financiamento por 5 anos a investigadores de qualquer nacionalidade e em todas as áreas científicas tem sido o objetivo do Programa Investigador FCT que em junho de 2014 teve a sua 3ª edição. As recomendações para financiamento após avaliação, divulgadas em dezembro de 2014, foram as seguintes: 228 candidaturas financiadas, com a seguinte distribuição: 43 em Ciências Exatas; 43 em Engenharias e Tecnologias; 26 em Ciências Médicas e da Saúde; 33 em Ciências do Ambiente e Agrárias; 42 em Ciências Naturais e Animais; 22 em Ciências Sociais e 19 nas Humanidades, repartidos da seguinte forma: 152 de nível inicial, 68 de nível de desenvolvimento e 8 em nível de consolidação. Atualmente o número de doutorados contratados soma 578 investigadores envolvendo um financiamento de 32,3 M€/ano.

A FCT abrirá novo concurso para financiamento de mais 200 doutorados em julho de 2015.

Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação

Na sequência do concurso lançado em 2013, foi estabelecido em 2014 o primeiro Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico (RNIE), constituído por 40 infraestruturas, distribuídas por sete áreas científicas e por várias regiões do país. Vinte e três destas infraestruturas estão alinhadas com o Fórum Estratégico Europeu de Infraestruturas de Investigação (ESFRI). Com este concurso, e subsequente elaboração do Roteiro, cumpriu-se a condicionalidade *ex-ante* de acesso a financiamento do quadro de programação financeira plurianual 2014-2020.

O concurso e elaboração do Roteiro servem de base ao planeamento estruturado do financiamento das infraestruturas que integram o Roteiro (2014-2020), assim como à revisão e atualização periódica do mesmo, sempre com o objetivo de promover sinergias e identificar áreas prioritárias de interesse nacional.

Maior capacidade instalada nas comunicações internacionais

O desenvolvimento dos meios de computação científica nacional e a sua ligação a redes internacionais conheceu em 2014 um progresso significativo. É de salientar, na vertente conectividade, o aumento de capacidade da ligação ao GÉANT, uma infraestrutura de comunicações pan-europeia através da qual

são disponibilizados serviços avançados às redes nacionais de investigação e ensino dos países europeus. Sendo um projeto com vários anos de desenvolvimento continua a ser um elemento determinante de integração da comunidade científica nacional com as suas congéneres europeias e de outras regiões do mundo. Sem a ligação ao GÉANT, haveria um fosso digital penalizante para os principais agentes de inovação nacionais.

Prémio Inclusão e Literacia Digital

O primeiro prémio nesta área, que distingue municípios, agrupamentos escolares, centros de investigação e outras entidades por projetos que promovem a aquisição ou desenvolvimento de competências digitais para que qualquer cidadão, independentemente da idade e condição, possa exercer a sua participação na sociedade digital de forma autónoma. Instituído pela FCT, enquanto mecenas da Rede TIC & Sociedade (também consolidada em 2014), e com um valor de 500 mil euros, a edição de 2014 recebeu 60 propostas, 17 das quais foram selecionadas para distinção pelo júri.

Presidente da FCT nomeado membro do Governing Board da *Science Europe*

O Presidente da FCT assumiu a liderança da *Science Europe* em setembro de 2014, com um mandato por dois anos. A principal missão do mandato é colocar a *Science Europe* numa posição de referência para a Europa, no que diz respeito ao aconselhamento de políticas de Investigação e Inovação.

A *Science Europe* é uma associação europeia que reúne 52 agências financiadoras e centros de investigação de 27 países, numa plataforma de colaboração que pretende estimular e reforçar a investigação na Europa, atuando principalmente ao nível da definição de políticas científicas. São membros do *Governing Board* da *Science Europe* os presidentes das instituições membro da organização, sendo o Presidente eleito entre estes.

Aprovação e publicação da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI)

Em 2014 foi aprovada, por despacho conjunto dos Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional, do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, e da Ciência, a Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI), uma condicionalidade *ex-ante* para o Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne, entre outros, o investimento para a Ciência enquadrado nos Fundos Estruturais para 2014-2020, num total de mais de 1000 milhões de euros.

A FCT desempenhou um papel importante na elaboração da ENEI, como membro do grupo de trabalho interministerial (com o IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, a ANI – Agência de Inovação e a Autoridade de Gestão do COMPETE). Os desafios identificados no Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação - Desafios, forças e fraquezas rumo a 2020, elaborado pela FCT em 2013, serviram de base à identificação dos cinco eixos temáticos que agrupam as 15 Prioridades Estratégicas Inteligentes onde Portugal revela vantagens competitivas existentes ou potenciais, inscritas na ENEI.

2. PESSOAS

Compete ao Departamento de Formação dos Recursos Humanos (DFRH) a gestão e promoção do financiamento ou cofinanciamento de ações de formação e qualificação de investigadores, nomeadamente, através de Programas de Doutoramento e da atribuição de bolsas no país e no estrangeiro, do estabelecimento de consórcios, redes e programas e da sua articulação com outras instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais.

Em 2014 a FCT prosseguiu a política estabelecida em anos anteriores de fomento da internacionalização dos seus investigadores com abertura de concursos facilitadores de participação em programas e redes em instituições mundialmente reputadas. Destacamos o concurso para atribuição de Bolsas de Doutoramento para formação em Portugal e na CMU (*Carnegie Mellon University*) no âmbito do Programa *Carnegie Mellon Portugal* (CMU Portugal) e a abertura de concursos para Estágios Tecnológicos no CERN-*European Organization for Nuclear Research*, na ESA-*European Space Agency* e no ESO - *European Southern Observatory*.

Em paralelo, a FCT abre regularmente concursos para atribuição de Bolsas Individuais de Doutoramento, Doutoramento em Empresas e Pós-doutoramento tendo como objetivo a atribuição de bolsas que permitam aos investigadores iniciarem ou prosseguirem a sua formação avançada e/ou carreiras científicas.

A FCT mantém abertos em permanência os concursos para Bolsas de Gestão em Ciência e Tecnologia (BGCT), a conceder mediante candidatura institucional, e para candidaturas individuais a Bolsas de Licença Sabática (BSAB).

A par da atribuição de bolsas, a FCT tem vindo a apostar de modo continuado no fortalecimento do emprego científico, mantendo a abertura anual do Programa Investigador FCT.

2.1. Bolsas Individuais e Programas de Doutoramento

Bolsas Individuais de Doutoramento, Doutoramento em Empresas e Pós-Doutoramento - 2014

O período de candidaturas ao Concurso de Bolsas Individuais de 2014 decorreu entre 31 de julho e 30 de setembro de 2014 e os resultados finais foram divulgados a 10 de julho de 2015. Foram submetidas 5173 candidaturas e admitidas 4560. A recomendação para financiamento, após avaliação e audiência prévia, foi um total de 935 bolsas.

Distribuição por tipologia:

- 435 Bolsas de Doutoramento (taxa de sucesso = 18%)
- 16 Bolsas de Doutoramento em Empresas (taxa de sucesso = 24%)
- 484 Bolsas de Pós-Doutoramento (taxa de sucesso = 23%)

Tabela 1 - Concursos de Bolsas Individuais de 2014. Dados Aprovação Final (após AP)

	Nº de Candidaturas	Nº Candidaturas Avaliadas	Nº de Bolsas Aprovadas
BD	2757	2381	435
Ciências Agrárias	135	118	22
Ciências da Engenharia e da Tecnologia	573	521	97
Ciências Exatas	209	178	29
Ciências Médicas e da Saúde	343	307	65
Ciências Naturais	375	347	62
Ciências Sociais	639	536	93
Humanidades	483	374	67
BDE	79	68	16
Ciências Agrárias	8	8	3
Ciências da Engenharia e da Tecnologia	35	30	10
Ciências Exatas	8	6	1
Ciências Médicas e da Saúde	12	12	1
Ciências Naturais	3	2	
Ciências Sociais	12	9	1
Humanidades	1	1	
BPD	2337	2111	484
Ciências Agrárias	143	135	33
Ciências da Engenharia e da Tecnologia	436	393	86
Ciências Exatas	359	320	65
Ciências Médicas e da Saúde	285	265	60
Ciências Naturais	467	432	101
Ciências Sociais	348	307	73
Humanidades	299	259	66
Total	5173	4560	935

Em 2014 foram aprovadas 1133 Bolsas de Doutoramento (incluindo Bolsas de Doutoramento em Empresas): 451 no Concurso de Bolsas Individuais + 682 nos Programas de Doutoramento FCT.

Bolsas Individuais de Doutoramento, Doutoramento em Empresas e Pós-Doutoramento – 2013

Os resultados provisórios do concurso de 2013 constam do Relatório de Atividades de 2013 <http://www.fct.pt/docs/RelatorioAtividades2013.pdf>.

Os resultados finais após avaliação e Audiência Prévia foram divulgados a 18 de agosto de 2014, tendo sido aprovadas 957 bolsas:

- Bolsas de Doutoramento = 443 (Taxa de sucesso = 13%)
- Bolsas de Doutoramento em Empresas = 18 (Taxa de sucesso = 25%)
- Bolsas de Pós-Doutoramento = 496 (Taxa de sucesso = 22%).

Programas de Doutoramento FCT

Os Programas de Doutoramento FCT pretendem contribuir para formar a próxima geração de investigadores e docentes altamente qualificados, através do apoio a Programas competitivos a nível internacional. Os Programas de Doutoramento FCT têm como objetivo aproximar instituições de ensino superior, instituições de I&D e empresas.

Até final de 2014 foram aprovados 98 Programas de Doutoramento FCT, estando asseguradas 2460 Bolsas de Doutoramento para quatro edições dos Programas, num total de sete anos de financiamento.

2.2. Parcerias Internacionais

Bolsas de Doutoramento do Programa CMU | Portugal - 2014

A FCT e o *Information and Communication Technologies Institute* (ICTI) abriram concurso para Bolsas de Doutoramento, a decorrer em Portugal e na CMU (*Carnegie Mellon University*), no âmbito de programas de doutoramento conjuntos nas mesmas áreas temáticas e nos temas especificados pelo Programa e divulgados no site www.cmuportugal.org.

O concurso esteve aberto entre 15 de outubro de 2014 e 15 de janeiro de 2015 de acordo com os prazos de admissão específicos de cada um dos programas de doutoramento.

Estágios Tecnológicos no CERN, ESA e ESO - 2014

O Programa para Estágios Tecnológicos visa a formação avançada de jovens licenciados portugueses em organizações científicas internacionais, CERN, ESA e ESO, nos domínios em que a competência dessas organizações é internacionalmente reconhecida. Valorizam-se candidaturas com maior relevância para o país, adequadas designadamente às áreas temáticas indicadas pela indústria, às experiências e aos programas em que Portugal participa. São igualmente valorizados os candidatos com atividade profissional ou científica relevante após o fim da formação académica.

O período de submissão de candidaturas decorreu até 31 de outubro de 2014. Os resultados do concurso de bolsas disponibilizados a 4 de maio de 2015 foram os seguintes:

- Candidaturas recebidas: 155, das quais 137 elegíveis e submetidas a avaliação
- Estágios recomendados para financiamento: 18 (8 no CERN, 8 na ESA e 2 no ESO)

2.3. Bolsas em execução em 2014

Tabela 2 - Bolsas de Formação Avançada em execução de 2010 a 2014

	2010	2011	2012	2013	2014
BD	8504	8541	8203	7386	6053
BDE	132	134	132	134	121
BPD	2044	2274	2528	2722	2587
Outras	591	595	548	519	561
TOTAL	11.271	11.545	11.411	10.761	9322

Tabela 3 - Outras bolsas em execução em 2014 e respetiva despesa executada

	Tipo de Bolsa	Nº de Bolsas	Montante Executado
BCC	Bolsa de Cientista Convidado	18	152.455,29 €
BEST	Bolsa de Estágio em Organizações Científicas e Tecnológicas	19	712.749,48 €
BGCT	Bolsa de Gestão de Ciência e Tecnologia	230	2.796.001,40 €
BI	Bolsa de Investigação	108	1.047.230,30 €
BSAB	Bolsa de Licença Sabática	90	506.570,00 €
BTI	Bolsa de Técnicos de Investigação	38	231.455,01 €
SINTD	Subsídios aos Internos Doutorandos	28	126.690,00 €
TOTAL		531	5.573.151,48 €

2.4. Recursos Financeiros

O DFRH garantiu a execução financeira dos seguintes projetos do orçamento de investimento da FCT, no total de 124.747.602,50 €

- Projeto 3598 – Formação Avançada, execução de 69.539.728,31 €
- Projeto 5812 – Formação Avançada, execução de 55.153.009,65 €
- Projeto 8256 – Modernização do Serviço e Atendimento a Bolseiros e Investigadores, execução de 54.864,54 €

2.5. Emprego Científico

A FCT implementa vários programas de contratação de Doutorados de qualquer nacionalidade e em todas as áreas do conhecimento - *Welcome II*, Ciência, Investigador FCT - com o objetivo de desenvolver e renovar o sistema de investigação e inovação. A sua gestão antes centrada no Departamento de Formação dos Recursos Humanos (DFRH) é, desde 2014, assegurada pelo Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológica (DSRICT). A FCT lançou concursos competitivos no âmbito do *Welcome II – Promoting the return of researchers to the European Research Area* em 2010, Programa Ciência (2007 e 2008) e Investigador FCT (2012, 2013 e 2014).

Programa Ciência

No âmbito do Programa Ciência a FCT celebrou contratos-programa com as universidades e instituições científicas selecionadas de acordo com a regulamentação em vigor para este programa, envolvendo a atribuição de um conjunto de lugares para contratação de doutorados, por um período de cinco anos. Em 2014 existiam 524 contratos em execução, tendo-se registado o término de 596 contratos.

Tabela 4 – Programa Ciência. Contratos em execução e cessantes entre 2012 e 2014

		Contratos em execução			Contratos cessados		
Programa	Total	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Ciência	1349	953	522	524	147	424	596

Gestão dos processos de substituições

O programa Ciência permite substituir os investigadores que, por algum motivo, não usufruíram dos 60 meses de contrato. O tempo remanescente do contrato pode ser utilizado por outro investigador, após a autorização da FCT para abertura de novo procedimento concursal. Em 2014 foram autorizadas 23 processos de substituições, tendo-se validado um total de 25 editais de concursos (incluindo processos já autorizados em 2013). Do total de 46 processos a decorrer, 25 concluíram todas as etapas em 2014, dos quais 19 contratos de trabalho entraram em execução.



Figura 2 – Programa Ciência. Controlo e acompanhamento das fases dos processos de substituições

Encerramento de contratos

Garantir o encerramento administrativo e financeiro dos processos individuais de financiamento implica proceder a análise processual e apuramento de saldo final (verificação da despesa total validada elegível por contrato de investigador e pagamento à instituição) e, por último, processar o encerramento efetivo do processo, dando conhecimento à instituição. Em 2014 estiveram neste ciclo 791 processos individuais.

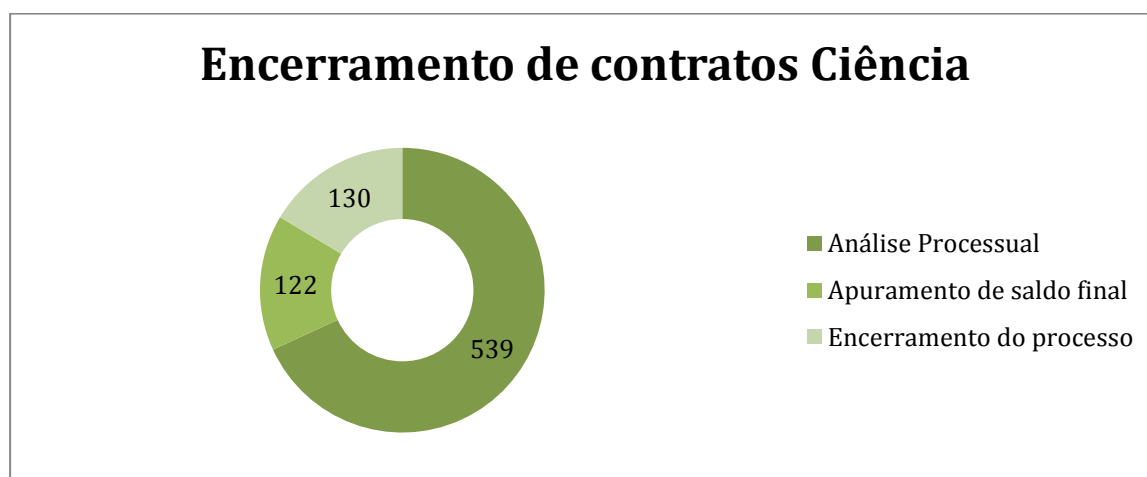


Figura 3 – Programa Ciência. Total de processos analisados em 2014

Programa Investigador FCT (IF)

O Programa Investigador FCT (IF), visa criar as condições para o estabelecimento de líderes científicos, através da atribuição de financiamento por cinco anos aos mais talentosos e promissores investigadores, em todas as áreas científicas e nacionalidades.

Este programa, implementado por concurso público, teve já três edições: IF 2012, IF 2013 e IF 2014.

Contratos em execução/cessados entre 2012 e 2014

Em 2014 o número de contratos em execução ascendeu a 349 tendo-se registado a rescisão de oito contratos.

Tabela 5 – Programa IF. Contratos em execução e cessados entre 2012 e 2014

Programa	Total	Contratos em execução			Contratos cessados		
		2012	2013	2014	2012	2013	2014
IF 2012	159	0	145	140	0	6	5
IF 2013	209	0	52	209	0	0	3
Total	368	0	197	349	0	6	8

Programa IF 2014

O período de submissão de candidaturas ao concurso IF 2014 decorreu entre 5 de maio e 30 de junho de 2014. O processo de avaliação contemplou 2 fases, tendo a proposta de decisão de financiamento sido comunicada aos candidatos que passaram à 2ª fase em dezembro de 2014.

Nesta edição, das 1500 candidaturas apresentadas a concurso, foram admitidas 1398 para avaliação e aprovados para financiamento 228 investigadores (150 vagas disponíveis no aviso de abertura, às quais foram adicionadas 78 da lista de reserva de recrutamento), representando uma taxa de sucesso de 16,3% no total dos 3 níveis.

Tabela 6 – Programa IF 2014. Candidaturas avaliadas e financiadas por nível de financiamento

IF 2014 Nível	Candidaturas avaliadas	Contratos financiados	Taxa de sucesso
Início de carreira	902	152	16,9%
Desenvolvimento de Carreira	457	68	14,9%
Consolidação de Carreira	39	8	20,5%
Total	1398	228	16,3%

Para a avaliação das 1398 candidaturas foram constituídos sete painéis de avaliação de acordo com as áreas selecionadas pelos candidatos.

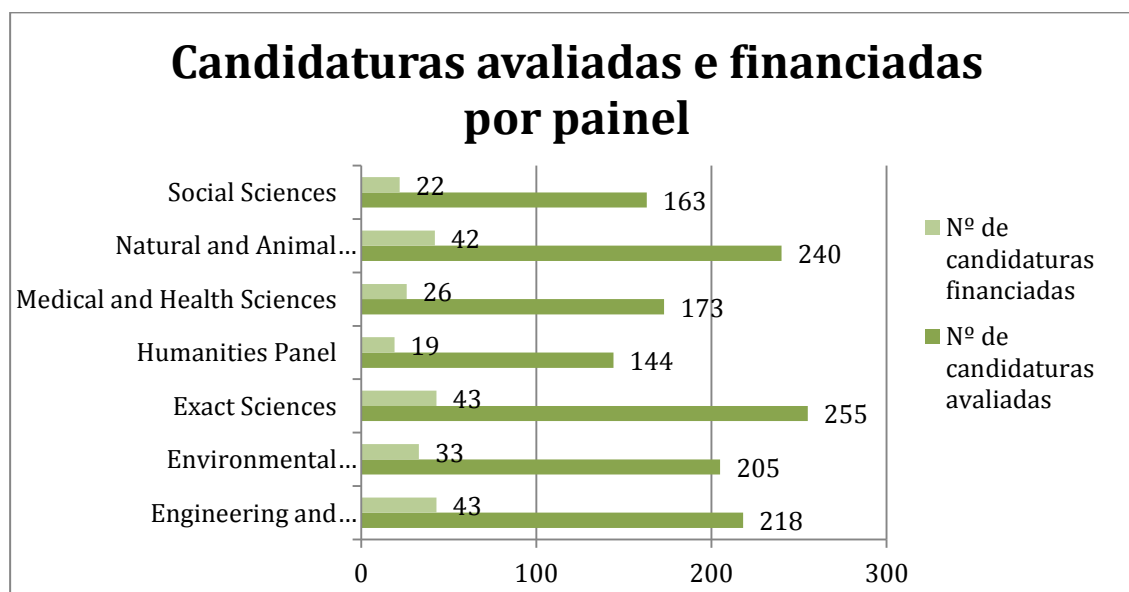


Figura 4 – Programa IF 2014. Distribuição das candidaturas avaliadas e financiadas por painel de avaliação

Projetos de Investigação Exploratória no âmbito do Programa Investigador FCT 2012 e 2013

As condições de elegibilidade para a atribuição de um financiamento destinado ao desenvolvimento do projeto de investigação científica, exploratória, dos investigadores contratados, foram definidas nos respetivos avisos de abertura dos concursos IF 2012 e 2013.

Em 2014 foram disponibilizadas as regras de execução dos projetos de investigação exploratória e os termos de aceitação dos financiamentos atribuídos às instituições de acolhimento (IA). O IF é corresponsável com a IA pela direção do projeto, pelo cumprimento dos objetivos propostos e pelas regras subjacentes à concessão do financiamento. O número total de projetos financiados ascendeu a 141 no final de 2014, envolvendo um montante total de 7,05 M€.

Tabela 7 – Programa IF 2012 e 2013. Projetos de investigação exploratória aprovados e montante pago em 2014

Concurso	Projetos aprovados	Financiamento aprovado	Montante pago em 2014
IF 2012	29	1.450.000 €	
IF 2013	112	5.600.000 €	3.450.000 €
Total	141	7.050.000 €	3.450.000 €

Programa *Welcome II*

O Programa *Welcome II*, lançado em 2010 pela FCT, teve como objetivo promover a mobilidade de investigadores doutorados nacionais de um Estado Membro da UE ou de um País Associado do 7º Programa-Quadro residentes num País Terceiro durante pelo menos três anos, para integrarem instituições em Portugal. O Programa *Welcome II* é cofinanciado pela *Acção Marie Curie Cofund*, no âmbito do Programa Pessoas do 7º Programa Quadro da Comissão Europeia. As candidaturas ao Programa *Welcome II* foram selecionadas através de concurso competitivo lançado pela FCT, e submetidas a avaliação por painéis internacionais.

Os contratos financiados têm a duração de 48 meses. Em 2014 procedeu-se à renegociação do *Grant Agreement* inicial com a *Research Executive Agency* (REA) da Comissão Europeia (CE) para a extensão por mais 12 meses do programa (até setembro de 2015). No entanto os contratos mantiveram a mesma duração máxima de 48 meses anteriormente aprovada.

Tabela 8 – Programa *Welcome II*. Contratos em execução e cessados entre 2012 e 2014

Programa	Total	Contratos em execução			Contratos cessados		
		2012	2013	2014	2012	2013	2014
<i>Welcome II</i>	43	37	35	28	4	4	19

Gestão e controlo dos financiamentos

A análise de despesa referente aos contratos de investigação financiados é uma das principais atividades da equipa do Emprego Científico (EC), dado que permite manter atualizados os reembolsos às instituições. A Figura abaixo apresenta o volume de despesa submetida à FCT, no âmbito do Programa Ciência, IF 2012 e IF 2013 e o montante total elegível em 2014.

Gestão de despesa dos contratos financiados

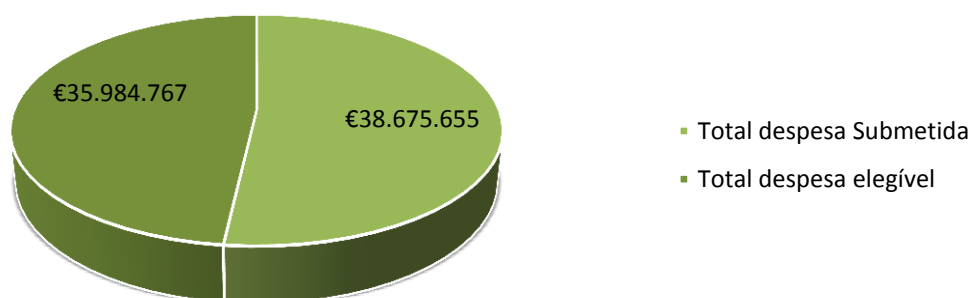


Figura 5 – Programa Ciência. Total de despesa submetida à FCT e valor total elegível em 2014

Euraxess – *Researchers in Motion*

No âmbito da Estratégia de Mobilidade de Investigadores, inserida no Espaço Europeu de Investigação, a Comissão Europeia criou o EURAXESS, com o objetivo de incentivar e apoiar a mobilidade internacional dos investigadores, dentro e fora da Europa. O EURAXESS – *Researchers in Motion* é uma porta de acesso a carreiras de investigação atrativas na Europa.

A equipa do Emprego Científico organizou a reunião de Rede Nacional EURAXESS que teve lugar na FCT a 22 de julho de 2014.

Programa Cátedras Convidadas

A criação de Cátedras Convidadas tem como objetivo atrair para Portugal investigadores de alto nível internacional e apoiar as instituições do Ensino Superior no seu esforço de internacionalização e de estabelecimento de parcerias com outras entidades. Este programa foi anunciado a 12 de maio de 2008 como parte da iniciativa Ciência 2008.

As Cátedras Convidadas com patrocínio assegurado são as seguintes:

1. Cátedra BES-Biodiversidade, na Universidade do Porto
2. Cátedra BES-Energias Renováveis, na Universidade de Évora
3. Cátedra Delta Cafés, em Biodiversidade, na Universidade de Évora
4. Cátedra EDP, em Biodiversidade, na Universidade do Porto
5. Cátedra em Políticas Públicas e Sociais, no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
6. Cátedra em Teoria das Cordas, Instituto Superior Técnico
7. Cátedra Martifer, em Energias Renováveis, na Universidade de Aveiro
8. Cátedra Nokia-Siemens, em Telecomunicações, na Universidade de Aveiro
9. Cátedra Odebrecht Capistrano de Abreu, em História do Brasil e Portugal, Universidade do Algarve
10. Cátedra REFER, em Biodiversidade, na Universidade do Porto
11. Cátedra Santander, em Ciências da Comunicação, na Universidade da Beira Interior
12. Cátedra Santander Totta, em Nanotecnologias, na Universidade da Madeira
13. Cátedra Zon, em Inovação e Gestão de Operações, na Universidade Católica Portuguesa
14. Cátedra WS energia, Instituto Superior Técnico
15. Cátedra Infante Dom Henrique de Estudos Insulares Atlânticos, Universidade Aberta (aprovada em 2014)

Em 2014 foram efetuados pagamentos no montante total de 67.500 €.

2.6. Execução Financeira

A execução dos pagamentos às instituições foi garantida de acordo com o plano de transferências no âmbito de cada processo individual e de acordo com a validação da despesa elegível. O montante total dos financiamentos pagos no âmbito dos vários programas de contratação de doutorados foi

assegurado por verbas inscritas em PIDDAC no OE e por verbas do Fundo Social Europeu - FSE no âmbito das candidaturas aprovadas na medida 4.2 do Programa Operacional Potencial Humano – POPH do período de programação do Quadro de Referência Estratégica Nacional - QREN. O montante total transferido para as instituições ascendeu a 36.455.213 €, dos quais 20.589.389 € foram assumidos por verbas do OE, 15.723.592 € por verbas do FSE e 142.232 € por verbas do 7º Programa-Quadro.

FF/Programa	Total (€)
Fundos Nacionais - Ciência	10.243.512
Fundos Nacionais - IF 2012	4.167.923
Fundos Nacionais - IF 2013	5.680.991
Fundos Nacionais – <i>Welcome II</i>	496.964
Fundo Social Europeu - Ciência	7.506.626
Fundo Social Europeu - IF 2012	3.079.948
Fundo Social Europeu - IF 2013	5.137.019
7º Programa Quadro – <i>Welcome II</i>	142.232
Total	36.455.213

3. IDEIAS

A FCT apoia equipas de investigação na exploração de ideias ou aplicações inovadoras, através de concursos em todas as áreas científicas, ou dirigidos à investigação orientada para temas específicos.

Para cumprimento da sua função de “promover e apoiar a realização de programas e projetos nos domínios da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico” e ainda “financiar ou cofinanciar os programas e projetos aprovados e acompanhar a respetiva execução”, a FCT conta com o Departamento de Programas e Projetos (DPP).

A Tabela seguinte apresenta os principais indicadores da atividade corrente do Departamento que traduzem o esforço de execução em 2014, apenas possível graças ao empenhamento e envolvimento de todos os colaboradores em alinhamento com os princípios de qualidade, transparência, responsabilização e gestão partilhada que norteiam a atividade dos serviços públicos.

Tabela 9 - Principais indicadores da atividade corrente do DPP

Nº Projetos ativos (*)	4322
Volume Financiamento associado	545.887.137,17 €
Nº Membros de equipas de investigação envolvidos em projetos ativos	20.816
Nº Bolsas atribuídas nos projetos	2706
Volume Despesa Analisada	127.793.838,68 €
Volume Pagamentos efetuados	109.020.369,64 €
Nº Pedidos de pagamento analisados	14.460
Nº Propostas de pagamento efetuadas	1339
Nº Relatórios Finais avaliados	1928
Nº Projetos encerrados	1106

(*) Projetos de Investigação com data de início ou fim em 2014 ou com movimentos financeiros no ano (despesa ou pagamentos em 2014)

Para além dos indicadores referenciados salienta-se ainda a abertura, em 2014, de um grande concurso para financiamento de “Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os Domínios Científicos” cujo prazo de candidatura veio a terminar já em janeiro de 2015 e no âmbito do qual foram apresentadas 5487 candidaturas distribuídas por todos os domínios científicos, envolvendo um montante total solicitado que ascendeu a 894.686.305,00 €.

3.1. Atividades de gestão

No ano de 2014, o DPP foi responsável pelo acompanhamento da execução de 4322 projetos de investigação distribuídos por todos os domínios científicos, com financiamento assegurado por fundos nacionais e comunitários, o que implicou uma interação expressiva com a comunidade científica.

Do total de projetos ativos, 3862 resultam de financiamento obtido na sequência de concursos públicos em todos os domínios científicos, os quais representam cerca de 89% do total dos projetos em execução em 2014, de acordo com os dados da Tabela abaixo:

Tabela 10 - Distribuição do total de projetos ativos em 2014 por tipologia de concurso

TIPOLOGIA CONCURSO	PROJETOS ATIVOS	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	PROJETOS %	FINANCIAMENTO %
CERN	34	3.808.000,00 €	0,79%	0,70%
Específicos	213	31.633.203,16 €	4,93%	5,79%
Parcerias Internacionais	81	21.863.879,84 €	1,87%	4,01%
Todos os Domínios Científicos	3862	473.489.086,5 €	89,36%	86,55%
Transnacionais	132	16.092.967,63 €	3,05%	2,95%
Total Geral	4322	545.887.137,1 €	100,00%	100,00%

A par dos projetos em todos os domínios científicos, a FCT continuou a assegurar a participação de Portugal em organizações científicas internacionais, promovendo e estimulando a participação da comunidade científica nacional em projetos internacionais.

A Figura que se segue apresenta a distribuição dos projetos ativos em 2014 por grandes domínios científicos:

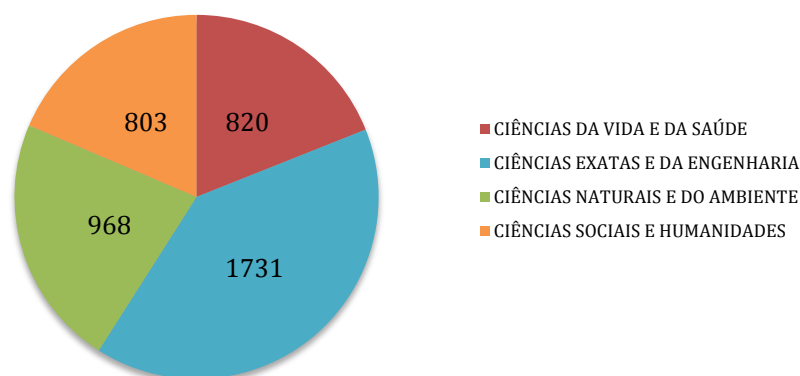


Figura 6 - Distribuição do total de projetos ativos em 2014 por grandes domínios científicos

O domínio das Ciências Exatas e da Engenharia representa o maior número de projetos em execução, englobando um volume total de financiamento de 223.600.085 €, seguido do domínio das Ciências Naturais e do Ambiente com 968 projetos e um financiamento associado de 135.753.167 €. As Ciências da Vida e da Saúde surgem com 820 projetos e um financiamento concedido de 114.904.815 €, seguido das Ciências Sociais e Humanidades com 803 projetos em execução e um financiamento da ordem dos 71.629.069 €.

A aplicação regional do FEDER, condicionada em função dos objetivos de convergência associada ao critério de elegibilidade territorial da despesa, constitui desde o início do Quadro, uma regra restritiva de enquadramento das candidaturas no Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC) de acordo com as orientações específicas do Programa Operacional e o definido no “Regulamento Geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão”.

Neste pressuposto, cerca de 46% do total de projetos em execução foram aprovados para cofinanciamento pelo COMPETE em conformidade com os critérios de seleção aplicáveis, com o regulamento específico, orientações técnicas gerais do POFC e correspondentes Avisos de Abertura dos concursos públicos para apresentação de candidaturas.

Os restantes 54% dos projetos em execução, não cumprindo o critério de elegibilidade territorial do FEDER, viram o seu financiamento assegurado integralmente por fundos nacionais através do Orçamento do Estado.

3.2. Execução e Encerramento das Operações

A Figura abaixo dá conta da execução, a 31 de dezembro de 2014, dos grandes concursos para financiamento de projetos em todos os domínios científicos, abertos no período compreendido entre 2008 e 2013, mais representativos das atividades de gestão do DPP em 2014:

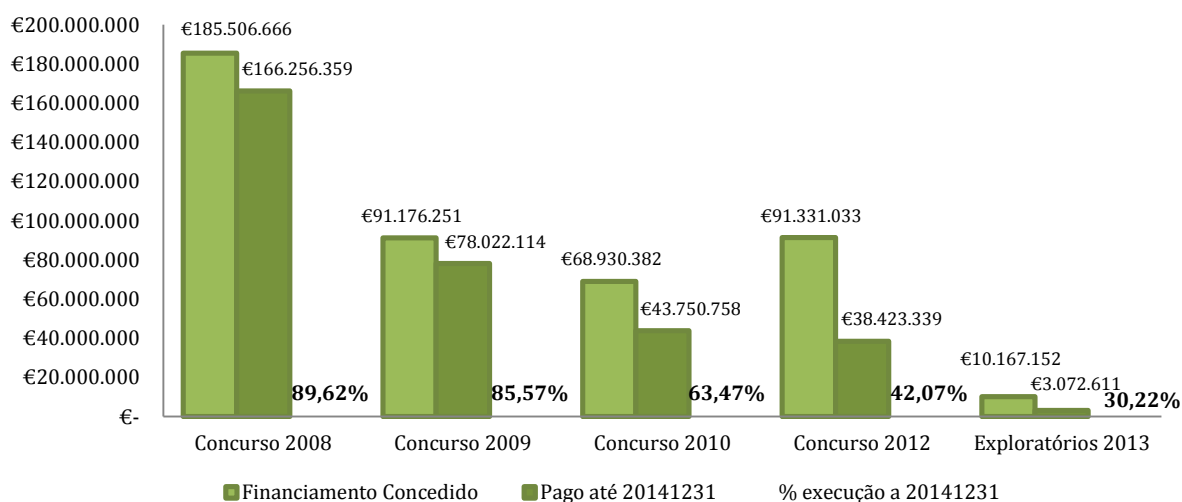


Figura 7 - Execução a 31.12.2014 dos grandes concursos para financiamento de projetos em todos os domínios científicos

Os concursos que registam a 31.12.2014 um maior nível de execução são, naturalmente, os concursos de 2008 e 2009, com a grande maioria dos projetos concluídos do ponto de vista científico ou em fase final de execução. O DPP assumiu o encerramento das operações aprovadas no âmbito destes concursos como uma importante área de intervenção, dando continuidade às atividades e iniciativas junto dos beneficiários conducentes ao encerramento definitivo das operações.

As dificuldades de execução das entidades beneficiárias, a que não é alheia a atual conjuntura económica que o país atravessa, foram de diversas formas manifestadas junto da FCT e justificam, em boa parte, as taxas de execução dos concursos referenciados.

Efetivamente, inúmeros beneficiários alegaram dificuldades várias na conclusão dos projetos dentro dos prazos previstos, demonstrando, todavia, capacidade de cumprimento dos objetivos iniciais propostos, entendendo a FCT, uma vez ponderadas as razões manifestadas pelos beneficiários bem como o relevante interesse público na execução integral das verbas comprometidas, proceder à prorrogação das datas de conclusão de 850 projetos de investigação.

Não obstante as dificuldades associadas às formalidades previstas para o encerramento das operações, intensificar o processo de encerramento dos projetos foi um objetivo operacional definido para 2014 no âmbito das atividades do DPP.

Garantir o cumprimento dos requisitos necessários ao encerramento de projetos de investigação com data de conclusão ultrapassada, assegurando os procedimentos de encerramento definidos pelo COMPETE no âmbito dos projetos cofinanciados, constituiu-se, assim, como uma atividade prioritária, tendo sido encerrados, no decurso do ano, 919 projetos financiados exclusivamente por Fundos Nacionais provenientes do Orçamento do Estado e 187 projetos cofinanciados pelo POFC/COMPETE do QREN, permitindo a efetivação do pagamento do saldo final e correspondente acerto de contas.

Os detalhes técnicos associados ao encerramento dos projetos cofinanciados por fundos estruturais, resultantes das orientações emanadas pela Autoridade de Gestão a este nível, justificam o número de projetos encerrados em 2014, comparativamente com o maior número de operações financiadas exclusivamente por fundos nacionais, e alertam para o necessário esforço em 2015 com vista a um processo de encerramento bem-sucedido, baseado em procedimentos transparentes e amplamente aceites por todos os intervenientes.

Ainda neste âmbito, merece especial destaque a prioridade que foi dada, em 2014, ao processo de avaliação dos relatórios finais (componentes científicas) procedimento sem o qual seria impossível assegurar o processo de encerramento das operações e que envolveu de forma significativa o departamento.

Foram avaliados 1928 relatórios finais de projetos de investigação distribuídos pelas diferentes áreas científicas, o que envolveu uma permanente articulação do DPP com as 35 comissões de avaliação afetas a este processo.

Destaque agora para o Concurso 2012, com uma execução global de 42%, e que apresentou uma nova configuração, permitindo aos investigadores concorrer a quatro tipologias de projetos diferenciadas, de acordo com as seguintes modalidades:

- Projetos de IC&DT – dirigidos a questões científicas originais e relevantes, com referência a padrões internacionais que contribuam de forma significativa para o avanço do conhecimento e que produzam indicadores de realização no decurso do projeto, em termos de produção científica e tendo em conta áreas prioritárias de investigação, definidas pelas políticas públicas.
Nesta modalidade a duração máxima dos projetos a apoiar é de dois anos, prorrogável até um ano e o limite máximo de financiamento por projeto é de 200.000 €
- Projetos de investigação exploratória - os projetos de estímulo à investigação exploratória correspondem a uma configuração de projeto de investigação científica mais aberta e que se destina à exploração de ideias ou conceitos que sejam considerados como apresentando grande originalidade e/ou potencial de inovação.
Nesta modalidade a duração máxima dos projetos é de um ano prorrogável por seis meses e o limite máximo de financiamento por projeto é de 50.000 €
- Projetos de IC&DT em linhas de investigação de excelência - projetos que envolvem uma organização estruturada e coerente da atividade científica em grandes linhas de investigação. Os objetivos científicos ou tecnológicos do projeto alicerçam-se em indicadores de realização claros e sustentados em áreas emergentes e/ou de consolidação de excelência que sejam identificados como áreas prioritárias para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.
Nesta modalidade os projetos devem apresentar um plano científico a cinco anos e uma calendarização para a execução financeira que não ultrapasse os três anos previstos para este concurso. O limite máximo de financiamento por projeto é de 500.000 €
- Projetos de IC&DT de consolidação de competências e recursos em investigação - esta modalidade destina-se a apoiar projetos de investigação que pela sua natureza e especificidade dependem fortemente de meios materiais e recursos humanos altamente qualificados de modo a desenvolver competências competitivas, nomeadamente para participação em programas internacionais.
O limite máximo de financiamento por projeto é de 500.000 €.

A Figura seguinte dá uma perspetiva da forma como a comunidade científica se posicionou face à configuração deste Concurso, indicando o número de candidaturas financiadas e o montante de financiamento concedido por tipologia de projeto:

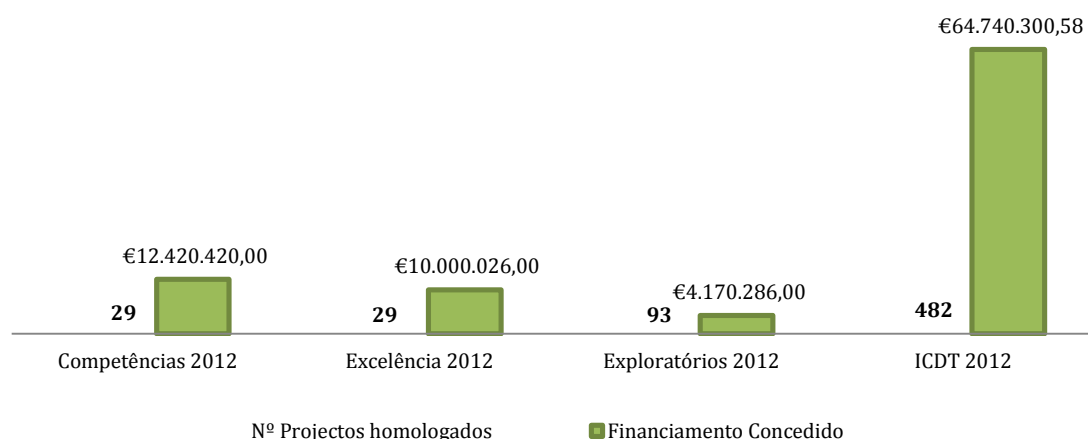


Figura 8 - Distribuição dos projetos do Concurso 2012 por tipologia de projeto

3.3. Análise de Despesa

A análise de despesa continuou a ocupar grande centralidade na atividade do DPP em 2014.

Reduzir os tempos médios de análise dos pedidos de pagamento apresentados pelas entidades beneficiárias por forma a diminuir os prazos de reembolso aos beneficiários, foi um objetivo que voltou a ser considerado como prioritário.

Considerando o elevado volume de financiamento envolvido no apoio aos projetos de investigação, o DPP continuou a envidar múltiplos esforços no desenvolvimento desta tarefa, contando, à semelhança do ano anterior, com a colaboração de uma empresa externa para análise e validação de despesa.

A manutenção em 2014, de adequados prazos de análise da despesa submetida à FCT pelas entidades beneficiárias, apenas foi possível graças à colaboração da referida empresa, mas também e sobretudo, graças ao trabalho desenvolvido pelos Técnicos do Departamento que continuaram a colaborar de forma ativa neste complexo processo, analisando pedidos de pagamento e articulando com a empresa contratada todos os procedimentos necessários ao cumprimento com êxito desta atividade, por forma a garantir a boa gestão dos fundos.

O tempo médio de análise da despesa direta correspondeu a 33 dias (para este cálculo foram considerados também pedidos de pagamento entrados em ano anterior); a Figura seguinte mostra o volume de despesa apresentada e analisada em 2014 por domínio científico:

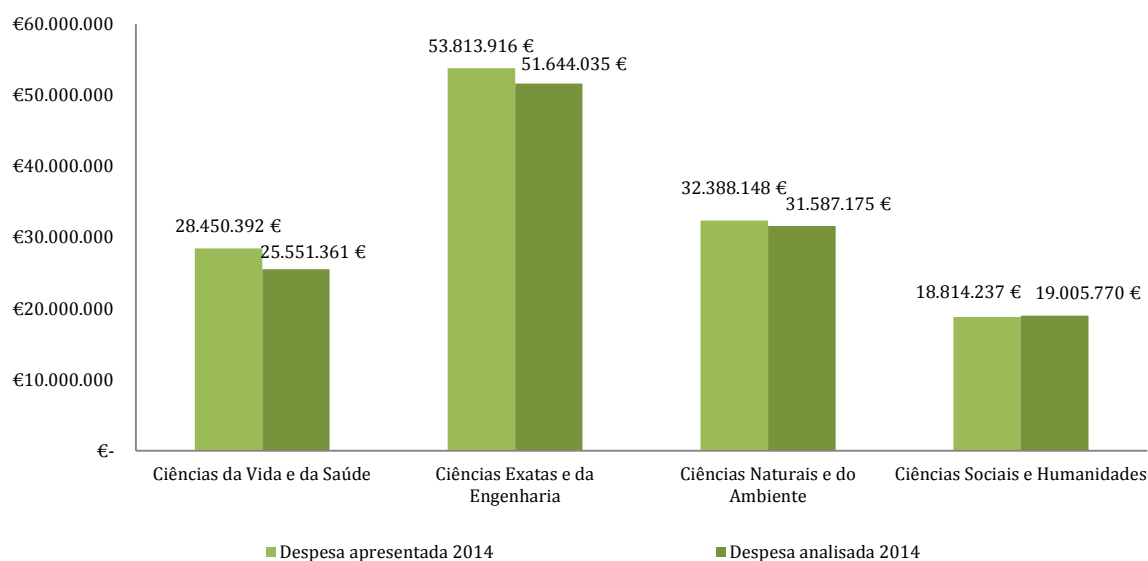


Figura 9 – Projetos IC&DT. Volume de despesa apresentada e analisada em 2014 por domínio científico

O volume de despesa associada a cada domínio científico é proporcional ao número de projetos em curso, sendo que os domínios com maior número de projetos em execução são também aqueles que apresentam um maior volume de despesa apresentada e analisada.

Uma alusão ao domínio das “Ciências Sociais e Humanidades” que apresenta um volume de despesa analisada ligeiramente superior à despesa apresentada, situação que se justifica pela análise em 2014 de despesa submetida pelos beneficiários no ano anterior.

A percentagem de despesa analisada em 2014 correspondeu a 95% do total da despesa submetida, o que representa um bom indicador de desempenho do Departamento nesta área. No âmbito da despesa elegível, destacam-se as rubricas orçamentais de “Recursos Humanos” e “Aquisição de Bens e Serviços”, conforme se pode verificar da análise da Figura seguinte:

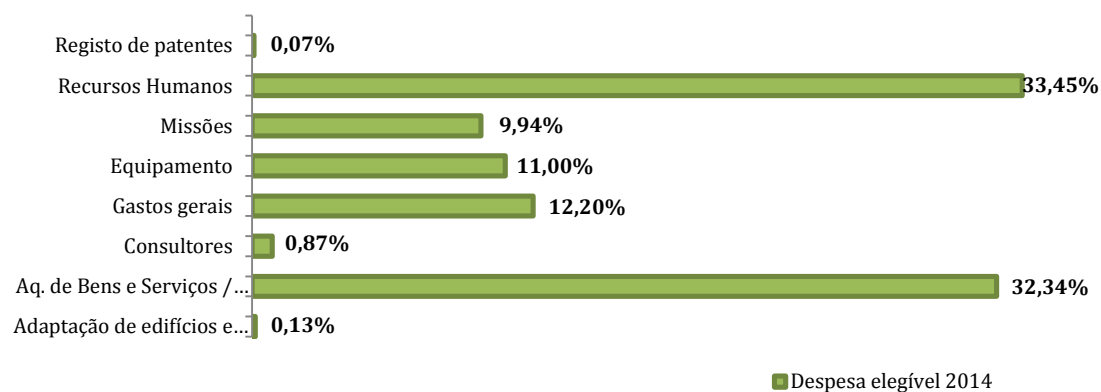


Figura 10 – Projetos IC&DT. Despesa validada por rubrica orçamental

Contribuir, no âmbito dos projetos de investigação apoiados, para a consolidação da formação avançada em C&T, foi um objetivo definido para 2014 no âmbito das atividades do Departamento, ascendendo a 2706 o número de bolsas concedidas no âmbito de projetos de investigação ativos.

A análise, o registo e o acompanhamento dos processos de atribuição de bolsas no âmbito de projetos de investigação, garantindo o cumprimento das "Normas para atribuição de Bolsas no âmbito de projetos de investigação" e a validação da correspondente despesa foram procedimentos a cargo do departamento conducentes à concretização deste objetivo.

Numa perspetiva de análise comparativa, a Tabela seguinte apresenta os dados relativos à despesa apresentada, analisada e validada em 2014, face ao ano anterior, indicando-se também o número de pedidos de pagamento (PP) analisados.

Tabela 11 - Despesa apresentada analisada e validada em 2014 face a 2013

ANO	DESPESA APRESENTADA	DESPESA ANALISADA	DESPESA ELEGÍVEL	Nº PP'S ANALISADOS
2014	133.466.692,29 €	127.788.340,58 €	107.729.600,69 €	14.460
2013	135.412.495,69 €	133.459.883,03 €	110.787.947,05 €	13.752

Apesar de se constatar a análise de um maior número de pedidos de pagamento em 2014, face a 2013, o volume de despesa envolvido diminuiu ligeiramente.

3.4. Concursos Abertos

O ano de 2014 ficou marcado pela abertura de um grande concurso para financiamento de projetos de investigação em todos os domínios científicos, cujo período de candidatura se estendeu a 2015.

Para este concurso, cujo período de apresentação de candidaturas decorreu entre 25 de novembro de 2014 e as 17 horas (hora de Lisboa) de 29 de janeiro de 2015, foi prevista uma dotação orçamental de 70 milhões de euros. O limite máximo de financiamento por projeto é de 200.000 €, por 36 meses (prorrogável, excecionalmente, até 12 meses).

O processo de verificação dos requisitos formais de enquadramento no concurso, nomeadamente a admissibilidade e elegibilidade dos proponentes, foi iniciado já em 2015, a que se seguirá o processo de avaliação e seleção das candidaturas por painéis internacionais de avaliadores independentes, constituídos por domínio/área científica.

Para além deste grande concurso, a Tabela abaixo identifica os restantes concursos para financiamento de projetos abertos em 2014, apontando igualmente o número de candidaturas lacradas assim como o financiamento solicitado:

Tabela 12 - Outros concursos para financiamento de projetos abertos em 2014.
Número de candidaturas lacradas e financiamento solicitado

CONCURSO	DATA ABERTURA	DATA ENCERRAMENTO	CANDIDATURAS LACRADAS	FINANCIAMENTO SOLICITADO
Projetos de IC&DT em Todos os Domínios Científicos	25/11/2014	29/01/2015	5487	894 M€
Concurso para as Iniciativas Empreendedoras de Investigação do Programa CMU Portugal – 2014	15/10/2014	16/12/2014	24	13.186.815 €
Projetos para Preparação de Propostas para o European Institute of Technology – 2014	18/06/2014	22/10/2014	-	-
Programa UT Austin Portugal – 2014	24/04/2014	24/06/2014	29	5.679.317 €
Concurso para Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico				

O lançamento de concursos públicos para financiamento de projetos de investigação em todos os domínios científicos e nas áreas estratégicas definidas implicou a execução de um conjunto de tarefas envolvendo a elaboração da documentação de suporte à abertura de concursos públicos, como sejam, o Edital, o Regulamento, os Formulários e os Guiões de Candidatura e de Avaliação, bem como, a articulação com a Divisão de Informática no âmbito do processo de adaptação de formulários, definição e implementação dos requisitos de cumprimento das condições de candidatura.

Apresenta-se, seguidamente, uma descrição resumida dos objetivos dos concursos abertos em 2014, para além do concurso em todos os domínios científicos anteriormente mencionado, com informação sobre o número de candidaturas apresentadas e o montante de financiamento solicitado.

3.5. Concurso Programa CMU – Portugal - 2014

A Fase II do Programa CMU Portugal, financiado pela FCT, dá ênfase à formação avançada e à investigação com um potencial significativo de impacto empreendedor. As atividades do programa são,

na sua maioria, configuradas em Iniciativas Empreendedoras de Investigação (*Entrepreneurial Research Initiatives* - ERIs).

As ERIs são projetos em ciências, engenharia, gestão e políticas, que articulam de forma estreita atividades de investigação, inovação e formação avançada, em colaboração com empresas, dando ênfase à comercialização de tecnologia para impacto na economia e na sociedade.

A missão das ERIs é estimular e promover a inovação no sector das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em Portugal, funcionando como motores de inovação de escala internacional, integrados em redes globais de conhecimento e de negócios, para formar inovadores criativos, gerar novas ideias, e traduzi-las em produtos, processos e serviços.

Este concurso teve como previsão apoiar quatro a sete ERIs, com um limite máximo de financiamento às instituições universitárias e de investigação Portuguesas por projeto de 650.000 €. As ERIs a financiar têm a duração máxima de 48 meses.

O período de apresentação de candidaturas decorreu entre 15 de outubro e as 17 horas (hora de Lisboa) de 16 de dezembro de 2014.

No âmbito deste concurso foram lacradas 24 candidaturas, envolvendo um financiamento total solicitado de 13.186.815 €. O processo de avaliação das candidaturas submetidas veio a decorrer já em 2015.

3.6. Projetos *European Institute of Technology* - 2014

O *European Institute of Innovation and Technology* (EIT) é uma organização da UE que reúne o ensino superior, a investigação e as empresas em torno de áreas de grande impacto societal, através das *Knowledge and Innovation Communities* (KICs). O objetivo do EIT é aumentar o crescimento sustentável e a competitividade da Europa, reforçando a capacidade de inovação da União Europeia. As KICs reúnem centenas de parceiros em centros de co-localização distribuídos pela Europa.

A FCT pretende apoiar a entrada de equipas portuguesas nas novas KICs através da implantação de centros de co-localização em Portugal. Com esta finalidade, a FCT lançou um concurso para apoiar projetos de criação de programas de trabalho (*business plans*) para a implantação de centros de co-localização de uma KIC. As propostas selecionadas deverão integrar consórcios europeus no âmbito do concurso do EIT para as KICs (EIT-KIC 2016 e 2018).

As áreas de I&D abrangidas por este concurso são: Produção de valor acrescentado, Alimentação para o futuro e Mobilidade urbana. Este concurso seria integralmente financiado por fundos nacionais através do Ministério da Educação e Ciência (MEC), com um orçamento de 300.000 €.

As propostas aprovadas receberiam até 50.000 €, que abrangem o período de tempo até à submissão das candidaturas pelo consórcio europeu ao concurso EIT-KIC 2016 e 2018 em que o centro de co-localização em Portugal estará integrado.

O período de apresentação de candidaturas decorreu entre o dia 18 de junho e as 17 horas (hora de Lisboa) do dia 22 de outubro de 2014. Não foram submetidas candidaturas no âmbito deste concurso.

3.7. Programa UT Austin|Portugal - 2014

Concurso para Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico

O objetivo deste concurso é o de integrar equipas de especialistas e investigadores em áreas relacionadas com *Digital Media* e/ou Tecnologias Emergentes, em colaboração com as áreas de Computação Avançada e Matemática. O concurso apoia dois tipos de projetos, Exploratórios e Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT). Os investigadores das áreas de computação avançada e matemática são incentivados a elaborar propostas conjuntas com os investigadores das áreas de digital media e de tecnologias emergentes.

O financiamento total disponível para este concurso foi de 1.150.000 €. O financiamento máximo por cada projeto Exploratório é de 30.000 €. Para os projetos de IC&DT o financiamento máximo para cada projeto é de 200.000 €.

Os projetos exploratórios têm uma duração máxima de 12 meses e os IC&DT de 36 meses.

O período de apresentação de candidaturas decorreu entre 24 de abril e as 17h (hora de Lisboa) de 24 de junho de 2014. No âmbito deste concurso foram lacradas 29 candidaturas, envolvendo um financiamento total solicitado que ascende a 5.679.317 €.

Foram financiadas cinco candidaturas, correspondentes a um financiamento total concedido de 971.646 €. Os projetos recomendados para financiamento ao abrigo deste concurso, iniciaram a sua execução já em 2015.

3.8. Execução Financeira

Relativamente à execução financeira, foram as dotações orçamentais dos Projetos 3599 e 5876 que viabilizaram a abertura de novos concursos e a assunção dos compromissos transitados de anos anteriores com os projetos em curso, suportando ainda as inerentes despesas de gestão, avaliação, acompanhamento e divulgação. A evolução e volume de transferências concretizadas a favor dos beneficiários dos projetos de investigação acompanhados pelo DPP são apresentados na Figura seguinte:

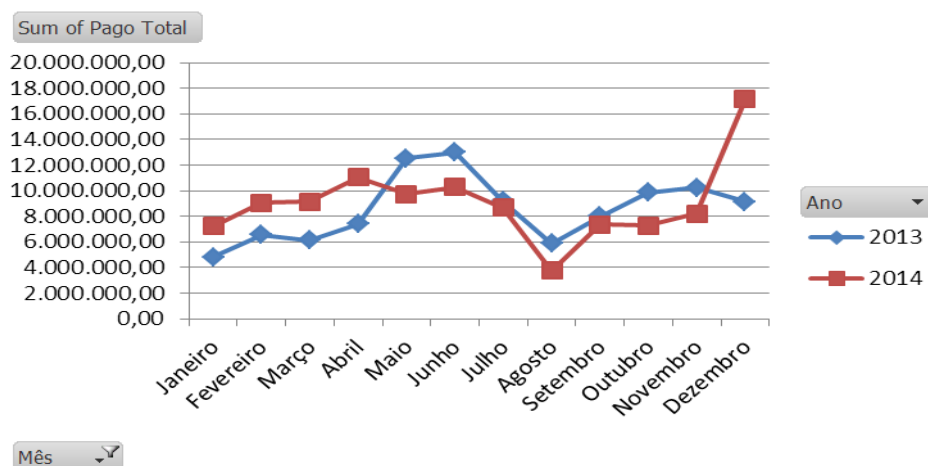


Figura 11 - Evolução comparativa de pagamentos a projetos de IC&DT

Relativamente ao ano anterior, 2014 registou-se um aumento de aproximadamente 4% nas transferências efetuadas. A Tabela seguinte traduz a evolução orçamental e execução dos Projetos 3599 e 5876:

Tabela 13 - Evolução orçamental e execução dos Projetos 3599 e 5876 (euros)

Projecto Orçamental	Orçamento Anual Inicial	Orçamento Anual Corrigido	Fundos Recebidos	Execução Total	Taxa de Execução (face aos fundos recebidos)
3599 - PPCDTI	60.486.972,00	59.845.294,00	59.789.082,56	59.754.265,40	99,94%
5876 - PPCDTI	46.005.087,00	50.209.538,00	48.975.130,62	48.774.102,27	99,59%
Totais	106.492.059,00	110.054.832,00	108.764.213,18	108.528.367,67	99,78%

Da análise da Tabela, é visível o esforço orçamental e prioridade que foi transmitida aos pagamentos a projetos de investigação, bem como a concretização plena dos objetivos orçamentais e a confirmação da prioridade estabelecida.

3.9. Nota Final

O DPP foi responsável em 2014 por um conjunto de ações com o objetivo cimeiro de garantir um eficaz e eficiente acompanhamento dos projetos de investigação, tentando dar resposta às solicitações e expectativas da comunidade científica.

O ano de 2015 exigirá um reforço organizacional do Departamento de forma a fazer face à crescente dimensão e complexidade dos processos e ao aprofundamento dos resultados obtidos.

Por outro lado, o encerramento do período de programação 2007-2013 e os desafios decorrentes do próximo Programa-Quadro, associados às novas regras a utilizar no âmbito do financiamento, com fundos estruturais, de projetos de investigação, obrigarão a um esforço adicional no sentido de garantir o encerramento dos projetos apoiados ao abrigo do POFC/COMPETE nos termos e nos prazos definidos, assegurando, concomitantemente, a adaptação aos novos processos de gestão no âmbito dos

novos instrumentos de apoio enquadrados no “Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica” do Portugal 2020.

No futuro, pretendemos reforçar a melhoria dos processos de gestão e acompanhamento de projetos de investigação, objetivo que deverá ser um processo intrínseco a todos os intervenientes, através da implementação de medidas de simplificação que traduzam de forma quantitativa e qualitativa a melhoria dos processos e resultados.

A aposta na simplificação de procedimentos com vista à promoção de um serviço público ágil, transparente e comprometido com os resultados institucionais e gastos públicos continuará a constituir uma prioridade do DPP, traduzida num esforço de implementação de novos processos, visando a melhoria do potencial de gestão dos programas e projetos apoiados e de intervenção junto dos beneficiários, tornando-o mais qualificado, alinhado e eficiente.

4. INSTITUIÇÕES

O Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas - DSRICT tem por missão a consolidação do conhecimento científico e tecnológico através do reforço da capacitação das Instituições de I&D, das Infraestruturas Nacionais de Investigação e da promoção do Emprego Científico. Compete-lhe igualmente a promoção da cultura científica e tecnológica, a difusão e divulgação do conhecimento científico e técnico.

4.1. Financiamento plurianual de Instituições de I&D

O financiamento de Unidades de I&D através de projetos estratégicos enquadra-se no objetivo estratégico da FCT de estimular a competitividade e visibilidade internacional da Ciência feita em Portugal. Pretende-se apoiar as atividades das instituições em linhas estratégicas de responsabilidade própria, estimulando a evolução para modelos de organização e gestão adequados às novas formas de produção de conhecimento multidisciplinar e em rede.

No ano de 2014 foi dada continuidade às atividades de gestão e acompanhamento dos projetos estratégicos financiados desde 2011. Estas atividades centraram-se principalmente na análise de despesa submetida pelas instituições beneficiárias no Portal de Ciência e Tecnologia (PCT). O resultado do esforço de todos os intervenientes no processo de análise e validação de despesa em 2014, comparativamente com os valores dos anos anteriores, é apresentado na Tabela abaixo. Embora o nº de Pedidos de Pagamentos (PPs) tenha tido um acréscimo significativo, de 38% face a 2013, o volume de despesa entrada registou uma redução, de 16% relativamente ao ano anterior. O valor da despesa analisada representa 92% da despesa entrada em 2014.

Tabela 14 – Instituições de I&D. Despesa entrada e analisada no período 2011-2014

Ano	Nº de PPs apresentados	Despesa Apresentada	Despesa Analisada	% Despesa Analisada
2011	255	23.658.496 €	18.917.526 €	80%
2012	1686	78.542.453 €	73.890.456 €	94%
2013	1983	85.379.620 €	87.494.068 €	102%
2014	2740	71.523.832 €	65.738.869 €	92%
Total	6664	259.104.401 €	246.040.919 €	95%

A execução dos Projetos Estratégicos (PEst) por tipologia Orçamento do Estado (OE) e Programa Operacional Fatores de Competitividade - COMPETE, com os correspondentes montantes pagos durante o ano de 2014, são os seguintes:

Tabela 15 – Instituições de I&D. Montantes executados por tipologia em 2014

Tipo	Despesa Apresentada	Despesa Analisada	Despesa Elegível	Montante pago
PEst COMPETE	28.479.801 €	23.969.958 €	19.529.311 €	18.260.858 €
PEst OE	43.044.031 €	41.768.912 €	33.467.386 €	28.869.876 €
Total	71.523.832 €	65.738.869 €	52.996.697 €	47.130.734 €

As Unidades de I&D e Laboratórios Associados com projetos estratégicos do biénio 2011-2012, no total de 85, apresentaram na plataforma da FCT o respetivo relatório científico final em outubro de 2013. Os relatórios científicos finais dos 235 projetos do triénio 2011-2013 foram submetidos em janeiro de 2014.

A avaliação dos 320 relatórios científicos finais submetidos, foi efetuada por oito comissões de avaliação constituídas por avaliadores recomendados pelos Conselhos Científicos da FCT, tendo sido salvaguardadas possíveis situações de conflito de interesses.

O processo de avaliação iniciou-se em abril de 2014 e foi concluído em dezembro. Na Tabela seguinte são apresentados por comissão de avaliação ou domínio científico o número de avaliadores, de relatórios finais (RF) avaliados e outras informações.

Tabela 16 – Instituições de I&D. Relatórios Finais avaliados

Comissões de Avaliação	Nº Coordenadores	Nº Avaliadores	Nº Relatórios Finais	Nº Alocações RF	Nº médio de RF por avaliador	Nº médio de dias de avaliação por RF
CVS	2	9	34	34	4	13
CNA	2	8	43	43	5	29
CEE	2	23	112	126	5	21
CSH	2	41	131	134	3	19
Total	8	81	320	337	4	21

CVS – Ciências da Vida e da Saúde; CNA – Ciências Naturais e do Ambiente; CEE – Ciências Exatas e da Engenharia; CSH – Ciências Sociais e Humanidades

Programa Incentivo

Em 2014 foi dada continuidade à atribuição do financiamento adicional sob a forma de “incentivo” às Unidades de I&D titulares de projetos estratégicos, que premeia o sucesso das instituições e dos seus investigadores na captação de financiamento externo à FCT. Nesta edição, o financiamento destinou-se à contratação de Recursos Humanos dedicados a atividades de I&D, incluindo encargos com bolseiros e contratos a termo, a executar durante o período de 2014-2015.

O valor atribuído ascendeu a 6.016.731 €, contemplando um total de 133 Unidades de I&D/Laboratórios Associados, com valores de financiamento compreendidos entre 12.000 € e 432.229 €.

Avaliação de Unidades de I&D

No âmbito dos objetivos estratégicos do DSRICT de promover e organizar ações tendentes à avaliação das Instituições de I&D, com uma periodicidade de cerca de cinco anos, decorreu em 2014 o processo de avaliação das candidaturas submetidas em 2013 tendo sido apreciadas as atividades científicas e tecnológicas desenvolvidas no período 2008-2013, assim como a estratégia para o período 2015-2020.

Com este exercício de avaliação pretendeu-se estimular a criação de modelos de organização eficazes, que assegurem um aproveitamento racional dos recursos e das infraestruturas e que reforcem a competitividade de Portugal no Espaço Europeu de Investigação. Para tal as Unidades puderam manter a composição e organização anteriormente existente ou apresentar-se numa configuração mais adequada à prossecução dos seus objetivos estratégicos. Esta reorganização deu também oportunidade à criação de novas Unidades de I&D, à fusão ou à extinção de Unidades existentes.

Fases da avaliação das Unidades de I&D

A avaliação das 322 candidaturas admitidas ao concurso lançado em 2013 decorreu em 2014 e compreendeu duas fases. A primeira, baseada nos elementos fornecidos pelas Unidades de I&D, em formulários próprios, possibilitou a elaboração pelos painéis de avaliação, de relatórios de consenso que definiram a passagem à segunda fase ou a atribuição das classificações de “Bom”, “Razoável” e “Insuficiente”. A *European Science Foundation* (ESF) foi a entidade responsável pela condução da primeira fase, tendo colaborado com a FCT durante a segunda fase de avaliação. Os resultados da primeira fase foram divulgados em junho de 2014 após o que se seguiu o período de audiência prévia das Unidades que não passaram à segunda fase. A decisão final relativamente a estas 144 Unidades, após análise dos processos submetidos em audiência prévia, foi divulgada em outubro.

As 178 Unidades que transitaram para a segunda fase foram visitadas por membros dos painéis de avaliação de acordo com o determinado no Regulamento de Avaliação e Financiamento de Unidades de I&D – 2013. O planeamento foi efetuado pelo Gabinete de Avaliação e Programação (GAv) da FCT e pelo DSRICT tendo as visitas decorrido entre julho e novembro de 2014. Os avaliadores foram acompanhados por técnicos do DSRICT e de outros departamentos da FCT. Concluídas as visitas, os painéis de avaliação elaboraram os relatórios finais de consenso com as recomendações de classificação a atribuir a cada uma Unidade. Um conjunto de 167 Unidades obtiveram classificação

superior ou igual a “Muito Bom” e 11 Unidades obtiveram classificações inferiores. A proposta de decisão das 178 Unidades de I&D foi divulgada em dezembro de 2014.

Na Tabela seguinte constam as classificações das Unidades de I&D correspondentes à decisão final da primeira fase e à proposta de decisão da segunda fase comunicada em dezembro.

Tabela 17 – Classificação final da 1ª fase e proposta de decisão da 2ª fase

Fases de Avaliação	Nº UID	Classificação (nº de UID)					
		Insuficiente	Razoável	Bom	Muito Bom	Excelente	Excecional
1ª	144	32	31	81	-	-	-
2ª	178	-	2	9	104	52	11
Total	322	32	33	90	104	52	11

A Figura abaixo apresenta a distribuição das 322 Unidades avaliadas e de 15.544 Investigadores que integram as equipas, por classificação atribuída, após a conclusão da 2ª fase. O número de unidades financiadas totaliza 257, correspondendo às classificações de “Bom”, “Muito Bom”, “Excelente” e “Excecional”. As Unidades não financiadas representam 11% do universo das Unidades avaliadas, englobando 10% dos investigadores doutorados das equipas propostas à avaliação.

**Distribuição de Unidades e Investigadores por classificação
(322 UI&D/15 544 inv)**

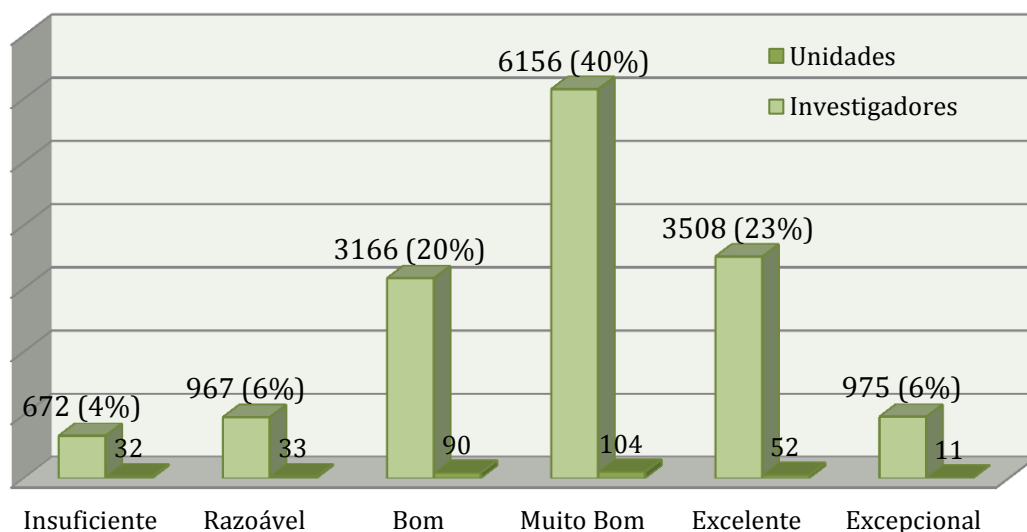


Figura 12 - Distribuição de Unidades e Investigadores por classificação

Fundo de reestruturação

Como anunciado pelo MEC, e dando cumprimento ao despacho de 1 de outubro da Secretária de Estado da Ciência (SEC), foi criado um fundo específico para apoiar a reestruturação das Unidades de I&D que no exercício da avaliação externa de 2013 tenham revelado potencial de desenvolvimento e competitividade internacional mas que não tenham obtido a classificação de “Muito Bom”.

Pretende-se que este apoio suplementar permita uma reorganização e reestruturação das Unidades que dele beneficiem, tendo presente as recomendações dos painéis de avaliação, potenciando uma melhoria significativa na sua competitividade científica internacional até à avaliação intercalar de 2017. O fundo apoiará as Unidades classificadas com “Bom” que no conjunto dos parâmetros A, B, C e D avaliados tenham obtido uma classificação total de 14 ou 15.

As condições de elegibilidade e da atribuição do financiamento público a conceder por via do Fundo de Reestruturação foram estabelecidas por Regulamento próprio homologado pela SEC em março de 2015.

Financiamento aprovado para 2015-2017

Os financiamentos aprovados das Unidades de I&D avaliadas com a classificação de “Bom”, “Muito Bom”, “Excelente” e “Excecional” estão discriminados na Figura abaixo. As 52 Unidades classificadas com “Bom” elegíveis para o Fundo de Reestruturação receberão um financiamento agregado, que incluirá o financiamento base e o apoio à reestruturação, a executar pelo período de 24 meses. O financiamento base atribuído às Unidades de I&D classificadas com “Bom” foi calculado de acordo com o previsto no n.2 do Art.º 13º do Regulamento de Avaliação e Financiamento de Unidades de I&D e terá o período de execução de 36 meses.

O financiamento atribuído às restantes Unidades integra o financiamento base, conforme a matriz de financiamento acima mencionada e destina-se à prossecução dos objetivos previstos no Art.º 11º do mesmo Regulamento. O financiamento total deverá ser, preferencialmente, afeto à realização do programa estratégico proposto, com a duração de 36 meses.

Distribuição do Financiamento (2015-2017)

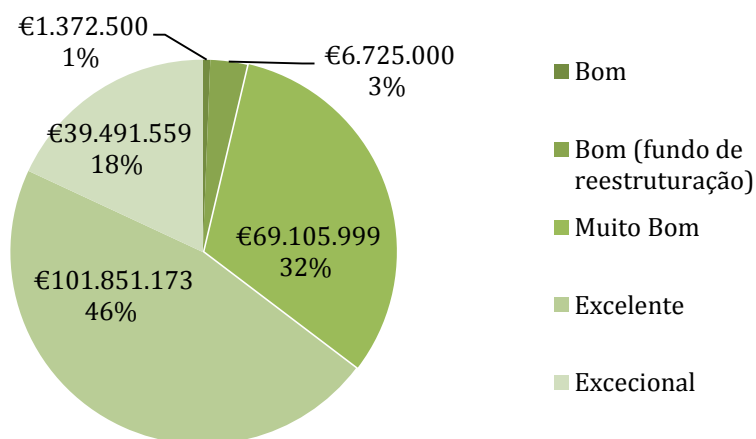


Figura 13 – Unidades. Distribuição do financiamento por classificação para o período 2015-2017

4.2. Execução financeira

A execução financeira das ações sob a responsabilidade do DSR ICT enquadra-se nos seguintes Projetos do PIDDAC, integrados no Programa PO13 - “Ciência e Ensino Superior”, MO 004 - “Serviços Gerais da A.P. – Investigação Científica de Caráter Geral” do Orçamento do Estado:

- 6817 – Desenvolvimento, Consolidação e Reforço da Rede Nacional de Instituições ID
- 6820 – Desenvolvimento, Consolidação e Reforço da rede Nacional de Instituições ID, projeto cofinanciado pelo FEDER
- 6821 – Divulgação de C&T e Cultura Científica e Tecnológica.

As Tabelas seguintes apresentam, por projeto PIDDAC, os orçamentos iniciais e corrigidos após alterações orçamentais ocorridas ao longo do ano, e os montantes executados por fonte de financiamento.

Tabela 18 - Projeto PIDDAC, orçamentos iniciais e corrigidos após alterações orçamentais e montantes executados por fonte de financiamento

Projeto PIDDAC	Fonte de Financiamento	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Montantes Executados
6817	Correntes (311)	1.160.000 €	1.160.000 €	1.051.852 €
	Capital (311)	27.217.317 €	34.734.592 €	34.734.516 €
	Reposições não abatidas (510)	1.876.770 €	445.454 €	152.091 €
	Reposições não abatidas (520)	0 €	156.759 €	0 €
Total		30.254.087 €	36.496.805 €	35.938.459 €
6820	Capital (351)	3.656.250 €	900.000 €	897.882 €
	Capital (358)	0 €	206.410 €	204.216 €
	Capital - FEDER (412)	23.377.981 €	22.524.630 €	17.158.760 €
Total		27.034.231 €	23.631.040 €	18.260.858 €
6821	Capital - OE (311)	975.000 €	231.636 €	108.930 €
Total		975.000 €	231.636 €	108.930 €

(a) O orçamento corrigido poderá não corresponder a receita cobrada.

Tabela 19 - Montantes totais executados por atividade no ano 2014

Atividade	Montantes executados
Projetos Estratégicos	47.130.734 €
Programa Incentivo	6.016.731 €
Despesas Correntes (Avaliações)	927.852 €
Mundo na Escola - Protocolo	29.862 €
ITQB - Protocolo	79.068 €
Auditorias	124.000 €
Total	54.308.246 €

4.3. Infraestruturas de C&T

Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico (RNIE)

O concurso para a criação de um Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico (RNIE) esteve aberto de 30 de julho de 2013 a 30 de setembro de 2013. Este concurso tinha por objetivo dar cumprimento a uma das condicionalidades *ex-ante* previstas no quadro de programação financeira plurianual 2014-2020 e contribuir para o planeamento estruturado do investimento de natureza estratégica em infraestruturas de investigação, com um horizonte de médio-longo prazo (igual ou superior a 6 anos), promovendo sinergias e identificando áreas prioritárias de interesse nacional.

Foram admitidas para avaliação 121 candidaturas das 124 submetidas, distribuídas pelas sete Áreas Temáticas definidas no Regulamento do concurso:

Candidaturas admitidas para avaliação (Total = 121)

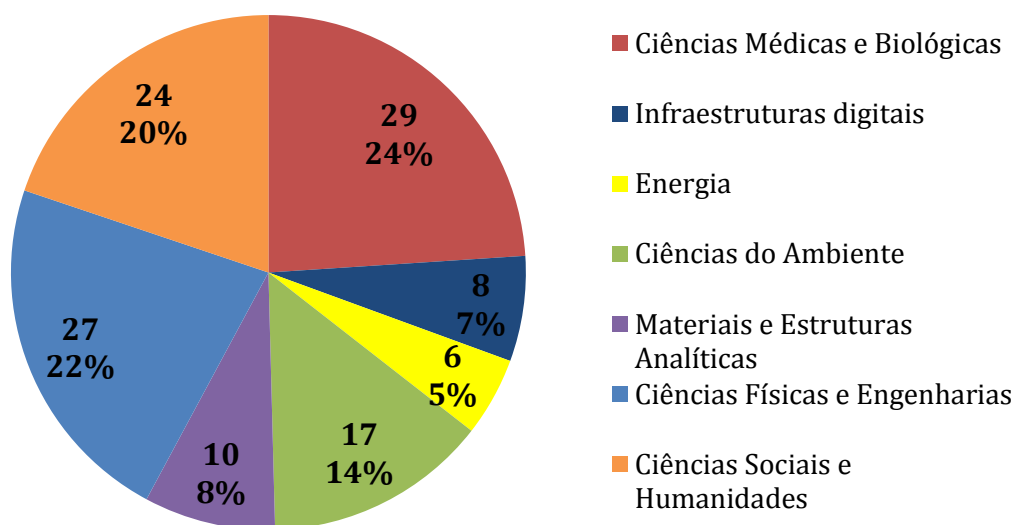


Figura 14 – RNIE. Candidaturas admitidas para avaliação

Resultados após a avaliação

Conforme definido no Guião de Avaliação, o processo de avaliação teve em conta o mérito científico e a relevância estratégica das candidaturas. As reuniões de avaliação decorreram no final de 2013, tendo os resultados sido comunicados aos proponentes das candidaturas a 21 de fevereiro e publicados na página da FCT a 25 de fevereiro de 2014. Os resultados incluíram a proposta de decisão sobre a integração no RNIE e a indicação da categoria atribuída, conforme definido no Guião de Avaliação:

Category 1 - those that have demonstrated high scientific potential and are considered to have high strategic regional and/or national relevance;

Category 2 – those that have demonstrated high scientific potential and quality but still need further work on the implementation and sustainability capacity and have not been considered closely articulated with the highest priority regional and national policies;

Category 3 – those that have demonstrated medium or low scientific quality or impact and/or have been considered to have or demonstrated none or weak relation with regional and national policies and priorities.

Às propostas de candidaturas a integrar o RNIE foi atribuída a categoria 1. Para algumas das candidaturas às quais foi atribuída a categoria 2, foram propostas pela FCT recomendações de articulações (integração/fusão) com infraestruturas de categoria 1 (ver Figura abaixo).

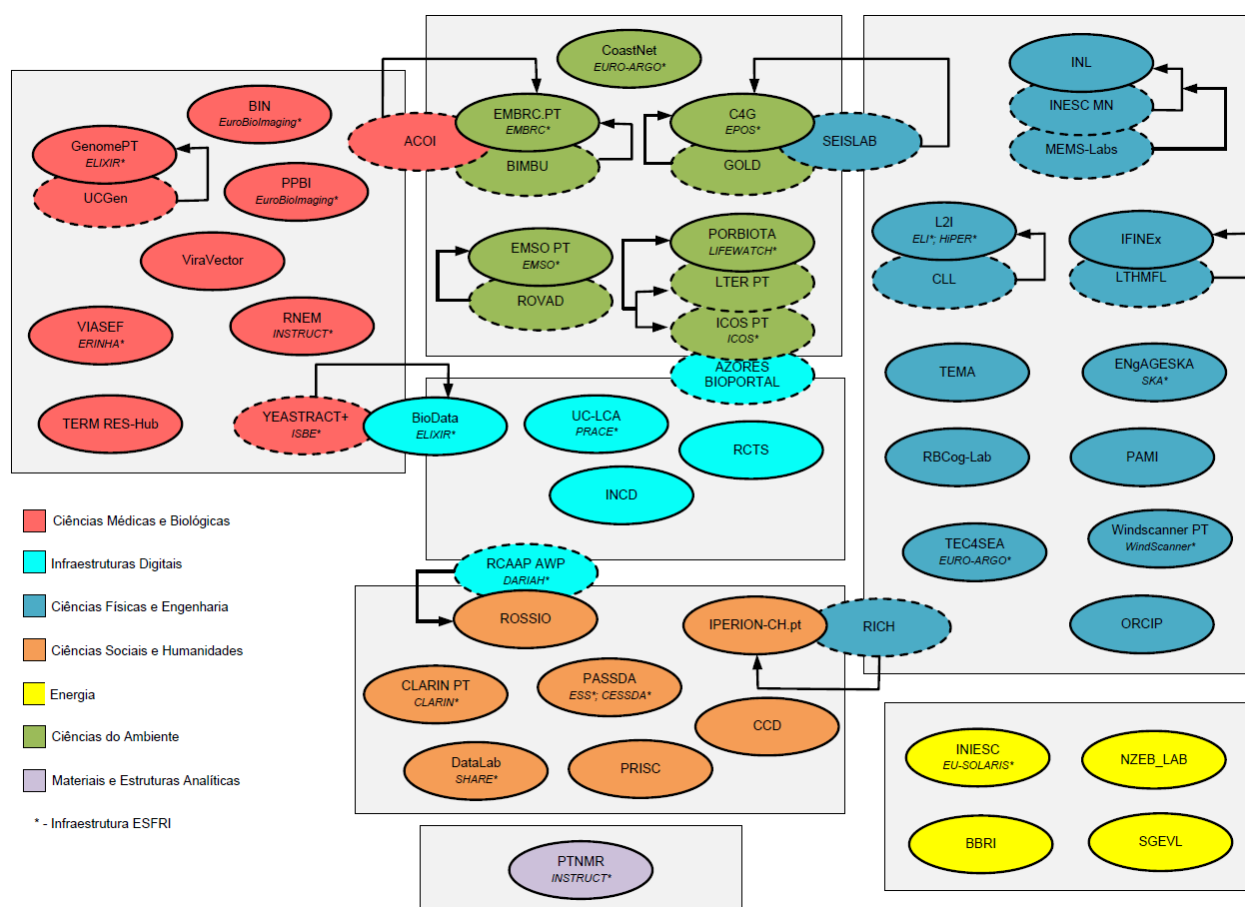


Figura 15 – RNIE. Diagrama das articulações entre candidaturas propostas pela FCT

Foram recomendadas para integração no RNIE 38 infraestruturas de investigação, num total de 54 candidaturas (taxa de sucesso [avaliadas/aprovadas] = 44,6%). A Figura abaixo apresenta os resultados após avaliação, distribuídos pelas sete áreas temáticas definidas no Regulamento.

**Infraestruturas recomendadas após avaliação
(Total = 38; incl. 54 candidaturas)**

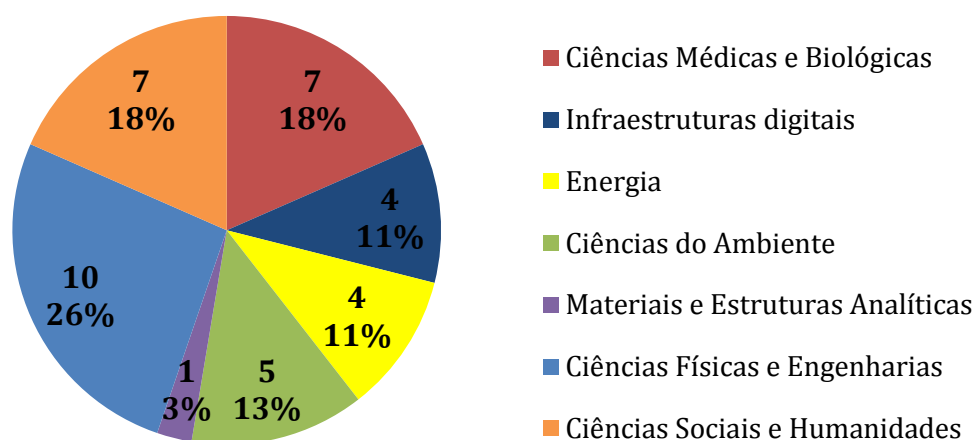


Figura 16 – RNIE. Infraestruturas recomendadas após avaliação

Resultados após a fase de Audiência Prévia

O período de Audiência Prévia (AP) decorreu até 7 de março, tendo sido recebidas 34 alegações, das quais apenas 19 correspondiam a pedidos de reapreciação da decisão.

Após a análise de todos os comentários recebidos, foi definida uma metodologia para tratamento das alegações que consubstanciavam pedidos de reapreciação, tendo sido, nos casos considerados pertinentes, solicitada a respetiva análise aos coordenadores de cada área temática do painel científico e/ou aos representantes regionais. Face aos comentários recebidos por parte do painel científico e dos representantes regionais, a FCT propôs a inclusão de duas candidaturas adicionais à lista das infraestruturas recomendadas para integrar no Roteiro.

Em paralelo, foram organizadas duas reuniões na FCT (16 e 29 de maio) com os coordenadores das candidaturas propostas para articulação (11 propostas de articulação, envolvendo 25 candidaturas). No seguimento das referidas reuniões, 10 das propostas de articulação foram aceites pelos proponentes, sendo que numa das propostas não foi possível alcançar o acordo nos prazos definidos pela FCT, tendo sido autorizada uma nova fase de negociação.

A proposta de decisão final, que incluiu duas candidaturas adicionais resultantes da fase de AP e os resultados de 10 propostas de articulação da FCT, foi homologada pela Secretária de Estado da Ciência a 27 de junho de 2014, contemplando um total de 40 Infraestruturas para integração no Roteiro, envolvendo 56 das candidaturas submetidas no âmbito do concurso. Os resultados do concurso após a fase de AP foram comunicados aos proponentes das candidaturas e publicados na página da FCT a 1 de julho de 2014 (ver Figura abaixo).

Infraestruturas de Investigação recomendadas após Audiência Prévia (Total = 40; incl. 56 candidaturas)

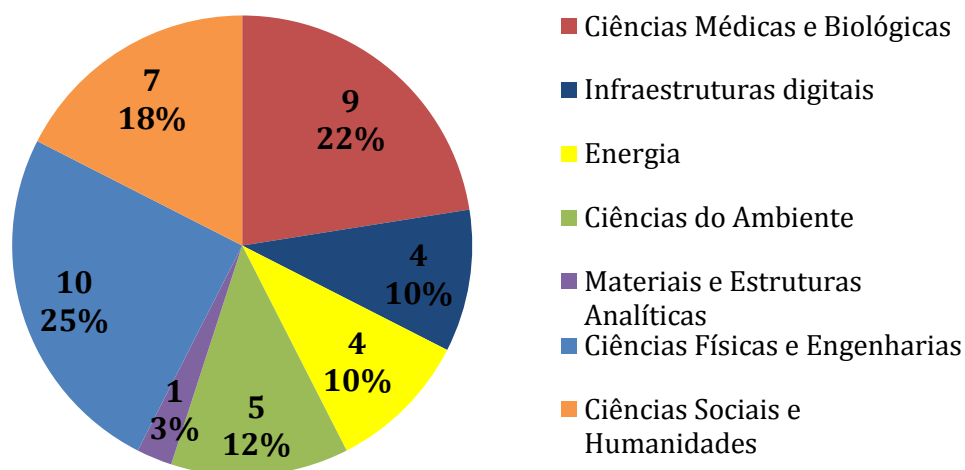


Figura 17 – RNIE. Infraestruturas recomendadas após a fase de audiência prévia

A FCT decidiu, posteriormente, não aceitar a proposta de articulação ainda em apreço, face aos argumentos expostos pelos coordenadores de ambas as infraestruturas. A decisão foi comunicada a 22 de julho aos Investigadores Responsáveis (IR) das respetivas candidaturas.

Resultados após o período de Reclamações

Nos termos previstos no Regulamento do Concurso, o Investigador Responsável de cada candidatura poderia submeter uma reclamação ao Conselho Diretivo da FCT. Na sequência da comunicação dos resultados após Audiência Prévia, o período de Reclamações decorreu até 22 de julho p.p., tendo sido recebidas pela FCT nove reclamações, submetidas eletronicamente.

As reclamações foram analisadas pela Direção da FCT em conjunto com os responsáveis pelas Infraestruturas/DSRICT e pelo Gabinete de Avaliação (GA_v) da FCT. Não tendo sido encontradas evidências que justificassem uma nova consulta ao painel de avaliação científico e/ou painel de avaliação estratégica, a FCT comunicou a 16 de dezembro aos IR que a decisão previamente comunicada se manteria, não havendo lugar a alterações.

Foram integradas no RNIE 40 infraestruturas de investigação envolvendo 55 das candidaturas submetidas no âmbito do concurso, conforme Figuras abaixo (resultados por área temática e articulações efetivadas):

**Infraestruturas de Investigação recomendadas para
integração no Roteiro (Total = 40)**

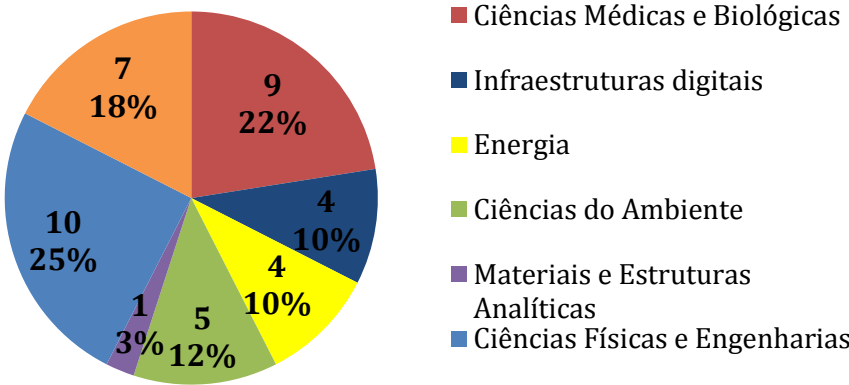


Figura 18 – Infraestruturas recomendadas para integração no RNIE

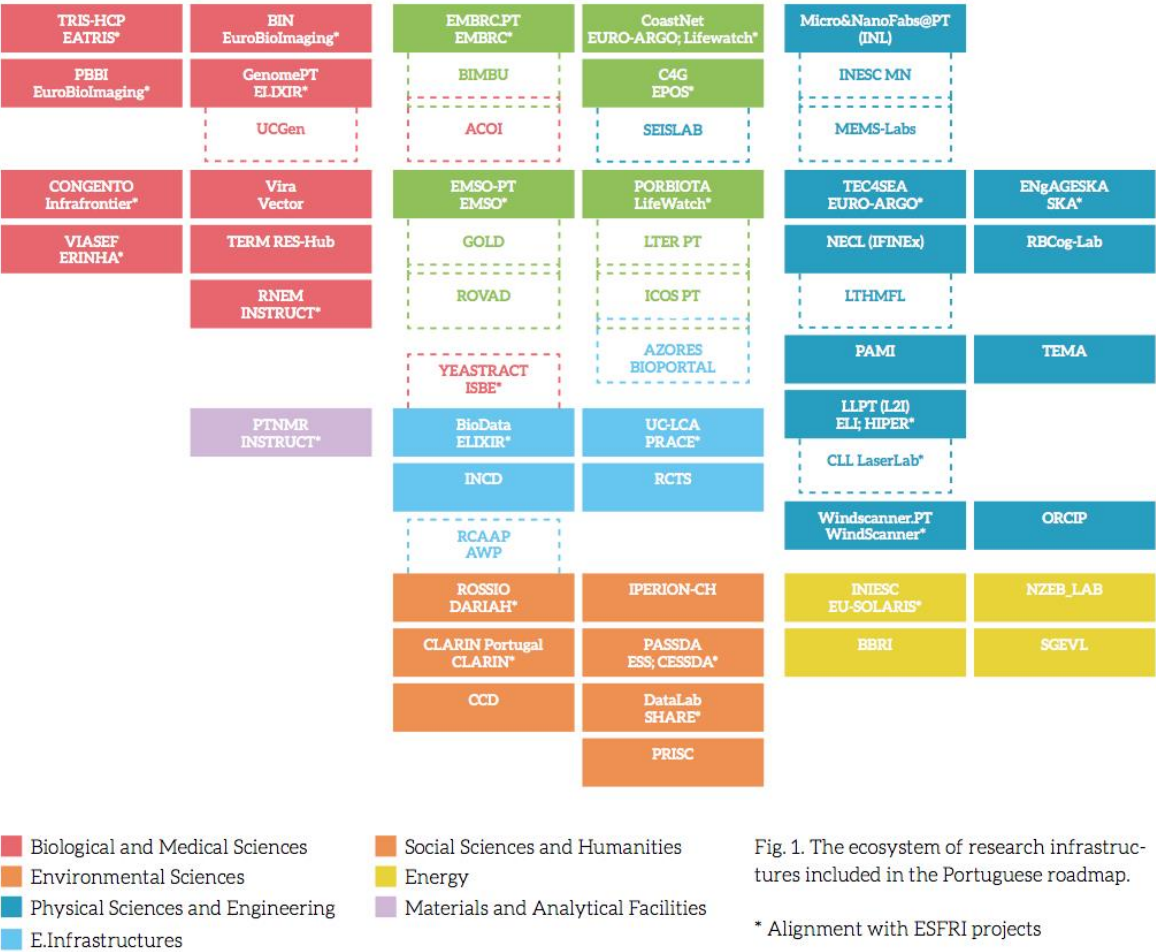


Fig. 1. The ecosystem of research infrastructures included in the Portuguese roadmap.

* Alignment with ESFRI projects

Figura 19 – RNIE. Diagrama das articulações concretizadas entre candidaturas

Lançamento do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico (RNIE)

As 40 Infraestruturas de investigação selecionadas para integrar o RNIE foram inventariadas na publicação “*Portuguese Roadmap of Research Infrastructures*” ([http://www.fct.pt/apoios/equipamento/roteiro/2013/docs/Portuguese Roadmap of Research Infrastructures.pdf](http://www.fct.pt/apoios/equipamento/roteiro/2013/docs/Portuguese_Roadmap_of_Research_Infrastructures.pdf)) apresentada na sessão de lançamento a 17 dezembro de 2014, na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa. Nesta sessão, cujo programa e apresentações se podem encontrar em <http://www.fct.pt/media/conferencias/roteiroinfraestruturas.phtml.pt>, foram discutidos os projetos de implementação das infraestruturas e abordadas as oportunidades de financiamento nacionais e europeias para as infraestruturas de investigação entre 2014 e 2020.

Este evento contou com cerca de 250 participantes, incluindo os coordenadores das 40 infraestruturas, representantes das regiões e Comité de Acompanhamento das Infraestruturas de Investigação. Participaram na sessão o Conselho Diretivo da FCT que fez a apresentação do Roteiro, o *Director Europe Research Area Directorate, DG Research & Innovation*, da Comissão Europeia, o coordenador do Grupo de Implementação do *ESFRI - European Strategy Forum on Research Infrastructures* e o vogal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. A sessão foi encerrada pelos Ministros do Desenvolvimento Regional e da Educação e Ciência.

Comité de Acompanhamento do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico (RNIE)

De acordo com os termos do Regulamento do Concurso, procedeu-se à criação do Comité de Acompanhamento das Infraestruturas de Investigação (Comité), ao qual cabe acompanhar, avaliar e orientar a implementação do RNIE.

As Infraestruturas/DSRICT contribuíram para a elaboração dos Termos de Referência (ToR) do Comité, que foram homologados pela Secretária de Estado da Ciência a 22 de abril de 2014, prevendo uma composição que inclui um presidente e um vice-presidente (com funções de coordenação), membros técnicos permanentes (incluindo um membro das Infraestruturas/DSRICT), peritos científicos nacionais e internacionais. O Conselho Diretivo da FCT, de acordo com o previsto nos ToR, nomeou a 30 de abril os membros do Comité (Anexo II do Roteiro). Os peritos científicos nacionais foram indicados pelos Coordenadores Executivos dos Conselhos Científicos da FCT, em conformidade com as sete áreas temáticas definidas no Concurso RNIE.

O Comité reuniu duas vezes em 2014, a 8 de maio e a 25 de julho. Organizado em grupos de trabalho *ad-hoc* por área temática do concurso, a agenda em 2014 centrou-se na publicação do Roteiro e na elaboração das fichas de caracterização de cada infraestrutura.

Redes Nacionais

No que concerne ao acompanhamento material e financeiro dos financiamentos atribuídos às Redes Nacionais de Espectrometria de Massa (RNEM), Microscopia Electrónica (RNME), Ressonância Magnética Nuclear (RNRMN), e Rede Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral (RNIFC) foram desenvolvidas várias atividades, nomeadamente:

- Elaboração dos instrumentos necessários para acompanhamento dos financiamentos atribuídos para o ano 2014 às três Redes (RNEM, RNME, RNRMN) e estabelecimento de contactos com os Investigadores Responsáveis e/ou com as Instituições participantes para esclarecimento de dúvidas e acompanhamento da execução ao longo do ano
- Análise e validação dos Relatórios de execução material e financeira relativos ao financiamento transitório atribuído para o ano de 2013 da RNEM (Total da despesa elegível validada **159.536,29 €**), RNME (Total da despesa elegível validada **144.575,57 €**) da RNRMN (Total da despesa elegível validada **266.848,15 €**) e da RNIFC (Total da despesa elegível validada **119.912,82 €**)
- Preparação de documentação de suporte à tomada de decisão superior sobre a prorrogação do financiamento das Redes Nacionais para 2015.

Participação em atividades no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007/2013)

Tendo presente as responsabilidades atribuídas à FCT, como organismo responsável pela emissão de parecer conclusivo no âmbito do Regulamento Específico do "Sistema de Apoio a infraestruturas Científicas e Tecnológicas (SAICT)", dos Programas Operacionais Regionais (POR) do Continente, foram analisadas diversas candidaturas e emitidos os respetivos Pareceres Conclusivos:

- 23 candidaturas admitidas pela Autoridade de Gestão (AG) Centro na sequência do Aviso de Concurso Centro-ICT-2013-05
- 12 candidaturas admitidas pela AG do POR Norte, na sequência do Aviso de Concurso SAICT-IEC/1/2014
- 4 candidaturas admitidas pela AG do POR Norte, na sequência do Aviso de Concurso SAICT-IEC/2/2014.

Foi ainda solicitada a participação da FCT na Comissão Técnica de Avaliação de Mérito das candidaturas admitidas no POR NORTE, tendo sido designados como representantes os Técnicos Superiores Helena Grade / Tiago Saborida / Ana Araújo (Infraestruturas de C&T) e Ricardo Miguéis (GPPQ), os quais partilharam a responsabilidade na apreciação e fundamentação dos subcritérios que ficaram afetos à FCT.

Outras atividades

Foi dada sequência a diversas solicitações da Direção da FCT, das quais se destacam:

- Acompanhamento do *dossier* relativo à formalização da constituição do primeiro Centro UNESCO com sede em Portugal, o ICCE – *International Centre for Coastal Ecohydrology*. Destaca-

se, em 2014, a análise das várias versões do Decreto-Lei que cria o ICCE, e a participação em reuniões de coordenação interministerial para o efeito

- Elaboração, a pedido dos Delegados Nacionais ao ESFRI, das propostas para a adesão de Portugal aos consórcios legais europeus das infraestruturas europeias CLARIN - *Common Language Resources and Technology Infrastructure* e DARIAH - *Digital Research Infrastructure for the Arts and Humanities*, considerando a integração dos respetivos nós nacionais no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico
- Preparação das propostas para pagamento das várias participações internacionais relativas à participação portuguesa nas infraestruturas europeias ECRIN - *European Clinical Research Infrastructures Network*, INSTRUCT - *Integrated Structural Biology Infrastructure*, ESS - *European Social Survey*, PRACE - *Partnership for Advanced Computing in Europe*, e CLARIN - *Common Language Resources and Technology Infrastructure*
- Solicitação das despesas relativas à 2.ª vaga do SHARE - *Portugal*, (5.ª e 6.ª vagas a nível europeu), projeto cofinanciado pela FCT e pelo Instituto Gulbenkian Ciência, à Universidade do Minho e à Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, representantes nacionais desta iniciativa europeia (SHARE - *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe*) e responsáveis pelos inquéritos em Portugal.

4.4. Execução Financeira

A execução financeira das ações a cargo das Infraestruturas de C&T enquadra-se no **Projeto 6811** - “Consolidação do Reequipamento Científico das Instituições de C&T”, integrado no **Programa PO 13** - “Ciência e Ensino Superior”, **MO 004** - “Serviços Gerais da A.P. - Investigação Científica de Caráter Geral” do Orçamento de Estado.

Nas Tabelas seguintes apresenta-se a distribuição do orçamento inicial, corrigido e executado por fonte de financiamento e tipologia de despesa, bem como a repartição do total executado por atividades / ações.

Tabela 20 - Distribuição do orçamento inicial, corrigido e executado por fonte de financiamento e tipologia de despesa

Fonte de Financiamento	Tipologia de Despesas	Orçamento Inicial (€)	Orçamento corrigido (€)	Total Executado em 2014 (€)
311 - OE não cofinanciado	Desp. Correntes	120.000	60.130	16.235
	Desp. Capital	2.822.261	582.278	559.992
Sub-total FF 311		2.942.261	642.408	576.227
510 - Reposições não Abatidas recebidas	Desp. Correntes	0	0	0
	Desp. Capital	48.750	48.999	8.200
Sub-total FF 510		48.750	48.999	8.200
Total Projeto 6811		2.991.011	691.407	584.427

Tabela 21 - Repartição do orçamento total executado por atividades /ações

Atividades / Ações	Total Executado em 2014 (€)
Financiamento atribuído às Redes Nacionais	240.326
Comparticipações relativas à participação portuguesa em infraestruturas internacionais	328.973
Despesas relativas ao RNIE (publicação; sessão de lançamento; pagamentos aos avaliadores)	15.128
Total	584.427

Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC)

O Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC) é um programa específico da FCT que se destina a apoiar seletivamente atividades da comunidade científica e das suas instituições, que promovam o seu desenvolvimento e internacionalização.

O FACC apoia atividades em todos os domínios científicos, que estejam excluídas do âmbito do financiamento de outros programas da FCT.

Este programa encontra-se aberto em permanência, no entanto existem diferentes prazos para apresentação de candidaturas de acordo com o tipo de apoio pretendido.

O FACC apoia as seguintes iniciativas:

- Apoio ao funcionamento de sociedades científicas ou de outras instituições científicas da mesma natureza
- Apoio à organização de reuniões científicas em Portugal
- Apoio à edição de publicações não periódicas de natureza científica
- Estímulo à internacionalização da comunidade científica nacional.

São destinatários dos apoios do Programa FACC:

- Instituições do ensino superior, os seus institutos e instituições de I&D sem fins lucrativos
- Laboratórios do Estado e outras instituições públicas de investigação
- Sociedades científicas ou associações científicas sem fins lucrativos
- Personalidades de reconhecido mérito científico (condições definidas no Regulamento).

Em 2014 foram rececionadas um total de 387 candidaturas, das quais 263 foram aprovadas. Foram ainda executados apoios aprovados em 2013 e cuja data de realização ocorreu em 2014.

O valor global executado relativo aos apoios previstos no Programa FACC foi de 380.766,35 €, conforme abaixo discriminado:

Tabela 22 - Candidaturas ao Programa FACC 2014

Tipo de Apoio	Candidaturas				Financiamento (€)
	Nº	Recusadas	Aprovadas	Executadas em 2014	
Organização de Reuniões Científicas em Portugal	294	87	207	219	215.048
Funcionamento de Sociedades Científicas ou Outras Instituições Científicas da Mesma Natureza	27	3	24	25	148.000
Edição de Publicações Não Periódicas de Natureza Científica	28	13	15	13	9.000
Estímulo à Internacionalização da Comunidade Científica Nacional	38	21	17	16	8.718
TOTAL	387	124	263	273	380.766

Apoios Especiais

A FCT, através dos Apoios Especiais, apoia de forma seletiva iniciativas de índole geral da comunidade científica portuguesa, reconhecidas pelo mérito e impacto no plano nacional e internacional, e que contemplem a promoção de atividades de I&D e/ou de transmissão de conhecimento em qualquer área científica.

Neste âmbito, podem ser apoiadas candidaturas apresentadas por:

- Instituições de ensino superior e seus institutos
- Laboratórios de Estado e outras instituições públicas de investigação
- Sociedades científicas ou associações científicas sem fins lucrativos
- Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos
- Personalidades de reconhecido mérito.

A avaliação, seleção e decisão dos apoios a conceder, é efetuada pelo Presidente do Conselho Diretivo da FCT, tendo em conta a adequabilidade do pedido aos objetivos propostos, a razoabilidade financeira e o

interesse científico do pedido apresentado, de acordo com as diretivas gerais e os pressupostos da missão e atribuições da FCT.

No âmbito dos Apoios Especiais, foram apoiadas as iniciativas constantes da seguinte Tabela:

Tabela 23 - Apoios Especiais 2014

Tipo de Apoio	Ações	Financiamento (€)
Prémios	Prémio Pulido Valente	5.000
	Prémio Tradução C&T	7.500
	Prémio Fernando Gil	37.500
	Pagamento de despesas de avaliação dos Prémios (Medalhas L'Oréal, Prémio Fernando Gil, Tradução C&T)	2.278,51
Protocolos	FCT/Fundação <i>EurOcean</i>	56.997
	FCT/Museu Nacional do Azulejo – Base de Imagens Artstor	350,00
	Comparticipação FCT/ <i>Fulbright</i>	219.711
	Compromisso anual FCT/LIP	122.205,48
	CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas	125.000
	FCT/LIP - Protocolo de cooperação no âmbito da participação Portuguesa na ESA, CERN e ESO	62.000
Quotas e contribuições nacionais e internacionais	CISM - <i>Centre International des Sciences Mécaniques</i>	5.000
	IGBP - <i>International Geosphere-Biosphere Programme</i>	6.200
	ILTEC - Instituto de Linguística Teórica e Computacional	25.000
	IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	150.000
Ações de Apoio à C&T	Estudo de Prevalência de Mutilação Genital Feminina em Portugal (Valor Global Concedido de 49.974,00€)	19.803,12
	Tradução do Regulamento do FACC	279,48

Contribuição Elixir	34.437
Exposição de Arte Contemporânea - Tema "A Luz e o Vidro"	5.000
Vieira Global	40.000
Campanha Antártica Portuguesa 2013-2014 - PROPOLAR	120.000
Plataforma Nacional de Ciência e Tecnologia DeGóis	11.140
<i>ENGAGE SKA WP Consortium</i>	12.180
Cátedra UNESCO - <i>Intangible Heritage and Traditional Know-how: Linking Heritage</i>	8.280
Cátedra UNESCO - Biodiversidade e Conservação para o Desenvolvimento Sustentável	9.667
<i>Teaming do H2020 – Tema Regenerative Medicine & Precision Medicine</i>	6.150
<i>Teaming Agro-Food and Forestry</i>	12.300
Bela Adormecida no Jardim: Estudo Preliminar na Recuperação e Valorização do Observatório da Escola Politécnica (1898 - 1998)	35.000
Concurso Indicadores de Desempenho para o Ensino Superior Politécnico	9.368
Concurso Partilha e Divulgação de Experiências em Inovação Didática no Ensino Superior Português	76.313,60
Contribuição excepcionais para complemento de propinas de doutoramento no estrangeiro	47.746,48
TOTAL	1.272.406,67 €

Execução Financeira

O projeto PIDDAC /935 - Fundo de Apoio à Comunidade Científica (integrado no Programa PO14- "Ciência e Ensino Superior", MO 004 - "Serviços Gerais da A.P. – Investigação Científica de Carater Geral ") teve em 2014 uma dotação no montante de 1.716.550 € (sendo em reposições não abatidas 67.500 €, dos quais recebidos 49.782.11 €, e em receita própria entre organismos 60.000 €), tendo sido executado o montante 1.653.173,02 € (96,3%).

Outras atividades

Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência – Edição 2014

A iniciativa *Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência* foi criada pela L'Oréal Portugal, em conjunto com a Comissão Nacional da UNESCO (CNU) e com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia com o objetivo de promover a participação das mulheres na Ciência, incentivando as mais jovens e promissoras cientistas, em início de carreira, a realizarem estudos avançados na área das Ciências da Vida e das Ciências do Ambiente.

O concurso para atribuição das *Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência* 2014 encontrou-se aberto entre 16 de junho e 16 de setembro, tendo sido apresentadas 104 candidaturas, das quais 3 foram excluídas por não preencherem os requisitos do concurso.

O Júri constituído para avaliação das candidaturas, coordenado pelo Professor Alexandre Quintanilha e composto pelas Professoras Helena Freitas, Cecília Arraiano, Cláudia Pereira, Leonor Cancela e Deolinda Lima, após avaliação individual das candidaturas, reuniu nas instalações da FCT, em 1 de dezembro de 2014, deliberando atribuir, por unanimidade, as três Medalhas às seguintes candidatas:

Sónia Maria Almeida Guedes de Melo

Exosomes as drivers of intra-tumor heterogeneity

IPATIMUP- Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto

Raquel Margarida da Silva Ferreira

Cell-based therapy for vascular and neurological repair in stroke

Centro de Investigação em Ciências da Saúde (CICS), UBI

Vânia Maria Amaro Calisto

Desenvolvimento de adsorventes alternativos para a remediação de águas contaminadas com fármacos

Universidade de Aveiro/CESAM

Prémio Pulido Valente Ciência – Edição 2014

O Prémio Pulido Valente Ciência (PPVC), criado conjuntamente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pela Fundação Professor Francisco Pulido Valente (FPFPV), visa distinguir o melhor trabalho publicado no domínio das Ciências Biomédicas, que descreva a investigação executada por investigadores, com idades inferiores a 35 anos, em laboratórios nacionais. O prémio, a atribuir anualmente, no montante de 10.000 €, a compartilhar, em partes iguais, pelas duas instituições promotoras.

O concurso da edição 2014 do PPVC, sob o tema *Heterogeneidade em tumores: ao nível do genoma maligno e/ou ao nível celular*, esteve aberto entre 2 de junho e 30 de setembro de 2014, tendo sido apresentadas 9 candidaturas. As candidaturas foram avaliadas pelo Júri constituído pelos Professores

Carlos Caldas, Carla Oliveira, Sérgio Dias, Jorge Soares (em representação da FCT) e João Monjardino (em representação da FPFVP).

O Júri deliberou atribuir o PPVC ao artigo *Frequency of TERT promoter mutations in human cancers*, da autoria de João Pedro Rico de Oliveira Vinagre, investigador do IPATIMUP/Universidade do Porto.

Prémio Internacional Fernando Gil – Edição 2015

A parceria firmada entre a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P viabilizou o lançamento, em Março de 2010, da 1ª edição desta iniciativa que pretende honrar a memória do filósofo Fernando Gil e contribuir para o desenvolvimento da Filosofia da Ciência promovendo a sua aproximação à Ciência.

Trata-se de um Prémio internacional, bienal desde 2013, ao qual está associado o montante de 75.000 €, destinado a galardoar uma obra de particular excelência, no domínio da Filosofia da Ciência, da autoria de um/a investigador/a de qualquer nacionalidade ou afiliação profissional, publicada nos cinco anos anteriores ao ano de atribuição do Prémio.

O concurso referente ao *Prémio Internacional Fernando Gil 2015* foi lançado a 1 de setembro de 2014. O período para submissão de nomeações termina a 30 de janeiro de 2015. A avaliação das candidaturas será efetuada durante o ano de 2015 e a cerimónia de entrega do Prémio está prevista para março de 2016, na Fundação Calouste Gulbenkian.

Prémios Maratona da Saúde

Lançados pela Maratona da Saúde Associação (MdS), os Prémios Maratona da Saúde visam promover a investigação científica portuguesa em diferentes áreas da biomedicina. A FCT associou-se a esta iniciativa nos moldes acordados no Protocolo celebrado em setembro de 2014, abrindo em 15 de setembro de 2014 concurso para os **Prémios Maratona da Saúde 2014 para Investigação em Cancro**.

O prazo para apresentação de candidaturas terminou em 31 de outubro de 2014, tendo sido rececionadas 85 candidaturas. O processo de avaliação das candidaturas, a cargo de um Júri constituído por cientistas de reconhecido mérito internacional no domínio da biomedicina, está a decorrer.

Aos quatro melhores projetos apresentados será atribuído o montante unitário de 25.000 € para um período máximo de dois anos. O acompanhamento e financiamento dos projetos ficarão a cargo da MdS.

Concurso Partilha e Divulgação de Experiências em Inovação Didática no Ensino Superior Português

Tendo em vista a promoção da partilha e a difusão do conhecimento acumulado nas Instituições de Ensino Superior (IES), a Fundação para a Ciência e a Tecnologia em colaboração com a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), abriu em 2014, um concurso público para financiamento de projetos que visassem a partilha e a divulgação de experiências em inovação didática no âmbito do ensino superior português.

Pretendeu-se incentivar a partilha de experiências de inovação didática entre docentes e equipas, numa ou em várias áreas disciplinares, que estivessem em curso nas respetivas IES, visando a consolidação do conhecimento e a otimização das respetivas práticas, bem como, a sua divulgação.

O concurso esteve aberto entre 6 de março e 3 de abril de 2014. Foram rececionadas 182 candidaturas, das quais 34 foram selecionadas para financiamento, após processo de avaliação efetuado por um painel composto por avaliadores independentes. O valor individual do financiamento atribuído a cada projeto não foi superior a 5.000 € e o financiamento global aprovado foi de 99.042 €. A execução dos projetos deverá estar concluída até 31 de maio de 2015.

Concurso Indicadores de Desempenho para o Ensino Superior Politécnico

A FCT, em colaboração com a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) e a Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), lançou em 1 de abril de 2014 um concurso público para financiamento de projetos de desenvolvimento e validação de indicadores de desempenho para a produção, transferência e difusão do conhecimento nas Instituições de Ensino Superior Politécnico (IESP).

O concurso tem duas fases. A primeira fase determina a apresentação de uma proposta sumária, que terminou em 30 de abril de 2014, tendo sido selecionadas para passar à segunda fase - apresentação de uma proposta detalhada - 6 das 14 propostas sumárias apresentadas.

As propostas detalhadas apresentadas à segunda fase do concurso em 31 de outubro de 2014 encontram-se ainda em processo de avaliação.

Os projetos aprovados terão um período de execução de seis meses e um financiamento máximo individual de 10.000 €.

5. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O Departamento das Relações Internacionais (DRI) promove e implementa atividades e instrumentos de cooperação internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação realizadas no seio da União Europeia, no quadro das organizações internacionais de que Portugal ou a FCT são membros, e ainda no âmbito da Cooperação Multilateral e dos Acordos de Cooperação Científica Bilateral negociados com outros países. As atividades e atribuições do DRI no ano de 2014 foram orientadas pelos objetivos estratégicos da FCT para o biénio 2013-14, tendo presente o seu papel na promoção da ciência nacional no Espaço Europeu de Investigação (ERA - *European Research Area*) e no resto do mundo, estimulando a competitividade e a visibilidade internacional da Ciência desenvolvida em Portugal.

Assim, o DRI em 2014 apostou na reforma do mecanismo de financiamento da cooperação bilateral com vários países, reforçando a cooperação com países-chave para Portugal e para a Europa, viabilizando a realização de projetos de investigação conjuntos através da abertura de concursos bilaterais conjuntos, na sua maioria em áreas prioritárias comuns, potenciando um mecanismo até aqui restrito à mobilidade de investigadores. Desenvolvimentos como este foram informados pelo estudo desenvolvido no DRI ao longo de 2014, gizando o diagnóstico da cooperação bilateral da FCT por forma a identificar dinâmicas, padrões e tendências, bem como forças, fraquezas e oportunidades da atividade bilateral.

Ainda com vista à promoção da competitividade da investigação nacional no âmbito ERA, e também após análise do investimento realizado pela FCT nos últimos anos e do desempenho da comunidade científica nacional, o DRI reforçou o montante de financiamento a atribuir às equipas de investigação que coordenam projetos de investigação conjuntos, selecionados para financiamento no âmbito dos concursos transnacionais lançados pelas redes e iniciativas europeias.

Aproveitando os concursos lançados através do Horizonte 2020 – Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação (2014-2020) o DRI preparou várias candidaturas a Ações de Coordenação e Suporte (*CSA – Coordination and Support Actions*) em parceria com outras instituições europeias e de países terceiros, com vista a realizar atividades nas quais a FCT já tem grande experiência e *knowhow* técnico, em resultado da intensiva participação em redes e iniciativas europeias ao longo da última década. Quando estes projetos são selecionados para financiamento, o DRI ajuda ao reforço do orçamento externo da FCT em valores importantes, além de que as atividades destes projetos reforçarão as capacidades dos recursos humanos da instituição e consolidam a massa crítica de gestão em ciência, tecnologia e inovação.

5.1. Cooperação no Espaço Europeu de Investigação

Conselho da Competitividade

Na prossecução das suas funções neste domínio, o DRI executou a preparação técnica das seis reuniões (quatro formais e duas informais) do Conselho da Competitividade realizadas em 2014, acompanhando os trabalhos do Grupo de Investigação do Conselho, preparando pareceres sobre os

vários assuntos agendados, recolhendo e tratando a informação relativamente à política nacional e comunitária de Investigação e Inovação (I&I) para apoio à tomada de decisão nas várias instâncias envolvidas no processo de decisão comunitário e, por fim, contribuindo para a preparação das intervenções de Portugal nos referidos Conselhos. Em 2014, o DRI contribuiu para o apoio à discussão de importantes Projetos de Conclusões do Conselho, nas seguintes matérias:

- 1º e 2º Relatórios Intercalares (2013 e 2014) sobre o desenvolvimento do ERA
- "Rumo a uma visão partilhada entre a UE e a Agência Espacial Europeia para o espaço que fomenta a concorrência"
- "Implementação do Roteiro para o Fórum Europeu de Estratégias para as Infraestruturas de Investigação"
- "Parceria para a investigação e a inovação na zona do Mediterrâneo (PRIMA)".

Simultaneamente apoiou na fundamentação das intervenções da delegação nacional ao Conselho Competitividade no que toca ao debate político, a nível europeu, em torno dos seguintes temas debatidos neste ano: os aspetos da I&I no domínio do Semestre Europeu 2014, a Parceria Euro-Mediterrânica "PRIMA", a revisão intercalar da Estratégia Europa 2020 e o debate em torno da Comunicação da Comissão Europeia (COM) "A I&I como fontes de um crescimento renovado" e o papel da ciência com e para a sociedade.

Espaço Europeu de Investigação

O DRI elaborou a resposta da FCT ao segundo questionário sobre os desenvolvimentos do ERA (*ERA Survey*) lançado em fevereiro de 2014 pela COM e dirigido às *Research Performing Organisations* (RPOs) e às *Research Funding Organisations* (RFOs) europeias (promovendo o levantamento de informação interdepartamental). Os resultados deste questionário são um elemento chave para a elaboração dos Relatórios Intercalares do ERA. O Relatório Intercalar de 2014, publicado em setembro 2014, apresenta uma perspetiva geral dos progressos realizados nas prioridades do ERA em todos os Estados-Membros (EM), bem como em alguns países associados, o que é uma novidade em relação ao 1.º Relatório Intercalar (publicado em setembro 2013). O Relatório Intercalar de 2013 apresentava uma perspetiva geral do contexto político, das medidas adotadas e dos primeiros resultados. O Relatório Intercalar de 2014 apresenta as medidas novas e atualizadas adotadas a nível nacional e, pela primeira vez, a apresentação é acompanhada de uma comparação com as ações do ERA implementadas a nível nacional por organizações que financiam (RFOs) ou que se dedicam à investigação (RPOs). Outra novidade neste 2º relatório intercalar é a integração da dimensão internacional em todas as prioridades do ERA, o que levou à recomendação de criar uma 6ª Prioridade para o ERA – a Cooperação Internacional.

O ERAC e os Grupos relacionados com o ERA

O DRI continuou a acompanhar os trabalhos do ERAC–*European Research Area and Innovation Committee*¹, respondendo às solicitações várias, e a preparar a participação da delegação nacional (FCT) nas suas reuniões plenárias. Foi continuada a estreita colaboração com o Ministério da Economia (DGAE-Direcção-Geral das Atividades Económicas) que, com o MEC, compõe a Delegação nacional a este Comité. Em 2014, o ERAC discutiu importantes temas, nomeadamente: o Semestre Europeu 2014 e as recomendações específicas da COM aos EM, particularmente no que respeita às medidas de otimização do investimento em I&I; proposta de revisão da estrutura de governação do ERA, incluindo a revisão do seu mandato e revisão dos Grupos relacionados com o ERA; e o desenvolvimento do roteiro para o ERA para o período 2015-20.

O DRI continuou a assegurar a participação nacional em alguns dos grupos criados para a implementação e desenvolvimento das prioridades do ERA (os chamados Grupos relacionados com o ERA), destacando-se:

- **SFIC (*Strategic Forum for International Science and Technology Cooperation*)**²: A representação nacional neste fórum é assegurada pelo DRI desde 2012, que acompanha e prepara os trabalhos, ações e reuniões plenárias do SFIC, integrando adicionalmente os Grupos de Trabalho China e Brasil. O SFIC, em 2014, centrou-se na revisão dos roteiros plurianuais de I&I com os países terceiros chave, bem como contribuiu para o desenho do roteiro do ERA, na sua dimensão internacional. A nível interno, este fórum realizou uma auto-avaliação, no âmbito da revisão da estrutura de governação do ERA, o que originou a proposta de revisão do seu mandato, em análise pelo Conselho. No âmbito das atividades do Grupo SFIC-Brasil, nomeadamente o “*Tour of Brazil*”, o DRI colaborou na organização de dois eventos que tiveram lugar no Brasil: o primeiro decorreu em Belém, em setembro, subordinado ao tema “Biodiversidade” e o segundo teve lugar no Recife, em novembro, sobre o tema “Crescimento Azul”. No âmbito das atividades do Grupo SFIC-China, de salientar a integração da FCT num consórcio com parceiros europeus e chineses, com vista à harmonização de boas práticas e de mecanismos de Cooperação em Ciência e Tecnologia (C&T) entre a UE e China, submetido ao H2020. Não tendo ainda assegurado financiamento comunitário, o grupo de trabalho mantém a sua atividade, de forma menos programada e por vontade voluntária dos EM e ACs
- **ESFRI (*European Strategy Forum on Research Infrastructures*)**³: Em 2014, o DRI continuou a apoiar o ESS ERIC (*European Social Survey Consortium*), através da participação nas reuniões internacionais na Assembleia Geral e do Comité Financeiro. O DRI acompanhou ainda os trabalhos do Comité para a Implementação da Regulamentação do Quadro Legal Comunitário para o Consórcio Europeu de Infraestruturas (ERIC)

¹ Comité Consultivo de Alto Nível para apoio ao Conselho e à COM na implementação da política comunitária de investigação, criado em 2010 e com mandato revisto em 2013

² Órgão de aconselhamento ao Conselho e à COM para a cooperação internacional da UE em ciência, tecnologia e inovação, criado em 2008

³ Fórum criado pelo Conselho em 2002 para apoio à formulação de políticas e estratégia de infraestruturas de I&I na Europa

- **GPC (High Level Group on Joint Programming)**⁴: Em 2014, o GPC centrou-se em analisar o efetivo alinhamento das Agendas Estratégicas das Iniciativas de Programação Conjunta (JPI-*Joint Programming Initiatives*) com os programas nacionais e a promover o compromisso dos EM na implementação do processo de programação conjunta. O GPC contribuiu ainda para o desenvolvimento do roteiro do ERA no que concerne ao processo de programação conjunta. À semelhança do SFIC, também o GPC levou a cabo um exercício de auto-avaliação e apresentou a sua proposta de revisão de mandato ao Conselho da Competitividade, que se encontra em análise. No final de 2014 foram criados três *Implementation Groups*, que deverão desenvolver mecanismos de implementação das recomendações discutidas e tecidas pelo GPC, nas várias vertentes do processo de programação conjunta (condições-quadro das JPI, alinhamento de programas, condições para criação de novas JPI, etc.). No âmbito do acompanhamento deste fórum e tendo em conta o início do novo período de programação financeira da UE 2014-20, o DRI realizou um balanço da participação portuguesa no processo de programação conjunta, com vista à análise crítica do esforço nacional realizado desde então neste processo e na implementação das JPI em que Portugal participa, apresentado na forma de relatório. Este relatório, concluído em outubro, tece ainda algumas recomendações relativamente à eventual participação nas JPI em que Portugal não é membro, para apoio a decisão superior ministerial.

Os restantes Grupos relacionados com o ERA (SGHRM-*Steering Group Human Resources and mobility*, HG-*Helsinki Group for Gender in Research and Innovation* e KT-*Transfer knowledge Group*) foram também acompanhados pelo DRI, de forma indireta, sendo a delegação nacional nestes grupos também assegurada por outros Departamentos da FCT.

Grupos de diálogo político em Ciência, Tecnologia e Inovação, entre a UE e regiões/países-alvo

- **8ª Parceria UE-África em Ciência, Sociedade da Informação e Espaço e EU-Africa High Level Policy Dialogue (HLPD)**: No âmbito da Estratégia Conjunta UE-África, a 8ª Parceria foi revista nos meses que anteciparam a IV Cimeira Euro-Africana em abril de 2014. O DRI trabalhou em estreita colaboração interministerial e também com a COM nos documentos de preparação da IV Cimeira Euro-Africana, assim como na Declaração Conjunta, na qual a componente ciência, tecnologia e inovação passou a ser implementada através do *EU-Africa High Level Policy Dialogue on STI*. Aos progressos da 8ª Parceria subjazem os importantes contributos de iniciativas/projetos onde o DRI participa, como a *European and Developing Countries Clinical Trials Partnership* (EDCTP2), a ERA-NET ERAfrica, a INCO-NET CAAST-NET+, as atividades do Centro Comum de Investigação da COM, e programas anteriores financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). O DRI é membro ativo do HPLD e do seu *Bureau* desde 2013. Em 2014, o HLPD elaborou um roteiro para a cooperação euro-africana. Ao mesmo tempo foi constituído um Grupo de Peritos Europeus e Africanos com o objetivo de definir uma Agenda de Estratégica de I&I no tema piloto: “Segurança alimentar e nutricional e agricultura sustentável, incluindo água”, onde a FCT designou um perito nacional. O documento final estará concluído em abril de 2015

⁴ Órgão de aconselhamento ao Conselho sobre a programação conjunta, criado em 2009

- **Group of Senior Officials (GSO) EU-India:** Na sequência dos trabalhos anteriores do SFIC com o Grupo Índia (2010-2012) foi constituído o *Group of Senior Officials* em 2013, onde o DRI participa. Os temas prioritários de cooperação euro-indiana em Ciência, Tecnologia e Inovação são a energia, a saúde e biotecnologia e a água e ambiente. Foram constituídos Grupos de Peritos nestes temas que elaboraram a Agenda Estratégica de I&I, finalizada em 2014. Os tópicos desta Agenda temática foram, de forma direta, utilizados como tópicos nos concursos da ERA-NET *Inno Indigo*. Em 2014 foi lançado o 1º concurso no tema “Qualidade da água para a saúde humana”. A representação na *Senior Official Meeting* desta GSO, quer nos três Grupos de Peritos é assegurada pelo DRI
- **Senior Official Meeting (SOM) da Comunidade da América Latina e Caraíbas (CELAC):** Já na segunda década de atividade, este grupo de alto nível promove o diálogo político bi-regional, com o objetivo de parceria estratégica ao longo das várias Cimeiras da CELAC e a UE. A partir da cooperação existente entre a CELAC e a UE, em 2010 inaugurou-se a Iniciativa Conjunta para a Investigação e Inovação (JIRI), e a SOM, onde a representação nacional é assegurada pelo DRI
- **Diálogo 5+5**
O DRI representa Portugal no *West Mediterranean Forum*, comumente designado por Diálogo 5+5. Lançado em 1990 como um fórum informal de países mediterrânicos, visa promover o diálogo político e a cooperação, incentivando o uso eficiente de recursos e, em última análise, o reforço do desenvolvimento e interdependência regional. Envolve: Argélia, Espanha, França, Itália, Líbia, Malta, Mauritânia, Marrocos, Portugal e Tunísia. Em 2013 realizou-se a 1ª Conferência Ministerial sobre Ciência e Inovação no âmbito do Diálogo 5+5, antecipada de uma reunião de um grupo de peritos, sendo a representação de Portugal assegurada pelo DRI

Iniciativas de Programação Conjunta (JPI-Joint Programming Initiatives)

No âmbito da representação nacional no GPC, destaca-se a liderança pelo DRI das atividades nacionais no âmbito das JPI que foram adotadas com o intuito de combater os vários desafios sociais europeus, através do processo de Programação Conjunta, que consiste no alinhamento dos programas nacionais nas temáticas que as 10 JPI existentes cobrem. Portugal, até 2013 era membro em três JPI (*JPND*, *JPI Oceans*, *Water JPI*) e observador nas *JPI Urban Europe* e *JPI Cultural Heritage*. Dado que o estatuto de observador na *JPI Cultural Heritage* foi proveitoso, Portugal torna-se membro desta JPI em 2014. EM representação da FCT, o DRI desenvolveu as seguintes principais atividades nas JPI em que Portugal é membro:

- **JPND – EU Joint Programme Neurodegenerative Disease Research:** Em 2014 a JPND concentrou-se em garantir a sua sustentabilidade, atendendo ao facto da CSA de apoio à iniciativa terminar este ano. Assim, a JPND desenvolveu um plano de sustentabilidade, para o qual os EM, incluindo Portugal, contribuíram. Por outro lado, a JPND realizou uma candidatura a uma ERA-NET Cofund, da qual a FCT é parceira, para apoio ao lançamento de um concurso

transnacional conjunto em 2015, que foi selecionada para financiamento pelo Programa Horizonte 2020 (H2020). Em 2014, a JPND lançou um concurso dirigido a investigadores (*"A Call for Proposals for Working Groups to Inform Cohort Studies in Neurodegenerative Disease Research"*), no qual a FCT não participou. Em 2014 foram ainda preparadas as bases para a submissão de uma candidatura a nova CSA para apoio da JPND, na qual a FCT também será parceira. Esta proposta só será submetida ao H2020 no 1º semestre de 2015

- ***Water JPI – Water Challenges for a changing world:*** O DRI continua a sua participação nesta JPI e na CSA *WatEUR*, projeto financiado pelo 7º Programa Quadro de Apoio Comunitário (7º PQ) para apoiar a implementação das atividades desta iniciativa. Entre outras atividades, o DRI colaborou na redação do *Position Document* da *Water JPI* face ao Horizonte 2020, apresentado e discutido na COM, em Bruxelas. Participou na *Pilot Call* promovida pela iniciativa, contribuindo com fundos e participando ativamente na definição do tema e na preparação da documentação de suporte ao concurso e apoiou, ainda, diversas atividades de divulgação da iniciativa. No âmbito da CSA, e como líder do WP2, coordenou a tarefa de mapeamento da investigação, desenvolvimento e inovação em Água na Europa. Em 2014 foi concluída a preparação do principal instrumento de consulta (quatro questionários) e sua divulgação e concebidas entrevistas personalizadas dirigidas a líderes das iniciativas europeias relevantes no domínio da água. Os dados recolhidos e analisados foram integrados no 2º Relatório de mapeamento. Como líder da tarefa 4.4 do WP4 do mesmo instrumento, a FCT/DRI elaborou o *Joint Activities Implementation Plan 2014-2015* (JAIP) e colaborou na redação do Plano de Implementação 2014-2016, documentos discutidos em sede do *Executive Board* e aprovados em sede do *Governing Board*. A FCT integrou, ainda, a candidatura da *Water JPI* a uma *ERA-NET Cofund*, liderando neste instrumento o WP2 (*Cofunded Call Management: Definition to Kick-Off*). No âmbito das suas responsabilidades, o DRI redigiu e submeteu, também, o *deliverable* (D4.4) *Water JPI joint activities progress dossier*
- ***JPI Oceans:*** a representação Portuguesa nesta iniciativa é partilhada pelo MEC (FCT) e pelo MAM (Direção-Geral da Política do Mar/Instituto Português do Mar e da Atmosfera), sendo que o DRI assegura a coordenação entre ambas as instituições. Em 2014, o facto mais relevante esta iniciativa foram os contributos dados pelo *Management Board* e pelos vários grupos de trabalho para ajudar o *Advisory Board* a preparar a *Strategic Research and Innovation Agenda* (SRIA) e o *Implementation Plan* (IP), bem como os contributos dos EM à COM quanto aos temas considerados prioritários para o H2020. No final de 2014 foi ainda realizada a preparação do 1º Concurso transnacional conjunto da iniciativa, a lançar no início de 2015, sobre o tópico dos microplásticos, o qual a FCT deverá integrar. À semelhança de outras JPI, também a JPI Oceans em 2014 iniciou o processo de integração de consórcio para a candidatura a nova CSA de apoio, através dos concursos do 1º semestre de 2015 do H2020, do qual a FCT será parceira
- ***JPI Cultural Heritage and Global Change:*** No último trimestre de 2014, Portugal entrou como membro na *JPI Cultural Heritage*, onde até então era apenas Observador e na qual Portugal tem agora representação nos órgãos de Governação. Neste contexto, foi acordada a submissão ao H2020 de proposta para nova CSA de suporte à JPI; nesta candidatura, o DRI em representação da FCT ficou responsável por uma tarefa no âmbito do *Workpackage* (WP) de Monitorização e

Avaliação, tarefa 2.1 *'Selection of key performance indicators (KPI) for monitoring the alignment of research national programme will be performed'*. A proposta à COM para a CSA foi submetida com o objetivo de suporte à implementação da Agenda Estratégica de investigação da iniciativa. A decisão da COM relativamente a esta proposta apenas será conhecida no 1º semestre de 2015.

Iniciativas baseadas no Artigo 185º do Tratado de Lisboa

A FCT acompanha a participação nacional em algumas das iniciativas ao abrigo do Artigo 185º do Tratado de Funcionamento da UE (TFUE/Tratado de Lisboa), que permite à UE apoiar financeiramente programas de investigação empreendidos por vários EM, incluindo a participação nas estruturas de governação e execução dos programas nacionais. Em 2013, as várias iniciativas ao abrigo do referido Artigo deram sequência à preparação e negociação da segunda fase dos seus programas (período 2014-2020). Em 2014 deu-se início ao processo de implementação da 2ª fase das cinco iniciativas criadas ao abrigo deste Artigo do TFUE. O DRI acompanha uma dessas iniciativas:

- **EDCTP-European and Developing Countries Clinical Trials Partnership:** Como em anos anteriores, o DRI assegurou a representação da FCT e do país em diversas reuniões e eventos, designadamente: nas duas assembleias-gerais (maio e dezembro); no Fórum EDCTP (junho-julho); no Lançamento de Alto Nível do programa EDCTP2 (dezembro, Cidade do Cabo, África do Sul), que contou com uma intervenção da Secretária de Estado da Ciência. Além disso, divulgou a EDCTP amplamente junto do Ministério da Ciência e Tecnologia de Angola (MINCT), em Lisboa (junho) e Luanda, Angola (setembro e outubro). Deu também continuidade à participação no grupo de trabalho sobre parcerias com agências para o desenvolvimento e iniciou pré-anúncios dos concursos a abrir ao longo de 2015. Finalmente, procedeu à identificação e monitorização de um conjunto de bolsas e projetos pagos pela FCT que constituem uma importante contribuição em género para a EDCTP, a saber: cinco projetos de investigação, seis bolsas de doutoramento e 16 bolsas de pós-doutoramento, no valor de 0,5 M€ em 2014 (do total de 2,5 M€ previstos para a sua duração completa).

No âmbito da **Cooperação Euro-mediterrânica**, durante 2014, verificaram-se importantes avanços no desenvolvimento de uma **Parceria em Investigação e Inovação na Área Mediterrânica (PRIMA)**, com foco temático na segurança alimentar e recursos hídricos, a qual tem sido objeto de grande discussão no seio da UE. Portugal tem mostrado um forte envolvimento no apoio à Parceria, sendo que no Conselho da Competitividade de 5 de dezembro foram adotadas conclusões com vista à avaliação da participação da UE neste programa, com base numa iniciativa ao abrigo do Artigo 185º do TFUE.

Programação Financeira Plurianual no Período 2015-2018

Tendo em vista uma gestão mais racional e estratégica dos instrumentos de cooperação internacional conjuntos geridos no âmbito do DRI, permitindo maior equilíbrio na sua planificação e agilizando aspetos de natureza operacional, o DRI elaborou um documento de análise e programação plurianual (2015-2018) do financiamento dos instrumentos ERA, já homologado.

ERA-NETs

As redes ERA-NET são instrumentos que visam promover a cooperação entre agências de financiamento de investigação científica e ministérios na Europa, e também entre esta e regiões/países fora da Europa, com o objetivo de promover a cooperação e a coordenação entre programas nacionais e fomentar a cooperação transnacional e assim contribuir para a construção do ERA. No ano de 2014, o DRI fez a gestão científica e financeira de 30 ERA-NETs e esteve ativamente envolvido nas atividades ERA-NET, tendo inclusive coordenado inúmeras tarefas e *Working Packages* (WP) a saber: (a) secretariado e gestão de vários concursos transnacionais conjuntos; (b) preparação da documentação para lançamento de concursos transnacionais conjuntos; (c) monitorização e avaliação dos trabalhos da rede; (d) elaboração de plano estratégico (conceção e planeamento de atividades futuras, elaboração de agendas estratégicas de investigação, estratégia para a promoção da transferência de conhecimento dos resultados de investigação e estratégia de comunicação e disseminação da rede); (e) comunicação, divulgação, atualização de informação (manutenção de portal da rede, edição de *newsletters*); (f) Mapeamento da comunidade científica nacional e internacional; (g) análise de questões de governação e sociedade em áreas emergentes; (h) preparação da cooperação internacional e integração de países terceiros nas atividades das redes (missões a países terceiros, participação em conferências internacionais); (i) auto-sustentabilidade da rede.

A concretização das tarefas envolveu, igualmente, a participação em reuniões/*Workshops*/Fóruns organizados por estas redes na Europa e em países terceiros e, ainda, a elaboração de documentos de suporte para reuniões e de relatórios de atividades e financeiros. De realçar a organização de quatro reuniões/conferências/*workshops* em Portugal e a participação em eventos internacionais na Europa e fora da Europa para divulgar as atividades das redes. O DRI garantiu ainda a representação da FCT nos órgãos de decisão e de gestão das ERA-NETs, bem como o envolvimento de cientistas portugueses nos conselhos científicos das ERA-NETs, painéis de avaliação, entre outras atividades das várias redes. De acordo com a Tabela 24, 15 ERA-NETs tiveram os concursos transnacionais conjuntos finalizados durante o ano de 2014, tendo sido selecionados e recomendados para financiamento 23 projetos de investigação transnacionais e uma ação de *networking*, com duração entre 24 e 36 meses. Em 2014, sete das ERA-NETs ativas não finalizaram concurso nesse ano (Tabela 25). Ainda durante este ano, iniciaram-se nove ERA-NETs. O DRI esteve ainda envolvido na preparação de dez ERA-NETs (Tabela 26), nomeadamente na redação do plano de trabalhos e negociação do financiamento atribuído à FCT.

Tabela 24 – ERA-NETs com Concursos Transnacionais Conjuntos finalizados em 2014

ERA-NETs com concursos finalizados em 2014	Nº Projetos transnacionais financiados
BiodivERsA2 (Biodiversidade)	2
ERA-CAPS (Ciência das Plantas)	1*
ERA-IB-2 (Biotecnologia Industrial)	1
ERA-MIN (Matérias Primas Não-energéticas)	3
E-RARE-2 (Doenças Raras)	1

ERA-NETs com concursos finalizados em 2014	Nº Projetos transnacionais financiados
EuroNanoMed-2 (Nanomedicina)	2
ERA-SynBio (Biologia Sintética)	0
FORESTERRA (Florestas Mediterrânicas)	1 (ação de <i>networking</i>)*
INFECT-ERA (VIH/Sida)	1
NEURON II (Doenças relacionadas com as Neurociências)	1
NEW INDIGO (Cooperação Euro-Indiana)	2
NEWA (Novo Atlas do Vento)	1
NORFACE PLUS (Ciências Sociais)	3
SIINN (Nanosegurança)	4
TRANSCAN (Investigação translacional do cancro)	1
Total de projetos financiados	24

*Com coordenação PT

Tabela 25- ERA-NETs ativas sem concursos finalizados em 2014

ERA-NETs ativas sem concursos finalizados em 2014
ARIMNET-2 (Agricultura no Mediterrâneo)
ERA-MBT (Biotecnologia Marinha)
ERANET-Med (Cooperação Euro-Mediterrânica)
FLAG-ERA (Tecnologia Informação e Comunicação)
HERITAGE PLUS (Património Cultural)
INNO-INDIGO (Cooperação Euro-Indiana)
OCEANERANET (Energia dos Oceanos)

Tabela 26 – Participação em novas ERA-NETs

ERA-NETs em fase de preparação de proposta em 2014
E-RARE-3 (Doenças Raras)
NEURON III (Doenças Relacionadas com as Neurociências)
ERA-CVD (Doenças Cardiovasculares)
WaterWorks2014 (Água)
BiodivERsA3 (Biodiversidade)
HERA-UP (Humanidades)
TRANSCAN-2 (Investigação Translacional do Cancro)
DemoWind (Energia Eólica <i>Offshore</i>)
Smart Urban Futures
Smart Grids Plus (Redes Elétricas Inteligentes)

Ações de coordenação e suporte (CSAs)

O DRI participou durante o ano de 2014 em três Ações de Coordenação e Suporte, financiadas pelo 7º PQ, que têm por objetivo a criação de redes de programas e políticas. As atividades incluem, a título de exemplo, a coordenação entre agências de financiamento, a disseminação de investigação científica, a realização de mapeamentos, o apoio a Grupos de Peritos, e o apoio à cooperação em áreas fronteiriças do conhecimento. As principais atividades do DRI nestas CSAs em 2014 foram as seguintes:

- **Tackling European Water Challenges (WatEur):** O DRI participa neste projeto para apoiar a implementação das atividades da *Water JPI*. O DRI participou no concurso piloto, contribuindo com fundos e participando ativamente na definição do tema e na preparação da documentação de suporte ao concurso e apoiou, ainda, diversas atividades de divulgação da iniciativa. No âmbito da CSA, e como líder do WP2, coordenou a tarefa de mapeamento da investigação, desenvolvimento e inovação em Água na Europa (supra *Water JPI*)
- **Plataforma Transatlântica em Ciências Sociais e Humanidades (T-AP):** O DRI participa neste projeto, onde continuou a estreitar a colaboração entre agências Euro-Transatlânticas em Ciências Sociais e Humanidades nomeadamente com o Canadá, EUA, Brasil e México. O DRI colaborou na elaboração do mapeamento de projetos ao nível bilateral e multilateral nos diversos programas de financiamento de modo a preparar uma estratégia transatlântica de financiamento no futuro
- **Plataforma Euro-Indiana em Ciências Sociais e Humanidades (EqUIP):** O DRI participa neste projeto que se iniciou em 2014 e que tem por objetivo estreitar a colaboração entre agências Euro-Indianas em Ciências Sociais e Humanidades. O DRI mapeou a comunidade científica nacional em cooperação com a Índia de modo a envolver no futuro os peritos nacionais em *workshops* temáticos conjuntos.

INCO-NETs

As redes INCO-NET, financiadas pelo 7º PQ, desempenham um papel relevante na promoção dos diálogos bi-regionais entre os EM da UE e Países Associados e uma região-alvo, na operacionalização de decisões emanadas de Cimeiras entre a Europa e essa região do mundo, no que às componentes de ciência, tecnologia e inovação diz respeito, existindo apenas uma rede deste tipo para cada região. Estas redes estabelecem e promovem as parcerias de multiatores ao nível internacional: de investigadores, indústria, entidades governamentais e sociedade civil. Desde 2013 que o DRI participa na 2ª geração de redes deste tipo e que contrariamente às de 1ª geração incidem em algumas áreas temáticas. Na Tabela abaixo, indica-se as redes deste tipo onde a FCT participa, com especificação das regiões alvo e das áreas temáticas que são objeto de maior focalização:

Tabela 27 – Participação em redes INCO-NETs

Acrónimo	Regiões em colaboração	Áreas Temáticas
CAAST-Net Plus	Euro-Africa-sub-Sariana	- Segurança Alimentar - Alterações Climáticas - Saúde - Diálogo Político Bi-regional - Promoção do H2020 em África
ALCUENET	Euro-América Latina e Caraíbas	- Biodiversidade e Alterações Climáticas - Tecnologias da Informação e Comunicação - Energias Renováveis - Bioeconomia - Diálogo político bi-regional
MEDSPRING	Euro-Mediterrânica	- Eficiência no Uso de Recursos (água) - Qualidade dos Alimentos - Energia

Os trabalhos a desenvolver por estas redes até 2017 incluem:

- Construção e estabelecimento de Agendas Estratégicas de I&I nos temas definidos por cada rede, com recurso a grupos de peritos nacionais em *workshops* ou a grupos de reflexão de *stakeholders* com envolvimento nas áreas temáticas de focalização de cada INCO-NET; os tópicos serão utilizados pelas ERA-NETS internacionais onde a FCT participa, no lançamento de concursos transnacionais conjuntos
- Estabelecimento de indicadores e medidas de impacto, incluindo a preparação da criação de observatórios para a cooperação em áreas de incidência temática da rede
- Promoção da participação dos países da região alvo no H2020
- Colaboração na preparação de atividades de coordenação de programas nacionais em países europeus e da região alvo que possam contribuir para o reforço e sustentabilidade da cooperação bi-regional.

Durante o ano de 2014 destaca-se a participação do DRI nas seguintes INCO-NETs:

- **CAAST-NET Plus:** Salienta-se a organização da 2ª Assembleia-Geral da rede em Lisboa onde participaram, para além dos países parceiros, a Comissão da União Africana e o grupo de peritos conselheiros da rede. O DRI envolveu a participação de multiatores nacionais e nacionais de alguns países de África lusófona na análise dos resultados de I&I em segurança alimentar na translação de resultados e produção de novas tecnologias, bens e serviços. O DRI organizou ainda dois eventos em África em 2014: 1) “Workshop Programa Horizonte 2020: Cooperação em I&I entre Angola e a União Europeia” Luanda, outubro 2014. O DRI realizou quatro apresentações e fez a articulação e facilitação do diálogo entre o MINCT de Angola e a COM. Participaram no evento o Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&DT (GPPQ) da FCT, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e o Instituto Camões; 2) “Seminário Internacional de identificação e mobilização de recursos para o sistema da ciência e tecnologia”, Maputo, julho 2014. O DRI fez quatro apresentações. Participou ainda o GPPQ da FCT, AICEP em Maputo e Embaixada de Portugal em Maputo
- **MedSPRING:** O DRI participou na segunda reunião de peritos que decorreu na Tunísia em setembro. O objetivo da reunião consistiu na seleção dos tópicos considerados prioritários pelos peritos relativamente a cada uma das três áreas temáticas: alimentação, água e energia. A informação foi apresentada à COM de modo a informar sobre os tópicos prioritários da região euro-mediterrânica
- **ALCUENET:** Destaca-se a participação de peritos nacionais em áreas como biodiversidade, energia solar, e energia geotérmica com o objetivo de fomentar a colaboração entre investigadores na partilha de experiências de sucesso, parcerias público-privadas, e *twin labs*, no âmbito da realização de *workshops*: *Workshop* em Biodiversidade, Marselha, novembro 2014; *Workshop* em Energia Solar, Sevilha, Espanha, novembro 2014; *Workshop* em energia geotérmica, Salta, Argentina, dezembro 2014.

Iniciativas Tecnológicas Conjuntas

Em 2014 as duas Iniciativas Tecnológicas Conjuntas (JTI-*Joint Technology Initiatives*) criadas no 7º PQ, nas áreas dos Sistemas de Computação Incorporados (ARTEMIS) e Nanoeletrónica (ENIAC), foram fundidas na nova ECSEL – *Electronic Components and Systems for European Leadership*. A ECSEL é uma parceria público-privada, onde três associações industriais europeias – ARTEMIS-IA, AENEAS e EPoSS – são responsáveis pela definição de uma agenda de I&D que aumente a competitividade da indústria. Além das associações industriais, a ECSEL conta com a participação de 22 EM e Associados, além da própria COM. A estimativa de investimento neste instrumento até 2020 é de 1,2 mil M€ de fundos públicos, divididos entre os EM e a COM, aos quais se deverão juntar mais 1,2 mil M€ de investimento privado. Durante o ano de 2014 a ECSEL lançou o 1º concurso para financiamento de projetos. Portugal, representado pelo DRI/FCT, participou no processo de discussão do plano de trabalhos, que define as características do concurso a lançar, e apoiou a comunidade científica e tecnológica nacional durante a candidatura. Em articulação estreita com o GPPQ foi organizada uma sessão pública de esclarecimento em fevereiro de 2014, que contou com cerca de trinta participantes, onde foram

prestados esclarecimentos sobre o concurso a abrir, e sobre os regulamentos nacionais aplicáveis. A participação nacional neste primeiro concurso da ECSEL revelou-se muito positiva, com 48 equipas nacionais envolvidas em 17 propostas, de um total de 48 propostas submetidas. Este nível de participação foi superior à soma das participações nas anteriores iniciativas ENIAC e ARTEMIS. No final do concurso foi aprovada e financiada a participação de sete equipas nacionais, entre as quais duas empresas, em dois dos 12 projetos aprovados nesse concurso.

ERAWATCH

Esta plataforma constitui uma iniciativa conjunta da Direção-Geral de I&I da COM e do Centro Comum de Investigação, que produz e disponibiliza informação *online* sobre atividades de I&D dos EM da UE, Estados Associados e outros países como EUA, Japão e China. O DRI assegurou a função de Ponto de Contacto Nacional para a ERAWATCH, figura criada para complementar o trabalho da ERAWATCH *Network*, que produz inventários de informação e relatórios anuais das atividades de I&D de cada país. Neste âmbito, e em estreita articulação com o Gabinete de Estudos e Estratégia da FCT, o DRI em 2014 preparou comentários ao ERAWATCH *Country Report* 2013: Portugal.

Representação em instâncias nacionais de coordenação dos assuntos europeus

O DRI assegurou a representação do MEC em reuniões nacionais interministeriais, coordenadas pela DGAE-MNE, com vista ao acompanhamento de assuntos em debate no quadro comunitário em que há necessidade de uma tomada de decisão concertada a nível nacional, com destaque para a preparação dos Conselhos Europeus, e para a participação da FCT/MEC nas reuniões da CIAE - Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus, quando solicitado pela Vogal MEC à CIAE.

Acompanhamento da Iniciativa Emblemática União da Inovação

No contexto da Estratégia UE 2020, o DRI através do ERAC e do Conselho da Competitividade, deu especial atenção à revisão intercalar desta Estratégia, bem como contribuiu para o debate em torno da Comunicação da COM "A I&I como fontes de um crescimento renovado". Nesta revisão intercalar focou-se a importância da monitorização da União da Inovação, nomeadamente nos aspetos relacionados com o ERA, bem como foram discutidas as principais medidas para uma utilização ótima dos investimentos em I&I.

Relatório sobre o XXIX ano de participação de Portugal no processo de construção europeia

O DRI contribuiu para a elaboração do referido relatório, em coordenação com o MEC e com o MNE, no que respeita ao Processo do Semestre Europeu e ao Acordo de Parceria e ainda à vertente Investigação das políticas de Competitividade.

5.2. Cooperação Bilateral

Após reflexão do DRI e da FCT sobre as relações internacionais no âmbito da cooperação bilateral, o ano de 2014 foi dedicado ao reposicionamento nacional na sua atuação a este nível, por forma a

implementar novas vias de cooperação com países terceiros. Assim, foi promovida a cooperação bilateral em atividades científicas mais abrangentes e integradas, não só baseadas na facilitação da mobilidade dos investigadores mas também no reforço das colaborações multidisciplinares e na partilha e transferência de conhecimento através de projetos de I&D de maior escala. Por outro lado, a análise dos diversos instrumentos de política geridos pela FCT, identificando forças, fraquezas e potencial, bem como áreas prioritárias de intervenção, foi reconhecida como um importante desafio, e um passo intermédio indispensável, tendo em vista o processo de definição de uma estratégia nacional de internacionalização da C&T para o país. Neste contexto, em 2014 foi realizado um estudo detalhado sobre as relações bilaterais existentes nos últimos anos, que culminou com a elaboração de um relatório de diagnóstico deste importante instrumento de internacionalização. Este relatório designado “Análise da Relações Bilaterais em C&T”, concluído já no final de 2014, procura identificar dinâmicas, padrões e tendências, bem como forças, fraquezas e oportunidades da atividade bilateral em C&T, com o propósito de apoiar a tomada de decisão estratégica nacional no que respeita ao estreitamento ou desenvolvimento de novas formas de cooperação bilateral. Assim, em 2014 salienta-se as seguintes ações no âmbito da cooperação bilateral:

Renovação / Negociação de Acordos e Convénios

- **Angola:** No âmbito da revitalização da cooperação em C&T entre Portugal e Angola, e no seguimento dos contactos mantidos nos últimos anos entre as autoridades científicas dos dois países tendo em vista a implementação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e Angola de 2007, foi recebida, em junho, uma delegação angolana do MINCT para uma reunião de dois dias da Comissão Mista de Acompanhamento do referido Acordo. Enquanto o primeiro dia de trabalhos foi dedicado à discussão de uma proposta de realização de um concurso transnacional conjunto para o financiamento de projetos de investigação em saúde, nas áreas do VIH/SIDA, malária, tuberculose e/ou doenças infecciosas negligenciadas no âmbito da iniciativa EDCTP, o segundo dia teve como objetivo trabalhar, em conjunto com o GPPQ, e em articulação com as autoridades angolanas, na proposta de alinhamento da participação de Portugal no evento de lançamento, em Luanda, do H2020 que teve lugar em outubro. No seguimento destas iniciativas, foi assinado em dezembro um Plano de Desenvolvimento de Cooperação visando o lançamento de parcerias no domínio da C&T&I entre instituições e centros de investigação dos dois países
- **Argélia:** Assinado Memorando de Entendimento intergovernamental, para implementação de concursos de projetos de I&D bilaterais conjuntos. Nesta sequência, desencadearam-se os mecanismos conducentes a abertura de concurso para o início de 2015
- **Argentina:** Foi aberto concurso em 2014 para financiamento de projetos de mobilidade conjuntos com a Argentina ao abrigo do Memorando de Entendimento celebrado em 2013 (renovação de Acordo, que entretanto expirara) entre o MEC e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva (MINCyT) da Argentina. Não obstante o concurso ter sido aberto em todos os domínios científicos, foram destacadas as seguintes áreas prioritárias: Nanotecnologias, Ciências do Mar e Energias Renováveis. Foram recebidas 51 candidaturas, das quais quatro não elegíveis num total de 47 candidaturas em avaliação

- **Brasil:** No âmbito do Memorando de Entendimento assinado em 2013, entre a FCT e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), foi realizado em maio de 2014 em São Paulo um *workshop* que contou com a participação de investigadores portugueses e brasileiros nas áreas das Energias Renováveis, Saúde e Biotecnologia, Tecnologias da Informação e Ciências do Mar. No referido *workshop* foi anunciado o lançamento de um concurso, neste ano, para apoio a projetos conjuntos em todos os domínios científicos, alocando cada agência o montante de 1.000.000 €. Assim, entre julho e setembro esteve aberto o concurso em todos os domínios científicos, para projetos com a duração de três anos, com um financiamento máximo para cada agência de 200.000 €, que financiaram respetivamente as suas equipas nacionais (*virtual common pot*). O concurso foi aberto na modalidade de *Lead Agency*, sendo que a FAPESP (agência líder do concurso) recebeu a submissão de mais de 300 candidaturas. Os resultados deverão ser conhecidos em meados de 2015
- **China:** Por ocasião da Visita Oficial do Presidente da República Portuguesa à China, em maio de 2014, o DRI preparou para assinatura um Protocolo em Cooperação em Ciências do Mar entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Popular da China e o Ministério da Educação e Ciência de Portugal. Nesta data foi também organizado o *1st Sino-Portugal Advanced Materials Innovation Forum (SPAMIF 2014)*, realizado em Hangzhou, China, com a participação de vários investigadores e empresários nacionais na área dos Materiais Avançados e assinado o “*Implementation Agreement for China-Portugal Joint Innovation Center for Advanced Materials*” entre a FCT e o Departamento de C&T do Ministério da Ciência e Tecnologia da República Popular da China. Na perspetiva de impulsionar as relações bilaterais entre a FCT e a *National Science Foundation of China*, organizaram-se dois *workshops* na área de investigação de Ciências do Mar. O primeiro realizou-se em Shanghai (*Shanghai Ocean University*) em junho, subordinado ao tema “*Marine Life Sciences*” e o segundo em Lisboa (Instituto Superior Técnico), em outubro, dirigido ao tema “*Geology*”. Neste dois *workshops* foram selecionados cerca de 13 a 14 investigadores de cada País para se conhecerem e apresentarem o seu trabalho de modo a elaborarem futuramente propostas de projetos conjuntos a serem financiados pelas agências de financiamento nacionais, com vista ao fomento da investigação entre os dois países
- **Estados Unidos da América:** À margem do acompanhamento das atividades da Comissão Bilateral Permanente (CBP) Portugal/EUA, e do correspondente Comité de Ciência, Tecnologia, Energia e Ambiente, a FCT deu início à implementação do MoU que celebrou com os *National Institutes of Health (NIH)*, lançando a 1ª edição da chamada de manifestação de interesse a Bolsas de Investigação em que foram selecionados dois doutorados nacionais que irão desenvolver, durante três anos, projetos de investigação em centros e laboratórios dos NIH
- **Marrocos:** O DRI deu parecer técnico e contribuiu para a revisão e atualização do texto do Acordo Científico e Técnico entre a FCT e o *Centre National pour la Recherche Scientifique et Technique (CNRS)* (entidade executora do acordo em Marrocos)
- **Moçambique:** No âmbito do protocolo nos domínios da C&T, assinado entre Portugal e Moçambique, no mês de julho o DRI organizou em Maputo dois dias de informação sobre a

cooperação entre ambos os países e sobre o H2020 (com a colaboração e participação do GPPQ). Ainda no âmbito do referido protocolo, cinco técnicos do Fundo Nacional de Investigação (FNI) do Ministério da C&T de Moçambique estagiaram na FCT durante uma semana em Julho

- **Noruega:** Atualização do estudo sobre a Cooperação em C&T&I entre a Noruega e Portugal, elaborado em 2013, tendo em vista a assinatura de um MoU entre os dois países, previsto para maio de 2015, no âmbito da visita Presidencial de Portugal à Noruega
- **Turquia:** Conclusão do estudo sobre a Cooperação em C&T&I entre a Turquia e Portugal, iniciado em 2013, tendo em vista fundamentar a assinatura do Acordo Intergovernamental de Cooperação Científica e Tecnológica entre os dois países, e o estabelecimento do Protocolo de cooperação entre a FCT e o TÜBITAK, instituição congénere na Turquia. Assim, em abril de 2014 foram assinados os referidos Acordo e Protocolo e, neste âmbito, foi aberto em dezembro o 1º concurso conjunto para co-financiamento de projetos de I&D entre as duas instituições. Os resultados deste concurso só serão conhecidos em 2015
- Em 2013 foi firmado o Protocolo entre a FCT e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa visando a atribuição do **Prémio de Tradução Científica em Língua Portuguesa**. Em 2014, no âmbito deste protocolo, foi aberto concurso e atribuídos três prémios – um 1º prémio (5.000 €-Tradutor: Pedro Galvão; Obra: Os Métodos da Ética, de Henry Sidgwick; Editora: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013) e dois 2ºs prémios *ex-aequo* (2.500 €-Tradutores: Gonçalo Marcelo e Hugo Barros; Obra: A Simbólica do Mal, de Paul Ricoeur; Editora: Edições 70, 2013 e Tradutor: João Tiago Proença; Obra: O Culto Moderno dos Monumentos e outros Ensaio Estéticos, de Alois Riegl; Editora: Edições 70, 2013).

Acordos e Convénios ativos

O DRI continuou a apoiar ativamente a participação da comunidade científica portuguesa em projetos conjuntos com instituições de outros países resultantes de Acordos de Cooperação Bilateral em C&T ou, ainda, decorrentes de Acordos Culturais estabelecidos com diversos países, tendo assegurado a participação nas respetivas Comissões Mistas. Pretendeu-se, assim, fomentar e apoiar o intercâmbio regular de investigadores ao abrigo daqueles mecanismos.

Foram abertos concursos para financiamento de novos projetos conjuntos anuais e bienais cujo início ocorrerá em 2015, tendo o DRI dinamizado o processo de avaliação. No âmbito dos concursos de mobilidade lançados em 2013 e após a realização das várias Comissões Mistas, foram cofinanciados 59 novos projetos com início em 2014: 10 para a Alemanha (Programa DAAD), 36 para o Brasil: 31 com a CAPES e cinco com o CNPq, 13 para França: um do Programa PICS (Projetos Internacionais de Cooperação Científica) com o CNRS e 12 para o Programa Hubert Curien (PHC-PESSOA). Ao abrigo dos Acordos Científicos, foi ainda dada continuidade financeira aos 171 projetos bienais ou trienais aprovados na sequência das respetivas Comissões Mistas realizadas em anos anteriores com: o Brasil-CAPES (34 projetos), a China (8 projetos), a Eslováquia (12 projetos), França-PHC-PESSOA (12 projetos) e CNRS (20 projetos), a Hungria (5 projetos), a Índia (17 projetos), a Itália (8 projetos),

Marrocos-CNRST (20 projetos), a Polónia (10 projetos), a Sérvia (10 projetos) e a Tunísia (15 projetos). No âmbito do Acordo PHC-PESSOA foi aberto concurso para o biénio 2015-2016 e recebidas 60 propostas. Dando seguimento ao Acordo entre Portugal (FCT) e a Itália (CNR) foi aberto concurso para o biénio 2015-16 e recebidas 60 propostas. Na sequência Acordo Portugal e Marrocos (CNRST), foi aberto concurso a executar no biénio 2015-16, ao qual foram submetidos 74 propostas. Sumarizando, em 2014 foram financiados 230 projetos conjuntos, novos e renovações, no quadro dos Acordos Científicos em vigor.

Participação em reuniões de coordenação Ministeriais e levantamento de informação

À semelhança dos anos anteriores, o DRI garantiu a representação do MEC nas reuniões de coordenação interministeriais organizadas pelo MNE, no contexto da preparação de Cimeiras e Reuniões de Alto Nível.

5.3. Cooperação Multilateral e Organizações Internacionais

Campanhas de navios estrangeiros em áreas marítimas sob soberania e jurisdição nacional

Prosseguiu o acompanhamento no DRI dos pedidos de autorização submetidos ao MNE para a realização de 38 campanhas oceanográficas em áreas marítimas sob soberania e jurisdição nacional. Foi efetuada a recolha e verificação dos pareceres obtidos junto de peritos da comunidade científica da área, com o apoio da Comissão Oceanográfica Intersectorial do MEC (COI-MEC), processo efetuado em articulação com o MNE. Foram recebidos 6 relatórios de campanhas oceanográficas já realizadas: uma em 2009, duas em 2013 e três em 2014.

CERN - organização europeia para a investigação nuclear

Em 2014, o DRI continuou a coordenar a participação portuguesa no CERN, tendo assegurado a participação nos diferentes órgãos de gestão da Organização. O DRI elaborou ainda o levantamento e tratamento da participação portuguesa no CERN relativamente ao número e volume de contratos atribuídos às empresas portuguesas, número de utilizadores, número de bolseiros/estudantes presentes no CERN, número de *staff* nacional, número de bolsas atribuídas pela FCT, para o período 2000/2013. A análise desta evolução demonstra uma efetiva e positiva participação nacional. O DRI foi também responsável pela preparação e participação em quatro reuniões do Comité Financeiro e elaboração dos respetivos relatórios.

CERN Fellowship Programme

Embora tivessem sido realizados, como é habitual, dois períodos de submissão de candidaturas a posições de *Fellow* no *European Organization for Nuclear Research* (CERN), apenas aconteceram submissões de portugueses no segundo período (setembro de 2014). O DRI organizou o processo de avaliação das seis candidaturas apresentadas por portugueses que concorreram a estas posições, tendo remetido ao CERN o resultado das avaliações efetuadas pelos peritos portugueses.

CGIAR - *Consultative Group on International Agricultural Research*

O DRI prosseguiu a coordenação da representação nacional no CGIAR, que é assegurada por um delegado externo cujo reporte é periódico.

COST - Cooperação Europeia em C&T

O DRI coordena a participação nacional na COST. Em 2014 alterou os procedimentos de seleção e nomeação de delegados aos Comitês de Gestão e lançou um convite à manifestação de interesse para novas Ações no Portal da FCT, reforçando a visibilidade da COST. Foram substituídos os ficheiros físicos por ficheiros eletrónicos e foi renovada a página da FCT/COST. O DRI assegurou a seleção das candidaturas submetidas, tendo posteriormente proposto a nomeação dos delegados nacionais aos Comitês de Gestão das Ações. Foram nomeados mais de 100 delegados nacionais quer para Novas Ações quer para Ações de anos anteriores. Todo este processo de seleção foi realizado em consonância com o mais recente Plano de Ação da COST e com o seu total suporte.

No final de 2014, foram realizados esforços no sentido de fomentar o envolvimento da comunidade científica nacional no mais antigo programa de cooperação Europeu. Planeou-se a realização de dois INFO DAYS, em Aveiro e em Lisboa, para terem lugar no início de 2015. Por outro lado, foram delineadas estratégias para maximizar o conhecimento e avaliação do trabalho realizado pelos Delegados Nacionais no Comité de Gestão de Ação. A implementação das novas ferramentas está prevista para o ano de 2015. Foram criados mecanismos para continuar a melhorar o modelo de submissão de manifestações de interesse a Delegado Nacional do Comité de Gestão de Ação. Este novo processo visa diminuir e agilizar o processo burocrático. Foi decidido envolver a comunidade científica neste processo, esperando com isso uma eficaz aproximação da FCT aos investigadores nacionais e uma significativa melhoria da imagem da Instituição. Estas medidas serão concretizadas durante o segundo trimestre de 2015, e implementadas no último trimestre do mesmo ano.

CYTED - Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

O CYTED foi criado em 1984 através de um Acordo interinstitucional assinado por 21 países ibero-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Perú, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Desde 1995, que o Programa CYTED encontra-se formalmente incluído entre os Programas de Cooperação das Cimeiras Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo. A participação neste Programa de Cooperação é acompanhada em Portugal pela FCT, através do DRI. Em 2014 realizou-se novo concurso para novas redes temáticas nas seguintes áreas: Agro-alimentar; Saúde; Promoção do Desenvolvimento Industrial; Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Globais e Ecossistemas; Tecnologias da Informação; Ciência e Sociedade e Energia. O DRI, em representação da FCT, assegurou a representação portuguesa no CYTED, nomeadamente na Assembleia Geral (AG), com direito a voto. Na AG de novembro 2014 foi reeleito o Secretário-Geral. Nesta AG, Portugal foi indicado pelos outros Países para integrar o Comité Financeiro, o que foi aceite. O DRI participou em atividades com vista à análise e discussão de desenvolvimentos futuros do Programa.

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

O DRI contribuiu para a preparação da participação portuguesa na VI Reunião Ordinária de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, que teve lugar em Maputo, em abril de 2014, onde foi apresentado aos EM da CPLP a criação oficial do Centro de Excelência para a Formação Avançada de Cientistas da CPLP em Ciências Fundamentais, sob os auspícios da UNESCO–Portugal (nº 9, alínea d, e nº 10 da Declaração Final da VI Reunião de Ministros) e os Programas Doutorais-Piloto que Portugal (FCT) promoveu para preparar o Funcionamento do referido Centro: Programas Ciência Global e Ciência para o Desenvolvimento. Portugal solicitou aos EM da CPLP a nomeação de Peritos Nacionais para integrarem o Comité que definirá o modelo de participação efetiva dos EM na implantação e funcionamento do Centro de Excelência (maio de 2014). Participou na reunião de Peritos Nacionais para discussão da participação efetiva dos EM no funcionamento do Centro de Excelência e aprovação dos Estatutos do referido Centro, que teve lugar em Lisboa, em novembro de 2014, na sede da CPLP.

EMBC - Conferência Europeia de Biologia Molecular

O DRI continuou os trabalhos de coordenação da participação portuguesa na EMBC e assegurou a representação nacional nos diferentes órgãos de gestão. No âmbito dos Programas da EMBC, foram financiadas cinco EMBO Installation Grants. Foi atualizado o levantamento sobre o retorno em número de bolsas (longa duração/curta duração/YI/IG) atribuídas pela EMBC a investigadores portugueses, no período 2000/2013, que revelou um progressivo reforço da participação nacional. O DRI foi também responsável pela preparação e participação nas duas reuniões da Conferência com a elaboração dos respetivos relatórios.

EMBL - Laboratório Europeu de Biologia Molecular

Continuaram os trabalhos de coordenação da participação portuguesa no EMBL, assegurando-se a representação nacional nos diferentes órgãos de gestão. Foi atualizado o levantamento da participação portuguesa no EMBL de 2000 a 2013 relativamente ao número de utilizadores, de bolsas (PhD e pós-doc) atribuídas a estudantes portugueses, número de *staff* nacional. No que se refere ao retorno do investimento no período 2000/2013 e tendo presente o peso da nossa escala de contribuição, verificou-se que o peso do número de bolsas pós-doc atribuídas a investigadores nacionais é, em média, muito superior ao peso da contribuição de Portugal e este indicador mais que triplica quando se analisa o número de bolsas de doutoramento atribuídas a estudantes portugueses. No que se refere ao nº de *staff* português nesta Organização verificou-se que, a partir de 2010, Portugal obtém já *juste retour*. O DRI foi também responsável pela preparação e participação em duas reuniões do Comité Financeiro e do Conselho e à elaboração dos respetivos relatórios.

ESA – Agência Espacial Europeia

O DRI garantiu o acompanhamento financeiro da participação de Portugal nesta organização internacional, tendo contribuído para os trabalhos de preparação da Ministerial de 2014 onde os

vários Estados-Membros subscrevem programas opcionais da ESA. O DRI assegurou igualmente a representação portuguesa em todos os comités financeiros.

ESRF – Infraestrutura Europeia de Radiação de Sincrotrão

Em 2014, deu-se continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa no ESRF, tendo sido assegurada a participação nacional nos diferentes órgãos de gestão da Organização. Foi atualizado o levantamento da participação portuguesa no ESRF de 2003 a 2013 relativamente ao nº e volume de contratos atribuídos às empresas portuguesas, nº de utilizadores/observadores, número de *staff* nacional, nº de bolsas atribuídas no âmbito da Parceria de Biologia Estrutural. O DRI foi responsável pela preparação e participação nacional de duas reuniões do Comité Financeiro desta Organização, tendo sido elaborado o respetivo relatório de participação.

European Science Foundation

A *European Science Foundation* (ESF), é uma organização não-governamental para promoção da excelência na Ciência, e que atua nos domínios da investigação médica, ciências da vida e do ambiente, física e ciências da engenharia, humanidades e ciências sociais. O DRI acompanhou e apoiou a participação dos representantes nacionais nas atividades dos Comités Permanentes estabelecidos (*Life Sciences Standing Committee* [LESC]; *Physical and Engineering Standing Committee* [PESC]; *Social Sciences Standing Committee* [SCSS]; *Humanities Standing Committee* [SCH] e dos Comités de Especialidade (*Nuclear Physics European Collaboration Committee* [NuPPEC]; *European Marine Board* [EMB], *European Polar Board* [EPB, que em 2014 se desvinculou da ESF] e *Materials Committee* [MatSEEC], que se dedicam à implementação de estratégias de política científica em áreas específicas. O DRI garantiu, em 2014, o apoio financeiro aos delegados nacionais aos vários Comités da ESF e à participação da comunidade científica nacional nas atividades da ESF, nomeadamente nos *Research Networking Programmes* (RNP's), nos projetos nacionais decorrentes do *European Collaborative Research Scheme* (EUROCORES) e no financiamento do Prémio EURIY. O DRI assegurou ainda a representação na Assembleia Geral da ESF de novembro. O DRI coorganizou a Reunião do *Working Group on Deep Sea* do *Marine Board*, em Lisboa, igualmente em novembro.

GBIF – Global Biodiversity Information Facility

Estabelecida em março de 2001, o GBIF é uma organização internacional aberta que tem por objetivo melhorar esforços científicos e técnicos para o desenvolvimento e manutenção de uma facilidade de informação global para a partilha de dados digitalizados sobre biodiversidade. Em 2014 o DRI esteve envolvido no processo de representação nacional no GBIF, em particular no respeitante à contribuição financeira da FCT para a constituição do Nó Nacional, cuja operacionalização cabe ao Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Esta operacionalização encontra-se prevista no Protocolo assinado em 2013 entre a FCT e o IICT, com a duração da vigência do 3º Memorando de Entendimento em curso com a GBIF (até 2016). O Nó Português do GBIF executou durante 2014 o projeto de mentorado GBIF em colaboração com os Nós espanhol e francês daquela organização, com apoio financeiro atribuído pelo GBIF. Através do programa de formação do Nó Espanhol houve também a possibilidade de três investigadores portugueses beneficiarem do curso *online* sobre qualidade de

dados. O Nó Nacional desenvolveu ainda cursos de formação em bases de dados de gestão de coleções biológicas em Luanda, em colaboração com o Herbário da Universidade Agostinho Neto, e em Brasília, em colaboração com o Nó brasileiro do GBIF e com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). O Nó preparou em colaboração com o DRI a contribuição nacional para definição do modelo de financiamento, das licenças de licenciamento de dados e aval dos publicadores de dados, que foram aprovados pelo *Governing Board* do GBIF em setembro de 2014. Finalmente, o DRI colaborou com o Nó Nacional no processo de divulgação dos concursos aos prémios para Jovens Investigadores e ‘Ebbe Nielson’.

IHRA – *International Holocaust Remembrance Alliance*

Através do DRI, a FCT tem representação nas reuniões de coordenação interministeriais de preparação das reuniões plenárias da Aliança internacional para a Memória do Holocausto, convocadas pelo MNE, onde têm assento representantes do MEC (pela vertente Educação, a DGES, e pela vertente Ciência, a FCT) e da Secretaria de Estado da Cultura. Em 2014 o DRI participou nas duas reuniões preparatórias das duas reuniões plenárias da Aliança. Igualmente em 2014, o DRI conduziu o processo de nomeação de delegado ao grupo de trabalho ‘académico’, considerado prioritário, a par do da ‘educação’. Havia-se concluído, em sede de reunião interministerial decorrida no MNE, da conveniência da nomeação de peritos que assegurassem, por um período continuado (mínimo de três anos), a presença portuguesa nos diversos grupos de trabalho da Aliança, na qual Portugal é apenas Observador, não obstante aspirar tornar-se Membro. Ficou acordado que esta nomeação não substitui a representação da FCT nas reuniões de coordenação interministeriais de preparação das Plenárias da Aliança, convocadas pelo MNE.

IPBES - *Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* da ONU

A Plataforma IPBES foi estabelecida em abril de 2012, aberta a todos os membros das Nações Unidas. Os membros participantes – Portugal é membro, através de nomeação da FCT - comprometeram-se a desenvolver a Plataforma IPBES para que esta seja líder na avaliação do estado atual da biodiversidade no planeta, os seus ecossistemas e os serviços essenciais que estes prestam à sociedade. A Plataforma Portuguesa da IPBES é o foco nacional da IPBES e tem como principal objetivo reunir e envolver todas as partes interessadas em biodiversidade, ecossistemas e seus serviços, em Portugal, desde a comunidade científica a decisores políticos e toda a sociedade em geral, criando uma rede nacional de interessados que poderão contribuir para o programa de trabalhos definido pela IPBES. A IPBES tem vindo a progredir nos seus trabalhos de organizar um estudo de avaliação da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos à escala mundial, tendo o DRI em 2014 estado envolvido nessa dinâmica através da análise de pedidos de representação de peritos portugueses em reuniões internacionais de grupos de trabalho, peritos estes escolhidos, numa base competitiva, pela Plataforma IPBES, e posteriormente apoiados pela FCT. Os três grupos de trabalho foram os seguintes: *Regional and subregional assessments of the IPBES Work Programme*; *Assessment on land degradation and restoration* e *Policy Support tools and methodologies for scenario analysis and modelling of biodiversity and ecosystem services based on a fast track assesement and guide*. De salientar que, no âmbito da representação portuguesa nas discussões sobre *Regional and subregional assessments of the IPBES Work Programme*, Portugal conseguiu, através da delegação da FCT, que fosse contemplada, no *scoping*

de regiões de biodiversidade e ecossistemas a nível global, a região *Open Ocean*. Com efeito, o planeta estava dividido em quatro grandes zonas de biodiversidade terrestres para efeitos do estudo, tendo a delegação portuguesa proposto e conseguido acrescentar uma quinta zona assim designada.

LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para revistas Científicas da América Latina, Caraíbas, Espanha e Portugal

O DRI continuou responsável pela indexação e pela atualização dos registos das revistas científicas em Portugal no Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caraíbas Espanha e Portugal - Sistema LATINDEX, enviadas pelos editores portugueses.

NATO – Organização do Tratado Atlântico Norte

Em 2014 Portugal aderiu, através da FCT, ao Programa de Ciência para a Paz e Segurança (SPS) da NATO, no qual o DRI tem um papel facilitador de contacto entre a comunidade científica e esta organização. Nesta sequência, o DRI preparou em outubro de 2014, em conjunto com os delegados nacionais que são membros do *Independent Scientific Evaluation Group* da NATO, a organização de um *Information Day*, no Instituto Superior Técnico, para divulgação deste programa pela comunidade científica portuguesa, que contou com cerca 100 participantes.

Programa de Estágios Tecnológicos no CERN, ESA e ESO

No âmbito dos protocolos de formação de recursos humanos estabelecidos com o CERN, a ESA e o ESO (com o CERN, ainda em 2012, e com a ESA e o ESO, em 2013), o DRI abre concursos anuais para oportunidades de formação e treino (para um máximo de 2 anos), para jovens portugueses com grau académico de licenciatura ou superior que assim poderão beneficiar de um plano de formação complementar em domínios tecnológicos estratégicos para o aumento da competitividade das empresas portuguesas. Os estágios tecnológicos destinam-se a candidatos com formação em áreas científicas e tecnológicas nos domínios em que a competência do CERN, ESA e ESO é internacionalmente reconhecida. Após a abertura de concurso em 2013 e seleção de candidatos para oportunidades de formação para 2014, foram atribuídas 15 bolsas em 2014: 6 para o CERN e 9 para a ESA. Novo concurso foi aberto em 2014 para oportunidades de formação a realizar em 2015. Foram submetidas 155 candidaturas, sendo 137 elegíveis e submetidas a avaliação.

SCAR - *The Standing Committee on Agricultural Research*

Orgão consultivo da COM na definição da Agenda Estratégica de I&I em agricultura, onde Portugal participa. O DRI é responsável pelo acompanhamento do delegado nacional ao SCAR e sua articulação com os vários atores nacionais. O DRI acompanha ainda a participação de representantes nacionais a dois grupos estratégicos: pescas e aquacultura e inovação.

Science Europe

A *Science Europe* (SE) é uma associação das Organizações Europeias financiadoras e executoras de investigação, da qual a FCT é membro desde 2012. A SE tem como objetivo promover o interesse coletivo das organizações europeias financiadoras de investigação C&T (RFOs) e das organizações que realizam essa mesma investigação (RPOs), contribuindo para o fortalecimento do ERA. O DRI tem vindo a coordenar a participação da FCT na SE, de onde se destaca a preparação das Assembleias Gerais da SE, na qual se faz representar o Presidente da FCT, e do *ERA High Level Workshop* anual, através da elaboração de notas técnicas. No final de 2013, o DRI acompanhou a candidatura do Presidente da FCT ao *Governing Board* (GB) desta iniciativa, que é aceite pela Assembleia Geral (AG) de novembro. Em 2014, o Presidente da FCT inicia funções como membro do GB e no 1º semestre deste ano apresenta candidatura a Presidente da SE, aceite por unanimidade e aprovada pouco depois em sede de AG, pelas organizações membro. O Presidente da FCT assume a liderança da SE em setembro de 2014. Em 2014 o DRI continuou a acompanhar as atividades dos *Working Groups* e dos Comités Científicos da SE, bem como participa nas reuniões dos *SE Officials' Co-ordination Group*, grupo que acompanha e apoia os membros do GB. Em 2014 as principais atividades da SE centram-se em tornar visível à COM o seu papel de aconselhamento ao desenvolvimento do ERA e das políticas de I&I europeias, através da emissão de *Statement Papers* em diversas matérias de relevante importância para o ERA. A nível interno, a SE consolidou as suas atividades de forma sustentável e com vista à evolução sólida da organização. Destaca-se igualmente a preparação da participação da FCT no *Global Research Council 2014*, em maio, que se realizou na China, onde foram discutidos os tópicos *Open Access for Publications* e *Shaping the Future: Supporting the Next Generation of Researchers*.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

O DRI, para além de colaborar na divulgação de diversas ações levadas a cabo pela Comissão Nacional da UNESCO (destacando-se o Ano Internacional da Cristalografia), participou nas duas reuniões anuais do Conselho Consultivo daquela Comissão, representando o MEC na vertente Ciência. O DRI esteve ainda envolvido na análise de dois pedidos de apoio às Cátedras UNESCO atribuídas às Universidades de Évora e de Coimbra, nas áreas do 'Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional' e 'Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável', respetivamente. Em outubro de 2013 o Ministro da Educação e Ciência de Portugal e a Diretora-Geral da UNESCO, Irina Bokova, assinaram na Assembleia Geral da UNESCO o Acordo para o estabelecimento do Centro UNESCO para a formação avançada de cientistas dos países de língua portuguesa no âmbito das ciências fundamentais. O DRI continuou em 2014 a acompanhar a elaboração dos estatutos para o referido Acordo, em estreita colaboração com o Gabinete da Secretária de Estado da Ciência.

5.4. Assuntos Diversos

Acompanhamento do Observatório de Ciência, Tecnologia e das Qualificações

O Observatório de Ciência, Tecnologia e das Qualificações é um projeto conjunto da FCT e do ex-Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), entretanto integrado na Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (que tem por objetivo o estudo da capacidade científica e tecnológica nacional, em particular sobre os recursos humanos qualificados, a sua inserção institucional e as condições de fixação em Portugal, de forma complementar e suplementar aos normais exercícios de inquirição de C&T, estimulando equipas externas de investigação a trabalhar em estreita articulação com os serviços do MEC (incluindo o Ensino Superior) responsáveis pela realização e divulgação de estatísticas). Em 2014, o DRI participou nas duas reuniões semestrais do Observatório.

Auxílios de Estado

O DRI tem como competência, no âmbito das relações europeias, “acompanhar o processo de produção legislativa comunitária com incidência na área da ciência e da tecnologia e promover a adoção e difusão das medidas legislativas internas deles decorrentes (artigo 6º, Portaria nº 149/2012, de 16 de maio). Assim, e aproveitando o novo ciclo de implementação dos regulamentos comunitários relativos a Auxílios de Estado (AE) à I&D&I, após o processo de consulta pública aos EM, e reconhecendo a necessidade de capacitação institucional nestas matérias – foi criado pelo Conselho Diretivo da FCT o Grupo de Trabalho AE- FCT, sob a liderança do DRI e com uma natureza transversal à instituição. A atividade deste Grupo veio a traduzir-se na elaboração de um Relatório – Relatório sobre Auxílios de Estado, 2014 – apenas submetido ao Conselho Diretivo da FCT em início de 2015, no qual serão apresentadas questões técnico-jurídicas e propostas relativas à implementação dos regulamentos.

Preparação do Quadro Comunitário de Apoio para o período 2014-20

Co-elaboração do Documento de Trabalho FCT nº1/2014, intitulado “Orçamentação Indicativa da Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020”, no âmbito da preparação do Quadro Comunitário de Apoio para o período 2014-20. O exercício experimental desenvolvido teve por objetivo a estimativa dos recursos financeiros, quer públicos quer privados, necessários à implementação do *policy-mix* da Estratégia Nacional de Investigação e Inovação.

Revisão – “Diagnóstico do sistema de investigação e inovação - Desafios, forças e fraquezas rumo a 2020”

O DRI integrou a equipa de revisão da versão inglesa do Relatório “Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação”, no que concerne à tradução dos capítulos com responsabilidade na autoria e de todas as partes comuns correspondentes.

5.5. Execução Financeira

O DRI garantiu a gestão financeira do Projeto 6818 do orçamento de investimento da FCT, cuja execução foi de 32.826.530€, distribuída essencialmente da seguinte forma:

- Cooperação Bilateral – Financiamento de mobilidade de investigadores no âmbito de projetos bilaterais no valor de 602.100 € e pagamento de 20.768 € ao painel de avaliação
- Cooperação Multilateral - Pagamento de quotas das Organizações Internacionais de que Portugal é membro e de atividades ligadas à participação científica internacional, no montante total de 30.173.259 €, mas que não permitiu o pagamento integral dos compromissos previstos para o ano em curso. O montante de contribuições em dívida, transferido para 2015 ascendeu a 16.503.533 €
- Devido às restrições orçamentais que afetam e afetarão o orçamento da FCT, entre 2013 e 2017, foi necessário elaborar o reescalonamento para o pagamento das contribuições nacionais para as Organizações Internacionais, tendo sido publicada a 21 de Março a Resolução de Conselho de Ministros nº 16/2013, que assegurará a continuidade da participação de Portugal em organizações científicas e tecnológicas de que é membro
- Deslocações de delegados nacionais a organizações e reuniões internacionais no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação no valor de 648.090 € e organização de reuniões e conferências no valor de 27.118 €. De salientar a atribuição do DRI na receção, tratamento, processamento e apoio a todos os pedidos de deslocação ao estrangeiro realizados pela FCT, através da plataforma informática MyGiaf, nomeadamente dos delegados nacionais, representantes, colaboradores e funcionários da FCT (principalmente do DRI, DSI, GPPQ e Conselho Diretivo)
- Pagamento de 1.036.927 € relativo aos contratos celebrados entre a FCT e as instituições selecionadas para prestação de serviços de Pontos de Contacto Nacional do H2020.

Para além do projeto 6818, o DRI garantiu ainda a gestão de verbas provenientes da COM relativas à participação da FCT em 31 redes europeias (nomeadamente ERA-NETs, INCO-NETs, redes de integração de infraestruturas e redes de Pontos de Contacto Nacional do 7º PQ) no montante total de 560.164 €.

6. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Compete ao Departamento da Sociedade da Informação (DSI):

- Promover a mobilização das políticas públicas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento através de atividades de divulgação, qualificação e investigação
- Estimular o desenvolvimento da *e-Ciência*, promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico e a criação de conhecimento por entidades do Sistema Nacional de Investigação e Inovação e empresas
- Promover relações de cooperação ou associação com entidades estrangeiras, nomeadamente no quadro da União Europeia e dos países de língua oficial portuguesa.

Esta missão concretiza-se no desenvolvimento de atividades de natureza central, regional e local, nas seguintes áreas de ação:

- Investigação e Desenvolvimento e Inovação (I&D&I), compreendendo,
 - I&D em Infraestruturas e Segurança: Cibersegurança e Gestão do Risco
 - I&D em Tecnologias Emergentes: Computação em Nuvem; Internet do Futuro
 - *e-Ciência*: promoção, apoio e modernização das infraestruturas digitais de apoio às atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico e de ensino
- Inclusão, Literacia e Acessibilidade Digitais
- Coordenação do Centro Internet Segura, a nível nacional
- Política Internacional: Acompanhamento e conceção de políticas internacionais no âmbito da Sociedade da Informação, Economia Digital e Ciberespaço, bem como apoio na internacionalização de atividades de ciência e tecnologia, no âmbito da *e-Ciência* (incluindo as Políticas de Acesso Aberto de Publicações e Dados Científicos)
- Acompanhar e promover a Agenda Digital para a Europa
- Acompanhar e promover a Agenda Portugal Digital
- Realização de um Fórum para a Sociedade de Informação que implica a organização de diversos eventos de discussão/debate, consulta, e concertação *multi-stakeholder* para o desenvolvimento das políticas públicas para a Sociedade da Informação.

Das diversas ações do DSI, em 2014, destacam-se pela sua importância:

- Consolidação do lançamento da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital, a sequência da implementação da Agenda Digital para a Europa e em estreita colaboração com a Comissão, contribuindo para uma melhor correspondência entre a oferta de competências digitais e a procura do mercado de trabalho
- Coordenação das subcomissões temáticas referentes a duas das seis áreas prioritárias de intervenção da Agenda Portugal Digital, nomeadamente, as relativas ao i) investimento em I&D&I, e ii) literacia, qualificações e inclusão digitais
- Continuação do mapeamento das atividades de I&D e Inovação em e com TIC em Portugal (PT),

visando a produção de informação atualizada, sobre atores chave do sistema nacional de I&D e Inovação em TIC

- Dinamização de grupos de trabalho para preparação e implementação das Políticas da FCT sobre o Acesso Aberto a publicações de resultados de projetos de I&D
- Instituição do Prémio Inclusão e Literacia Digital, no valor de meio milhão de euros, que distinguiu projetos altamente meritórios na área e que se configuraram também como modelos de boas práticas
- Publicação da Tradução Autorizada pelo consórcio W3C da Versão Portuguesa das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo *Web* 2.0 (WCAG 2.0)
- Coordenação e preparação de recursos digitais e não digitais, além da concretização de parcerias e de iniciativas, para a promoção do uso responsável e seguro da Internet, incluindo diversas celebrações do Dia da Internet mais Segura 2014
- Participação, representação, negociação e assessoria em questões relativas à Sociedade de Informação, e em diversos organismos, programas e *fora*: Conselho de Ministros da União Europeia (UE), OCDE, Mecanismo Interligar a Europa (CEF – *Connecting Europe Facility*) - CEF Telecom, Programa comum AAL - Assistência à Autonomia no Domicílio (AAL - *Active and Assisted Living*), Fórum da Internet do Futuro (FIF - *Future Internet Forum*), projeto CEFIMS-CONNECT, CIIP - Fórum Europeu para os Estados Membros (EFMS - *European Forum for Member States*), *fora* europeus e internacionais relativos à Governação da Internet, Fórum para a Sociedade de Informação – Governação da Internet e Fórum para a Acessibilidade *Web*, entre outros.

6.1. Agenda Digital para a Europa

A FCT, através do DSI, assegurou a representação de PT no Grupo de Alto Nível da Agenda Digital para a Europa, constituído por representantes dos Estados Membros (EM), ao nível de Diretor Geral, responsáveis pela implementação das políticas públicas da Sociedade da Informação. Este Grupo tem como principal missão acompanhar a implementação da Agenda Digital para a Europa. De entre vários assuntos debatidos, destaca-se a atenção dada às prioridades dos EM para a concretização do Mercado Único Digital, em particular a identificação de barreiras e a abordagem a seguir para responder aos obstáculos ao mercado único digital, com o objetivo de alavancar oportunidades para as empresas e promover o acesso a serviços transfronteiriços.

Outros temas discutidos prenderam-se com os *Big Data* (megadados) e o seu potencial para a economia, e as competências digitais no âmbito do fomento da Empregabilidade Digital, para colmatar a diferença entre a oferta e a procura de competências e emprego digitais. Relativamente ao primeiro tema, a Comissão Europeia (COM) procedeu a um mapeamento das atividades dos EM neste domínio, atendendo à importância do tema que foi identificado como prioridade no Conselho Europeu de outubro de 2013. Quanto ao segundo tema, a FCT, através do DSI, participou no evento “*Digital Venice*”, organizado pela Cidade de Veneza e promovido pela Presidência Italiana do Conselho da União Europeia (UE) com o apoio da COM (DG Connect), que procurou traçar o caminho para a economia e empregabilidade digitais. O DSI representou PT neste evento e participou como orador na *Workshop “Digital Skills and Jobs”*.

Nessa *Workshop*, o DSI salientou os principais desafios que se impõem a nível nacional para uma política sobre *e-Skills* e competências digitais, realçando a importância de um plano de ação inserido num Programa a lançar a nível nacional num futuro próximo, na área da Inclusão e Literacia Digitais, a implementação da “Rede TIC e Sociedade” a nível nacional, o desenvolvimento de medidas da Agenda Portugal Digital nesta matéria, bem como ações que visem garantir uma melhor correspondência entre a oferta de competências digitais e a procura do mercado de trabalho, nomeadamente através de uma Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital. Na sequência desta participação, foi consolidado o lançamento da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital, em estreita colaboração com a COM.

Neste sentido, realizou-se em Lisboa, em outubro, a Cimeira para a Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital que se focou em quatro temas específicos: (1) a Agenda Digital e crescimento económico; (2) o realinhamento de talentos: educação, formação e requalificação; (3) *e-Skills*, emprego digital e procura futura e (4) novos *drivers* de emprego: atração de geradores de emprego digital. Esta Cimeira foi aberta pelo Presidente da COM, Dr. José Manuel Durão Barroso.

Em Agosto de 2014, a FCT tornou-se membro da associação europeia sem fins lucrativos “*Telecentre Europe*” que representa, a nível europeu, os telecentros, centros de competências TIC, centros de educação para adultos e bibliotecas, e outros estabelecimentos onde a população possa aceder à Internet e adquirir competências digitais.

No âmbito do evento da *Codeweek* “Semana Europeia da programação: Enquadramentos e desafios” verificou-se a realização de seminários e *workshops* dedicados a esta temática, nomeadamente Scratch, Kodu, Arduino e Robótica.

A FCT, através do DSI, participou no *Digital Stakeholders Day*, organizado pela COM, em Bruxelas, a 29 de setembro, que procedeu ao balanço dos 5 anos da Agenda Digital para a Europa num ambiente *multistakeholder*.

6.2. Agenda Portugal Digital (APD)

Alinhada com as prioridades da APD e da Estratégia Europa 2020, a Resolução de Conselho de Ministros nº 112/2012, de 31 de dezembro, aprovou a Agenda Portugal Digital que “visa estimular a Economia Digital e o setor das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica, através da utilização e do desenvolvimento de produtos e serviços transacionáveis e competitivos para os mercados internacionais”.

Assim e no âmbito das suas atribuições no domínio da Sociedade da Informação, a FCT, através do DSI, assumiu a coordenação das subcomissões temáticas referentes a duas das seis áreas prioritárias de intervenção, nomeadamente, as relativas ao 1) investimento em I&D&I, e 2) literacia, qualificações e inclusão digitais:

- Subcomissão temática para a área prioritária de intervenção “3.2 Investimento em Investigação e Desenvolvimento e Inovação (I&D&I)”:
 - Medida 3.2.1 – Fortalecer a investigação e a capacidade de inovação em TIC

- Medida 3.2.2 – Estimular o desenvolvimento e a oferta de serviços avançados
- Medida 3.2.3 – *e-Ciência* e Internet do futuro
- Medida 3.2.4 – “Internet das Coisas”
- Medida 3.2.5 – TIC marítimas
- Subcomissão temática para a área prioritária de intervenção “3.3. Melhorar a literacia, qualificações e inclusão digitais” (Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Sociedade):
 - Medida 3.3.1 – Desenvolver competências para a Economia Digital
 - Medida 3.3.2 – Promover a disponibilização e utilização de *ebooks* (livros eletrónicos)
 - Medida 3.3.3 – Promover a inclusão digital e a utilização regular da Internet
 - Medida 3.3.4 – Definir uma política de acessibilidade para os conteúdos e plataformas digitais portuguesas a disponibilizar na Internet
 - Medida 3.3.5 – Promover a criação e a digitalização massiva de conteúdos

Para além das Medidas referidas acima, a FCT, através do DSI, contribuiu ainda para:

- Medida 3.1.9 – Melhorar a confiança e a segurança das redes e serviços (em particular através da I&D&I), onde colabora com a ANACOM na condução das atividades desta medida, nomeadamente na criação do sistema nacional de gestão de risco, e
- Medida 3.6.7 – Governação da Internet.

O modelo de governação da Agenda Portugal Digital assenta numa:

- Comissão Interministerial, que assegura a coordenação global da Agenda Portugal Digital e a monitorização da sua implementação
- Comissão Técnica, à qual compete definir o plano anual de implementação das medidas da Agenda Portugal Digital, fixar os recursos necessários e a sua calendarização, articulando com os organismos da Administração Pública relevantes para o efeito, assessorar a Comissão Interministerial para a Agenda Portugal Digital e promover a articulação com as entidades do sector privado mais relevantes para as áreas da APD.

A Comissão Técnica e o Grupo Permanente são presididos pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. e a FCT, através do DSI, tem assento em ambos.

Assim sendo, para além dos relatórios produzidos e contribuição para documentos decorrentes da responsabilidade de coordenação das Subcomissões, o DSI participou em seis reuniões da Comissão Técnica (quatro reuniões regulares e duas reuniões extraordinárias) com dois tipos de representação nesta Comissão – um, na qualidade de representante da FCT e outro, na qualidade de delegado nacional ao Grupo de Alto Nível da Agenda Digital para a Europa – e sete reuniões do Grupo Permanente, sendo este composto pelos coordenadores das Subcomissões temáticas e que, de acordo com a Resolução de Conselho de Ministros nº 112/2012, de 31 de dezembro, “tem por função analisar, avaliar, coordenar e sincronizar as dinâmicas de operacionalização das diversas medidas previstas na referida Resolução de Conselho de Ministros, identificar eventuais desvios de execução e/ou

estrangulamentos por insuficiente afetação de recursos, acompanhar a monitorização dos indicadores de execução e propor as adequadas medidas de correção, de reforço de coordenação ou outras com o objetivo de assegurar o melhor cumprimento dos planos de trabalho pré-definidos”.

Dada a formalização em 2014 do Acordo de Parceria entre PT e a Comissão Europeia, denominado “Portugal 2020”, a Comissão Técnica aprovou uma proposta de revisão e atualização da APD para o período 2014-2020, para a qual o DSI contribuiu ativamente, em particular nas áreas que recaem no âmbito das suas responsabilidades.

Agenda Portugal Digital (APD) - Coordenação do Grupo de Trabalho Técnico de Indicadores (GTT Indicadores da APD)

A FCT, por intermédio do DSI, coordena este grupo de trabalho que tem objetivos a identificação e harmonização de indicadores nas diversas medidas da Agenda Portugal Digital, assegurando, sempre que possível, a articulação com indicadores da Agenda Digital para a Europa.

Atividades desenvolvidas em 2014:

- Organização e condução da reunião anual de coordenação (FCT, 23 janeiro)
- Revisão e entrega do “Relatório de indicadores para o balanço da Agenda Portugal Digital para 2013” para integração no Relatório de Atividades 2013 da Agenda Portugal Digital
- Coordenação, organização e realização da recolha e harmonização de indicadores para 2014
- Trabalho com o Instituto Nacional de Estatística (INE) para localização de fontes de dados para o indicador dos objetivos gerais da APD sobre exportações de produtos TIC
- Organização e participação em reunião sobre Indicadores da Sociedade da Informação, com a participação do Vice-Presidente da FCT e do Conselho Diretivo do INE-Estatísticas de PT (INE, 21 março)
- Participação nas reuniões mensais do Grupo Permanente e trimestrais da Comissão Técnica da APD
- Análise e apresentação pública do estado da Sociedade da Informação em Portugal com base nos dados publicados pelo *Scoreboard* da Agenda Digital para a Europa (Portugal - Análise macro do posicionamento no *Digital Agenda Scoreboard*; 7ª reunião da Comissão Técnica da Agenda Portugal Digital; 3 julho 2014).

Agenda Portugal Digital (APD) - Coordenação da Subcomissão para a articulação de reporte da medida 3.2 da Agenda Portugal Digital (“Investimento em Investigação e Desenvolvimento e Inovação” (I&D&I)

A FCT, através do DSI, coordena a subcomissão para a articulação de reporte da medida 3.2 da Agenda Portugal Digital (“Investimento em Investigação e Desenvolvimento e Inovação (I&D&I), tendo durante o ano de 2014 assegurado as seguintes atividades:

- Entrega de contributos para os relatórios trimestrais de monitorização da Comissão Técnica da Agenda Portugal Digital (CT APD)
- Colaboração com áreas departamentais e grupos FCT (DPP; DRI; DSRICT - incluindo Infraestruturas de I&D; FCCN; GPPQ; GEE) para garantir o levantamento e registo das ações FCT e a constituição de indicadores FCT, com vista à sua integração no plano de ação 2014 da APD, para a medida 3.2
- Realização de reuniões e contactos para a constituição de grupos de trabalho envolvendo diversos departamentos ministeriais e entidades visando a articulação do reporte sobre atividades de promoção da I&D&I em TIC para a Agenda Portugal Digital (Secretaria de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação/Ministério da Economia e do Emprego (SEECI/MEE); Polo das Tecnologias da Informação, Comunicação e Electrónica (Polo TICE) e Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM)/TIC Marítima
- Coordenação da reformulação da medida 3.2 no âmbito da revisão da APD tendo em conta a sua adequação com os *timings* do Portugal 2020, em articulação e discussão com a Direcção-Geral de Política do Mar/Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (DGPM/MAMAOT) e o Polo TICE (*Benchmarking* políticas de países europeus e reestruturação da apresentação das políticas - nova estrutura e novos indicadores; proposta de novas entidades participantes; e exercício de afetação de necessidades orçamentais).

Agenda Portugal Digital (APD) – Participação nas ações da medida 3.1.9 da Agenda Portugal Digital (“Confiança e segurança das redes e serviços”)

- Liderança da ação “Criação do Sistema Nacional de Gestão de Risco”:
 - Constituição e dinamização do Grupo de Peritos em Gestão de Risco, composto por peritos científicos / académicos e profissionais da área da cibersegurança e em gestão de risco para o trabalho cientificamente informado de identificação, sugestão, definição e apoio à adoção de metodologias e processos de gestão de risco das redes e serviços ao nível da administração pública (formalização de convites); condução de reunião de grupo de peritos em 15 abril; recolha de contributos de peritos para a estratégia de criação do sistema nacional de gestão de risco; criação de *wiki online* sobre gestão de risco com acesso a todos os peritos do grupo; produção de diversos documentos – relato da primeira reunião do grupo de peritos em gestão de risco; calendarização das ações da fase de implementação do sistema nacional de gestão de risco; Termos de Referência do grupo)
 - Cooperação com a ANACOM (reunião em 15 setembro nas instalações da ANACOM)
- Ação “Realização de Exercícios de Preparação das Redes e Serviços” – participação da FCT, através do DSI, no âmbito do terceiro exercício cibernético pan-europeu, Cyber Europe 2014: reunião na ANACOM em 10 janeiro 2014 e produção de resposta a questionário sobre caracterização dos jogadores.

Agenda Portugal Digital (APD) – Participação nas ações da medida da Agenda Portugal Digital (“3.3. Melhorar a literacia, qualificações e inclusão digitais”)

Dando sequência aos trabalhos realizados em 2013, sob coordenação da FCT, através do DSI, foi continuada a intervenção dos Grupos de Trabalho então constituídos, envolvendo Associação do Comércio Electrónico e da Publicidade Interativa (ACEPI), a Direcção-Geral de Educação (DGE), a Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD), aos quais se juntou o Instituto Camões, IP, através das seguintes atividades:

- Elaboração do Plano de Atividades e orçamento 2014 e de relatórios diversos submetidos periodicamente à Comissão Técnica
- Elaboração do Plano de Atividades e orçamento 2015 – 2020
- Realização de quatro reuniões de acompanhamento das atividades pelos Grupos de Trabalho.

Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital

Liderança do processo de implementação da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital, na sequência do lançamento a nível europeu da *Grand Coalition for Digital Jobs*, alargando a participação a uma plataforma *multistakeholder* envolvendo os setores público e privado e organizações não-governamentais, materializada nas seguintes atividades:

- Coordenação dos trabalhos *multistakeholder* conducentes à definição dos pilares da proposta de Estratégia Nacional para a Empregabilidade Digital
- Liderança dos Grupos de Trabalho associados aos Pilares 1 e 3 da proposta de Estratégia Nacional para a Empregabilidade Digital:
 - Pilar 1 – Qualificação e requalificação para emprego em TIC
 - Pilar 3 – Sensibilização da sociedade para o digital
- Em articulação com a Fundação Calouste Gulbenkian, procedeu-se ao Mapeamento da Oferta Educativa e Formativa em TICE (Tecnologias de Informação e Comunicação e Eletrónica) em Portugal, destinado a informar a proposta de Estratégia Nacional para a Empregabilidade Digital
- *Grand Coalition for Digital Jobs*, organizada conjuntamente com a CIONET Portugal, Lisboa, 3 outubro.

Revisão da RCM da Agenda Portugal Digital

Coordenação do grupo de trabalho interministerial responsável pela redação da nova Área de intervenção “3. Melhorar a literacia, qualificação e inclusão digitais”.

6.3. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (I&D&I)

Mapeamento das atividades de I&D e Inovação em e com TIC em PT

A atividade do DSI nesta área pretende produzir conhecimento útil para o desenvolvimento de políticas e estratégias de promoção da I&D e Inovação em e com TIC, considerando o enquadramento orgânico da FCT e as suas atribuições estatutárias na governação da Sociedade de Informação.

O Mapeamento das atividades de I&D e Inovação em e com TIC em PT visa a produção de informação atualizada, sobre atores chave do sistema nacional de I&D e Inovação em TIC.

Atividades desenvolvidas em 2014:

- Conclusão do trabalho de registo das equipas portuguesas em projetos TIC no 7º Programa Quadro e no Programa CIP ICT
- Início do trabalho de ajustamento da estrutura da base de dados para maior eficiência dos processos de registo e utilização dos dados
- Início do trabalho de classificação e catalogação de projetos considerando as áreas temáticas estratégicas da atividade do DSI e variáveis de caracterização mais relevantes
- Preparação e produção de relatórios de apoio à atividade do DSI em particular e da FCT em geral (mapas de localização geográfica das equipas com participação no 7º PQ e no CIP, considerando nível de participação e intensidade de financiamento recebido; “Mapeamento da Robótica” – recolha de informação e dados para a elaboração de documento exploratório de enquadramento sobre a Robótica e a sua realidade na I&D em PT; recolha de informação e dados para a elaboração de documento exploratório de enquadramento sobre “Computação na Nuvem” e a sua realidade na I&D em PT).

E-Ciência e Open Science

Visa informar e contribuir para a política científica para estimular o desenvolvimento de redes, sistemas de informação e serviços TIC de suporte à atividade de investigação.

Atividade realizada em 2014:

- Revisão e atualização do capítulo sobre *e-Ciência* da compilação eletrónica de informação estatística intitulada “A Sociedade da Informação em Portugal”, produzida pela Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência/Ministério da Educação e Ciência (DGEEC/MEC). Estas atividades foram realizadas em articulação com a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) e pelo Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas (LIP) tendo como referência o ano de 2013
- Dinamização do grupo de trabalho multidepartamental para preparação das Políticas da FCT sobre o Acesso Aberto - garantida a aprovação e publicação (no *Site* da FCT) das Políticas da FCT sobre o Acesso Aberto a publicações de resultados de projetos de I&D e sobre a disponibilização de dados e outros resultados de projetos de I&D

- Coordenação e dinamização de um grupo de trabalho multi-departamental da FCT com vista à implementação operacional das Políticas da FCT sobre o Acesso Aberto:
 - Preparação do plano de ação: recolhidos, centralizados, organizados e analisados comentários, contributos e propostas referentes ao documento de preparação do plano de ação;
 - Realização de diversas reuniões com os diferentes responsáveis departamentais da FCT para recolha de informação, análise do impacto das políticas de acesso à informação científica e discussão de cenários e alternativas de implementação;
 - Recolha, organização e análise de informações sobre os aspetos práticos e operacionais da implementação de políticas de acesso à informação científica e da evolução da conjuntura internacional do ecossistema de publicações científicas:
 - *Benchmarking* - recolha de informações: (1) *online* sobre experiências práticas de implementação de políticas de Acesso Aberto; (2) junto dos parceiros da *Science Europe* sobre as suas soluções em relação a questões concretas de implementação
 - Estudos e notícias sobre os custos de processamento de publicações e o mercado das publicações científicas, designadamente o mercado das publicações em acesso aberto)
 - Produção e entrega ao Conselho Diretivo (CD) de documento sobre possíveis modelos de *helpdesk* para suporte à implementação das políticas de acesso à informação científica
- Participação em ações de sensibilização sobre as políticas de acesso à informação científica da FCT, nomeadamente sobre a sua implementação operacional e sobre os modelos de *helpdesk* e em eventos nacionais e internacionais sobre o tema. Apresentações efetuadas:
 - Jornadas FCCN 2014, 6 fevereiro 2014, Évora
 - Reunião de Coordenação do RCAAP, 11 julho 2014, Porto
 - 5ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto, 6 outubro 2014, Coimbra
 - Reunião do Grupo de Trabalho Nacional do Projeto *MedOANet/PASTEUR40A*, em 8 outubro 2014, Coimbra.
- Outras iniciativas nacionais e internacionais de *e-Ciência* e *Open Science*:
 - Participação na produção da resposta da FCT à consulta da Comissão Europeia sobre *Open Science* (*Science 2.0*) e assegurada a representação da FCT na discussão dos resultados (*2nd Validation Workshop: 'Science 2.0' - Science in Transition*, Londres, 6 novembro 2014)
 - Produção de parecer da FCT a relatório da OCDE sobre *Open Science* e do respetivo *country note* sobre *Open Science* em PT e assegurada a representação na *Workshop* dedicada aos trabalhos em curso (*OECD TIP Thematic Workshop on Open Science*, Helsínquia, 24 novembro 2014) e à *Open Science* em geral (*Open Science and Research Forum*, Helsínquia, 25 novembro 2014)
 - Participação no Grupo de Trabalho Nacional do Projeto *MedOANet./ PASTEUR40A*
 - Participação e apoio à participação de PT no âmbito da "*Science Europe*" e do "*Global Research Council*":

- *Science Europe Working Group on Research Data* (Bruxelas, 21 e 22 janeiro 2014 e Amsterdão, 25 setembro 2014; Adesão ao *Task Group Terminology*; contribuição para redação do paper “*Text and Data Mining and Copyright Law*” do *Task Group on Legal Aspects*)
 - *Science Europe Working Group on Open Access to Scientific Publications* (Bruxelas, 11 junho 2014 e 4 a 5 dezembro 2014; participação e entrega de contributos para *outputs* da *Task Force Business Models for Open Access* e da *Task Force Licences and Services*)
 - Colaboração na elaboração de outros documentos de apoio, de apresentações e de resposta a questionários da *Science Europe* e *Global Research Council*
- Apoio à participação de PT no âmbito do ERAC, designadamente, no apoio à participação nas reuniões da *Task force on Open Access to research data* e no contributo nacional para a redefinição do ERA Roadmap
 - Apoio à participação de PT no âmbito da rede de *National Points of Reference for Scientific Information* (Comissão Europeia)
 - Apoio à participação de PT na *Workshop on Research Data Management and Sharing do European Research Council*
 - Apoio ao contributo da FCT na definição de posições nacionais em matéria de *Open Science* no âmbito de discussões em curso nas diversas instâncias comunitárias, como a reforma dos direitos de propriedade intelectual
 - Assegurada a participação da FCT na *ERA-NET ERA-CAPS*
 - Revisão da proposta de política de partilha e gestão dos dados científicos resultantes dos projetos de investigação financiados pela ERA-CAPS
 - Assegurada a participação no *ERA-CAPS Management Board Meeting*, 28 março 2014, Viena (onde foi apresentada e sujeita a escrutínio dos parceiros a proposta final de política de partilha e gestão dos dados científicos resultantes dos projetos de investigação financiados pela ERA-CAPS; aprovação da política por unanimidade; difusão da versão final pela rede de parceiros ERA-CAPS)
 - Publicação da política no *website* da ERA-CAPS e sua implementação para a segunda *joint call* da ERA-CAPS
 - Produção, em coautoria com outros parceiros ERA-CAPS, de artigo sobre a política de partilha e gestão dos dados científicos da ERA-CAPS, publicado na revista *Pan European Networks*
 - Produzidos conteúdos e assegurado o apoio para a participação da FCT na CONFOA 2014 – 5ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto, 6 outubro 2014, Coimbra.

Data-driven economy e Big Data

Atividade que visa informar e contribuir para a participação de Portugal no estímulo à economia digital, considerando o potencial económico do *Big Data*.

Atividade realizada em 2014:

- Representação nacional no *Workshop "Pioneers in data-driven innovation – visions & solutions from EU Member States"*, 21 março 2014, Atenas
- Produção de resposta da FCT ao questionário "*Mapping of Member States activities on Data-driven innovation*", solicitado pela - *European Commission Directorate General for Communications Networks, Content & Technology*.

TICs seguras e confiáveis

Esta atividade tem como objetivo assegurar enquadrar e informar a participação da FCT na promoção da confiança na utilização informada e responsável das TIC e da Internet na Sociedade e Economia Digitais. Atividade realizada em 2014 (para além das indicadas no ponto 6.2.3):

- Assegurado o apoio técnico à cooperação e participação de PT em instâncias nacionais e internacionais:
 - Realização de ações visando o aprofundamento da ligação do plano estratégico-político do DSI com o plano operacional da FCCN/CERT.PT para concertação de posições institucionais ao nível da Cibersegurança e do Planeamento Civil de Emergência
 - Participação da FCT em iniciativas contra o discurso de ódio, a radicalização e o extremismo violento *online* (Seminário "Comunicação da Comissão Europeia: Prevenção da radicalização e do Extremismo Violento", 12 março 2014, instalações do SIS; participação no "Grupo de Trabalho – Contributo para uma Estratégia Nacional de Prevenção da Radicalização e do Recrutamento para o Terrorismo": reunião em 7 maio 2014, nas instalações do SIS, e entrega de contributo para o plano de ação de prevenção e combate à radicalização *online*)
 - Concretização das competências da FCT em matéria de Planeamento Civil de Emergência no Ciberespaço: Reunião de Articulação em matéria de Planeamento Civil de Emergência, 9 abril 2014, instalações da Autoridade Nacional de Proteção Civil (nota: *a FCT deixou de ter competências neste campo desde a publicação a lei orgânica do GNS pelo DL n.º 69/2014, de 09/05 que acomete a mesma ao Centro Nacional de CiberSegurança*)
 - Apoio à equipa das Políticas Internacionais na Cooperação da FCT com o MNE: participação em reuniões de coordenação no MNE alusivas à Diretiva "Segurança das Redes e da Informação" em 17 março 2014 e 1 abril 2014 e apoio à redação de contributos da FCT a pedidos do MNE (*colaboração na entrega de contributos para posição nacional no projeto de conclusões sobre a Estratégia da UE para a cibersegurança a submeter ao Conselho de Assuntos Gerais da UE pelo Grupo de Amigos da Presidência Ciberespaço; colaboração na entrega de contributos para posição nacional acerca da Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação*).

Smart force FCT para a S3-Smart Specialisation Strategy e Grupo de Trabalho ENEI-Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente

Esta atividade tinha como objetivo assegurar a representação do DSI nos grupos de trabalho constituídos na FCT para a ENEI - Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020.

Atividade realizada em 2014:

- Assegurada a participação no Grupo de Trabalho responsável pela formulação da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, composto por representantes da Agência para a Inovação e Competitividade (IAPMEI), da FCT, Agência de Inovação (AdI) e COMPETE (Programa Operacional do Factores de Competitividade)
- Assegurada a participação na revisão da tradução para Inglês da publicação “Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação: Desafios, Forças e Fraquezas Rumo a 2020”.

Outras atividades na área da I&D&I

Em 2014, esta área funcional preparou e apoiou a produção dos seguintes documentos:

- “Era digital: Preparação da língua portuguesa para a era digital” – apresentado pela Diretora do DSI na Conferência “Línguas: Traduzir o Futuro” (Museu do Oriente; 26 de setembro)
- *Policy to Promote Broadband Access in Developing Countries: Invest in People, Knowledge and Ideas* - apresentado pela Diretora do DSI no Workshop “*Policy to promote broadband access in developing countries*”, no “*Ninth Annual Meeting of the Internet Governance Forum 2014*” (Istambul, Turquia – 2 de setembro)
- *Open Data and Data Publishing Governance in Big Data Age* - apresentado pela Diretora do DSI no Workshop “*WS70: Open Data and Data Publishing Governance in Big Data Age*”, no “*Ninth Annual Meeting of the Internet Governance Forum 2014*” (Istambul, Turquia – 2 de setembro).

6.4. Inclusão, Literacia e Acessibilidade Web

Programas desenvolvidos/em desenvolvimento:

Rede TIC e Sociedade

Com a participação de *stakeholders* públicos e privados a atuarem em todo o território nacional nas áreas da inclusão e literacia digitais, desenvolveram-se as seguintes atividades:

- Conceção, supervisão do desenvolvimento - pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém - e disponibilização de quatro recursos formativos, destinados à promoção da inclusão digital de *offliners*
- Emissão de 7.063 Diplomas de Competências Básicas em Tecnologias de Informação (total acumulado 683.301)
- Mobilização e adesão de cerca de 250 membros à rede, a larga maioria como facilitadores digitais institucionais ou individuais
- Negociação de adesão de parceiros institucionais da Rede, concretamente, a Associação Nacional das Empresas das Tecnologias de Informação e Electrónica (ANETIE), a Associação Nacional de Professores de Informática (ANPRI), a Direcção-Geral de Educação (DGE), as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR) do Alentejo, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Portugal Telecom, o Programa Escolhas, a Rutis e a União das Misericórdias
- Participação do processo de avaliação do Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território 2007-2013, em particular no OE 5
- *eSkills* 2014 e Code Week 2014, campanhas promovidas pela DGE, em parceria com a FCT, nacional, de 6 junho a 2 de dezembro e de 11 a 17 de outubro, respetivamente
- Fórum da Economia Digital 2014, inserido na Internet Week 2014, organizada pela ACEPI, com a participação da FCT, de 22 a 29 de outubro.

Prémio Inclusão e Literacia Digital

No âmbito da Rede TIC e Sociedade e visando estimular, alavancar ou multiplicar resultados pela via da partilha e disseminação de boas práticas, a FCT instituiu em 2014 o prémio Inclusão e Literacia Digital, no valor de meio milhão de euros, que distinguiu projetos altamente meritórios na área e que se configuraram também como modelos de boas práticas. Foram submetidos sessenta projetos a prémio, dezassete dos quais foram seleccionados para distinção pelo júri.

Projeto *Trans e-Facilitator*

Conclusão do projeto *Trans e-Facilitator-Transfer of a curriculum for e-facilitators working in telecentres*, no qual a FCT participou, em parceria com instituições da Alemanha, Espanha e Letónia e que decorreu entre 2012 e 2014, do qual resultou a produção de um curriculum para facilitadores de competências digitais, baseado num conjunto de módulos de aprendizagem, testados e validados, adaptados às necessidades específicas de cada país. As principais atividades desenvolvidas foram:

- Reuniões de trabalho em Barcelona, janeiro 2014, e Riga, junho de 2014, e no evento de disseminação europeu, em Zagreb, setembro 2014
- Formação de formadores, decorrida em Barcelona, janeiro 2014, e realização das duas fases de testagem aos conteúdos em língua portuguesa, entre abril e julho de 2014
- Realização de cinco eventos nacionais de disseminação de resultados, em setembro de 2014.

Programa TIC e Sociedade

Programa Nacional para a Inclusão e a Literacia Digitais: preparação da proposta de programa teve início no último trimestre de 2014.

Grupo Informal de Literacia Mediática

Continuação da realização de atividades concorrentes ao desenvolvimento da literacia para os *media* no nosso país, crescentemente indissociáveis da literacia digital, de que são exemplo: Sete Dias com os Média 2014, de 3 a 9 de maio, e Comissão Executiva do III Congresso de Literacia Mediática 2015.

Acessibilidade digital (Unidade Acesso do DSI)

Publicação da Tradução Autorizada pelo W3C da Versão Portuguesa das WCAG 2.0

Em 2014, a versão portuguesa das WCAG 2.0 teve uma particularidade: foi a primeira vez que dois núcleos técnicos, de diferentes países que usam uma mesma língua mas com duas variantes – o português –, se juntaram para consolidar tecnicamente o documento, num processo *multistakeholder* que envolveu 40 peritos em acessibilidade dos lados português e brasileiro. O processo de revisão decorreu durante cerca de seis meses, trabalhando num documento que tinha já uma versão portuguesa com cinco anos de maturidade e utilização prática. É importante notar que as WCAG 2.0 são igualmente uma norma ISO/IEC – norma 40500:2012.

Sítios Web da ACESSO

Manutenção do sítio Web da Unidade ACESSO (www.acessibilidade.gov.pt) e da Rede Solidária (www.redesolidaria.org.pt) e página no Facebook (<https://www.facebook.com/redesolidariafct>)

Grupo de Reflexão para os Media e Deficiência

Grupo coordenado pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social, contou em 2014 com 12 reuniões, tendo a Unidade ACESSO:

- Liderado a taskforce que implementou regras de acessibilidade no Portal LifeCooler, considerado pelo Grupo de Reflexão um veículo importante na disseminação de eventos (teatros, cinemas, exposições, etc) e produtos (livros, CDs, DVDs, etc.) disponíveis com funcionalidades de acessibilidade. A primeira fase, concluída em 2014, passou por tornar o próprio Portal conforme com as regras de acessibilidade
- Definido, na segunda fase, as especificações técnicas necessárias da base de dados para integrar as funcionalidades de acessibilidade de eventos no próprio Portal;
- Participado no *Workshop* “Terceiro Setor: Comunicar com (D)eficiência” com a apresentação “TOOLKIT - Código de Conduta dos órgãos de comunicação social para a acessibilidade aos conteúdos na Internet”.

Grupo de Trabalho dos Serviços de Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior

Em 2014, o Grupo de Trabalho comemorou 10 anos de atividade em prol da inclusão de alunos com limitações funcionais. A Unidade ACESSO esteve, há 10 anos atrás, na génese do grupo. Em 2014 a Unidade ACESSO esteve envolvida em dois dos eventos públicos levados a efeito pelo grupo: o III Seminário com o tema “O papel das Universidades na Construção de um Ensino Inclusivo” e, no âmbito do evento comemorativo do X Aniversário, como moderador do tema “Apoio à frequência no ensino superior – as Acessibilidades”.

Rede TIC e Sociedade – rede para a inclusão e literacia digitais

A Unidade ACESSO participou no grupo de trabalho criado no seio da FCT, principalmente nas seguintes ações:

- Participação nas reuniões com vista à realização de um programa que vise o incremento da inclusão e literacia digitais em PT
- Definição e construção da plataforma *Web* TIC e Sociedade
- Conceção dos *templates* dos tutoriais disponibilizados no sítio *Web* TIC e Sociedade, garantindo que os mesmos cumpram as regras de acessibilidade constantes do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID)
- Desenvolvimento de conteúdos de alguns dos tutoriais
- Participação nas reuniões de trabalho com a ESE de Santarém com vista a garantir a acessibilidade na produção de conteúdos/materiais a publicar.

Ações de formação e sensibilização em acessibilidade digital

Ações de formação para:

- Profissionais de museus no âmbito da Rede Portuguesa de Museus – 50 participantes
- Universo de profissionais dos Centros de Recursos TIC do Ministério da Educação e Ciência – 100 participantes. Ações nos CRTIC de Viana do Castelo e CRTIC de Sta. Maria da Feira
- Estudantes de pós graduações: Instituto Politécnico de Castelo Branco, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – 50 participantes
- Para empresas de setores chave da economia: profissionais de conteúdos *Web* da Caixa Geral de Depósitos – 30 participantes.

Participação e organização nos eventos:

- 8th *European e-Accessibility Forum* sob o tema *User-driven e-Accessibility*, Paris – 250 participantes
- Dia Mundial das Telecomunicações e da Sociedade da Informação com a apresentação *As Tecnologias ao serviço da eAcessibilidade* – 60 participantes
- No âmbito do EuroDig que teve lugar em Berlim, a equipa da Unidade ACESSO foi a responsável e moderadora do *Workshop “The three musketeers of ICT for development: Access, inclusion and empowerment”* – 30 participantes

- INCLUDiT – Conferência Internacional para a Inclusão da iniciativa do IPLeiria. A equipa da Unidade ACESSO integrou a Comissão Científica da Conferência, apresentou o Estudo sobre o estado da Acessibilidade dos sítios *Web* dos estabelecimentos de Ensino Superior e foi *Keynote Speaker* do painel sobre Tecnologias de Apoio
- Participação na sessão *Web Accessibility as Driver for Local and Regional Digital Inclusion* levada a efeito pelo Parlamento Europeu e pelo *European Disability Forum* em Bruxelas
- Co-organização do Fórum da Acessibilidade *Web* 2014 com a APDSI, com apresentação preliminar do Estudo sobre Acessibilidade *Web* dos Municípios Portugueses (2009 – 2014).

Estudos *Web* 2014

Durante 2014, foram efetuados 2 grandes diagnósticos:

- Estudo “Acessibilidade dos Conteúdos *Web* dos Municípios Portugueses (2009–2014)” – 308 sítios *Web*
- Estudo “Acessibilidade dos Conteúdos *Web* do Setor da Saúde” – 398 sítios *Web*.

Prémios e Galardões

Durante 2014 a equipa da Unidade ACESSO participou como:

- Membro do júri do Prémio Engenheiro Jaime Filipe, cuja coordenação pertence ao Instituto Nacional para a Reabilitação
- Membro do júri da V Gala da Inclusão levado a efeito pelo Instituto Politécnico de Leiria.

Medidas estratégicas nacionais e europeias

A equipa da Unidade ACESSO é responsável por duas medidas da Agenda Portugal Digital:

- 3.3.2 - Promover a disponibilização e utilização de *ebooks* (livros eletrónicos)
- 3.3.4 - Definir uma política de acessibilidade para os conteúdos e plataformas digitais portuguesas a disponibilizar na Internet.

Neste âmbito levou a efeito várias reuniões com vários *stakeholders* do sector do livro, da educação e bibliotecas.

Em termos europeus e durante 2014 a equipa da Unidade ACESSO acompanhou os desenvolvimentos da Diretiva sobre Acessibilidade *Web*.

6.5. Centro Internet Segura (CIS.PT)

Atividades de Sensibilização e Educação

Celebrações do Dia da Internet mais Segura 2014

Coordenação e preparação de um pacote digital de recursos formativos e informativos para as celebrações do Dia da Internet mais Segura 2014, realizada a 11 de fevereiro, junto de instituições que promovem a literacia digital em Portugal. Destaca-se que a esta iniciativa aderiram 243 entidades de PT Continental e ilhas, com a participação de cerca de 50 mil pessoas e resultando na expedição de mais de 65.000 recursos impressos.

O Centro Internet Segura (CIS.PT), coordenado a nível nacional pela FCT/DSI, desenvolveu uma iniciativa conjunta com a *Sulake Corporation*, no sentido de dinamizar uma sessão de sensibilização junto da comunidade *Habbo Hotel* – na qual participam jovens portugueses e brasileiros. Esta sessão especial Dia da Internet mais Segura 2014 (SID) reuniu 400 jogadores *online*.

Com o objetivo de sensibilizar o público para os riscos na Internet e promover comportamentos seguros *online*, o CIS associou-se à RTP para participar no *talk show* “Portugal no Coração”. Este período de transmissão atraiu cerca de 210 mil espetadores, dando visibilidade às atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto. Ainda neste âmbito, o CIS associou-se a alguns canais dirigidos ao público infanto-juvenil com o objetivo de sensibilizar os jovens para a utilização responsável e segura da Internet.

Lançado no dia 25 de Fevereiro pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - CADIN, o livro “Navegar com Segurança@”, contou com a cooperação do CIS.

Cooperação com Parceiros Nacionais

Foram desenvolvidas com parceiros nacionais as seguintes iniciativas:

- 7 Dias com os Media
- *Workshops* Programa Escolhas
- *Workshops* IAC
- Conferências NETTALKS (DECO)
- Cooperação no desenvolvimento de *spots* rádio com a Associação Juvenil Bué Fixe
- Distribuição de materiais de sensibilização por Bibliotecas Escolares e Municipais
- Intervenção no Dia da Sociedade de Informação e Telecomunicação
- Sessões de Intervenção no âmbito da Linha Alerta em escolas públicas
- Campanhas de divulgação da Linha Ajuda
- Participação na Conferência Nacional “Crianças e Meios Digitais Móveis”
- Participação e Intervenção na Lisboa *Games Week*, Futurália e Qualifica.

Produção de Recursos Formativos e Informativos

Foram produzidos, com a colaboração da Escola de Produção de Imagem, os seguintes recursos:

- Poster “Não ponhas barreiras à tua Internet”

- Folheto “Jogar Online em Segurança – Pais”
- Folheto “Jogar Online em Segurança – Jovens”
- *Booklet “Smartphones”*
- Folheto “*Sexting*”.

Da colaboração com o grupo informal Kirane Project resultou a produção do folheto “Privacidade no Facebook”. A FCT (DSI) produziu o *flyer* da Linha Alerta, a ser utilizado em campanhas de promoção.

Cobertura Mediática

Presença na Comunicação Social

O Centro Internet Segura contou com participações regulares ao nível dos Media Nacionais, incluindo um segmento regular na rádio através da RDP, em cooperação com a Associação Juvenil Bué Fixe.

Cobertura mediática atingida no SID2014	Artigos promovidos por Media Local	Artigos promovidos por Media Nacional	Artigos promovidos por Media Internacional
Imprensa	2	-	-
Radio	3	2	-
Televisão	1	10	-
Media Online	34	122	1

Presença Online

Relativamente à presença *online*, o Centro Internet Segura obteve 125.299 visitas à sua página durante o ano de 2014, e um crescimento de 4.337 gostos na sua página de *Facebook*. Destacam-se ainda 8.668 visitas ao *website* da Linha Ajuda e 158.260 visitas relativos à Linha Alerta.

Intervenções nas Redes Sociais e Websites

Foram desenvolvidas parcerias com várias entidades, disponibilizando conteúdos informativos a serem publicados nas redes sociais e *websites* das mesmas. Em 2014, destacamos a cooperação com: CADIN, Provedoria de Justiça, Barrigas e Companhia, ACP Kids, Nickelodeon e Panda.

6.6. Política Internacional e Governação da Internet

Conselho de Ministros da União Europeia (UE)

O DSI participou de modo muito ativo e assessorou a delegação portuguesa nas negociações no Grupo de Trabalho Telecomunicações e Sociedade da Informação sobre os seguintes dossiês:

- i) Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à acessibilidade dos sítios Web dos organismos do setor público, que tem como objetivo aproximar as disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos EM. As discussões sobre esta proposta prosseguiram em 2014, não merecendo, no entanto, a atenção que PT considera que deveria ter tido. Em janeiro de 2014, ficou concluída pelo CEN/CENELEC/ETSI (*European Committee for Standardization/European Committee for Electrotechnical Standardization/European Telecommunications Standard Institute*) a adoção da norma EN 301/549 ("*Accessibility requirements suitable for public procurement of ICT products and services in Europe*"), o que inviabilizou o ato delegado previsto no Artigo 5.º da proposta de Diretiva, o qual conferia poderes à COM para determinar a norma europeia harmonizada que permitiria presumir a conformidade dos sítios web com os requerimentos de acessibilidade, dado que os organismos de normalização europeus já o tinham feito.

O PE adotou, a 26 de fevereiro de 2014, uma posição em primeira leitura, apresentando propostas de emendas mais ambiciosas que a proposta da COM.

A nível do Conselho, durante a PRES GR, o *dossier* foi somente sujeito a um ponto de informação no Conselho TTE de 6 de junho de 2014, relativamente à adoção da norma europeia de base e a norma europeia harmonizada. A PRES IT reintroduziu o *dossier* como uma das suas prioridades tendo o tema sido discutido durante um jantar no Conselho informal TTE de 2 e 3 de outubro de 2014. No Conselho TTE de 27 de novembro de 2014, a PRES IT apresentou um relatório de progresso que incluiu numa proposta de compromisso (que reflete a aprovação da norma europeia, os comentários dos EM e algumas emendas do PE quando aceites pela COM) que deverá ainda merecer discussão mais profunda no próximo ano. As principais alterações consistem principalmente em i) estender ao âmbito da Diretiva a todos os sítios web do setor público; ii) clarificar e alinhar algumas definições com a legislação atual nomeadamente no que respeita à definição de "organismo de setor público" e "organismo de direito público". A PRES colocou ainda à apreciação dos EM a viabilidade de i) estender a Diretiva aos sítios web que recebam qualquer tipo de financiamento público; ii) substituir o termo "sítio web" por "página web" dado que é a terminologia utilizada pela EN 301 549 e cuja definição inclui também as aplicações móveis e iii) exclusão da Diretiva AVMS (*Audiovisual Media Services*) do escopo da proposta.

Os objetivos desta proposta da COM foram apoiados na sua generalidade pelos EM, persistindo no entanto algumas dúvidas por parte dos EM, nomeadamente quanto ao âmbito, que a PRES IT tentou resolver.

Portugal congratulou-se com a proposta original e, apesar de algumas reservas no campo da monitorização da iniciativa, não acompanhou o ceticismo demonstrado pela generalidade dos EM, estando, inclusivamente, já preparado para alargar essas regras de acessibilidade a todos os sítios *Web* que beneficiam de fundos públicos. Com efeito, PT já procede à monitorização dos requisitos de acessibilidade *Web* de forma regular, os quais estão contemplados em diplomas adotados pelo Conselho de Ministros desde 1999.

A extensão do âmbito da Diretiva a todos os sítios *Web*/páginas *Web* mereceu o apoio de PT, apesar de se entender que a abordagem da COM, focada num conjunto de serviços públicos, teria sido mais eficaz para alcançar os resultados pretendidos e teria um efeito multiplicador relevante. Para além disso, PT apoiou a aplicação do âmbito da Diretiva a todas as páginas *Web* e aplicações móveis que recebam fundos públicos independentemente da natureza do organismo que os recebe, i.e, quer sejam organismos de setor público, organismos de direito público ou empresas privadas.

Esta Diretiva seria uma peça importante no processo evolutivo da política portuguesa desenvolvida desde 1999 no campo da acessibilidade *Web*.

- ii) Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União, apresentada no âmbito da Estratégia Europeia de Cibersegurança que continua a ser alvo de discussão no Conselho e que, no decorrer de 2014, foi objeto de debate nos trilogos desenvolvidos na União Europeia (Conselho, Parlamento Europeu, Comissão Europeia). Neste âmbito foram ainda preparados e enviados diversos contributos ao MNE sobre a documentação de apoio com vista ao estabelecimento do posicionamento de PT nesta matéria
- iii) Documento “*Lines to Take*” aprovado em COREPER durante a PRES GR que contribuiu para orientar as posições dos EM e da UE com vista à reunião “*Global Multistakeholder Meeting on the Future of Internet Governance* (NETmundial)”, que decorreu em São Paulo, a 23 e 24 de abril de 2014 e que permitiu coordenar as posições da U.E. e dos seus EM sobre questões tais como a transição das funções da IANA e da ICANN, o modelo *multistakeholder*, os princípios de governação da Internet e a renovação do mandato do IGF para além 2015. Durante o primeiro semestre, o tema da governação da Internet foi discutido durante um almoço na reunião do Conselho TTE, de 6 de junho. A PRES IT, assumindo o tema como prioritário, organizou um Conselho informal TTE a 2 e 3 de outubro dedicado à governação da Internet, e conduziu a discussão de Conclusões do Conselho sobre a governação da Internet, de forma a coordenar as posições da U.E. e dos seus EM a nível político sobre questões tais como a transição das funções da IANA e da ICANN, o programa relativo aos novos gTLDs (*generic Top Level Domain names*), o modelo *multistakeholder*, os princípios de governação da Internet e a renovação do mandato do IGF para além 2015.

Salienta-se ainda a atenção dada à preparação da revisão intercalar da Estratégia Europa 2020, através da qual a COM pretendeu tirar os ensinamentos dos primeiros quatro anos da estratégia e identificar os elementos que deverão ser tidos em conta para os próximos anos, nomeadamente no que respeita à iniciativa emblemática “Agenda Digital para a Europa”, tema que foi aliás alvo de debate entre os Estados Membro no Conselho TTE de 27 de novembro.

O DSI contribuiu ainda para a preparação da posição portuguesa sobre os aspetos telecom/digitais para o Semestre europeu/análise anual de crescimento.

Para além da participação e apoio à preparação de posições nas reuniões deste Grupo de Trabalho, o DSI procedeu, em colaboração com outras entidades nacionais, à preparação da pasta das reuniões do Conselho de Ministros Telecomunicações da UE, que se realizaram a 6 de junho e a 27 de novembro de 2014, e para o Conselho informal de Milão, de 2 e 3 de outubro.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Relativamente à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o DSI assegurou o apoio à negociação e representação de PT nos seguintes *fora*:

- i) Comité de Políticas para a Economia Digital (CDEP – *Committee on Digital Economy Policy*, antigo ICCP – *Committee for Information, Computer and Communications Policy*) que funciona no âmbito da Direção para Ciência, Tecnologia e Indústria. Os principais assuntos discutidos em 2014 abrangeram a preparação do Fórum Global para a Economia Digital, que decorreu de 2 a 3 de outubro de 2014 em Tóquio, o progresso da transição do IPv4 para IPv6, Internet das Coisas e a evolução internacional das políticas e governação da Internet. Outro dos tópicos debatidos foi a reunião Ministerial de 2016, a decorrer em maio e a publicação bienal do “*Digital Economy Outlook*” que apresenta uma visão geral das tendências e da evolução das políticas públicas no sector das TIC e do impacto da expansão da Internet na economia e na sociedade.
- ii) Grupo de Trabalho para a medição e análise da Economia Digital (WPMAD/OCDE) que resulta da fusão dos antigos grupos de trabalho da OCDE para a Economia da informação (WPIE) e os Indicadores da Sociedade de Informação (WPIIS).

Atividade realizada em 2014:

- Participação nas reuniões anuais do Grupo de Trabalho, em Paris (*18th Meeting* – 16 junho 2014 e *19th Meeting* – 8 a 9 dezembro 2014) e a entrega de comentários para documentos em discussão
 - Participação na preparação da nova publicação da OCDE “*Measuring Digital Economy: A New Perspective*”, tendo o representante da FCT sido convidado para arguente do grupo de trabalho para o capítulo sobre investimento em infraestruturas inteligentes (WPMAD *18th Meeting*, Paris – 16 junho)
 - Participação na reunião promovida pela FCT com todos os representantes portugueses na OCDE, na área da Ciência e Sociedade da Informação (FCT, 14 outubro).
- iii) Grupo de Trabalho sobre Segurança e Privacidade na Economia Digital (WPSPDE – *Working Party on Security and Privacy in the Digital Economy*, antigo WPISP – *Working Party on Information Security and Privacy*), onde continuou a ser levada a cabo a revisão do documento

"Guidelines for the Security of Information Systems and Networks: Towards a Culture of Security" de 2025.

Mecanismo Interligar a Europa (CEF – *Connecting Europe Facility*) - CEF Telecom

O Mecanismo Interligar a Europa tem como objetivos: 1) apoiar o financiamento de redes transeuropeias, nomeadamente no que se refere ao setor das Telecomunicações/Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), redes de banda larga e infraestruturas de serviço digitais de interesse público pan-europeias em áreas pré-identificadas; 2) melhorar a competitividade da economia europeia incluindo as PME, promover a interligação e a interoperabilidade das redes nacionais bem como o seu acesso, e apoiar o desenvolvimento do mercado único digital de forma a alcançar os objetivos da Agenda Digital para a Europa.

O Regulamento relativo às orientações para as redes transeuropeias de telecomunicações foi adotado pelo Parlamento Europeu e o Conselho, a 11 de março de 2014, tendo o Programa de Trabalho CEF Telecom 2014, com dotação orçamental de cerca de 74,08 M€, sido aprovado no mesmo dia, em sede de Comité CEF Telecom.

O DSI assegurou a representação nacional nas três reuniões do Grupo de Peritos CEF Telecom e nas três reuniões do Comité CEF Telecom. A FCT promoveu ainda, em cooperação com a COM (DG DIGIT), uma reunião de informação, que se realizou em Lisboa, a 17 de novembro de 2014, e que envolveu diversas entidades públicas nacionais.

No âmbito do Programa de Trabalho CEF Telecom 2014, destacam-se o lançamento dos seguintes concursos destinados a apoiar o financiamento de infraestruturas de serviços digitais:

- *Call for proposals* para o desenvolvimento de uma plataforma de serviços de base na área do acesso aos recursos digitais do património europeu (**Europeana**), que decorreu entre 30 de abril e 23 de setembro 2014, com um envelope financeiro indicativo de 8,9 M€
- *Call for proposal* para o desenvolvimento de serviços genéricos na área da **segurança da Internet**, que decorreu entre 30 de abril e 27 de agosto de 2014, com um envelope financeiro de 9,7 M€
- *Call for tender* para o desenvolvimento de uma plataforma de serviços de base na área da **segurança da Internet** "*Digital Infrastructure for making a better and safer Internet for children*" (SMART 2014/1072), que decorreu entre 11 de julho e 2 de setembro 2014, com um envelope financeiro de M€
- *Call for tender* para o desenvolvimento de uma plataforma de serviços de base na área do acesso às **informações reutilizáveis do sector público** "*Deployment of an EU Open Data core platform: implementation of the pan-European Open Data Portal and related services*" (SMART 2014/1072), que decorreu de 5 de julho e 8 de setembro de 2014, com um envelope financeiro de 8 M€

⁵ <http://www.oecd.org/internet/ieconomy/2002-security-guidelines-review.htm>

- *Call for tender* para o desenvolvimento de uma plataforma de serviços de base na área da **tradução automática** “*Language resource coordination*” (SMART 2014/1074), que decorreu entre 9 de julho e 8 de setembro de 2014, com um envelope financeiro de 8 M€

- *Call for tender* para o desenvolvimento de atividades de preparação para o lançamento da plataforma de serviços de base na área das **infraestruturas digitais críticas** “*Preparatory activities for the launch of the connecting Europe facility (CEF) core cooperation platform for computer emergency and response teams in the European Union*” (SMART 2014/1079), que decorreu entre 16 de setembro e 31 de outubro de 2014, com um envelope financeiro de 2 M€.

Programa comum AAL - Assistência à Autonomia no Domicílio (AAL - *Active and Assisted Living*)

No âmbito do programa AAL, coordenado em PT pela FCT, através do DSI, decorreu, entre 28 de março e 26 de junho de 2014, o concurso AAL 2014 com o objetivo de responder ao desafio *Care for the Future: An Ageing society faces an increasing need for care, how will ICT contribute to sustainable solutions?*

Este programa, que anteriormente era designado de *Ambient Assisted Living* (2007-2013), passou a partir de maio a designar-se de *Active and Assisted Living*, e a ter uma nova abordagem, orientada para dar resposta a um desafio. Esta nova abordagem permite o desenvolvimento de soluções inovadoras em resposta aos desafios sociais e económicos que atuam como motores da inovação.

O concurso AAL 2014 contou com 28 participações portuguesas em 15 projetos candidatos, tendo sido a edição do concurso à qual foi submetida o maior número de candidaturas nacionais. PT assumiu para este programa em 2014 um compromisso financeiro de 500.000 €. Neste momento, estão a iniciar-se as negociações nacionais com os projetos selecionados pela associação AAL, e tudo indica que serão financiados cinco projetos, com 12 parceiros portugueses, o que representa um financiamento de 980.000 € (incluindo o montante da comparticipação da COM).

No âmbito da gestão deste concurso, PT (através do DSI) participou nas reuniões da Assembleia Geral do AAL, Comité de Gestão do AAL, no *Content Working Group* do AAL e no Fórum AAL.

Fórum da Internet do Futuro (FIF - *Future Internet Forum*)

No âmbito da Comissão Europeia, o FIF é um fórum de partilha de boas-práticas e de experiências de políticas de I&D&I e de discussão de temas em torno da Internet do Futuro. Em 2014, excecionalmente, a Comissão Europeia promoveu três reuniões – por norma este fórum ocorre duas vezes por ano – onde os temas em discussão se centraram nas iniciativas e projetos em parcerias público-privadas nesta área (FI-PPP) e assim como os vários mecanismos de coordenação e cooperação das várias iniciativas e projetos de âmbito nacional, regional e europeu. Para este efeito, uma das reuniões foi realizada com a participação de representantes de entidades de financiamento nacionais dos Estados Membros e Países Associados representados neste fórum.

No FIF a representação portuguesa é assegurada pelo Conselho Diretivo com o apoio do DSI, que acompanha o tema no decurso das suas atividades, em especial pelo papel assumido como parceiro no

projeto ceFIMS-CONNECT – *Coordination of European Future Internet Forum of Member States and the Collection and Sharing of Research Data to Enhance and Promote National Cooperation*.

Projeto ceFIMS-CONNECT de apoio ao FIF, financiado pelo 7.º Programa Quadro de IDT da UE

A FCT, através do DSI, e tendo já participado no projeto ceFIMS – *Coordination of the European Future Internet Forum of Member States*, numa *Coordination and Support Action* (CSA), financiada pelo 7.º PQ de IDT, iniciada em setembro de 2010 e concluída em junho de 2013, assumiu a liderança do *Work Package* responsável pela infraestrutura do novo projeto ceFIMS-CONNECT, nomeadamente na constituição do secretariado, da gestão da componente de construção do portal *Web*, bem como da constituição e apoio ao funcionamento FIF. Este novo projeto é uma CSA financiada pelo 7.º PQ de IDT, cuja atividade se iniciou em março de 2014 e, no seu todo, tem como objetivo dar continuidade ao trabalho que foi desenvolvido pelo ceFIMS.

Para além dos trabalhos necessários realizar no âmbito das reuniões do FIF, o DSI desenvolveu ações e diversas contribuições para a documentação e análise para o arranque do projeto ceFIMS-CONNECT, bem como aquela que foi produzida nos seus primeiros meses de atividade. Foram ainda desenvolvidas atividades com vista à articulação deste com outros projetos europeus no âmbito da Internet do Futuro.

Iniciativa Europeia Grid (EGI – *European Grid Initiative*) e Iniciativa Ibérica de Computação Grid (IBERGRID)

A infraestrutura Ibérica de computação (IBERGRID) integra recursos das infraestruturas de Computação Grid de PT e Espanha, permitindo a sua partilha e utilização à escala Ibérica. Reúne 22 centros de computação em universidades e institutos de investigação que disponibilizam recursos de processamento e armazenamento à comunidade científica. O IBERGRID permite uma eficiente participação conjunta de ambos os países na Iniciativa Europeia Grid (EGI).

CIIP - Fórum Europeu para os Estados Membros (EFMS - *European Forum for Member States*)

Excecionalmente este grupo reuniu apenas uma vez em 2014, embora esteja prevista, habitualmente, uma reunião por semestre. A reunião de 2014 centrou-se na evolução da implementação Estratégia da União Europeia para a cibersegurança, nomeadamente os trabalhos desenvolvidos pela *NIS Platform*⁶, assim como da discussão ao longo de 2014 (Grupo de Trabalho de Telecomunicações e Sociedade da Informação do Conselho) sobre a proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União. O acompanhamento deste Fórum é feito pelo DSI.

⁶ <https://resilience.enisa.europa.eu/nis-platform>

Governança da Internet

O ano de 2014 foi de extremo relevo para a governação da Internet face à crescente importância do tema e tendo em conta as implicações políticas, comerciais e económicas, técnicas, societárias, sociais, e as disputas entre organizações internacionais, os governos e outros grupos de *stakeholders*.

Portugal, através da FCT/DSI, participou intensamente nas discussões dos vários *fora* europeus e internacionais sobre a fase pós 2015 da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (*WSIS - World Summit on the Information Society*) da ONU e sobre o futuro da governação da Internet, defendendo uma Internet única, livre, segura, fiável e não fragmentada, o modelo *multistakeholder* de governação da Internet, o reforço do IGF (Fórum de Governação da Internet) e a internacionalização das funções da IANA (*Internet Assigned Numbers Authority*), bem como uma maior *accountability*, transparência e internacionalização da ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*) e a defesa do interesse público.

Destacam-se as reuniões mais relevantes (e nas quais PT se fez representar através do CD da FCT e DSI):

- Reunião “*Global Multistakeholder Meeting on the Future of Internet Governance (NETmundial)*”, São Paulo, a 23 e 24 de abril. Esta reunião teve como objetivo discutir um conjunto de princípios e valores universalmente reconhecidos para a criação de um quadro na governação da Internet e um roteiro sobre a futura evolução do ecossistema da governação da Internet, fora das instâncias habituais (a saber, ONU incluindo o IGF, UIT (União Internacional das Telecomunicações), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e ICANN.
- Reuniões do GAC (*Governmental Advisory Committee*) que decorreram durante as 49.^a, 50.^a e 51.^a reuniões da ICANN e que tiveram lugar respetivamente, em Singapura, de 23 a 27 de março, em Londres, de 22 a 26 de julho e em Los Angeles, de 12 a 16 de outubro. Nestas reuniões, os principais temas em debate foram a delegação dos novos *generic Top Level Domains* (gTLDs) e os problemas associados aos mesmos, tais como nomes geográficos (como .amazon, .patagonia, .spa), que levantem problemas culturais, proteção dos nomes e acrónimos das Organizações Internacionais Intergovernamentais e a ausência de uma base legal para proteger os nomes que foram apresentados pelos candidatos (*registrars*). Prosseguiram-se as discussões sobre a delegação dos nomes candidatos a gTLDs, como .wine e .vin, e o problema da falta de proteção e de salvaguardas aos Vinhos com Indicação Geográfica (IG), ou seja, produzidos numa região específica e elaborados minimamente com 85% de uvas provenientes dessa região e de castas típicas da região. A IG é um conceito que os EUA, Austrália e Nova Zelândia não aceitam (a mesma discussão tem lugar no mundo *off-line*, na Organização Mundial do Comércio), por considerarem que o mercado não pode ser protegido.

Foram igualmente discutidos, durante estas sessões, os novos métodos de trabalho do GAC, no âmbito da *accountability* da ICANN, e no seguimento do *Affirmation of Commitments* (AoC) assinado pelos EUA com a ICANN em 1 de outubro de 2010, bem como o processo de transição das funções da IANA. Como marco importante, sublinha-se o anúncio da *National Telecommunications and Information Administration* (NTIA), do Departamento de Comércio (DoC) do Governo dos EUA, a 14 de março de 2014, da sua intenção em produzir um plano de

transição da gestão das funções da IANA para a comunidade *multistakeholder* global. Salienta-se ainda a eleição do novo Presidente do GAC (Suíça) e de três Vice-Presidentes (Argentina, Namíbia e Espanha) na reunião do GAC de Los Angeles. Por fim, sublinha-se a realização da 2.^a Reunião de Alto Nível de Governos, em Londres, a 23 de junho, que teve como objetivo debater em particular o papel dos governos na ICANN, o processo de transição das funções da IANA, a *accountability* da ICANN e os resultados da reunião NETmundial de São Paulo.

- 17.^a reunião da CSTD (*Commission on Science and Technology for Development*) da ONU, Genebra, de 12 a 16 de maio, que negociou as duas Resoluções posteriormente adotadas no ECOSOC (*Economic and Social Council*): i) Resolução sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento; ii) Resolução relativa à avaliação sobre dos progressos realizados na implementação e acompanhamento dos resultados da WSIS. A FCT participou ainda no Painel Inter-sessões da CSTD 2014-2015, Genebra, de 26 a 28 novembro, e respondeu à consulta da CSTD sobre o balanço dos 10 anos na implementação dos resultados da WSIS. Com base nesses contributos, a 69.^a Sessão da Assembleia das Nações Unidas adotou, no final de 2014, uma Resolução sobre Tecnologias da Informação e Comunicações para o Desenvolvimento, que incluiu o reconhecimento da extensão do mandato do IGF no contexto da revisão global da WSIS em 2015.
- 9.^o Fórum de Governança da Internet (IGF 2014, Istambul, de 2 a 5 de setembro). No 9.^o IGF, PT, para além de ter participado ativamente na escolha e na organização dos *workshops* e das sessões principais do Fórum, no âmbito das suas atividades no MAG (*Multistakeholder Advisory Group*), a FCT, através do DSI, coorganizou e participou como orador nas seguintes *workshops* i) “*Internet tech and policy: privacy, data flows and trust*”; ii) “*Policy to Promote Broadband Access in Developing Countries*”; iii) “*Open Data and Data Publishing Governance in Big Data Age*”. A FCT (DSI) coorganizou ainda a *workshop* “*Cloud Computing & M2M: Impacts for Emerging Economies*”, que contou como orador Filipe Araújo, Vereador da Câmara Municipal do Porto com o pelouro da Inovação e Ambiente. Destaca-se ainda a participação de Paulo Calçada, Presidente da EuroCloud Portugal e Vice-Presidente da EuroCloud Europe, na *workshop* “*Clouds and mobile Internet: benefiting developing countries*”. Por fim, salienta-se que PT contribuiu financeiramente para o secretariado do IGF sob responsabilidade da UNDESA.
- 7.^a edição do *European Dialogue on Internet Governance* (EuroDIG 2014), Berlim, a 12 e 13 de junho. Participou e coorganizou um *workshop* intitulado “Os Três Mosqueteiros do Desenvolvimento pelas TIC: Acesso, Inclusão e Capacitação”.
- Evento de Alto Nível WSIS +10 da UIT, Genebra, a 10 e 11 de junho, à margem do Fórum WSIS 2014 e nas respetivas reuniões de preparação (*MPP - Multistakeholder Preparatory Platform*). O processo de preparação liderado pela UIT foi aberto a todos os *stakeholders* e teve em conta a colaboração de todas as agências das NU em particular UNESCO e UNCTAD. Resultou na adoção da Declaração WSIS +10 e na Visão WSIS pós 2015, como forma de contributo para o processo da WSIS+10. A FCT (DSI) elaborou a posição nacional para a resposta à consulta pública da UIT sobre papel dos governos nas políticas públicas de Internet. Participou ainda na 25.^a Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho da UIT sobre WSIS, Genebra, a 2 e 3 de

outubro e integrou a delegação portuguesa na Conferência Plenipotenciária da UIT (PP-14), Busan, 20 de outubro a 7 de novembro.

- Reuniões do Grupo de Alto Nível sobre a Governação da Internet, no Grupo informal da Internet e no Grupo de Trabalho do Conselho Telecomunicações/Sociedade da Informação e no Conselho informal TTE, Milão, a 2 e 3 de outubro, contribuindo para a definição de uma posição europeia e ação concertada nos *fora* internacionais sobre um conjunto de princípios de governação da Internet baseados num modelo *multistakeholder*, incluindo o papel dos governos no mesmo, e o futuro da governação da Internet.

6.7. Fórum para a Sociedade de Informação

O Fórum para a Sociedade da Informação é um órgão de consulta e concertação para o desenvolvimento das políticas públicas para a Sociedade da Informação, *multistakeholder*, que reúne os principais atores sociais, públicos e privados, aberto, de forma interativa, à sociedade em geral. Parte-se do pressuposto que o desenvolvimento do país, neste como noutros domínios, requer plataformas alargadas de participação que promovam o trabalho em rede e a construção partilhada de objetivos comuns. Anualmente, o Fórum retrata um tema crítico para o desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento.

Governação da Internet 2014

O Fórum para a Sociedade da Informação – Governação da Internet, iniciativa nacional do IGF, tem como objetivo principal promover a reflexão nacional multissetorial (*multistakeholder*) contribuindo para a discussão a nível mundial sobre as questões mais prementes relativas à Governação da Internet. A 3.^a edição do Fórum, coorganizado pela FCT (DSI), pelo GMCS – Gabinete para os Meios da Comunicação Social e pelo ISOC Portugal, decorreu no dia 4 de junho de 2014, em Lisboa, no Pavilhão do Conhecimento, Centro Ciência Viva, e contou com a participação de mais de 250 representantes das várias comunidades de *stakeholders*.

Os temas em discussão na sessão deste ano foram: *Mass Surveillance* (Cibervigilância) e Privacidade, Direitos Fundamentais e Liberdade de Expressão na Internet, Neutralidade da Internet, Inclusão, Literacia e Acessibilidade digitais, Direitos de autor e Propriedade Intelectual, bem como a evolução da Governação da Internet nos próximos anos, na perspetiva da evolução tecnológica vs. evolução política.

As principais mensagens dos debates das sessões foram transmitidas ao IGF de Istambul.

Fórum para a Acessibilidade Web

Na edição de 2014 do Fórum para a Acessibilidade Web, coorganizado pelo DSI (Unidade ACESSO) e APDSI (Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação), em 27 de novembro de 2014, foram apresentados três estudos sobre o estado da acessibilidade dos conteúdos Web, respetivamente municípios portugueses, setor da saúde e 1000 maiores empresas portuguesas.

O DSI (Unidade ACESSO) foi responsável pelo estudo dos municípios portugueses e colaborou no desenho da metodologia de análise do setor da saúde. Na observação das boas práticas de acessibilidade nos conteúdos disponíveis na Internet destes dois setores foi utilizado o mesmo validador automático: o *AccessMonitor*, único validador existente no mercado para a versão 2.0 das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo *Web* (WCAG) em língua portuguesa, cujo desenvolvimento tem estado a cargo também da Unidade ACESSO.

Nas conclusões do Fórum salientaram-se o estado da Acessibilidade *Web* nos setores avaliados que, além de ser baixa, regrediu face a análises anteriores e a necessidade de legislação para uma Metodologia de Monitorização e Certificação dos sítios *Web* quanto à Acessibilidade *Web*.

6.8. Dia Mundial das Telecomunicações e da Sociedade de Informação

A Organização das Nações Unidas estabeleceu o dia 17 de maio de cada ano como o “Dia Mundial das Telecomunicações e da Sociedade de Informação”. Esta iniciativa visa promover ações a nível mundial de sensibilização e consciencialização pública para os benefícios da utilização da Internet.

O tema escolhido para 2014 foi a “Banda Larga para um Desenvolvimento Sustentável” (*Broadband for Sustainable Development*) e teve como objetivo destacar o importante papel das TIC como catalisadoras da promoção da economia e da qualidade de vida das pessoas.

As sessões de debate decorreram no dia 16 de maio na Fundação Portuguesa das Comunicações, tendo como entidades coorganizadoras o DSI, que liderou a sessão da manhã, a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC) e a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação (APDSI), responsáveis pelas sessões da tarde. Os temas em debate foram a “A Inclusão Digital no Desenvolvimento Económico” e “A Banda Larga como suporte ao Desenvolvimento Socioeconómico Sustentável”, respetivamente.

6.9. Execução Financeira

O DSI garantiu a execução financeira dos seguintes projetos do orçamento de investimento da FCT, no total de 667.402 €:

- 7788 – Promoção da S.I: e Conhecimento em Tecnologias Emergentes, cuja execução foi de 538.231 €
- 8996 – Promoção da Literacia Digital, através do projeto financiado com Fundos Comunitários *Trans e-Facilitator*, cuja execução foi de 12.191 €
- 9111 – Promoção da Segurança no Uso da Internet, através do projeto financiado com Fundos Comunitários *Safer Internet Centre*, cuja execução foi de 116.980 €.

O projeto 7788 incluiu despesas no âmbito da contribuição para o Secretariado do Fórum da Governação da Internet (IGF) das Nações Unidas, no valor de 15.000 €, de iniciativas europeias, como a *The European Grid Initiative Foundation (EGLeu)*, no valor de 32.651 €, da representação no programa Conjunto *Active Assisted Living (AAL)*, no valor de 10.000 €, da adesão à organização *Telecentre Europe*, no valor de 300 €, do protocolo e respetiva adenda com a Escola Superior de

Educação de Santarém/Instituto Politécnico de Santarém, no valor de 26.517 €, do protocolo com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no valor de 20.000 €, e ainda do Prémio de Inclusão e Literacia Digital, no valor global de 413.529 €

6.10. Nota Final

O DSI pretende continuar com as atividades que têm vindo a ser desenvolvidas nos anos anteriores e iniciar outras que contribuam para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, destacando-se as que se realizarão no âmbito da Coligação Portuguesa para a Empregabilidade Digital, da promoção da acessibilidade *Web*, do Acesso Aberto, da *Open Science* e *Data-driven Economy* e em matérias de Política Internacional.

7. COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL

Em 2014 completou-se o primeiro ano fiscal completo após integração na FCT, ocorrida em 1 outubro de 2013. Foi por isso um ano de aprendizagem de um conjunto extenso de novas regras e de adaptação às realidades da administração pública. Esta aprendizagem irá continuar em 2015 no sentido de se aperfeiçoarem processos e melhorar tempos de resposta. Na vertente dos recursos humanos, será mantido o esforço de reposição e qualificação da equipa, de modo a manter os padrões de qualidade elevados. As restrições impostas nesta área obrigam a um esforço redobrado de procura de soluções.

Passando em revista as principais atividades da unidade FCCN, salientamos na vertente da conectividade o aumento de capacidade da ligação ao GÉANT, a manutenção de elevados níveis de disponibilidade e o aumento de 22,7% da capacidade instalada. No serviço de mobilidade Eduroam verificou-se um aumento de quase 40% no número de utilizadores distintos em *Roaming*, em relação a 2013.

Nos serviços de computação salienta-se o crescimento médio de 8% no consumo energético, a realização projeto de um piloto de computação *cloud* científica no âmbito da INCD, Infraestrutura Nacional de Computação Científica e a contratação de um estudo económico e técnico sobre locais alternativos para disponibilização de espaços de *datacenter*, para satisfazer necessidades da comunidade de ciência. Nos serviços de colaboração, houve um crescimento acentuado da utilização do Colibri (+11%), em especial a nova plataforma. No Educast iniciou-se uma nova abordagem para o mecanismo de gravação para contornar as limitações do *recorder*. No VoIP salienta-se toda a preparação do novo concurso de contratação de voz, abrangendo todas as unidades orgânicas do MEC. Na área do Conhecimento, na *B-On* iniciaram-se os preparativos para as negociações em 2015, e registou-se um aumento de *downloads* de 6,6% em relação a 2013. No RCAAP manteve-se o crescimento orgânico. No Arquivo da *Web* Portuguesa foi finalmente concluída a recuperação da plataforma e retomado o processo de recolhas regulares.

Na segurança o CERT.PT teve uma profunda transformação, através da cisão da equipa em duas, uma que migrou para no Centro Nacional de Cibersegurança (CNCs) e outra que ficou na unidade FCCN, tendo assumido um novo nome (RCTS CERT) e uma nova missão mais focada na rede académica. Manteve-se a operação regular da Linha Alerta, tendo-se juntado no final do ano a Linha Ajuda. Salienta-se também o relevante esforço que foi realizado no apoio aos processos informáticos da sede da FCT, tanto na vertente de infraestrutura como na vertente de sistemas de informação. Foi igualmente assegurada a participação em trabalhos transversais a toda a administração pública, em articulação com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) e a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP).

De uma forma geral, considera-se que foram atingidos os objetivos da unidade FCCN, tendo sido acumulado um conhecimento fundamental sobre os processos da administração pública.

7.1. Conectividade

Os serviços de conectividade assegurados pela FCCN visam assegurar os serviços de transmissão e comutação da informação, à escala nacional e de forma integrada com as suas congéneres internacionais, de forma a satisfazer os requisitos de comunicações das diversas comunidades utilizadoras da RCTS, bem como das atividades desenvolvidas e dos serviços disponibilizados sobre esta. Estes serviços orientam-se pelas melhores práticas estabelecidas em termos de inovação, desempenho, fiabilidade e transparência.

Serviços de Rede

No quadro do esforço para dotar a RCTS de estabilidade e robustez, são de destacar os níveis de disponibilidade conseguidos, expressos na Tabela seguinte.

Tabela 28 – Disponibilidade Serviço RCTS IP e GigaPix

	1º Trimestre 2014	2º Trimestre 2014	3º Trimestre 2014	4º Trimestre 2014	Ano
Disponibilidade Interna RCTS IP e GigaPix	99,939%	99,999%	100%	100%	99,985%
Disponibilidade RCTS IP e GigaPix	99,925%	99,972%	99,985%	99,937%	99,955%

O débito total entregue pelo serviço RCTS IP e a disponibilidade para cada classe de entidades foi a seguinte:

Tabela 39 – Serviço RCTS IP: Débito e Disponibilidade por Classe de Entidade Utilizadora

Classificação	Nº Instituições	Débito	Disponibilidade	Disponibilidade FCCN
Ensino Superior Privado	12	1905 Mbps	99,942%	99,984%
Ensino Superior Público	36	123020 Mbps	99,938%	99,983%
Instituições Públicas não tuteladas pelo Ministério ou com Tutela partilhada	3	1070 Mbps	99,971%	99,987%
Laboratório Associado	2	3200 Mbps	99,984%	99,984%
Laboratório do Estado	10	6320 Mbps	99,981%	99,985%
Organização Interna	2	11000 Mbps	99,992%	100%
Organização sem fins lucrativos	1	1000 Mbps	100%	100%
Outras EU Privadas	2	1020 Mbps	99,982%	99,992%

Classificação	Nº Instituições	Débito	Disponibilidade	Disponibilidade FCCN
REDEMIN - Com Protocolo Específico	1	1000 Mbps	99,984%	99,984%
REDEMIN - Rede Interna	8	4300 Mbps	99,985%	99,986%
Total	77	153,835Gbps	99,955%	99,985%

Continuou a verificar-se uma tendência de aumento do agregado do débito de acesso à RCTS, como é ilustrado na Figura seguinte.

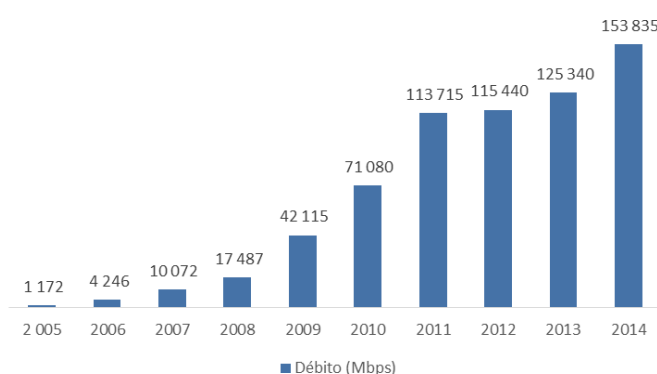


Figura 20 – RCTS IP: Evolução do somatório débito de acesso à RCTS

No que se refere à plataforma GigaPix, a Figura seguinte apresenta o tráfego relativo ao somatório dos *peering* entre a RCTS e todos os membros presentes nesta plataforma (com médias de 24h).

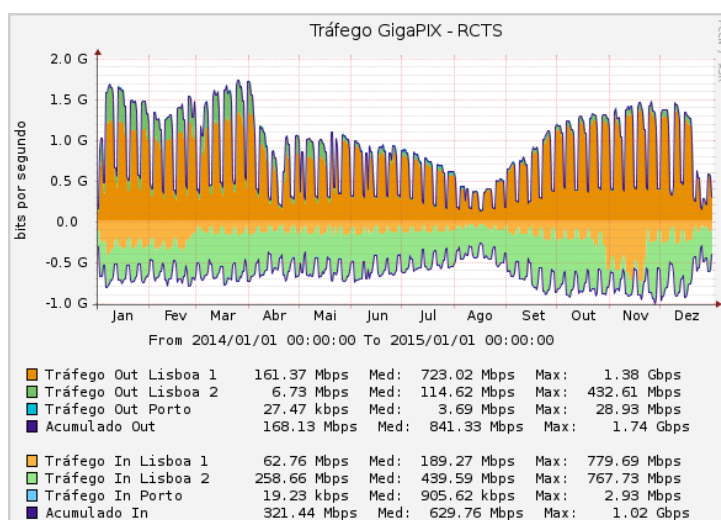


Figura 21 – Tráfego *peering* RCTS - GigaPix

Continuou o fornecimento da ligação Lisboa-Madrid à rede GÉANT em parceria com a REDIRIS. Foi acordado com a DANTE o *upgrade* para 20Gbps do acesso da RCTS à Rede GÉANT. A topologia final acordada é redundante e é suportada em dois circuitos CBF, fornecidos pelo consórcio FCT|Rediris, e dois circuitos de 10Gbps, entre Lisboa e Amesterdão, fornecidos pela operadora TATA.

A participação no projeto GN3PLUS esteve em linha com os anos e projetos anteriores. A execução do projeto foi, no final do ano de 2014, de 66% em termos de obrigações de entrega de *deliverables* (4 em 6), e de 89% em termos de cumprimentos de *milestones* (8 em 9).

Serviço de mobilidade eduroam

O serviço de mobilidade eduroam tem como objetivo proporcionar à comunidade de ensino e investigação conectividade *Wi-Fi*, em segurança e de forma imediata, em qualquer *hotspot* pertencente a esta rede mundial de mobilidade académica.

Verificou-se um aumento do número de utilizadores distintos em *roaming* comparativamente a 2013, atingindo o seu pico durante o mês de outubro com um total de cerca de 72.743 utilizadores.

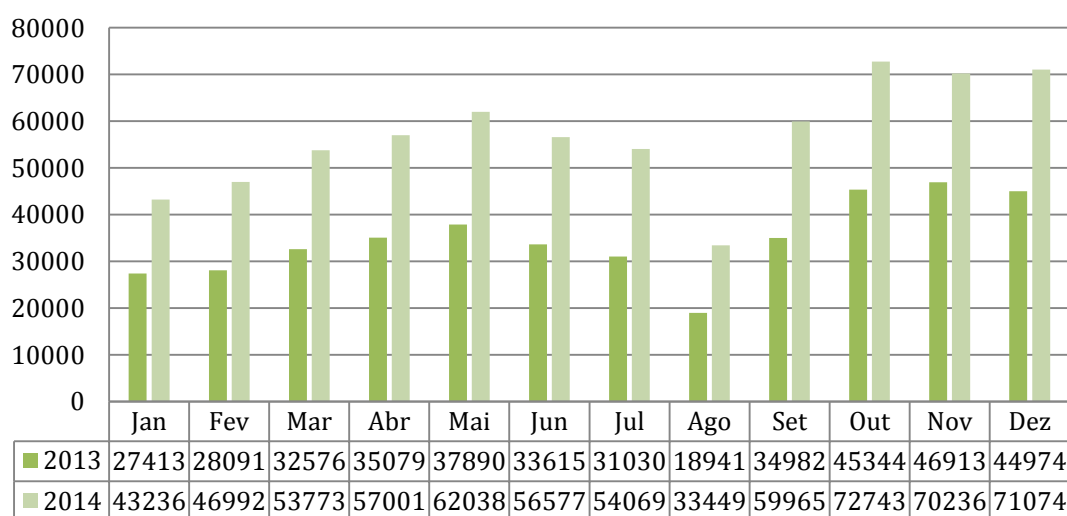


Figura 22 – Utilizadores distintos em *roaming* em 2013 e 2014

No âmbito da nova infraestrutura de recolha de indicadores, foram instalados 19 agentes (NPS, *FreeRadius* e *Radiator*) em 10 instituições e identificadas 297.032 identidades distintas de um total de 111.698.726 pedidos de autenticações registados na nova infraestrutura.

Federação RCTSaii

No final de 2014 a federação RCTSaii suportava 64 fornecedores de identidade de 42 instituições do ensino superior público e privado e 25 fornecedores de serviço. Foram realizadas atualizações do

pacote de instalação dos fornecedores de identidade *Shibboleth* e realizadas duas *workshops* de reciclagem e reinstalação.

7.2. Computação

A FCCN opera três salas técnicas, em Lisboa (2) e no Porto (1), com um total de 330 metros quadrados. Dispõe de uma SAN (*Storage Area Network*) com 944 *Tera Bytes* de capacidade em 29 equipamentos de armazenamento em disco com tecnologias de acesso *Fibre-Channel*, *iSCSI*, *IP/NAS* e *SAS* e de aproximadamente 850 servidores físicos, dos quais cerca de metade são geridos pela FCCN, havendo uma quantidade importante do total de servidores, todos servidores GRID, que não são geridos pela FCCN.

A Figura seguinte mostra a evolução de utilização de potência elétrica, em *kilowatts*, das referidas salas técnicas, comparando a média trimestral de um dos trimestres de 2014 com período homólogo do ano passado.

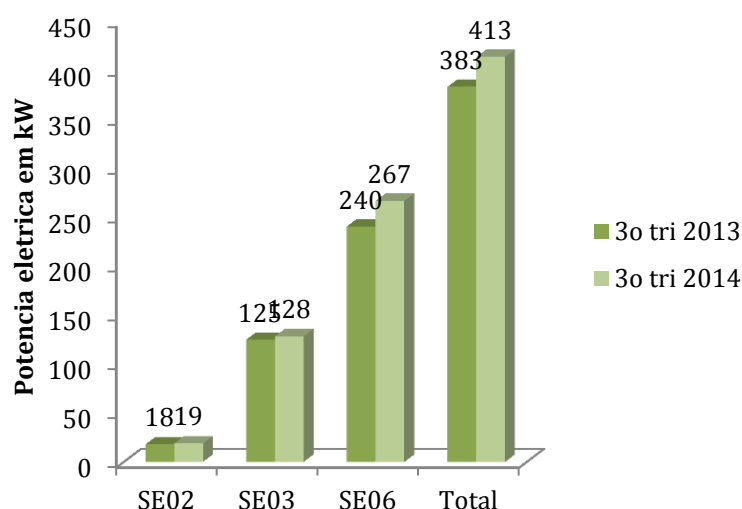


Figura 23 - Utilização de potência elétrica em kW

Registou-se um aumento médio de potência de 8%.

De referir ainda durante o ano de 2014:

- Dinamização de iniciativas sobre *Cloud Computing*, designadamente na área do DaaS – *Datacenter as a Service* e *cloud* híbrida, tendo sido celebrado um protocolo de colaboração com o LIP e o LNEC, para desenvolvimentos de trabalhos nesta área

- Desenho e implementação de um projeto de apoio ao UC Digitalis⁷, compreendendo a aquisição de equipamentos informáticos e migração dos dados respetivos para esses equipamentos, alojados na FCCN
- Contratação de um estudo económico e técnico sobre locais alternativos para disponibilização de espaço de *datacenter*, para satisfazer as necessidades da comunidade de ciência e tecnologia nacional, com vantagens económicas e técnicas face ao cenário atual de dispersão desses espaços.

A Figura seguinte mostra a evolução do serviço *Filesender*, que é usado pelos utilizadores da RCTS para transferência de ficheiros e armazenamento temporário de ficheiros de elevada dimensão. O *Filesender* é um *software* desenvolvido pela comunidade académica europeia, estando instalada uma instância do *software* em servidores da FCCN.

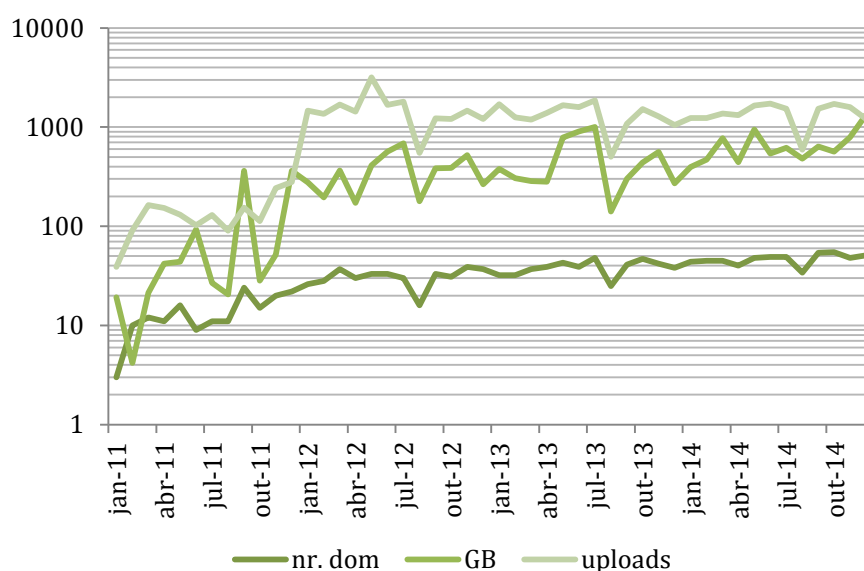


Figura 24 - Evolução do *Filesender* desde 2011

A linha ao alto na Figura representa o número de *uploads*, que foi de 1506 por mês. A linha a meio no gráfico representa os Giga Bytes de *upload*, que foi de 896 GB por mês. A linha em baixo no gráfico refere-se ao número de domínios diferentes que fizeram *upload*, que foram 51.

⁷ UCDigitalis | Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra

7.3. Colaboração

Serviços de Vídeo

Os Serviços de Vídeo disponibilizam um conjunto de ferramentas de colaboração avançadas e de ferramentas que permitem a gravação e disponibilização de conteúdos aos utilizadores da RCTS.

Prosseguiu a utilização do Estúdio HD para gravações de várias entidades. Foram realizadas atividades de edição e pós-produção de pequenos vídeos de suporte a eventos e de pequenas sequências de realizadas no estúdio. As Salas Tejo HD e Douro HD mantiveram uma utilização regular, não só entre si, mas também para pontos terceiros.

Relativamente à plataforma Colibri verificou-se que o número de sessões agendadas diminuiu, estando ao nível de utilização de 2010, o ano de arranque do serviço. Por sua vez, o número de sessões relacionadas com o uso direto de terminais de VC e do serviço de MCU-HD, suportado pela mesma plataforma, aumentou. Apesar de ainda não estar disponível à comunidade como um serviço definitivo, o interesse e o uso intensivo do serviço de *web conference* fizeram-se notar nos números das estatísticas de utilização.

No âmbito da atividade Banco de Vídeo, foram iniciados os trabalhos de *upload* de todos os conteúdos produzidos ao longo do tempo pela FCCN e ainda dispersos em diversos tipos de suporte. O serviço está a ser utilizado de forma regular por diversas instituições.

A atividade *educast@fccn* continuou a apresentar um bom desempenho. No final do ano iniciou-se uma nova abordagem para o mecanismo de gravação que tem como objetivo contornar as limitações do *recorder* atual.

O serviço de videodifusão encontra-se num processo de transição, estando a ser disponibilizado através de duas plataformas distintas: *Windows Media Services* – serviço *legacy* de videodifusão; *H.264 Streaming* – serviço de difusão de vídeo multiplataforma. Prosseguiu o acompanhamento dos cinco locais observados com oito câmaras em direto, a saber: Borboletário – Lisboa; Peneireiros da Torre – Ourique; Grifos – Vila Velha de Rodão; Cegonhas – Palmela; Morcegos – Alcanena.

O serviço *Speedmeter* continuou ativo e a funcionar de forma estável tendo registado uma média de mais de 120.000 testes mensais

VoIP@RCTS

O serviço VoIP tem como objetivo dotar as instituições de ensino superior público, ligadas à RCTS, das infraestruturas necessárias ao transporte do tráfego de voz dentro desta rede num ambiente convergente, integrado e seguro. Este serviço contava, no final de 2014, com 40 entidades aderentes, 220 locais e 45.850 números de telefone.

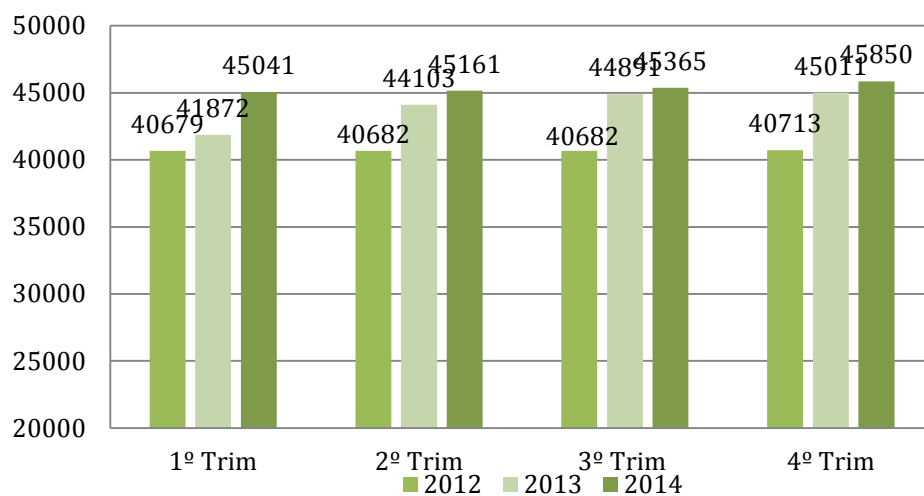


Figura 25 – Número de DDI publicados em ENUM

Durante o ano de 2014 a numeração publicada na base de dados ENUM sofreu um aumento de sensivelmente ~850 DDI. A disponibilidade média dos SBC da rede VoIP ficou nos 99,837%, mais 0.017% face ao ano de 2013.

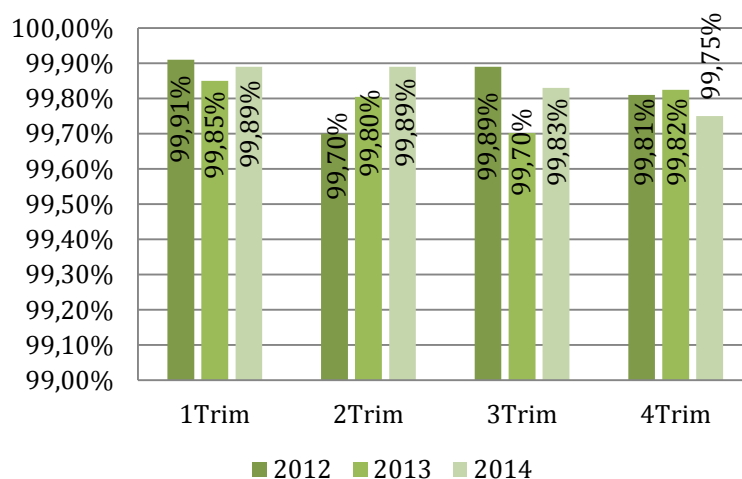


Figura 26 - Disponibilidade de serviço dos SBC da rede VoIP@RCTS em 2014

7.4. Conhecimento

B-on

A Biblioteca do Conhecimento *online* (*B-on*) tem por missão disponibilizar à comunidade de ensino e de investigação nacional o acesso a um vasto número de publicações de natureza científica.

Em 2014 cumpriram-se 10 anos sobre o início do projeto *B-on*. Esta efeméride foi comemorada com a criação de um *site* comemorativo, um encontro com a comunidade e a realização em Lisboa de uma reunião do ICOLC. Durante 2014 desenvolveram-se procedimentos aquisitivos com um número significativo de editores cujos contratos terminavam vigência.

Decorreu a décima edição do plano nacional de formação *B-on*. Tal como a anterior, esta edição foi marcada pela utilização de ferramentas de ensino à distância. Os módulos de *e-learning* tiveram um total de 18.914 visualizações.

O processo de recolha de estatísticas para 2014 não foi concluído em virtude de nem todos os fornecedores de conteúdos terem disponibilizado, em tempo útil, os respetivos indicadores. No entanto, as primeiras estimativas apontam para um valor a rondar os 10 milhões de *downloads* a que corresponde a um aumento de cerca de 6,6% em relação a 2013 (9,39 milhões de *downloads*.)

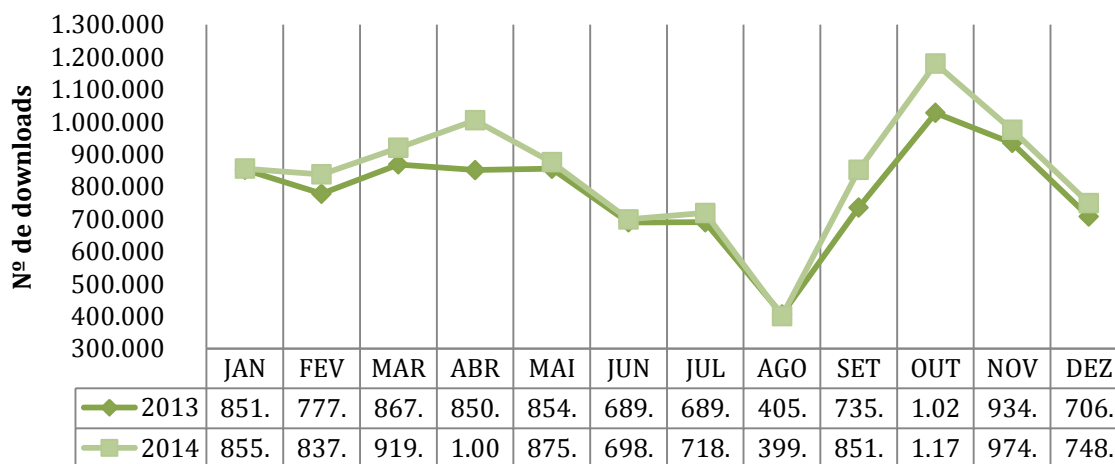


Figura 27 – Evolução do número anual de *downloads*

RCAAP

O Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) tem por missão a disponibilização em acesso aberto dos resultados das atividades académicas e científicas de instituições nacionais.

As atividades do RCAAP prosseguiram no esquema de repartição de funções com a equipa técnica e científica dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho.

O número de repositórios institucionais agregados pelo meta-repositório e em regime SARI encontra-se apresentado na Figura seguinte. Não é considerado o Repositório Comum.

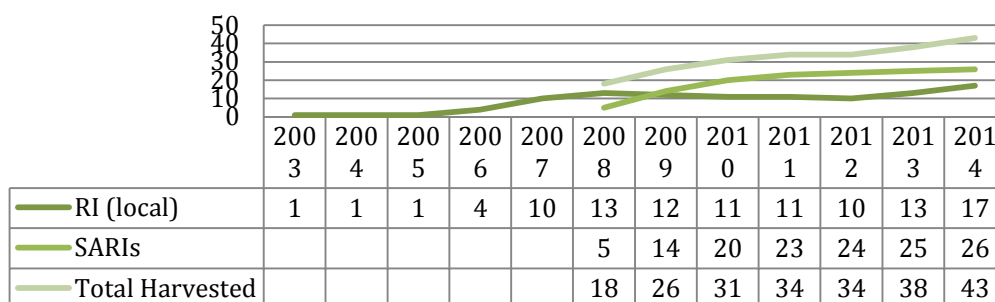


Figura 28 - Evolução dos Repositórios

A Figura seguinte ilustra o número de revistas agregadas pelo meta-repositório divididas por tipo de gestão, SARC ou autónoma.

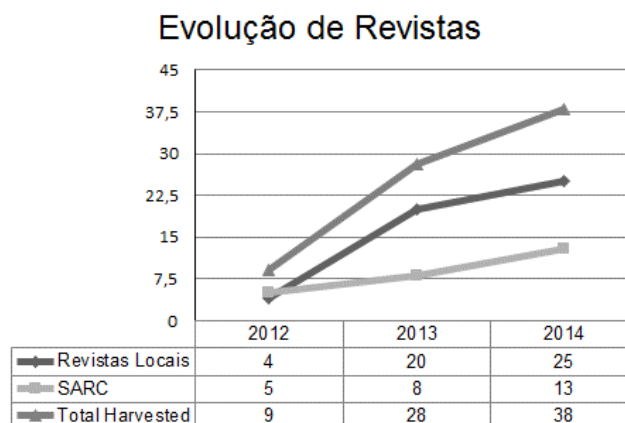


Figura 29 - Evolução das Revistas

De referir ainda a realização da 5ª Conferência Luso Brasileira de Acesso Aberto (ConfOA), que registou um o número recorde de propostas submetidas e de participantes.

Serviços e Arquivos *Web* (SAW)

Os Serviços e Arquivos *Web* atuam na área da manutenção, operação e desenvolvimento de sistemas de informação baseados na *Web* com destaque para as tarefas de análise de requisitos, *Web design*, programação, usabilidade, plataformas de produtividade para engenharia de *software* e controlo de qualidade.

Uma das principais ações desenvolvidas durante ao ano centrou-se na recuperação e robustecimento dos serviços do Arquivo da *Web* Portuguesa que foram suspensos devido a uma falha grave ao nível do *hardware*.

Os artigos recolhidos e arquivados em 2014 foram os seguintes:

- 1º trimestre: 6.294.855 ficheiros (147.726.646 em 2013)
- 2º trimestre: 18.800.556 (30.000.000 em 2013)
- 3º trimestre: foram recolhidos e arquivados 159.436.673 ficheiros (27.686.676 em 2013)
- 4º trimestre: o número foi de 373.045.178 (184.804.859 em 2013).

No total, em 2013, foram recolhidos e arquivados 390.218.181 ficheiros tendo em 2014 esse valor subido para 557.577.262, o que corresponde a um incremento de 30%. Os resultados obtidos sugerem sucesso na estabilização do serviço de recolha.

No dia 1 julho de 2014, o serviço de pesquisa foi considerado estável e disponibilizado novamente ao público. No final do ano, o AWP detinha um total de 2125 milhões ficheiros arquivados da *Web*, dos quais 54% estavam pesquisáveis publicamente. O serviço de pesquisa apresentou uma disponibilidade média de 99,74% durante 2014.

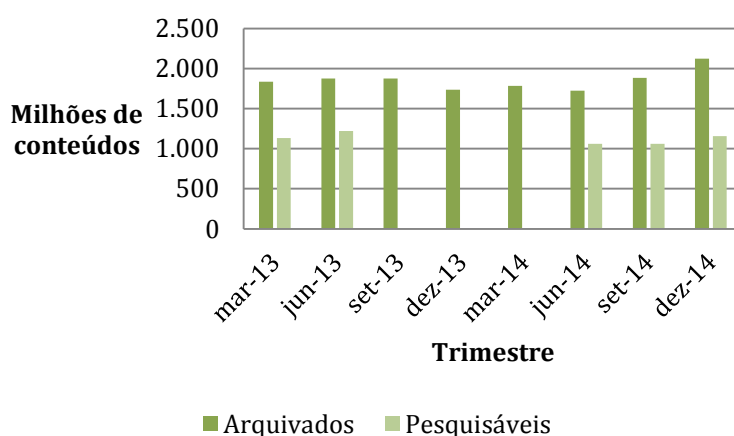


Figura 30 - Evolução da quantidade de informação arquivada e pesquisável no final de 2014

7.5. Segurança

CERT.PT

A principal atividade do CERT.PT diz respeito ao tratamento de incidentes de segurança informática detetados dentro da RCTS ou reportados por entidades externas no quadro da rede nacional de CSIRT ou pela comunidade internacional de CSIRT.

A tipologia de incidente mais observada diz respeito a Disponibilidade – DoS/DDoS (35%), de acordo com nova taxonomia adotada no início de julho de 2013. Nota ainda para uma ocorrência da vulnerabilidade – *Heartbleed* que, na realidade, agrega um conjunto de quase duas centenas de notificações emitidas pelo CERT.PT, no sentido de alertar diversas entidades para vulnerabilidades deste tipo, detetadas nos seus sistemas.

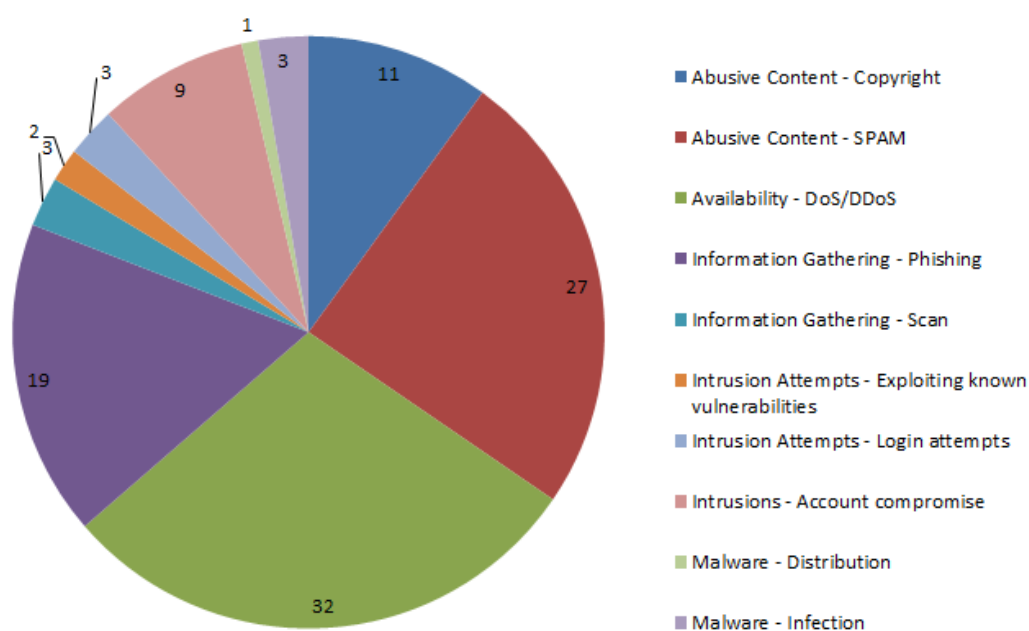


Figura 31 – Distribuição de incidentes por tipo

A ilustração seguinte apresenta dados comparados de 2013 e 2014 referentes à distribuição dos incidentes tratados por comunidade. Nota-se um decréscimo acentuado no volume de incidentes tratados no âmbito “Ciberespaço Nacional”, que se deve sobretudo à substancial diminuição no número de denúncias de *phishing*. O volume de incidentes na RCTS mantém-se dentro dos volumes usuais.

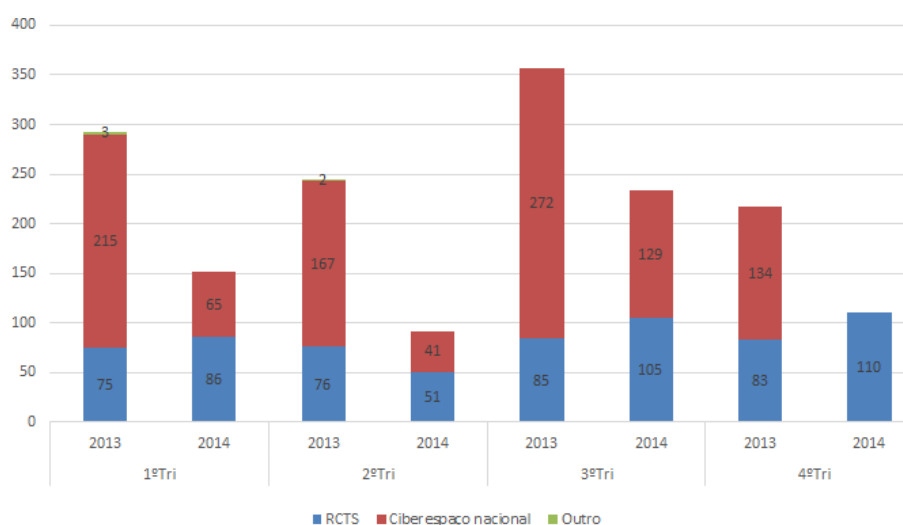


Figura 32 – Comparação com período homólogo do ano anterior

A Rede Nacional de CSIRT contava com 21 membros no final do ano.

Internet Segura: Linha Alerta

No quadro do Centro Internet Segura Portugal, a FCCN opera o serviço Linha Alerta, um centro de denúncia e tratamento de conteúdos ilegais na Internet.

Durante o ano de 2014 foram recebidas 2260 denúncias. A Figura seguinte apresenta o número de denúncias tratadas após triagem, por trimestre e por tipo.

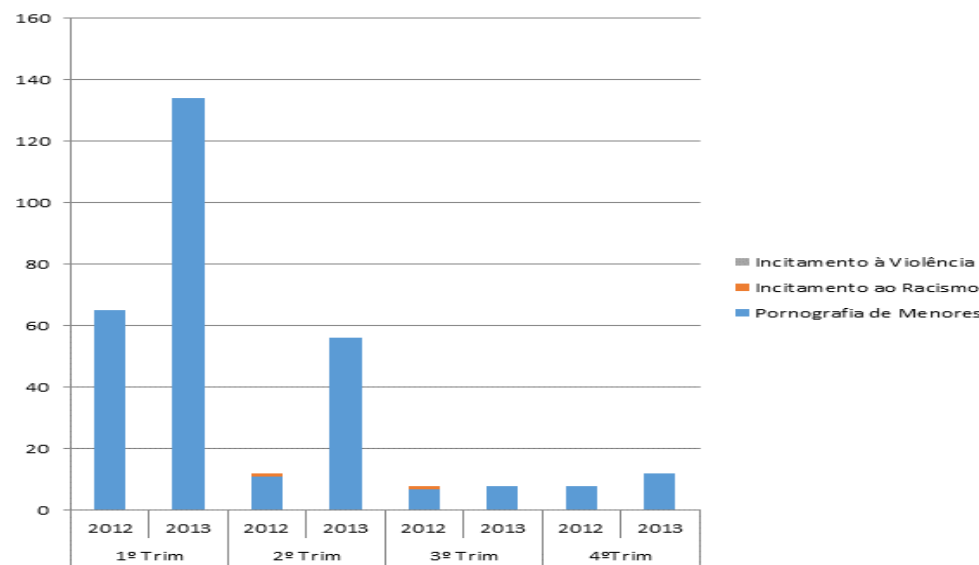


Figura 33 - Número total de denúncias tratadas após triagem por trimestre e por tipologia

Serviço de certificados digitais

O serviço TCS contabilizava no final de 2014 um total de 49 instituições participantes, tendo sido emitidos 131 certificados de servidor. O serviço TCS *Personal* continuava com cinco instituições em produção, havendo ainda cinco instituições em processo de adesão. Durante 2014 foram emitidos 187 certificados pessoais.

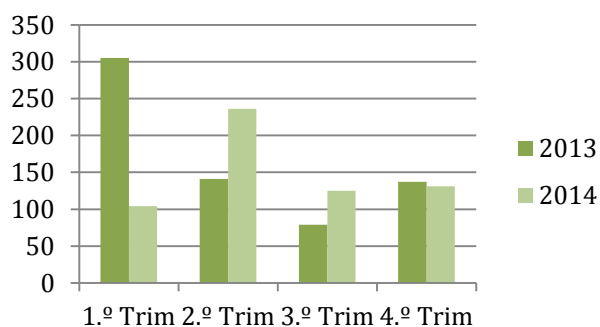


Figura 34 - Certificados de Servidor emitidos em 2013 e 2014

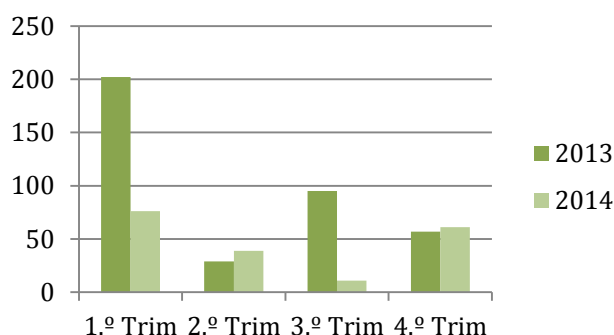


Figura 35 - Certificados Pessoais emitidos em 2013 e 2014

7.6. Execução Financeira

No que respeita à execução financeira, a unidade FCCN é responsável pela execução de dois projetos plurianuais: a RCTS (Rede Ciência Tecnologia e Sociedade) e a *B-on* (Biblioteca do Conhecimento *Online*), bem como de uma parte do orçamento de atividades da FCT. O ano de 2014 foi o primeiro de execução financeira completa, depois da integração da FCCN na FCT.

A execução global da unidade FCCN, projetos e atividades, na ótica da contabilidade pública orçamental, foi de 20.560.435 €, o que representou uma execução de 90,1% conforme Tabela seguinte:

Tabela 30 – Execução projetos FCCN

PROJETOS	Fonte de Financiamento	Orçamento inicial	Alterações orçamentais	Orçamento utilizável	Cobrado (C)	Uni.Eur	
						Execução (E)	Desvio (C-E)
RCTS	OE	5.415.585	- 675.993	4.739.592	4.739.592	4.040.471	699.121
	RP	268.839		268.839	213.353	150.614	62.739
	TOTAL	5.684.424	-67.993	5.008.431	4.952.945	4.191.085	76. 860
B-ON	OE	12.216.396	675.993	12.892.389	12.892.389	12.490.825	401.564
	RP	1.631.058	1.000.000	2.631.058	2.123.913	1.347.653	776.260
	TOTAL	13.847.454	1.675.993	15.523.447	15.016.302	13.838.478	1.177.824
ATIVIDADES	OE	2.697.179	-50.000	2.579.291	2.579.291	2.360.700	218.591
	RP	124.715	202.989	277.089	59.408	21.457	37.951
	RP 2013	-	86.087	86.087	86.087	79.075	7.011
	U.E.	146.856	103.066	249.922	119.226	69.639	49.587
	TOTAL	2.968.750	342.142	3.192.389	2.844.012	2.530.872	313.140
TOTAL FCCN		22.500.628	1.342.142	23.724.267	22 813 259	20.560.435	2.252.824

Nos pontos seguintes apresenta-se o detalhe da execução:

1. RCTS

A execução financeira do projeto RCTS engloba atividades associadas aos seguintes serviços: rede, mobilidade *eduroam*, federação RCTS aaai, gestão de salas técnicas, vídeo, Voip, RCAAP, arquivo *Web*, Cert.PT e certificados digitais. O desvio global da RCTS foi de 15%, o que totalizou 761.860 €.

Em 2014, esteve em execução um plano de investimentos que atingiu cerca de 757.000 € e que tinha como objetivo reforçar a infraestrutura e substituir equipamentos em fim de vida. Para a execução do referido plano, foram lançados, em 2014, 16 procedimentos aquisitivos. Ficaram por executar dois, que totalizaram cerca de 327.180 €, o que se deveu essencialmente à morosidade e burocracia associadas aos procedimentos aquisitivos.

Salientam-se ainda os seguintes principais desvios, por rubrica:

- Gastos com cabos de Fibra Ótica: - 200.000 €

Estava planeado investimento na infraestrutura da RCTS que não foi realizado devido a diversos fatores, nomeadamente, o tempo associado aos processos aquisitivos em curso e a possibilidade de celebrar um acordo que potencialmente permitirá condições mais favoráveis para o reforço e alargamento da abrangência da infraestrutura de fibra ótica.

- Comunicações Nacionais: -178.000 €

Ocorreram poupanças nas comunicações dedicadas devido à implementação, em 2014, dos contratos resultantes do concurso público lançado em 2013 para os circuitos de comunicações da RCTS.

- Comunicações Internacionais: - 262.000 €

No que respeita às despesas referentes às comunicações para a Europa e resto do mundo, a execução abaixo do previsto está associada ao facto de, por um lado não ter sido executado o *upgrade* previsto associado ao aumento de tráfego esperado após integração da Rede escolar na RCTS (cerca de 5000 escolas) que apenas veio a efetivar-se em 2015 e, por outro, a uma redução de preço na sequência da gestão dos contratos efetuada por parte da Geánt.

Os desvios verificados permitiram que se fizesse um reforço do projeto *B-on*, detalhado de seguida.

2. *B-on*

A execução financeira do projeto *B-on*, inclui para além da aquisição de um vasto número de publicações de natureza científica todos os restantes custos de gestão e operação dos serviços e infraestruturas necessários para a sua disponibilização e utilização *online*. Inclui ainda um projeto SAMA no âmbito da preservação digital. O desvio global da *B-on* foi de 15% abaixo do orçamento cobrado, o que totalizou 1.177.824 €.

A maioria do desvio teve origem em receitas próprias e esteve associado a recebimentos por parte das entidades a quem se faturou o serviço *B-on*, que ocorreram nos últimos dias de 2014, o que não permitiu registar a receita tempo de ser utilizada. Foi solicitada a transição da receita própria para 2015.

Foi ainda necessário efetuar um reforço ao orçamento da *B-on*, que decorreu essencialmente das variações cambiais Dólar/Euro e ao IVA de anos anteriores.

3. Atividades

O orçamento de atividades inclui despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços correntes e outras despesas e teve uma execução global de 2.844.012 €. O desvio global do orçamento de atividades foi de 11% abaixo do orçamento cobrado, o que totalizou 313.140 €. A rubrica que mais contribuiu para o desvio apresentado foi a de despesas com o pessoal, pois não foi possível contratar todos os recursos necessários à prossecução da missão da unidade FCCN. Na Figura seguinte detalha-se a execução por rubrica.

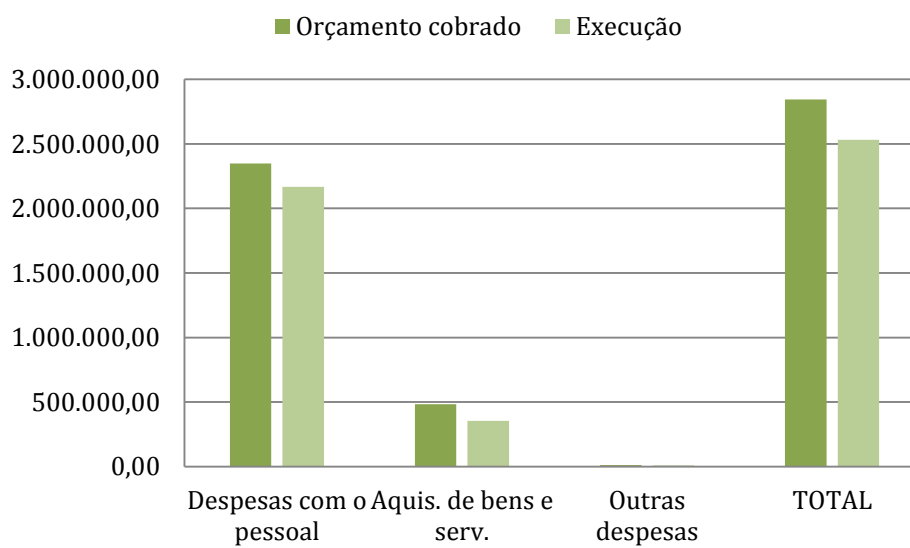


Figura 36 – Execução orçamental FCCN. Ano 2014

8. ATIVIDADES TRANSVERSAIS

8.1. Aconselhamento Científico (Conselhos Científicos)

Os Conselhos Científicos são um órgão consultivo da FCT, compostos por peritos nas respetivas áreas científicas, detentores de percursos profissionais e mérito científico reconhecidos pelas suas comunidades. Representam e transmitem as perspetivas dos vários *stakeholders* da FCT, incluindo o meio académico, a indústria e os cidadãos.

Existem quatro Conselhos Científicos, correspondendo aos domínios científicos em que a FCT atua: Ciências da Vida e da Saúde, Ciências Exatas e da Engenharia, Ciências Naturais e do Ambiente, Ciências Sociais e Humanidades. Os atuais Conselhos assumiram funções em outubro de 2013 e são responsáveis por:

- Aconselhar sobre os planos estratégicos da FCT para investigação, formação e transferência de conhecimento, de modo a aumentar a competitividade científica de Portugal
- Aconselhar a FCT na promoção de uma comunidade científica multidisciplinar e no apoio à investigação internacionalmente competitiva em Portugal
- Proporcionar um ambiente adequado para testar novas ideias.

Atividades conjuntas

Por solicitação da FCT foram várias as atividades que envolveram a colaboração dos quatro Conselhos:

- Recomendações para o concurso de Bolsas Individuais de Doutoramento, Doutoramento em Empresas e Pós-Doutoramento - 2014 da FCT
- Recomendações para o Concurso Investigador FCT 2014
- Elaboração do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico
- Definição de indicadores de produção científica e critérios mínimos para efeitos de renovação dos triénios das bolsas de pós-doutoramento
- Nomeação de observadores independentes para participarem nas reuniões dos painéis de avaliação dos concursos da FCT
- Solicitações pontuais por parte do Conselho Diretivo da FCT e Departamentos, entre os quais o Departamento de Relações Internacionais (DRI), o Departamento de Programas e Projetos (DPP) e Gabinete de Estudos e Estratégia (GE&E).

Conselho Científico das Ciências Exatas e da Engenharia (CCCEE)

No âmbito do seu Plano de Atividades o CCCEE, para além das atividades comuns aos quatro Conselhos Científicos acima descritas, participou ativamente nas comissões de acompanhamento (*ex-post evaluation*) das várias áreas científicas no domínio das Ciências Exatas e da Engenharia, como coordenadores, na avaliação dos relatórios finais dos projetos de I&D financiados.

Conselho Científico das Ciências da Vida e da Saúde (CCCVS)

Como previsto no seu Plano de Atividades o CCCVS identificou como prioritária, uma reflexão sobre temas relacionados com a investigação clínica e o envelhecimento, tendo efetuado um diagnóstico da situação e produzido recomendações ao Conselho Diretivo sobre linhas possíveis de apoio a estes temas em Portugal.

Conselho Científico das Ciências Naturais e do Ambiente (CCCNA)

No cumprimento do seu Plano de Atividades o CCCNA desenvolveu ainda as seguintes atividades:

- Participação na criação de grupos de trabalho interdisciplinares com elementos dos diferentes Conselhos Científicos
- Análise do projeto da expedição “*Marborealis*” da Associação David Melgueiro
- Produção de contributos para o workshop “*Convergence of disciplines*” organizado pela *Science Europe*
- Criação de um grupo de trabalho dedicado à cooperação com o Brasil e África.

Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades (CCCSH)

No âmbito do seu Plano de Atividades, o CCCSH levou a cabo as seguintes atividades: Análise do Relatório «Mais Ciência, Maior Impacte», levado a cabo pelo anterior CCCSH: para este efeito foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de sistematizar recomendações a dirigir ao Conselho Diretivo da FCT, a partir da análise do referido relatório. O mesmo grupo de trabalho desenvolveu ao longo do ano o projeto ‘Sistema de disseminação do impacto de projetos financiados pela FCT’, promovendo reuniões com o Departamento de Relações Internacionais (DRI) e o Departamento de Programas e Projetos (DPP) da FCT. O Projeto tem em vista a criação a breve prazo de um sistema de disseminação de resultados dos projetos financiados pela FCT, acessível *online*.

Contributo para a melhoria de processos de avaliação da FCT: para este efeito foi constituído um grupo de trabalho que analisou os regulamentos dos concursos da FCT. Foi ainda dirigida às Coordenações dos Centros de Investigação em Ciências Sociais e Humanidades, um inquérito acerca da primeira fase do processo de Avaliação de Unidades de I&D 2013, do qual resultou um relatório-síntese apresentado ao Conselho Diretivo da FCT e encaminhado às Unidades de Investigação participantes do mesmo inquérito.

Promoção da consciência do impacto e relevância das Ciências Sociais e Humanidades: em conjunto com as Direções das Faculdades de Letras da Universidade do Porto (FLUP), da Universidade de Coimbra (FLUC), da Universidade de Lisboa (FLUL) e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), o CCCSH iniciou este ano a organização de um evento com este objetivo geral que decorrerá na Primavera de 2015 em Lisboa (‘No Coração do Mundo: Ciências em Rede’, FCG, 6-7 de maio de 2015).

Indicador de desempenho baseado em dados completos para a publicação científica em Ciências Sociais e Humanidades: à semelhança do que tem sido feito noutros países, a FCT, em articulação com

a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e com o CCCSH, levou a cabo um inquérito junto da comunidade científica em Ciências Sociais e Humanidades (CSH) com o objetivo de implementar um sistema de recolha da produção científica em Ciências Sociais e Humanidades que responda às especificidades deste domínio científico. A primeira fase do inquérito foi dirigida à comunidade CSH em setembro de 2014. Prevê-se que uma primeira análise das respostas decorrentes desta auscultação esteja pronta no 1º trimestre de 2015.

A par destas atividades, o CCCSH respondeu ao longo do ano a solicitações pontuais por parte do Conselho Diretivo da FCT e seus departamentos, entre os quais, o Departamento de Relações Internacionais (DRI) e o Departamento de Programas e Projetos (DPP).

8.2. Avaliação (Gabinete de Programação e Avaliação)

Criado em setembro de 2012 para prestar assessoria especializada ao Conselho Diretivo nas áreas de conceção de programas de financiamento e de avaliação, o Gabinete de Programação e Avaliação (GAv) focou-se na promoção e organização de ações relativas à avaliação das atividades de I&D no âmbito das áreas “Pessoas”, “Ideias”, “Instituições” e “Transferência Tecnológica”.

O trabalho desenvolvido pelo GAv tem por objetivo promover e implementar as ações necessárias à avaliação das candidaturas aos vários instrumentos de financiamento de I&D promovidos pela FCT: i) projetos de investigação; ii) bolsas individuais de doutoramento e de pós-doutoramento; iii) contratos de desenvolvimento de carreira; iv) programas de doutoramento; v) infraestruturas; vi) apoio institucional e vii) programas de cooperação transnacional.

Para a implementação dos processos de avaliação, o GAv trabalha em colaboração com os vários Departamentos da FCT responsáveis pela gestão destes instrumentos.

De modo a alcançar estes objetivos, foram delineados e estabelecidos métodos e ferramentas de apoio ao exercício de avaliação, executados por especialistas independentes e cuja identificação e seleção é efetuada pelo GAv. É também da responsabilidade do GAv o acompanhamento das reuniões de avaliação, com vista à seriação final das candidaturas, a monitorização dos pareceres de avaliação e a reflexão sobre as várias fases dos processos com vista à sua melhoria.

A comunidade científica nacional é também uma destinatária das ações do GAv, uma vez que é através do processo de avaliação que os pareceres dos pares, sobre as candidaturas apresentadas em concurso, chegam ao conhecimento dos respetivos proponentes.

O GAv norteia-se por princípios de qualidade, profissionalismo e transparência inerentes a uma avaliação que se pretende rigorosa, seletiva e íntegra, de acordo com as normas de confidencialidade e proteção de informação e do código de ética.

Este Gabinete visa igualmente contribuir para o planeamento de novos programas que integrem de forma equilibrada orientações políticas, opções estratégicas e a maturidade de cada área científica alvo.

Atividades desenvolvidas em 2014

Durante o ano de 2014 o GAv prestou apoio especializado ao exercício de avaliação dos vários concursos lançados pela FCT, nomeadamente, Programas de Doutoramento FCT 2013, Investigador FCT 2014, Avaliação de Unidades I&D 2013 e Bolsas Individuais de Doutoramento, Doutoramento em Empresas e Pós-Doutoramento 2014. Neste âmbito, o GAv elaborou os respetivos guiões e formulários de avaliação e assegurou a constituição de 19 painéis internacionais e 46 painéis nacionais de avaliação, assim como a convocatória para as 111 reuniões presenciais de avaliação. Foi também efetuada a distribuição das 6492 candidaturas avaliadas em 2014, pelos 678 avaliadores, em colaboração com os coordenadores dos respetivos painéis. O GAv colaborou ainda com os restantes departamentos da FCT na preparação dos resultados a comunicar aos candidatos.

Durante o mesmo período, o GAv preparou e acompanhou o trabalho de análise das Audiências Prévias (APs) e das Reclamações relativas aos vários concursos lançados em 2013.

Foram ainda identificados mais de 200 avaliadores para concursos de menores dimensões, cujo processo de avaliação é acompanhado pelos respetivos departamentos/gabinetes, nomeadamente, Bolsas de Investigação nos *National Institutes of Health* (NIH) 2014 e Projetos Conjuntos de I&D Tecnológico (Departamento de Relações Internacionais) e Programas de Parcerias Internacionais (Gabinete de Tecnologia). Neste último caso, o GAv procedeu também à verificação de possíveis conflitos de interesse de avaliadores identificados pelo próprio Gabinete de Tecnologia.

Por último, o GAv dedicou-se à revisão dos procedimentos intrínsecos aos vários concursos e ao enriquecimento da base de dados de avaliadores, iniciada em 2012. Para este segundo objetivo, contribuiu o convite lançado à comunidade científica de todas as áreas do conhecimento para Manifestação de Interesse em integrar os Painéis de Avaliação, à semelhança do que tinha acontecido no ano anterior.

Apresentam-se de seguida os detalhes das atividades desenvolvidas pelo GAv em cada processo:

Concurso para Programas de Doutoramento FCT – 2013

O processo de avaliação do concurso para Programas de Doutoramento FCT-2013 obedeceu ao Regulamento, às condições expressas no Edital do Concurso e ao Guião de Avaliação. Em 2013, foram submetidas 212 candidaturas, 199 ao concurso para programas de doutoramento nacionais e internacionais (PD-F) e 13 ao concurso para programas de doutoramento em ambiente empresarial (PDE-F).

Para cada um dos concursos, a seriação das candidaturas foi efetuada pelo respetivo painel de avaliação constituído por peritos internacionais, selecionados tendo em conta a distribuição das candidaturas pelas várias áreas científicas.

Numa primeira etapa, os 50 avaliadores selecionados efetuaram uma avaliação remota das candidaturas, originando uma pré-seriação das mesmas. Numa segunda etapa, presencial, os painéis

discutiram o mérito relativo das candidaturas, harmonizaram as avaliações e estabeleceram a seriação final. Os painéis elaboraram ainda um relatório de avaliação para cada candidatura que, posteriormente foi enviado ao candidato.

Após comunicada a proposta de decisão dos resultados do Concurso para financiamento de Programas de Doutoramento FCT, foram submetidos 99 pedidos de audiência prévia (95 relativos ao concurso PD-F e 4 ao concurso PDE-F). Estes foram analisados por um grupo de trabalho da FCT, para resposta às questões administrativas, sendo as questões científicas analisadas pelos respetivos painéis de avaliação. Foram deferidos 7 pedidos de AP, dos quais 2 resultaram em candidaturas financiadas.

Foram apresentadas 21 reclamações à decisão final (18 ao concurso PD-F e 3 ao concurso PDE-F), as quais se encontram ainda em fase de análise.

Concurso Investigador FCT – 2014

O processo de avaliação do concurso Investigador FCT-2014 obedeceu ao Regulamento, às condições expressas no Edital do Concurso e ao Guião de Avaliação. Em 2012 e 2013 foram selecionados 369 investigadores FCT. No concurso de 2014, após avaliação, foram recomendados para financiamento 228 candidatos.

Em 2014, das 1500 candidaturas submetidas ao concurso Investigador FCT foram admitidas 1398, tendo o processo de avaliação decorrido em duas fases. Na primeira, foi efetuada uma pré-seleção das candidaturas por sete painéis de avaliação, compostos por 106 membros de reconhecido mérito internacional. Destes, 73 membros têm afiliação estrangeira e os restantes 33 estão afiliados a instituições nacionais. Na segunda fase, participaram apenas os 73 membros estrangeiros dos sete painéis, que avaliaram e produziram uma lista ordenada das 514 candidaturas admitidas a esta fase. Para apoiar as decisões do painel, nesta segunda fase, cada candidatura foi também avaliada separadamente por, pelo menos, dois avaliadores externos de reconhecido mérito internacional. Colaboraram neste exercício 447 avaliadores externos, exclusivamente de afiliação estrangeira.

Após a divulgação dos resultados da primeira fase de avaliação, foram submetidos 339 pedidos de audiência prévia. Os técnicos do Departamento de Suporte à Rede das Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT) e do GAv formaram conjuntamente uma comissão de análise para dar resposta às questões administrativas ou processuais do concurso. As questões de carácter científico foram analisadas pelo respetivo painel de avaliação do concurso. Foram deferidas quatro candidaturas para prosseguirem para a segunda fase de avaliação. Relativamente à primeira fase, foram submetidas 69 reclamações, as quais se encontram em fase de análise.

Após a divulgação dos resultados da segunda fase de avaliação, foram submetidos 130 pedidos de audiência prévia, os quais se encontram em fase de análise.

Processo de Avaliação de Unidades de I&D - 2013

O processo de avaliação das Unidades de I&D-2013 obedeceu às condições expressas no Aviso de Abertura, no Regulamento de Avaliação e Financiamento de Unidades de Investigação, no Guião de Avaliação e na Informação Suplementar.

Para este exercício, foi opção da FCT estabelecer um acordo com a *European Science Foundation* (ESF), ficando esta responsável pela realização da primeira fase do processo de avaliação. Foram submetidas e consideradas elegíveis 322 candidaturas, as quais foram posteriormente distribuídas por sete painéis de avaliação, segundo proposta da ESF, ratificada pela FCT. Esta primeira fase de avaliação envolveu um número superior a 600 avaliadores de mérito científico internacionalmente reconhecido, todos exclusivamente de afiliação estrangeira, dos quais 74 integraram os sete painéis de avaliação constituídos.

Nesta primeira fase, o GAv foi responsável pela composição e redação do Guião de Avaliação, pela coordenação do planeamento e da calendarização do concurso, pelos contactos formais e cogestão da parceria com a ESF, bem como pelo processo de análise e resposta aos pedidos de audiência prévia. No âmbito do processo de audiência prévia, 21 das 131 unidades de I&D que submeteram APs, depois desses pedidos apreciados pelos respetivos painéis, viram a sua nota alterada, 10 delas passando à segunda fase em resultado dessa apreciação. Assim, findo o processo de audiência prévia, passaram à segunda fase 178 unidades (55% do número inicial de candidaturas).

A segunda fase do processo de avaliação foi levada a cabo pela FCT, com o apoio da ESF, tendo o GAv ficado responsável pelo planeamento e calendarização das visitas às unidades que se qualificaram para esta fase, pela comunicação com os painéis de avaliação, pela organização e acompanhamento das reuniões finais dos painéis de avaliação, bem como pela redação de toda a documentação referente à segunda fase da avaliação.

Num momento em que não se encontra ainda concluído o processo de audiência prévia da segunda fase de avaliação, a distribuição dos resultados deste exercício é a seguinte: 32 unidades foram avaliadas com *Insuficiente*, 33 unidades com *Razoável*, 90 unidades com *Bom*, 104 unidades com *Muito Bom*, 52 unidades com *Excelente*, e 11 unidades com *Excecional*.

Concurso para Atribuição de Bolsas Individuais de Doutoramento, de Doutoramento em Empresas e de Pós-Doutoramento – 2014

Em 2014, das 5173 candidaturas submetidas ao concurso de Bolsas Individuais, foram admitidas 4560 candidaturas. De acordo com o número de candidaturas submetidas a cada área, foram constituídos 42 painéis de avaliação. No total colaboraram neste exercício 416 avaliadores afiliados a instituições nacionais.

O processo de avaliação obedeceu às condições expressas no Aviso de Abertura e no Regulamento de Avaliação, tendo cada painel de avaliação definido os subcritérios de avaliação adaptados à respetiva área científica e apreciado as candidaturas correspondentes. Os subcritérios e a metodologia adotada por cada painel foram descritos na respetiva ata.

Audiências Prévias e Reclamações aos resultados do Concurso para Projetos Exploratórios de IC&DT em todos os Domínios Científicos - 2013

Foram submetidos 236 pedidos de audiência prévia, tanto de carácter administrativo como de carácter científico, referentes à proposta de resultados do Concurso para Projetos Exploratórios de IC&DT em todos os Domínios Científicos – 2013. Os comentários com aspetos administrativos ou processuais apresentados pelos Investigadores Responsáveis foram apreciados pela FCT, por técnicos do GAv e do Departamento de Programas e Projetos (DPP). Para verificação dos comentários científicos foram constituídos quatro novos painéis de avaliação, um por cada domínio científico, num total de 32 peritos. Foi deferido um pedido de AP, resultando no financiamento dessa candidatura.

Audiências Prévias e Reclamações aos resultados do Concurso Investigador FCT- 2013

O Concurso Investigador FCT-2013 recebeu 1480 candidaturas, tendo sido submetidos 729 pedidos de audiência prévia. Os técnicos do Departamento de Suporte à Rede das Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT), elementos do GAv, da Assessoria do Conselho Diretivo da FCT e do Gabinete Jurídico formaram conjuntamente uma comissão de análise para dar resposta às audiências prévias relacionadas com aspetos administrativos ou processuais do concurso. As APs de carácter científico foram avaliadas pelo respetivo painel de avaliação do concurso. Foram deferidas quatro propostas para financiamento.

Para análise das 83 reclamações submetidas foi criado um grupo de trabalho com membros do DSRICT e do GAv. Os pedidos de recurso com fundamentação científica foram analisados por peritos internacionais, cuja seleção teve como critério principal o não envolvimento na edição do concurso a que respeitam as reclamações. Não foram identificados erros nas avaliações iniciais, pelo que se manteve a decisão de não financiamento das 83 candidaturas.

Audiências Prévias e Reclamações aos resultados do Concurso para Atribuição de Bolsas Individuais de Doutoramento, Doutoramento em Empresas e Pós-Doutoramento - 2013

Após a comunicação da proposta de decisão dos resultados do concurso para atribuição de Bolsas Individuais de Doutoramento, Doutoramento em Empresas e Pós-Doutoramento - 2013, foram submetidos pelos candidatos 1979 pedidos de audiência prévia. Estes foram analisados pelos painéis de avaliação iniciais, de onde resultou o deferimento de 98 candidaturas que foram propostas para atribuição de bolsa.

Após a notificação da decisão final, foram submetidas 281 reclamações, analisadas por peritos externos relativamente às questões de carácter científico. Nesta fase, foram deferidas e propostas para atribuição de bolsa cinco candidaturas.

Manifestações de Interesse

Para identificar investigadores interessados em integrar os painéis de avaliação da FCT, o GAv organizou uma chamada à comunidade científica nacional, com termos de referência e formulários próprios.

Os termos de referência apresentam os requisitos mínimos de participação, as competências valorizadas, os procedimentos de constituição dos Painéis de Avaliação e as principais responsabilidades dos seus membros. Na elaboração dos termos de referência e do formulário de candidatura, tal como no ano anterior, foram tidos em consideração os critérios adotados por outras agências de financiamento para o recrutamento e seleção dos respetivos membros de painel.

Da manifestação de interesse, foram identificados cerca de 190 novos interessados em colaborar nos processos de avaliação da FCT, distribuídos pelos quatro domínios científicos.

8.3. Comunicação (Gabinete de Comunicação)

O Gabinete de Comunicação da FCT tem como missão contribuir para a comunicação da FCT com as comunidades de I&D, nacionais e internacionais, e com os cidadãos. É objetivo do Gabinete de Comunicação informar sobre as atividades, instrumentos e programas da FCT, sensibilizar as comunidades de I&D e os cidadãos para o papel da FCT no apoio à investigação científica e tecnológica nacional, e divulgar o impacto da investigação científica no desenvolvimento económico, social e cultural do país.

Em 2014 o Gabinete de Comunicação prosseguiu os seguintes objetivos estratégicos: dar a conhecer a FCT como principal agência pública de apoio à Ciência, à Tecnologia e à Inovação; reforçar a visibilidade da Ciência enquanto motor de desenvolvimento económico, social e cultural; promover a cultura institucional. Estes objetivos enquadram-se no objetivo estratégico da FCT de melhorar o desempenho organizacional.

Os objetivos estratégicos foram implementados através do desenvolvimento do plano de comunicação apresentado em 2012, ano de início das funções do atual Gabinete de Comunicação. As atividades desenvolvidas no âmbito deste plano de comunicação e dos objetivos estratégicos agrupam-se nas seguintes vertentes: **Comunicação institucional; Informação às comunidades de I&D; Comunicação interna; Divulgação de ciência e tecnologia.**

Comunicação institucional

A comunicação institucional tem como principal propósito o reforço da missão e visão de uma instituição, junto dos seus colaboradores e públicos externos. O Gabinete de Comunicação colaborou na elaboração da declaração da visão da FCT, apresentando uma proposta que foi aprovada pelo Conselho Diretivo em 2013.

A FCT tem como visão:

- Tornar Portugal numa referência internacional em ciência, tecnologia e inovação
- Assegurar que o conhecimento gerado pela investigação científica é plenamente utilizado para o crescimento económico e o bem-estar dos cidadãos.

Esta visão concretiza-se na missão da FCT, de promover continuamente o avanço do conhecimento científico e tecnológico em Portugal, de atingir os mais elevados padrões internacionais de qualidade e competitividade em todos os domínios científicos e tecnológicos, e de estimular a sua difusão e contribuição para a sociedade e o tecido produtivo.

Partindo da visão e missão da FCT, e prosseguindo o trabalho iniciado em 2012, o Gabinete de Comunicação desenvolveu, em 2014, várias iniciativas no sentido de assegurar uma comunicação integrada e consistente, que contribua para a construção e/ou o reforço da imagem da instituição, tanto interna como externamente. A interação com os vários departamentos e gabinetes que compõe a FCT, desde a conceção à implementação das iniciativas, foi novamente um aspeto fundamental para o desempenho do Gabinete de Comunicação.

A comunicação institucional foi implementada com recurso a diversos meios e ferramentas, nomeadamente o *website* FCT, um portfólio de material de identidade institucional, participação e/ou organização de eventos, assessoria de imprensa e assessoria de comunicação.

Website FCT

Em 2013 a página de entrada do [website FCT](#) tinha sido totalmente reformulada, de modo a criar novas áreas de interesse e maximizar a visibilidade de conteúdos relevantes para o utilizador, num ambiente gráfico moderno e de maior dinamismo. Esta renovação insere-se no projeto maior de melhorar todo o *website* da FCT, transformando-o numa fonte de informação atual, transparente e relevante para os *stakeholders* da FCT, com uma linguagem adequada ao *online* e aos públicos-alvo a que se destina. Em 2014 concretizou-se a substituição de conteúdos e a inclusão de novas secções, com novos conteúdos, abrangendo uma parte significativa do *website*.

As seguintes áreas foram reformuladas em termos de estrutura, organização e/ou informação disponibilizada, sempre em estreita colaboração com os Departamentos/Gabinetes da FCT responsáveis por cada área:

- Menu “Apoios”
 - Nova [Página de entrada](#) de apresentação dos principais instrumentos da FCT de apoio à investigação científica e tecnológica, com ligação para cada área (Bolsas, Projetos, Instituições, etc.)
 - Reestruturação da subsecção (menu de 2º nível) “Contratação de Doutorados”, com novos conteúdos para a página de entrada, e organização de secções interiores dedicadas aos três programas de contratação de Doutorados: *Welcome II*, *Ciência e Investigador FCT*

- O menu de 2º nível, “Convite à Comunidade Científica” foi dividido em três secções (menus de 3º nível): “Inquéritos”, “Consultas Públicas” e “Manifestações de Interesse”, de modo a discriminar estas três formas de interação com a comunidade de I&D
- Menu “Media”, um novo menu de topo que reúne informação até então dispersa pelo *website*, funcionando assim como ponto de entrada único para jornalistas, professores, estudantes, investigadores e todos os que se interessam por informação geral sobre a ciência em Portugal e pela atividade da FCT. Inclui as seguintes secções (menus de 2º nível):
 - [Em Destaque](#) – contém notícias sobre descobertas, prémios e outros desenvolvimentos na investigação e inovação nacional, com maior enfoque em iniciativas financiadas ou apoiadas pela FCT
 - [FCT Newsletter](#)
 - [Comunicados de imprensa](#) enviados pela FCT
 - [Conferências](#) e outros eventos públicos organizados pela FCT, onde se disponibiliza o programa, apresentações ou vídeos das sessões
 - [Logótipo da FCT](#) e o seu manual de normas
- Menu “Estatísticas”
 - Revisão de todas as subsecções (menus de 2º nível), com atualização dos dados estatísticos (entre julho e setembro de 2014) e produção de novos gráficos
 - Criação de novo menu de 2º nível “Programas-Quadro Europeus (atualizado com dados de dezembro 2014)
 - Inclusão, em cada subsecção de um [documento síntese da informação](#) (em formato *pdf*)
- Menu “Sobre a FCT”
 - Foi efetuada uma reestruturação da arquitetura de segundo nível, com introdução de novas subsecções (assinaladas abaixo) e uma renovação de conteúdos, com inclusão de mapas e gráficos de apoio ao conteúdo textual
 - [Visão e Missão](#) – Linhas Orientadoras e Objetivos Estratégicos da FCT, e distribuição de Orçamento de Investimento para o ano corrente
 - [Linhas de Ação](#) – evolução anual do orçamento da FCT e da execução orçamental, por área de intervenção;
 - [Acesso Aberto](#) - nova secção dedicada às políticas de Acesso Aberto da FCT – abrangendo publicações científicas resultantes de investigação financiada pela FCT e a disponibilização de dados e outros resultados de investigação científica financiada pela - que entraram em vigor em maio de 2014
 - [Suporte à Política de I&I](#) – nova secção, dedicada à contribuição da FCT para informar e/ou implementar as políticas de I&D&I nacionais, em particular a [Estratégia de I&I 2014-2020](#)
 - [Estudos e Estratégia](#) – nova secção dedicada à atividade de mediação e de reflexão com a comunidade científica e com organismos públicos e privados, nacionais, europeus, e internacionais, no âmbito das políticas públicas de investigação e inovação. Inclui uma subárea dedicada à representação de Portugal no *Directorate for Science, Technology and Industry* (STI) da OCDE.

A par deste desenvolvimento, o Gabinete de Comunicação:

- Preparou, editou e publicou toda a informação relativa a concursos, prémios (abertura de candidaturas e resultados) e outras iniciativas da FCT (consultas públicas, manifestações de interesse e inquéritos)
- Preparou o conteúdo e imagem de 54 *banners* para a *homepage*, na sua maioria em versão portuguesa e inglesa
- Preparou 48 notícias (correspondendo a uma média de quatro notícias/mês)
- Publicou mais de 100 entradas no calendário FCT, quer relativas a atividades FCT quer de pedidos externos de divulgação.

Durante o ano de 2014, o *website* FCT foi acedido por 471.000 visitantes (novos e repetentes), que estabeleceram perto de 1.300.000 sessões com 3.700.000 *pageviews* (visualizações de páginas individuais). A duração média de cada sessão foi de 3 minutos, com visualização de três páginas por sessão, em média (Fonte: *Google Analytics*; junho 2015).

As dez páginas mais visitadas estão indicadas na Tabela abaixo. A *homepage* (/ e /index.phtml.pt) é a mais visitada, indicando que serve de principal ponto de entrada no *website*; em 2014, as páginas referentes a bolsas individuais (concursos, resultados e regulamento) foram as mais visitadas.

Tabela 31 - Páginas mais visitadas durante o ano 2014 (Fonte: *Google Analytics*; junho 2015)

Página	Pageviews 3.691.356 (100%)	Tempo Médio na Página
1 /	568.085 (15.39%)	01:20
2 /index.phtml.pt	183.453 (4.97%)	01:43
3 /apoios/bolsas/concursos/	154.430 (4.18%)	00:41
4 /apoios/bolsas/concursos/individuais2014.phtml.pt	146.711 (3.97%)	03:22
5 /apoios/bolsas/	99.832 (2.70%)	00:57
6 /apoios/bolsas/regulamento.phtml.pt	73.492 (1.99%)	02:42
7 /apoios/bolsas/concursos/individuais2013.phtml.pt	69.215 (1.88%)	01:55
8 /index.phtml.en	57.702 (1.56%)	01:18
9 /apoios/bolsas/concursos/index.phtml.pt	44.342 (1.20%)	00:42
10 /concursos/	41.558 (1.13%)	00:34

Os picos de número de visualizações de páginas ao longo do ano acompanharam a abertura de concursos e/ou a publicação de resultados, como é evidenciado na Figura abaixo: a publicação dos resultados do concurso de bolsas individuais 2013 (em janeiro), o concurso Investigador FCT 2014 (em maio-junho); a publicação dos resultados da 1ª fase do exercício de avaliação das Unidades de I&D (em junho-julho); o período de candidaturas ao concurso de bolsas individuais 2014 (em julho-setembro); a publicação dos resultados da 2ª fase do exercício de avaliação das Unidades de I&D (em dezembro).

Pageviews no site FCT em 2014

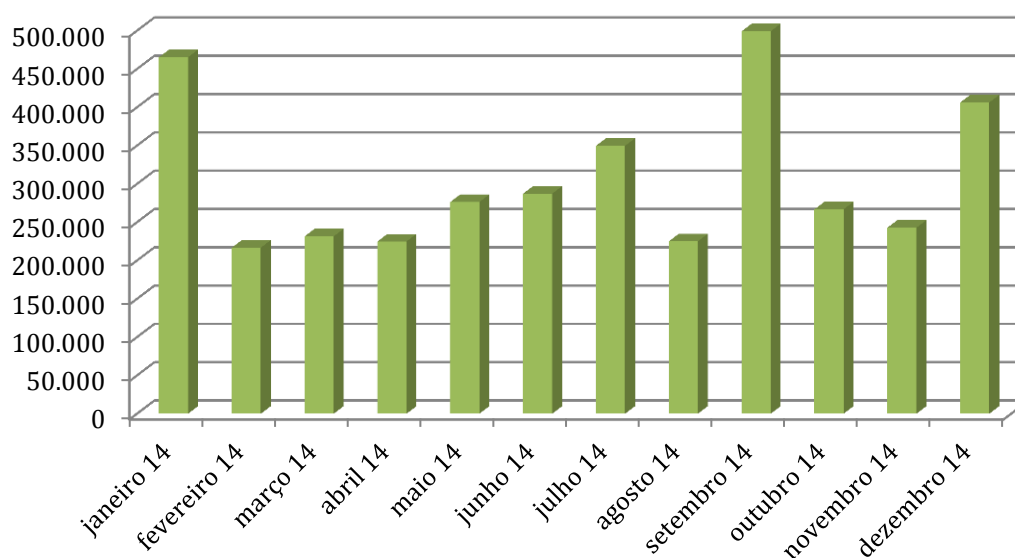


Figura 37 - Gráfico representativo de *pageviews* ao longo de 2014 (Fonte: *Google Analytics*; junho 2015).

Identidade institucional e aplicação num portfólio de material institucional

Em 2014 consolidou-se a definição da imagem institucional da FCT, a atualização do logótipo FCT, e a aplicação da imagem no portfólio de material de comunicação produzido.

Foi feito um estudo de adequação do logótipo FCT à FCCN (no âmbito da sua integração na FCT) e ao GPPQ – Gabinete de Apoio ao Programa-Quadro de I&DT. Aos criadores da versão original do logótipo FCT, o *atelier* de Henrique Cayatte, foi solicitada a elaboração de uma proposta com base nas orientações do Gabinete de Comunicação, que acompanhou o processo de elaboração dos materiais. Os resultados finais são: novos logótipos para a FCCN e GPPQ e respetivos manuais de normas; atualização do manual de normas do logótipo FCT (colocado no site FCT) e nova versão a preto do logótipo FCT (Figura abaixo).



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Figura 38 - Logótipos FCT-FCCN e FCT-GPPQ e nova versão a preto do logótipo FCT desenvolvidos em 2014

Foram desenvolvidos os seguintes materiais institucionais FCT: cartões-de-visita para colaboradores de vários Departamentos, cartões de cumprimentos, cartões-de-visita gerais, assinatura de *email*, *templates* digitais para papel de carta, notas internas e certificados de presença, *templates* de identificadores de lapela e de mesa para eventos, *templates* para apresentações *Powerpoint*; *templates* e capas para relatórios FCT.

Ao longo do ano foi também dado apoio comunicacional (em termos de conteúdos, imagem gráfica e paginação) às iniciativas de vários departamentos, no sentido de assegurar a utilização e correta implementação da imagem institucional da FCT.

Brochura FCT

No âmbito do reforço da imagem da FCT junto da comunidade científica nacional e internacional, foi desenvolvido uma publicação com informação sobre as áreas estratégicas nas quais a FCT tem promovido as suas ações. O Gabinete de Comunicação assegurou a redação de conteúdos, o *design* e o acompanhamento de produção da Brochura FCT (Figura abaixo).

A brochura tem sido utilizada em visitas de delegações à FCT, ao Ministério e à Secretaria de Estado, em missões realizadas pelos vários Departamentos da FCT, assim como em eventos nacionais e internacionais nos quais a FCT marca presença. Foi disponibilizada também aos Gabinetes do Ministro da Educação e Ciência e da Secretária de Estado da Ciência.



Figura 39 - Brochura FCT (2014)

Organização e Participação em Eventos

O Gabinete de Comunicação colaborou nas várias vertentes envolvidas nos eventos organizados pelos Departamentos e Gabinetes da FCT em 2014. O apoio deste gabinete abarcou três fases - pré-evento, durante o evento e pós-evento - e incluiu a conceção de materiais gráficos e sinalética, a divulgação do evento (no *website* FCT, através de *mailing lists*, na *FCT Newsletter*), apoio logístico (gestão de registos e outro), assessoria de imprensa e divulgação das apresentações dos oradores, de vídeos, de relatórios, após o evento.

Em 2014, o Gabinete de Comunicação colaborou em 11 eventos:

- Jornadas ENEI: INOVAR-INPI
- Indicadores de Desempenho para a Ciência e o Ensino Superior
- Fórum IGF2014 - 3º Fórum sobre a Governação da Internet
- Apresentação da Visão Global dos Resultados da 1ª fase da Avaliação de Unidades de I&D
- ERC *Special Day*
- Lançamento do Roteiro Nacional de Infraestruturas
- Fórum do Espaço
- *Software* e Normas Abertas na Administração Pública 5ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto – Confoa
- *International Coalition of Library Consortia* – ICOLC
- 10 Anos *B-on*

Comunicados de Imprensa

O Gabinete de Comunicação centraliza o contacto com os meios de comunicação social nacionais e internacionais, quer na emissão de comunicados de imprensa, quer na gestão de questões por parte de jornalistas.

Em 2014, o Gabinete de Comunicação preparou e enviou 24 comunicados e/ou notas de imprensa para a sua base de dados de mais de uma centena de jornalistas de órgãos de comunicação social (imprensa, rádio, televisão, *online*), *bloggers* e divulgadores de ciência.

Os temas dos comunicados de imprensa enviados pela FCT em 2014 agrupam-se em: resultados de concursos (4 - os resultados dos concursos FCT são preferencialmente divulgados diretamente no *site* da FCT, com destaque de *banner* na *homepage*); assinaturas de protocolos (1), visitas institucionais (5), nomeações (1), eventos e outras iniciativas (11), e esclarecimentos (2). Os [comunicados de imprensa](#) enviados estão disponíveis no *website* FCT.

Assessoria de Imprensa

Pelas suas atribuições como principal agência pública de financiamento da investigação em ciência e tecnologia nacional, a FCT é frequentemente contactada por órgãos de comunicação social, generalistas e de áreas especializadas, no sentido de obter informação, esclarecimentos e reações a questões de natureza científica e do âmbito das políticas públicas de ciência, tecnologia e da sociedade da informação.

É função do Gabinete de Comunicação aconselhar, gerir e mediar o relacionamento entre a FCT e a comunicação social, em todos os contextos que se afigurem pertinentes e necessários. Esta gestão e mediação inclui a elaboração de respostas a pedidos submetidos por órgãos da comunicação social, e envio das mesmas, mediante aprovação do Conselho Diretivo.

Em 2014 foram recebidos e dados seguimento a 135 pedidos externos de órgãos de comunicação social (Tabela seguinte), o que corresponde a uma média de 2,6 pedidos por semana.

Tabela 32 - Tipologia dos órgãos de comunicação social que colocaram pedidos de informação à FCT em 2014

Meio de comunicação social	Número de pedidos
Televisão	6
Rádio	10
Imprensa	69
Online	19
Agência noticiosa	29
Outro (<i>Freelancer</i>)	1

Meios de comunicação social por âmbito	Número de pedidos
Regional	3
Nacional	122
Internacional	9

Os pedidos abrangeram maioritariamente esclarecimentos sobre as áreas de atuação da FCT (instrumentos de financiamento, concursos) e de políticas científicas, mas também pedidos de informação sobre áreas científicas específicas, sobre o desempenho de Portugal nos Programas-Quadro europeus e sobre a Sociedade da Informação, além de pedidos de contactos de investigadores.

Assessoria de Comunicação ao Conselho Diretivo

Em 2014 o Gabinete de Comunicação manteve o suporte ao Conselho Diretivo na comunicação da estratégia, dos programas e da orgânica da FCT, estendendo-se a outros Departamentos e Gabinetes da FCT.

Este apoio traduziu-se na recolha e organização de informação, na preparação de material informativo e de apresentações, na elaboração e/ou edição de prefácios e artigos convidados. Estes suportes foram utilizados na comunicação com a comunidade científica nacional e internacional, com organizações de Investigação e Ensino Superior, com decisores políticos, com grupos e Comissões Parlamentares, com organizações congéneres internacionais e com revistas científicas, nomeadamente a *Nature* e a *Science*.

Informação às Comunidades de I&D

As comunidades de I&D, nacionais e internacionais, são os principais públicos-alvo da FCT, pelo que a promoção da comunicação com estes públicos assume uma posição de relevo nas atividades do Gabinete de Comunicação. Entende-se por comunidades de I&D os investigadores, estudantes, docentes, técnicos e gestores de alguma forma envolvidos em atividades de investigação científica e tecnológica e/ou de apoio à investigação e à Sociedade da Informação.

As atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Comunicação têm como principal objetivo promover a partilha de informação entre a FCT e estas comunidades, assim como entre os diferentes membros/instituições que as constituem. O Gabinete de Comunicação recorre a vários meios na prossecução destes objetivos: *online*, correio eletrónico, publicações de vários formatos.

Concursos FCT

A preparação da informação associada aos vários concursos públicos lançados pela FCT em 2014 foi uma das principais atividades do Gabinete de Comunicação, à semelhança de anos anteriores. Esta atividade incluiu a criação de textos para o *website* FCT (em inglês e português) e a preparação da

documentação associada a cada concurso, nomeadamente Avisos de Abertura, Regulamentos, Guiões de Candidatura, Guiões de Avaliação e outra documentação complementar. Esta componente envolveu a revisão dos documentos (em termos de grafia), a tradução de textos e documentos para inglês (em 2014 recorreu-se a serviços de tradução para documentos de maior extensão) e a preparação dos documentos para publicação, nomeadamente a nível gráfico, de paginação e formatação.

A presença da imagem FCT em todos os suportes produzidos, quer através da utilização do logotipo da instituição ou da criação de selos que representam concursos específicos, é um dos aspetos centrais do trabalho desenvolvido.

O Gabinete de Comunicação coordenou também a publicitação de editais/avisos de abertura em anúncios de imprensa. A seleção dos títulos mais adequados de acordo com os destinatários do concurso e a tiragem, área geográfica e público-alvo do periódico, assim como o texto e formatação dos anúncios a publicar, ficaram a cargo deste Gabinete.

O Gabinete de Comunicação acompanhou todo o processo dos concursos FCT, desde a fase de candidatura até à divulgação pública dos resultados dos concursos, através de publicação no *website* FCT e/ou, quando solicitado pelo Conselho Diretivo, pela preparação e emissão de Comunicados de Imprensa. A divulgação dos resultados no *website* FCT implicou a criação de textos e gráficos ilustrativos, em estreita colaboração com os Departamentos coordenadores de cada concurso, de modo a assegurar que a divulgação pública fosse efetuada de forma concertada com a comunicação dos resultados aos candidatos.

Divulgação de iniciativas de Ciência

O Gabinete de Comunicação gere pedidos internos e externos de divulgação de eventos ou outras iniciativas realizadas por entidades de I&D nacionais e internacionais. Esta divulgação é feita através da colocação da informação no *website* da FCT e/ou por correio eletrónico, para uma *mailing list* de gabinetes de comunicação de universidades, centros de investigação, organizações científicas e empresariais. Criada em 2012, com 60 entradas, esta *mailing list* tem vindo a aumentar, contando com perto de 180 contactos no final de 2014.

Em 2014 foram enviados cerca de 70 *e-mails* com informação para divulgação pelas várias instituições. Os temas divulgados foram sobretudo iniciativas da FCT (concursos, eventos, consultas públicas, resultados) mas incluíram também a divulgação de iniciativas de outras instituições nacionais e internacionais, mediante solicitações recebidas ou transmitidas ao Gabinete de Comunicação. Nestas últimas as temáticas mais frequentes foram cursos, *workshops*, conferências e eventos, assim como concursos.

Publicações

A primeira edição do Catálogo "[*Portugal in Large-scale Research Facilities*](#)" da responsabilidade do Gabinete de Tecnologia da FCT foi publicada em 2014. Este catálogo reúne informação sobre as empresas e centros de investigação com participação no CERN, no ESO, no ITER e no ESRF – as principais infraestruturas de investigação internacionais. O Gabinete de Comunicação colaborou de

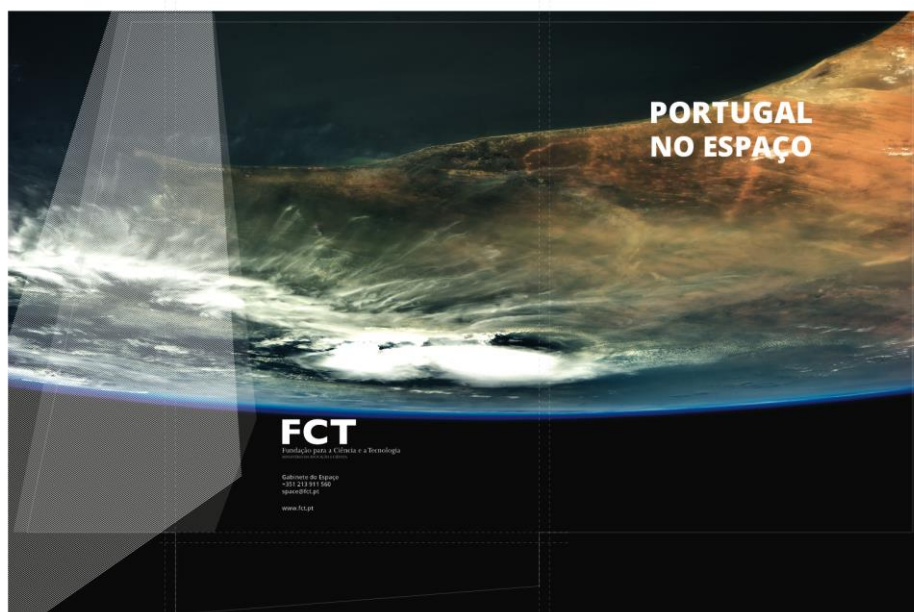


Figura 40 - Material desenvolvido em colaboração com o Gabinete de Comunicação da Agência Espacial Europeia (ESA) para o Fórum do Espaço 2014

Comunicação interna

A comunicação interna é um componente fulcral de qualquer plano de comunicação integrado. Tem como objetivo contribuir para a motivação dos colaboradores FCT, a criação de um espírito de partilha de informação e de uma cultura institucional. Em 2014 o Gabinete de Comunicação prosseguiu as atividades iniciadas em 2013, com maior esforço de envolvimento dos colaboradores da FCT na produção e comunicação de informação.

Notícias na Intranet

Manteve-se a publicação semanal de um boletim de notícias na plataforma de *intranet* da FCT. Estas notícias, de interesse específico para os colaboradores FCT, compreenderam informação sobre concursos (abertura, resultados) e outras iniciativas da FCT, várias das quais tiveram origem nos Departamentos da instituição. Em 2014 foram publicados cerca de 35 boletins.

Postal de Natal FCT

O postal de Natal FCT 2014 foi novamente produzido através de um convite aos colaboradores da FCT para apresentação de propostas. Foram recebidas quatro propostas. O postal vencedor (Figura abaixo) selecionado pelo Conselho Diretivo, foi disponibilizado internamente, em formato apropriado para utilização imediata.

Figura 41 - Postal de Natal FCT 2014, selecionado entre propostas submetidas por colaboradores da FCT,
num exercício de comunicação interna

Workshop em comunicação

Em resposta a um pedido de um dos Gabinetes da FCT, a equipa do Gabinete de Comunicação concebeu e administrou a sessão “*Powerpoint* – ideias para comunicar melhor”. O objetivo foi a de fornecer aos participantes os princípios teóricos e práticos básicos para a elaboração de apresentações em *Powerpoint* informativas – em termos de conteúdos e visuais – e adaptadas ao público-alvo. O workshop, com uma duração de duas horas, incluiu também uma atividade prática, adaptada à realidade dos participantes.

Divulgação de Ciência e Tecnologia

A FCT reconhece a importância de comunicar os resultados do investimento público em Ciência e Tecnologia, conforme estipulado no objetivo estratégico de reforçar a visibilidade da Ciência. Neste âmbito, o Gabinete de Comunicação atuou a dois níveis, em 2014: através da *FCT Newsletter* e na colocação de notícias sobre resultados da investigação apoiada pela FCT na secção dedicada “Em Destaque” do *website* FCT.

FCT Newsletter

A [*FCT Newsletter*](#) foi criada em 2011 para permitir a regular publicação de notícias e artigos sobre a atividade científica nacional a que a FCT está de alguma forma associada e, ainda, às atividades e iniciativas da própria FCT.

Em 2014 adaptou-se a *FCT Newsletter* a uma periodicidade trimestral, mantendo-se a sua linha editorial, a secção do Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia, e a rubrica “Crónica Convidada” (um espaço dos subscritores da *newsletter*, onde os cronistas dão uma visão pessoal sobre um tema à sua escolha que seja de interesse para os leitores). Na sequência da integração da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) na FCT (em outubro de 2013), foi acrescentada uma nova secção regular à *FCT Newsletter* – Computação Científica Nacional – dedicada a temas da área de atuação desta nova unidade da FCT.

A *FCT Newsletter* é disponibilizada [online](#), tendo-se publicado quatro números em 2014. O número de subscritores da *FCT Newsletter* tem aumentado anualmente: 1900 (em 2012), 2600 (em 2013) e 3200 (em novembro de 2014). A taxa de abertura do *email* de notificação de uma nova edição da *FCT Newsletter* foi de 61% (fevereiro), 63% (junho), 53% (agosto) e 59% (novembro); em média 59% dos subscritores abriram o *email* de notificação, em 2014 (dados da plataforma de gestão de subscrições e envio da *FCT Newsletter*, *Mailchimp*).

A evolução dos indicadores de visualizações da *FCT Newsletter* (sessões, utilizadores e *pageviews*) ao longo de 2014 está indicada na Figura abaixo sendo notórios os picos de visualizações coincidentes com a publicação de cada nova edição. A *FCT Newsletter* recebeu em média 47 visitantes diários, sendo que foram visualizadas, em média, 126 páginas por dia.

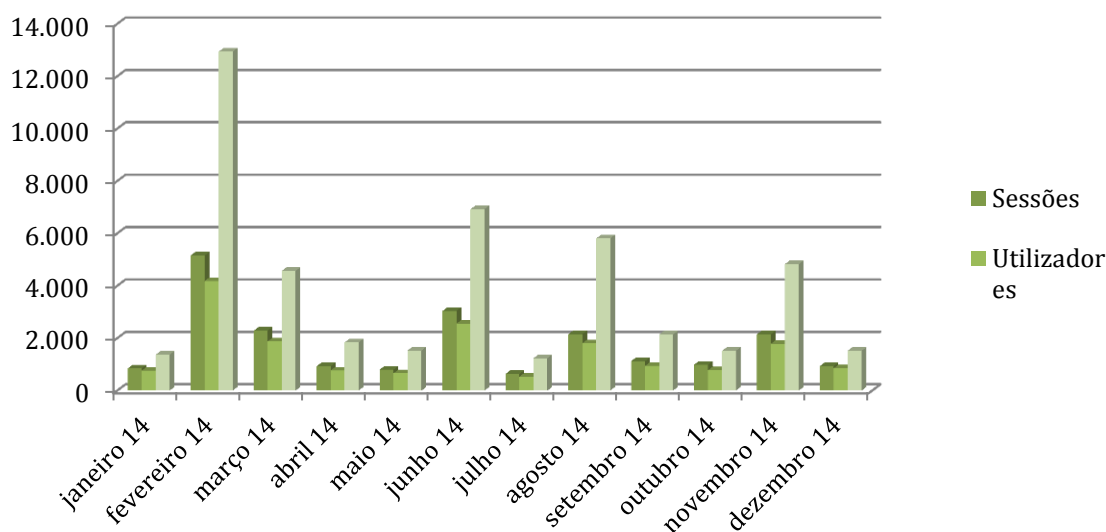


Figura 42 - Evolução dos indicadores de visualizações da FCT Newsletter (sessões, utilizadores e *pageviews*) em 2014

(Fonte: *Google Analytics*; junho 2015)

O número da FCT Newsletter que recebeu mais visitas (com base no indicador *pageviews*) foi o de fevereiro 2014 (nº8), sendo este também o número contendo os dois artigos mais consultados: o [Editorial](#) e [Plano de reforço de recursos humanos para I&D](#) (Tabela seguinte).

O ponto de entrada na FCT Newsletter é a *homepage*, correspondendo a 33% das visualizações de páginas (*pageviews*). Os dados sugerem que as notícias sobre financiamentos e iniciativas diretas da FCT são de mais interesse para os leitores, sendo as notícias sobre investigação científica de menor interesse. Efetivamente, a primeira notícia desta classe surge em 6º lugar.

Tabela 33 - Páginas da FCT Newsletter mais visitadas durante o ano 2014 (Fonte: *Google Analytics*; junho 2015)

Página	Pageviews 46.217 (100%)	Tempo Médio na Página
1 /	15.097 (32.67%)	01:14
2 /plano-de-reforco-de-recursos-humanos-para-id/	3482 (7.53%)	02:57
3 /editorial-n8-2/	2281 (4.94%)	02:08
4 /calendario/	1990 (4.31%)	00:47
5 /novo-conselho-diretivo-da-fct-tomou-posse/	741 (1.60%)	01:02

6	/investigacao-nacional-identifica-farmaco-promissor-no-tratamento-da-doenca-de-machado-joseph/	685 (1.48%)	02:47
7	/categorias/artigos/	664 (1.44%)	00:35
8	/programas-de-doutoramento-fct-uma-aposta-nas-parcerias/	625 (1.35%)	01:18
9	/os-conselhos-cientificos-da-fct/	594 (1.29%)	01:44
10	/fundos-para-a-ciencia-em-2014-2020-duplicam/	591 (1.28%)	01:34

Notícias online

A secção Notícias do *website* FCT reúne notícias breves sobre iniciativas da FCT e investigação financiadas pela FCT, com o objetivo de dar destaque aos investigadores, equipas e instituições que contribuem para o avanço da ciência e da tecnologia em Portugal. Esta área tem as seguintes características: atual e regular, informativa, transparente, com conteúdos breves e bilingues, elaborados numa linguagem jornalística e especificamente para *online*.

Em 2014 foram publicadas [48 notícias](#) (média de 4/mês): 23 com origem na FCT; 25 com origem externa à FCT (resultados de investigação científica apoiada pela FCT, prémios e nomeações para investigadores portugueses).

8.4. Gestão Documental (Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia)

A gestão da documentação da FCT é da responsabilidade do grupo de Gestão Documental e Arquivo integrado na Divisão de Apoio Técnico e Gestão Documental (DATGD).

O grupo assume funções de gestão, desenvolvimento e implementação de meios e mecanismos de gestão documental e de inventariação, preservação e disponibilização do património documental e bibliográfico da FCT.

Gestão Documental

Esta área de intervenção visa assegurar o funcionamento de um sistema de arquivo, nomeadamente em termos de coordenação do Serviço de Expediente, do acompanhamento do funcionamento do Sistema Eletrónico de Gestão de Arquivo (SEGA), da elaboração e aplicação de documentos técnicos de apoio à gestão documental e da gestão de depósitos.

i) O Sistema Eletrónico de Gestão de Arquivo

O SEGA, Sistema Eletrónico de Gestão de Arquivo da FCT tem por objetivo armazenar, preservar e recuperar os documentos de arquivo produzidos e recebidos na FCT. Durante o ano de 2014 foi dada continuidade ao apoio na utilização do SEGA, nomeadamente através de sessões de apresentação a novos funcionários ou a funcionários que passaram a ter um papel mais ativo e constante na utilização

do Sistema. Foi também dado apoio pontual à recuperação de informação, nomeadamente na pesquisa de documentos eletrónicos, a pedido dos utilizadores.

No final do ano de 2014, e no seguimento do projeto de desmaterialização do Departamento de Formação de Recursos Humanos (DFRH) e implementação de um sistema de Gestão de Clientes, o CRM, foi dado novo impulso à utilização do SEGA neste Departamento. Toda a correspondência que entra no Serviço de Expediente com destino ao DFRH é classificada e arquivada no SEGA, estabelecendo relação automatizada com o CRM, para tratamento e gestão do processo. Para esta situação em concreto o SEGA assume apenas características de repositório documental.

Ainda com o propósito de rentabilizar a utilização do SEGA, foram identificados e postos em funcionamento novos mecanismos de pesquisa, nomeadamente no Serviço de Expediente, e foram implementadas algumas melhorias no modo de funcionamento do SEGA.

ii) Nova versão do Plano de Classificação

No que respeita a documentos técnicos de apoio à gestão documental foi concluída uma nova versão do Plano de Classificação da FCT, de acordo com a Macroestrutura Funcional, ferramenta em desenvolvimento pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB). Esta revisão incluiu a integração de novas funções da FCT, como foram os casos das funções e atribuições da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento e da FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional, transferidas para a FCT após a extinção destes dois organismos. Como previsto, o Plano de Classificação foi entregue à DGLAB, para aprovação, em julho de 2014.

iii) Plano de Preservação Digital

Em termos de preservação digital e, quanto ao processo de elaboração de um Plano de Preservação Digital para a FCT cumpriu-se o previsto para 2014, ou seja, o envio de uma 1ª versão à DGLAB, para aprovação à entidade que coordena a elaboração deste documento, em outubro de 2014. Enquadra-se neste projeto a identificação e caracterização de todos os sistemas de informação da FCT que contenham dados produzidos no âmbito da gestão da sua atividade (gestão de processos de negócio, gestão corrente, gestão de informação técnica e científica relativa ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional) ou que estejam organizados de forma estruturada, frequentemente armazenados em bases de dados ou sistemas de bases de dados relacionadas, e ainda que estejam integrados num sistema de arquivo. O documento estará terminado após elaboração de uma proposta de planeamento de estratégia de preservação da informação em formato digital, a qual resultará de um trabalho realizado conjuntamente pelo GDA e por membros da Informática da FCT.

iv) Acesso e consulta a documentos do ACT

O acesso e a consulta de documentos por parte dos Departamentos da FCT são muito frequentes, procurando sempre dar-se resposta com a celeridade necessária à gestão dos processos de negócio da instituição. De forma resumida, o número de pedidos foram os seguintes, agregados por unidade orgânica:

Tabela 34 - Proveniência de pedidos de documentação interna no ano de 2014

Proveniência	Número de pedidos	Número de pastas
DSRICT	10	22
DFRH	23	76
DPP	9	21
DGRH	22	77
DGA	1	1
GT	1	1
Total	66	198

v) Transferências de pastas dos Departamentos

Foram efetuadas transferências de documentação para depósito, dando-se resposta às necessidades dos Departamentos, e tendo em conta o espaço disponível em depósito. Estas transferências implicam uma preparação prévia da documentação, nomeadamente a etiquetagem sequencial das pastas a transportar, garantindo a ordem das mesmas, o acompanhamento do processo de transferência e a elaboração de uma guia de remessa (registo/instrumento de controlo necessário para o GDA e de grande utilidade para os departamentos remetentes de documentação, para eventual recuperação de informação). De forma resumida, apresentamos o número de pastas (e respetiva metragem) transferido e agregado por unidade orgânica:

Tabela 35 - Número de pastas transferidas para depósito no ano de 2014

Transferências dos Departamentos		
Proveniência	Nº de pastas	Metros lineares
DSRICT	679	61,11
DPP	1659	149,31
DGA	399	35,91
DSI	99	8,91
GPPQ	68	6,12
DRI	20	1,8
Total	2924	263,16

vi) Transferências entre depósitos

Foram também efetuadas transferências de documentação entre depósitos. Para o depósito do Pendão (Queluz) transportou-se documentação que será eliminada após o cumprimento do prazo de conservação administrativa legalmente definido com médias de consulta muito reduzidas por parte dos serviços e que será para eliminar; e em sentido inverso, ou seja, do Pendão para o depósito na Av.

D. Carlos I, foi transferida documentação de conservação permanente, de forma a ser dado o respetivo tratamento arquivístico.

Tabela 36 - Transferências entre depósitos, D. Carlos I – Pendão, no ano de 2014

Transferência da D. Carlos I para o Pendão	
Produtor / Função	Nº pastas
ICCTI e GRICES	712
Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI	38
Instituições de I&D	134
Serviço de Informação e Documentação	35
Projetos de I&D	201
FACC	3
Gestão de recursos humanos	3
Total de pastas	1126

Tabela 37 - Transferências entre depósitos, Pendão – D. Carlos I, no ano de 2014

Transferência do Pendão para a D. Carlos I	
Arquivo do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC)	1989
Processos de financiamento FACC e DPP (JNICT e FCT)	584
Arquivo da Comissão Permanente INVOTAN	254
Total de pastas	2827

vii) Serviço de Expediente

Relativamente ao funcionamento do Serviço de Expediente, o Grupo de Gestão Documental e Arquivo deu apoio diário na verificação e encaminhamento do correio registado. Sempre que necessário, a equipa do Serviço de Expediente foi reforçada com o objetivo de cumprir o estabelecido em termos de objetivos diários para tratamento da correspondência.

O tratamento de todo o correio, isto é, das entradas e das saídas (digitalização, preenchimento de meta informação e encaminhamento para os serviços) é feito por unidade orgânica, sendo que a distribuição do trabalho pelos membros da equipa do expediente é feita, também, por unidade orgânica.⁸

⁸ Excetua-se o correio do DSRICT que é tratado por técnicos do próprio Departamento

Durante o ano de 2014, o tratamento do correio do DFRH voltou a ser efetuado no Serviço de Expediente, voltando a ser, como convém, um serviço centralizado na FCT.

Em termos de valores, registámos o seguinte número de entradas e saídas de correspondência tratada no Sistema Eletrónico de Gestão de Arquivo, em 2014:

Tabela 38 - Número de registos tratados pelo SEGA no ano de 2014

Tipo de registo	Nº de registos
Nº registos de correspondência entrada	42.834
Nº registos de correspondência saída	11.828
Total de registos	54.662

Tratamento de arquivo histórico

Uma atividade permanente do Arquivo de Ciência e Tecnologia é a de assegurar a estrutura de atendimento ao público, dando resposta aos pedidos externos de consulta ou pedidos de informação, quer sejam presenciais ou através de *e-mail*.

Relativamente ao tratamento de documentação de arquivo histórico, deu-se continuidade à elaboração do inventário, disponibilizado em <http://arquivo.fct.pt/>. Os fundos mais representativos pela dimensão e importância são os da JNICT e FCT, aos quais continua a ser dada prioridade na descrição e inventariação.

Em traços gerais foram feitas as seguintes intervenções:

- Conclusão do tratamento e disponibilização *on-line* do inventário do fundo do Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI - <http://arquivo.fct.pt/details?id=9581>
- Conclusão do tratamento e descrição do conjunto documental relativo à avaliação e financiamento de unidades de investigação da JNICT e da FCT, até 2002 <http://arquivo.fct.pt/details?id=17451> e <http://arquivo.fct.pt/details?id=15679>
- Continuidade no tratamento e organização da documentação produzida pela Direção da JNICT e pelo Conselho Diretivo da FCT, tendo sido identificadas as séries produzidas por cada um destes órgãos
- Início do tratamento e organização da documentação produzida pelo Instituto Nacional de Investigação Científica – INIC (1976-1992)
- Continuação do tratamento e organização dos processos de bolsas da JNICT e da FCT. Os processos descritos correspondem a bolsas atribuídas a partir do ano de 1978 até 1996

- Reavaliação, constituição de novas séries e melhoria da organização e descrição das séries documentais produzidas pelo Serviço de Informação e Documentação (SID), considerando o surgimento de mais documentação produzida pelo SID
- Aplicação do Relatório de Avaliação de Massas Acumuladas II, tendo sido feita seleção documental para eliminação.

Em termos de infraestrutura informática foi feito o *upgrade* do sistema *Digitarq* para o *Archeevo*, pelo facto do primeiro ter sido descontinuado.

A nível de infraestruturas físicas de acondicionamento de arquivo foram adquiridas 39 estantes amovíveis, reforçando o depósito em termos de capacidade. Esta aquisição permitiu a transferência da totalidade da documentação de arquivo depositada no armazém em Queluz.

Campanha de doação de edições científicas do ex-INIC, ex-JNICT e FCT

Durante o ano de 2014 foi lançada uma campanha de doação de obras do catálogo de edições pertencente à FCT, conforme o plano calendarizado em janeiro de 2014.

A iniciativa de doação de obras do catálogo de edições da FCT prendeu-se com a necessidade de escoamento dos *stocks* existentes para recuperação de espaço físico no Arquivo de Ciência e Tecnologia, nas instalações da Avenida D. Carlos I e no depósito da Fundação no Pendão, Queluz, tendo em vista uma gestão racional dos espaços em questão bem como dos fundos de edições que foram produzidos e acumulados pelas instituições que antecederam a FCT e dos quais esta se tornou legatária, o INIC e a JNICT. A campanha de doação de edições enquadrou-se do mesmo modo num propósito de revalorização de um acervo bibliográfico de cultura portuguesa, contribuindo para a sua divulgação junto de potenciais interessados, investigadores ou público em geral.

A campanha iniciou-se em 4 de fevereiro de 2014, com o envio de convite à manifestação de interesse no catálogo bibliográfico, numa primeira fase, direcionado a colaboradores internos da FCT. Numa segunda fase da campanha foi feito um convite à manifestação de interesse enviado a entidades do universo de bibliotecas e centros de documentação de estabelecimentos de ensino superior, de laboratórios, outras entidades de investigação públicas e privadas e bibliotecas municipais nacionais.

No total foram distribuídas 8286 obras.

Tabela 39 - Número de obras doadas no ano de 2014

Destinatários	Nº de obras
Bibliotecas e Centros de Documentação	6582
Colaboradores FCT	1596
Pedidos externos de particulares	108
Total	8286

No decurso deste processo foi formada uma coleção bibliográfica das obras do catálogo INIC/JNICT/FCT, constituída por três exemplares dos cerca de 500 títulos que compõem a coleção, e que agora integram o património documental da FCT.

Foi também efetuada a reintegração de milhares de exemplares destas obras (cerca de 5 mil) vindas da Imprensa Nacional Casa da Moeda, por solicitação de devolução das edições que aquela instituição tinha em armazém, por deter os direitos de comercialização.

Biblioteca de Ciência e Tecnologia

Durante o ano de 2014 foi dada continuidade à catalogação da biblioteca da FCT, com campos de meta informação normalizados segundo a norma UNIMARC. Em termos de sistema foi feita a migração, a partir do *excel*, para um sistema informático de catalogação, o *Koha*, que respeita todas as normas em termos de catalogação tendo sido de imediato feita a disponibilização *online* deste catálogo. Este sistema permitirá a interoperabilidade com outros sistemas a nível internacional, nomeadamente o *WorldCat*. Foram concluídos os 900 registos previstos para o ano de 2014.

Divulgação e dinamização do Arquivo de Ciência e Tecnologia

No âmbito das atividades de divulgação e dinamização do Arquivo foram planeadas e realizadas as seguintes atividades:

i) Criação do Website www.act.fct.pt

Em 2014 foi criado o *website* do Arquivo de Ciência e Tecnologia, um lugar de encontro de cientistas, historiadores e amigos da ciência em Portugal.

Lançado em outubro de 2014 com o objetivo de ser um espaço dedicado à história da ciência em Portugal. A iniciativa confirma um objetivo enunciado em 2011, com a inauguração do próprio Arquivo de Ciência e Tecnologia e a promoção da herança documental à guarda da FCT. A criação deste *website* como forma de valorização e divulgação do património documental da FCT, um património único e incontornável para a história da atividade científica em Portugal no século XX.

O objetivo é que o *website* venha a crescer e a ser enriquecido com novas fontes documentais relativas à atividade científica em Portugal, colaborando para desenvolver os estudos sociais das ciências. Aproximar cientistas, estudiosos das ciências, professores e alunos, enfim, todos os cidadãos interessados nessas matérias, facilitar a recriação das memórias das políticas de gestão de C&T e contribuir para fortalecer o trabalho em rede, procurando ser um contributo para a construção e a reconstrução da identidade das ciências em Portugal. Disponível em www.act.fct.pt.

ii) Eventos

Organização do Encontro Arquivos Científicos, numa parceria com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo

decorrido na FCSH, em Lisboa, nos dias 4 e 5 de julho de 2013. O evento contou com a presença de cerca de 150 participantes, entre os quais 50 apresentaram comunicação.

Mais informação em <https://arquivoscientificos.wordpress.com/>

Organização da Semana Aberta no Arquivo de Ciência e Tecnologia, 16 a 20 de junho de 2014. No âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Arquivos, que se comemora a 9 de junho, o ACT promoveu uma Semana Aberta com visitas ao Arquivo e a realização de uma palestra, por Maria Fernanda Rollo.

Mais informação em <http://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/Semana-aberta-ACT-16-a-20-junho-2014.pdf>

iii) Apresentação de comunicações

- *Os Sistemas de Informação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: contributo para uma perspetiva integrada da gestão da informação*, Encontro Internacional de Arquivos – Da Produção à Preservação Informacional: Desafios e Oportunidades, Arquivo Municipal de Loulé, CIDEHUS (UE), Centro Hospitalar do Algarve, Arquivo Municipal de Olhão, Universidade de Évora, 3 e 4 de outubro de 2014, por Paula Meireles e Madalena Ribeiro
- *O Arquivo de Ciência e Tecnologia*, Encontro Arquivos Científicos, Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL e Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, FCSH, Lisboa, 3-4 de julho de 2014, por Paula Meireles e Madalena Ribeiro
- *Conhecer a Junta de Energia Nuclear através do Arquivo*, Encontro Arquivos Científicos, Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL e Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, FCSH, Lisboa, 3-4 de julho de 2014, por Catarina Cândido
- *Projeto de tratamento do Arquivo de Ciência e Tecnologia*, História e Memória do Desporto – *Workshop* no Comité Olímpico de Portugal, Lisboa, 10 de abril de 2014, por Cátia Matias Trindade e Pedro Casquinha dos Santos.

iv) Publicações

- “Arquivos de Ciência: memória e história da organização da Ciência em Portugal” in Revista Electrónica de *Fuentes y Archivos*, nº 4, 2013, Córdoba – República Argentina, ISSN 1853-4503, Maria Fernanda Rollo, Paula Meireles, Madalena Ribeiro e Tiago Brandão
- Produção de artigos de divulgação do arquivo, para a *FCT Newsletter* – divulgação de Ciência e Tecnologia:
 - *Os primeiros programas de doutoramento em Portugal*, nº8, fevereiro 2014
 - *Os arquivos e a ciência: à conversa com Henrique Leitão*, nº9, maio 2014
 - *Encontro promove debate sobre Arquivos Científicos*, nº10, julho 2014
 - *O espólio de um cientista português – David Ferreira*, nº11, outubro 2014.

Nota Final

Durante o ano de 2014 o grupo de Gestão Documental e Arquivo procurou ver cumpridos os objetivos a que se havia proposto no início do ano, tendo estes sido totalmente concretizados, concorrendo ativamente para o melhor desempenho organizacional da FCT. Mas mais do que isso, poder contribuir para a criação de valor interno e externo, fazendo da Fundação mais do que uma agência financiadora, mas também produtora de conhecimento, a partir da dinamização do património documental que esta tutela, sem deixar de cumprir o seu papel como serviço de referência na gestão da informação e da documentação.

8.5. Cooperação em áreas estratégicas

8.5.1. Gabinete do Espaço 2014

O Gabinete do Espaço tem como principal missão explorar os benefícios da participação nacional nos programas espaciais Europeus, nomeadamente nos programas da ESA – *European Space Agency*. Concretamente, cabe ao Gabinete do Espaço, promover a visibilidade e a competitividade da comunidade espacial nacional desencadeando as iniciativas que potenciem o retorno científico e tecnológico, bem como o impacto económico da sua participação nos vários programas espaciais (dentro e fora da Europa).

Em particular, compete ao Gabinete do Espaço providenciar apoio técnico ao Chefe da Delegação Portuguesa à ESA (Presidente da FCT), bem como à respetiva tutela. O Gabinete do Espaço tem também por missão estabelecer a ligação entre os vários Delegados e as tutelas envolvidas nos compromissos assumidos pelo País nos programas espaciais da ESA e da União Europeia.

O ano de 2014 foi caracterizado pela realização do Conselho Ministerial Extraordinário da ESA, que permitiu a Portugal manter o nível de participação nacional no sector espacial, contribuindo para o crescente impacto do sector no país, em termos científicos, tecnológicos e ao nível do impacto económico em geral. Com este enquadramento, o Gabinete do Espaço definiu dois objetivos operacionais no plano de atividades para 2014, visando a continuação do aumento do impacto do sector, nomeadamente através do:

- Reforço da participação portuguesa nos programas da ESA, com o objetivo de atingir as metas de retorno geográfico
- Acompanhamento e contributo para a implementação do programa de estágios Tecnológicos na ESA, sob gestão da FCT.

Em relação aos objetivos estabelecidos, ambos foram largamente atingidos, registando-se a implementação com sucesso do programa de estágios na ESA, em colaboração com o Departamento de Relações Internacionais (DRI) e o Gabinete de Tecnologia, tendo sido atribuídas oito bolsas no concurso de 2014, contribuindo para a formação avançada de recurso humanos, e facilitar a transferência de conhecimento entre os centros de I&D e o tecido empresarial.

Destaca-se também o reforço da participação portuguesa nos programas da ESA, nomeadamente ao ter sido atingido um retorno geográfico de 103% no final de 2014, e com um número significativo de entidades envolvidas, o que representou o maior nível de retorno geográfico desde que Portugal deixou de beneficiar da *Task Force*.

Tendo sido um ano em que os principais objetivos foram atingidos, importa salientar algumas das principais iniciativas e projetos no âmbito do Gabinete do Espaço.

Reunião Ministerial da ESA

O Gabinete do Espaço preparou a participação nacional na Ministerial da ESA e deu suporte à participação do Ministro da Educação e Ciência. O processo de preparação foi suportado numa extensa consulta à comunidade espacial e permitiu que Portugal reforçasse a sua participação nos programas opcionais de forma a manter o nível de contribuição nacional. Desta forma, a comunidade nacional manteve as oportunidades para aumentar a sua competitividade científica e tecnológica e afirmar Portugal como um dos países mais ativos na exploração dos benefícios do sector.

Transferência de Tecnologia e Incubadora da ESA em Portugal

Durante o ano de 2014 realizaram-se avanços significativos nos esforços de dinamização da transferência de tecnologia espacial, nomeadamente, tendo em conta que foi realizada mais um concurso e, apresentados os resultados finais, da iniciativa *Portuguese Technology Transfer Initiative* (PTTI). Esta iniciativa foi considerada um sucesso, tendo apoiado 14 projetos de transferência de tecnologia espacial para mercados terrestres, como o automóvel, a saúde, os UAVs (*Unmanned Aerial Vehicle*), entre outros.

Foi também inaugurada a primeira Incubadora da ESA em Portugal, gerida pelo Instituto Pedro Nunes que vai igualmente implementar a Plataforma Embaixadora para os programas ARTES, gerindo estes dois programas de forma sincronizada, uma iniciativa inédita da ESA. Estas iniciativas colocam Portugal na vanguarda do apoio ao empreendedorismo e inovação de base tecnológica, apoiado no investimento no sector espacial e marcando uma nova etapa na evolução do Espaço em Portugal.

Fórum do Espaço no Pavilhão do Conhecimento

No mês de novembro de 2014 o Gabinete do Espaço organizou o 5º Fórum do Espaço no Pavilhão do Conhecimento, com o apoio dos Gabinetes de Tecnologia e Comunicação. O evento reuniu a comunidade espacial nacional, com o objetivo de celebrar e divulgar alguns dos principais sucessos do sector. O fórum foi marcado pelo lançamento da primeira Incubadora da ESA em Portugal, e esteve associado à celebração dos 50 anos da colaboração Europeia no Espaço, contando com a presença do Ministro da Educação e Ciência e o Ministro da Economia.

Nas vésperas de mais uma reunião Ministerial da ESA, este evento permitiu também evidenciar os resultados e impacto da participação nacional na ESA, tendo sido organizada uma exposição com as entidades do catálogo do Espaço, de forma similar à exposição organizada no último fórum.

H2020 Espaço

Durante o ano de 2014 esteve aberta a 1ª *call* do tema Espaço do Programa Horizonte 2020, que abriu no final de 2013, assim como foi aprovado o plano de trabalho para 2015. Iniciou-se também a discussão dos planos de trabalho para 2016-2017. Devido às sinergias entre o programa de inovação da Comissão Europeia e os programas de desenvolvimento espacial da ESA, o Gabinete do Espaço deu apoio ao Gabinete de Promoção do Programa-Quadro (GPPQ) contribuindo com algumas recomendações e considerações sobre o conteúdo das propostas apresentadas pela Comissão Europeia, de forma a maximizar o retorno nacional, capitalizando o investimento já realizado para o desenvolvimento do sector.

Programa SST – *Space Surveillance and Tracking*

A nível da União Europeia (EU), vale a pena referir que em 2014 que continuaram os trabalhos no âmbito do programa de *Space Surveillance and Tracking* (SST). O Gabinete do Espaço contribuiu para a criação da *Task Force* de acompanhamento deste programa, que inclui representantes do Ministério da Defesa. Este grupo promoveu a formação de um consórcio nacional que apresentou uma proposta de participação nacional no programa, que está a ser negociada com a CE.

Observação da Terra

No que respeita à implementação do programa GMES/Copernicus, a nível nacional também vale a pena destacar o relatório final produzido entregue pelo Grupo de Trabalho de Observação da Terra (GTOT). Este grupo de trabalho foi criado com um âmbito Interministerial, com o objetivo de promover a utilização de imagens de satélite e de informação derivada, no âmbito das competências específicas dos organismos e serviços da Administração Pública. O Gabinete do Espaço participou nos trabalhos deste grupo contribuindo para capitalizar o investimento que Portugal tem vindo a realizar nos programas e iniciativas no âmbito da Observação da Terra (FCT, ESA e CE).

Tecnologia Espacial

O ano de 2014 também foi marcado pela confirmação da participação de Portugal na missão de demonstração tecnológica Proba 3, com duas tecnologia nacionais, o *Inter-Satellite Link* e uma experiência de *Rendez-vous*. A inclusão destas tecnologias nacionais na missão foi conseguida com o apoio do Gabinete do Espaço, provando perante os parceiros Europeus a maturidade tecnológica e institucional nacional, contribuindo assim para afirmação internacional das capacidades científicas e tecnológicas nacionais.

Indicadores da participação nacional nos programas da ESA

Apresentam-se de seguida alguns indicadores sobre a participação nacional nos programas espaciais da ESA. O coeficiente de retorno geográfico Português na ESA determina a capacidade das nossas empresas e instituições científicas e tecnológicas ganharem, de forma competitiva, projetos de desenvolvimento de tecnologia espacial, bem como projetos referentes ao fornecimento de serviços e produtos. A Figura abaixo apresenta a evolução temporal do coeficiente de retorno geográfico desde a

adesão de Portugal à ESA (em 2000), bem como o correspondente volume anual de contratos atribuídos a entidades nacionais.

$$\text{Coef. Retorno geográfico} = \frac{\text{valor total dos contratos adjudicados a entidades nacionais em todos os programas da ESA}}{\text{valor total ideal de contratos a adjudicar}}$$

A evolução deste indicador ao longo dos últimos 14 anos demonstra bem a capacidade competitiva do sector espacial Português suportado por uma estratégia de subscrição de programas espaciais consistente com as competências tecnológicas nacionais.

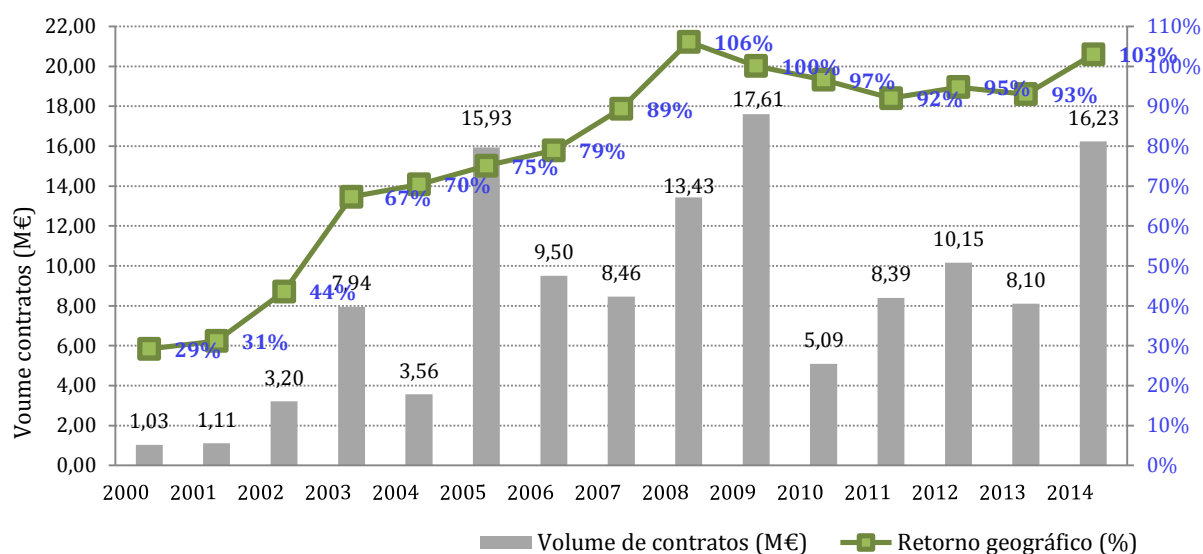


Figura 43 – Distribuição anual do volume de contratos (M€) e retorno geográfico acumulado (%) de Portugal na ESA, entre 2000 e 2014

Outros indicadores relevantes são apresentados na Tabela seguinte. Estes indicadores correspondem ao número de entidades portuguesas que participaram em atividades da ESA, ao número de bolsas de estágios tecnológicos atribuídas pela FCT e ao número de “staffs” da ESA com nacionalidade portuguesa.

Tabela 40 – Indicadores da participação nacional na ESA

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de entidades nacionais com atividade na ESA	6	10	17	28	19	22	42	31	38	30	28	28	30	34	37
Nº de bolsas de estágio atribuídas	5	1	20	13	0	9	8	11	2	8	4	9	4	10	8
Nº de “staffs” Portugueses na ESA	1	3	4	8	10	11	12	17	20	23	23	23	23	23	25

8.5.2. Gabinete Polar

A principal missão do Gabinete Polar é a de acompanhar a comunidade científica nacional que realiza as suas atividades de investigação nas regiões polares. Dadas as características geográficas muito específicas e as condições extremas e complexas onde realiza estas atividades, a comunidade científica polar, necessita de um apoio particular por parte da FCT. A intensa colaboração existente surge da necessidade de ultrapassar os constrangimentos logísticos e a partilha de meios nestas regiões inóspitas, sendo a comunidade polar, a nível internacional, apoiada pelos programas polares dos diferentes países. Tal faz com que os grupos nacionais sejam constituídos por investigadores com grande capacidade de internacionalização e as suas atividades tenham forte impacto na visibilidade internacional da Ciência feita por Portugal.

O Gabinete Polar, já no seu terceiro ano de existência, tem como objetivo afirmar-se neste cenário colaborativo ao apoiar o Programa Polar Português (PROPOLAR)⁹, com vista ao financiamento de investigação de excelência. A multiplicidade de áreas científicas com interesse em investigar nas regiões polares, particularmente nas áreas das Ciências da Vida e da Saúde e das Alterações Ambientais e ainda o facto de estas regiões constituírem laboratórios vivos, onde os processos científicos decorrem *in situ* mas com repercussões a nível global, faz com que o investimento nestas regiões seja muito frutuoso para a investigação e o desenvolvimento tecnológico, mesmo para países geograficamente distantes, como Portugal.

Descrição das atividades desenvolvidas

O Gabinete Polar continuou, em 2014, a promover a expansão da comunidade científica polar bem como a consolidação das suas atividades, em estreita colaboração com os seus Conselheiros Científicos e com a comissão de coordenação do PROPOLAR. As principais atividades neste ano centraram-se no incremento das colaborações nacionais e internacionais existentes, com vista a melhorar os mecanismos colaborativos ao dispor da comunidade científica polar, por um lado e, por outro, a consolidar a proposta de programa polar, que dotará este Gabinete de recursos mais sustentáveis e com maior grau de previsibilidade. Transversalmente, a análise da evolução das atividades desenvolvidas pelo Gabinete desde a sua criação em final de 2011 e o *feedback* da comunidade, permitiu a formulação de propostas de melhoria no seu funcionamento. Assim, considera-se fundamental assegurar um programa polar com financiamento plurianual, bem como garantir que a representação nacional nas organizações internacionais de ciência e gestão polar seja realizada de forma mais eficiente e a informação relevante partilhada de forma mais sistemática.

Campanha Polar Portuguesa 2014-15 e principais resultados

A FCT financiou, pela quarta vez consecutiva, a Campanha Polar Portuguesa para o biénio 2014-2015, no montante de 120.000 € destinado, essencialmente, a cobrir meios logísticos essenciais à realização

⁹ O Programa Polar Português (PROPOLAR) é coordenado pelo IGOT-ULISBOA, MARE-UC, IST-ULISBOA, CCMAR-UAIG e CIIMAR-UP e é uma iniciativa multi e interdisciplinar que coordena a logística inerente à realização de investigação polar nacional com programas polares estrangeiros.

de investigação científica nestas regiões. Pela segunda vez, esta Campanha foi alargada ao Ártico, região polar até então menos estudada pelos cientistas portugueses, apesar de estar geograficamente mais próxima. As equipas de investigação nacionais incrementaram colaborações, com parceiros internacionais importantes, já estabelecidos na região, como seja o Canadá.

Quanto à Campanha Antártica, componente que absorve mais recursos, dado o investimento no fretamento de voo entre Punta Arenas (Chile) e a Península Antártica, é de salientar a continuação da colaboração com importantes Programas Polares estrangeiros - Chile, Brasil, Argentina, Bulgária, Coreia do Sul, China, Espanha, Reino Unido, Uruguai e Estados Unidos da América. À semelhança das campanhas anteriores, este financiamento contribuiu para o reforço do apoio logístico nestas regiões, de forma a permitir a presença portuguesa nos pólos, atendendo a que Portugal não dispõe de bases científicas nestas regiões e ainda à oferta de voos para investigadores de outros programas polares. No âmbito desta Campanha e pelo 3º ano, o PROPOLAR lançou um concurso nacional para a apresentação de expressões de interesse para projetos polares em todas as áreas científicas para o período 2014-2015 com vista à realização de projetos de investigação com financiamento próprio em ambas as regiões polares.

O PROPOLAR tem tido uma crescente visibilidade no que respeita à contribuição logística na Antártica, em relação a Programas Polares estrangeiros estabelecidos há muitos anos, com o apoio financeiro da FCT, a par do aumento da produção científica nacional em cada Campanha Polar. Verifica-se, assim, um esforço continuado do PROPOLAR em capitalizar o financiamento anual proporcionado pela FCT, com grande retorno para a comunidade científica nacional. A comunidade nacional tem também apostado em cooperar com países estratégicos de forma a otimizar os recursos nacionais aplicados na investigação polar. Assim, Portugal tem privilegiado a cooperação com países que produzem ciência de excelência (como os EUA, Reino Unido ou Espanha) e com os países que dispõem de maior capacidade logística (como o Chile, a Argentina e a Coreia).

Adesão de Portugal ao Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção ao Meio Ambiente (Protocolo de Madrid)

Na sequência da adesão de Portugal ao Tratado para a Antártida em janeiro de 2010, o Gabinete Polar, em estreita colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, instruiu o processo para aprovação da adesão de Portugal ao Protocolo de Madrid. A ratificação deste documento por Portugal realizou-se em outubro de 2014. Esta adesão é de extrema importância para o reposicionamento da presença de Portugal na região Antártica, ao efetivar o compromisso nacional no cumprimento deste instrumento jurídico internacional vinculativo e obrigatório, no que respeita à proteção ambiental em todas as atividades de investigação realizadas nesta região.

Portugal tem representação nacional nas *Antarctic Treaty Consultative Meetings* (ATCM) desde 2013, assegurada pela FCT através do Gabinete Polar. As ATCM são as reuniões anuais dos países que aderiram ao Tratado para a Antártida. Com a adesão ao Protocolo de Madrid, o Gabinete Polar fez a proposta de nomeação do representante nacional ao Comité de Proteção Ambiental (CEP- *Committee for Environmental Protection*) em dezembro de 2014.

Memorando de Entendimento (MoU) entre o Instituto Antártico Chileno (INACH) e a FCT

As colaborações dos últimos anos entre o Chile e Portugal em matéria de cooperação em investigação polar têm sido bastante frutuosas, pelo que os dois países consideraram ser importante formalizar esta cooperação através da assinatura de um MoU nesta temática. A assinatura deste memorando ocorreu em outubro de 2014, por ocasião da visita do Diretor do INACH a Portugal para participar na Conferência de Ciências Polares de 2014, este ano dedicada ao tema "Do Ártico à Antártida: Desafios e Perspetivas da Ciência e Educação Polares em Portugal".

Protocolo de Colaboração entre o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e a FCT

Com a crescente atividade de investigação nas regiões polares, particularmente na Antártida, tornou-se necessário implementar o sistema de inspeções médicas aos investigadores que se deslocam a esta região, em cumprimento das regras do Tratado para a Antártida. Assim, em outubro de 2014, foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre o IPDJ-Centro de Medicina Desportiva de Lisboa e a FCT. O Centro de Medicina Desportiva de Lisboa assegurará a certificação de inspeção médica e lecionará o curso de primeiros socorros aos investigadores, previsto em todas as Campanhas.

Consolidação da proposta de Programa Polar

Durante 2014, o Gabinete Polar continuou a desenvolver o desenho da estratégia de apoio da FCT ao PROPOLAR e à comunidade científica pola nacional. Dado o carácter particular das atividades desenvolvidas, o financiamento da FCT para a investigação polar tem sido concedido através da apresentação anual da proposta de Campanha Polar pelo PROPOLAR e o orçamento é proveniente dos Apoios Especiais gerido pelo Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC). Considerando, no entanto, os pressupostos abaixo, a criação de uma linha programática específica para a investigação polar deverá acontecer a breve prazo e deverá ser implementada de forma a assegurar uma gestão e coordenação mais eficientes da estrutura de investigação polar atualmente existente:

- A regularidade das campanhas polares, que já se realizam este ano pela quarta vez consecutiva
- O aumento de solicitações por parte da comunidade científica para que as atividades do PROPOLAR sejam continuadas de forma regular e com previsibilidade a médio prazo
- A ausência de outros mecanismos de financiamento da FCT em sede de concurso competitivo para apoiar estas iniciativas temáticas (financiamento de meios logísticos que permitem a realização de atividades de investigação científica).

Este programa pretende assegurar o desenvolvimento de atividades, particularmente de carácter científico, nas regiões polares pela comunidade científica polar nacional, apoiando e enquadrando a implementação de estruturas e instrumentos que capacitem este objetivo. Pretende ainda implementar uma sólida rede polar nacional de ID, assegurar a representatividade nacional em organizações científicas e de gestão de ciência polar internacionais, promover e reforçar a cooperação institucional nacional e internacional, a cooperação das instituições científicas nacionais com o tecido empresarial/industrial e fomentar a disseminação, divulgação e a realização de ações educativas das atividades desenvolvidas no seu âmbito. Será ainda de salientar que a definição e a implementação de um Programa Polar constituirá valor acrescentado, em termos da avaliação de propostas e do retorno

do financiamento português, para futuras candidaturas da comunidade científica polar nacional, das Instituições de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, da FCT e de outras entidades, a instrumentos de financiamento europeu. Espera-se que o trabalho desenvolvido pelo Gabinete Polar durante 2014 na consolidação desta proposta tenha resultados positivos durante o primeiro semestre de 2015.

Outras atividades relevantes

O Gabinete Polar continuou a prestar em 2014, acompanhamento e apoio financeiro à comunidade científica polar para participação em reuniões, *workshops* e conferências internacionais em matérias científicas relativas às regiões polares, tendo ainda assegurado o pagamento de quotas de Organizações internacionais científicas e de gestão polar, além da manutenção da Bolsa de Gestão de Ciência e Tecnologia afeta ao desenvolvimento do PROPOLAR.

8.6. Estudos e Estratégias de I&D&I (Gabinete de Estudos e Estratégia)

O Gabinete de Estudos e Estratégia (GEE), criado através do Despacho nº 34/2012/CD de 9 de novembro de 2012, enquadra-se na missão da FCT, nomeadamente, nos termos do nº 1 do Art.º 3º do Decreto-Lei nº 55/2013, de 17 de abril, nas suas atribuições de coordenação e articulação das políticas públicas em Ciência e Tecnologia (C&T).

O GEE tem como missão a realização e a promoção de estudos, de carácter genérico e temático, que produzam evidência para apoio à formulação de estratégias nacionais e de atuação programática e, ainda, para a avaliação de programas e políticas, bem como do seu impacto. Assim, através do GEE, a FCT desenvolve as suas competências de estudo e de análise de impactos e prospetiva, visando constituir-se como um espaço dinamizador da articulação das diferentes valências de conhecimento da FCT nas políticas públicas de Investigação e Inovação (I&I), bem como com outros organismos nacionais e internacionais neste âmbito.

Assim, a este Gabinete estão atribuídos, nomeadamente, os seguintes objetivos estratégicos:

- Contribuir para a elaboração de estratégias para a investigação e inovação, como *input* para a estratégia nacional
- Avaliar o impacto dos programas de financiamento
- Articular a reflexão com outros organismos públicos e privados nacionais e internacionais
- Acompanhar e coordenar as atividades da representação da FCT na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE)
- Contribuir para a reflexão e estudo da estratégia de atuação de Portugal no quadro do Espaço Europeu de investigação e das políticas de investigação e inovação europeias
- Elaborar estudos temáticos a pedido do Conselho Diretivo
- Acompanhar a eventual criação de grupos de peritos de alto nível, quando tal seja importante para a prossecução da missão da FCT

- Preparar o lançamento de edições, conferências e outras iniciativas que promovam o envolvimento da comunidade científica e dos atores relevantes na reflexão sobre as políticas de ciência e tecnologia.

Atividades realizadas em 2014

Desenho da Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI)

Por Despacho do Secretário de Estado da Inovação e Empreendedorismo e da Secretária de Estado da Ciência, foi criado em 2013 um Grupo de Trabalho para a formulação da ENEI envolvendo a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., com o apoio da AdI – Agência de Inovação, S.A. e do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. O GEE coordenou as atividades da FCT no desenho da Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente.

Tratou-se de um exercício que requereu intenso trabalho de cooperação entre as entidades constituintes do Grupo de Trabalho acima mencionado e que beneficiou ainda de cooperação e diálogo muito profícuo com outros ministérios, nomeadamente da Agricultura e Mar; Ambiente, Energia e Ordenamento do Território e da Justiça (INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial). O alinhamento da Estratégia Nacional com as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional e com representantes das Regiões Autónomas teve lugar no âmbito do Grupo de Trabalho alargado coordenado pelo Gabinete do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

A Estratégia correspondeu igualmente a uma condicionalidade *ex-ante* para o objetivo 1.1 da Competitividade e Internacionalização dos acordos de parceria da Comissão Europeia com os Estados Membros, no âmbito da Política Regional e de Coesão da União Europeia, e portanto condicionalidade do Acordo de Parceria Portugal 2020. A análise SWOT elaborada pela FCT foi também usada para cumprir a condicionalidade *ex-ante* desse objetivo referente à existência de uma análise SWOT do Sistema Nacional de I&I.

Com base no diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação, e na sua análise SWOT, finalizados em 2013 e com base nas jornadas de reflexão estratégica de auscultação de *stakeholders* para a identificação dos temas de especialização inteligente, foi formulada a Estratégia pelos elementos do Grupo de Trabalho, durante o período que medeia o final de 2013 e dezembro de 2014.

Em janeiro de 2014, foi submetida com a proposta do Acordo de Parceria, Portugal 2020, a primeira versão incompleta da Estratégia de I&I. Esta versão era composta pela Estratégia Nacional e as sete Estratégias Regionais, e ainda a componente do alinhamento temático, do *policy-mix* e da governação e monitorização.

Em maio de 2014 foi concluída a segunda versão da ENEI, com a incorporação das versões finais dos capítulos: Capítulo IV - A articulação das políticas públicas ENEI (*policy-mix*); Capítulo V- Monitorização e Avaliação e Capítulo VI – Governação. Durante o mês de junho de 2014 procedeu-se à consulta pública da ENEI junto dos principais órgãos de aconselhamento do Sistema de I&I e das

políticas públicas de I&I, bem como às principais entidades executoras de I&DT. O GEE apresentou ainda a proposta de Estratégia a todos os Conselhos Científicos da FCT, por indicação da Direção da FCT, para sugestões de alteração.

Após a receção dos comentários e recomendações, a ENEI foi alterada para incluir as principais recomendações recebidas, nomeadamente quanto à necessidade de alinhamento em todas as dimensões com as Estratégias Regionais transformando-se em Estratégia multinível. Nos meses seguintes foi definido que a ENEI seria não só a Estratégia Nacional mas a resultante do alinhamento com as Estratégias Regionais em todas as dimensões.

A versão final resultante da inclusão desses comentários e do alinhamento com as estratégias regionais foi aprovada por Despacho Conjunto dos três membros do Governo que tutelam esta área

(ver: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/EstrategiasEInteligente/Despacho%20SEDR%20RIS3.pdf>).

Na sequência do pedido da Comissão Portugal 2020, foi ainda elaborado o Documento de Trabalho '*Orçamentação da Estratégia Nacional de Investigação Inteligente 2014-2020*', pela FCT (GEE com a colaboração do Departamento de Relações Internacionais), com o apoio da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC) e do IAPMEI.

Finalização das Jornadas de Reflexão Estratégica conducentes à Elaboração da ENEI

A formulação da Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma especialização inteligente (ENEI) foi precedida da organização de seis jornadas de Reflexão Estratégica realizadas na sua generalidade em 2013, com exceção do último evento desta série, o *workshop* "Inovar, Proteger e Comercializar o Conhecimento", que decorreu a 9 de janeiro de 2014, em Lisboa. Este *workshop* foi uma coorganização da FCT em colaboração com o INPI Instituto Nacional da Propriedade Industrial e com o Grupo de Trabalho da Especialização Inteligente (que para além da FCT integra o IAPMEI, a AdI e o Compete), (ver para mais informação: https://www.fct.pt/esp_inteligente/jornadas.phtml.pt; http://www.fct.pt/esp_inteligente/docs/Programa_INOVAR.pdf). O objetivo principal foi identificar as potencialidades e dos bloqueios relativos à proteção e à comercialização do conhecimento, a visão e os desafios que se colocam no período 2014-2020, bem como os instrumentos e medidas de política pública necessários para fazer face às falhas identificadas.

Tradução para inglês do Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação

Durante o ano de 2014, o Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação – Desafios, forças e fraquezas rumo a 2020", enquanto estudo internacionalmente comparado da evolução do Sistema de I&I português, foi traduzido para inglês por um especialista e revisto pelos autores dos diferentes capítulos. Foi elaborada uma versão impressa e foi igualmente colocado *online* (Ver http://www.fct.pt/esp_inteligente/diagnostico.phtml.en)

Indicadores de monitorização da Estratégia de I&I para uma Especialização Inteligente e do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

O Gabinete de Estudos e Estratégia participou na definição dos indicadores de monitorização para o PO da Competitividade e Internacionalização e elaborou as séries temporais desses indicadores desde 2000.

O GEE iniciou ainda em 2014 um projeto, a pedido do Portugal 2020, com o objetivo de delinear e consolidar a correspondência entre domínios científicos e prioridades da ENEI. O projeto tem em vista o delineamento dos *clusters* de conhecimento associados às prioridades temáticas da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI), para incorporar os efeitos multidisciplinares que cada temática tem para a sua abordagem relacional com os domínios científicos. O fim último deste projeto é a definição dos indicadores de monitorização dessas prioridades até 2020.

Neste projeto participam, para além da FCT/GEE, a Direção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), a Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) e a Universidade de Lisboa, através do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). O IFRIS – *Institut Francilien Recherche Innovation Société* apoia o desenvolvimento teórico e experimental deste projeto.

O GEE participou ainda na preparação de uma proposta para um projeto, a submeter no quadro do programa INTERREG, que incide sobre aprendizagem mútua de monitorização das estratégias de especialização utilizadas por várias regiões na Europa, com base em “*gap analysis*”.

Ponto Focal para a OCDE

O GEE tem desempenhado o papel de ponto focal para a OCDE através da dinamização da participação nacional nos diferentes comités, nomeadamente através da criação de espaços de partilha de informação e coordenação entre os diferentes delegados. Durante o ano de 2014 realizaram-se duas reuniões plenárias com os delegados nacionais na vertente C&T. Estas reuniões visaram, de acordo com o previsto, a preparação das reuniões do Comité de Política Científica Tecnológica da OCDE (CSTP), da Primavera (a reunião de delegados realizou-se em 3-03-2014) e do Outono (a reunião de delegados realizou-se em 14-10-2014).

Por outro lado, foi promovida a participação da FCT em projetos e estudos no âmbito do Comité de Política de Ciência e Tecnologia da OCDE e dos Grupos de Trabalho associados, para maior visibilidade das políticas e do sistema nacional de I&I, nomeadamente através:

- Elaboração de uma ‘*Country Note*’ pelo Departamento da Sociedade de Informação da FCT para o projeto <https://www.innovationpolicyplatform.org/open-science-oecd-project>
- Preparação da Conferência Ministerial do CSTP, que se realiza em outubro de 2015, na Coreia do Sul
- Participação no projeto “*The Future of the Ocean Economy: Exploring the prospects for emerging ocean industries to 2030*”, inserido no Programa *Futures* do *Directorate for Science, Technology and Industry*. A FCT participa neste projecto em colaboração com a Direcção Geral da Política do Mar e com a Fundação Calouste Gulbenkian. Estas três organizações iniciaram, em

colaboração com a OCDE, os trabalhos de preparação de um *workshop* sobre Ordenamento Marítimo e Monitorização do Oceano cuja realização está prevista para junho de 2015

- Participação no Exame do CAD/OCDE à Política de Cooperação Portuguesa
- Participação com dois oradores nacionais no '*Joint Stakeholders and Expert Meeting on the Knowledge Triangle Project (2015-2016)*' <https://www.innovationpolicyplatform.org/oecd-working-party-innovation-and-technology-policy-tip>
- Participação do GPPQ no '*In-depth Review of Energy Policies*'
- Elaboração da resposta ao STI *Outlook 2014*, em colaboração com o IAPMEI
- Participação no Relatório '*Promoting Research Excellence*' com um estudo de caso sobre Portugal' publicado em fevereiro de 2014 (ver <http://www.oecd.org/sti/sci-tech/promoting-research-excellence.htm>).

Espaço Europeu de Investigação

Nesta área, o GEE colaborou nas atividades seguintes:

- Participação na posição e contribuição portuguesa para o *draft* do '*ERA Road-Map*' nomeadamente quanto à prioridade 1
- Participação na elaboração da tomada de posição da *Science Europe* sobre a *ERA Priority 1 - More effective Research Systems*
http://www.scienceeurope.org/uploads/PublicDocumentsAndSpeeches/SE_Pos_ERA_WEB.pdf
- Participação na elaboração da posição portuguesa sobre o *ERA Progress Report 2014*
- Participação na análise do Relatório *Portugal ERAWATCH Country Report 2013*
- Participação na análise do *IU Country Profile Portugal 2014*
- Colaboração com Espanha (a nível do MINNECO), em articulação com o Departamento de Relações Internacionais (DRI) da FCT no referente ao alinhamento de áreas prioritárias na Península Ibérica.

Análise do percurso dos investigadores contratados pelos Programas CIÊNCIA e *Welcome II*

Deu-se início a um estudo para a análise do percurso dos investigadores contratados no âmbito do Programa CIENCIA (2007-2013) e *Welcome II*, que se traduziu na identificação das variáveis a considerar no âmbito de um inquérito.

A importância deste estudo releva das políticas pró-ativas de formação avançada de recursos humanos em Portugal e das necessidades de promoção de emprego científico decorrentes, bem como da criação de mecanismos de atração e inserção profissional.

Participação em Grupos de Trabalho Interministeriais

O GEE participou nos seguintes grupos de trabalho de âmbito interministerial:

- Grupo de trabalho para a formulação da Estratégia de Especialização Inteligente

- Comissão de Acompanhamento da Avaliação *ex-ante* e ambiental do POCI 2020
- Comissão de Acompanhamento da Avaliação Estratégica do QREN (lote 3)
- Avaliação *ex-ante* e avaliação ambiental do Programa Operacional de Lisboa
- *Focus Groups* Competitividade e I&D na região de Lisboa (Sistemas e Produtos para uma Especialização Inteligente).

Participação em Grupos de Trabalho Europeus e Internacionais

Há a salientar o envolvimento do GEE nos Grupos de Trabalho seguintes:

- Representação no CSTP (*Committee on Scientific and Technological Policy*) da OCDE
- Representação no Comité TIP (*Innovation and Technology Policy*) da OCDE
- Representação no *Research Policy and Research Evaluation Working Group* da *Science Europe*
- *Steering committee on the Ocean Economy* em colaboração com o Gabinete do Mar.

8.7. Programa-Quadro de I&DT (Gabinete de Promoção)

O Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&DT - GPPQ foi criado a 1 agosto de 2007 com a principal missão de potenciar a participação nacional no Programa-Quadro), incluindo o EURATOM e o *European Institute of Technology* (EIT). Com o fim do 7º Programa-Quadro em 2013, o GPPQ reestruturou-se em 2014 para acompanhar adequadamente o Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação - Horizonte 2020 (2014-2020), incluindo novamente o EURATOM e o EIT. Durante 2014, o GPPQ teve portanto uma composição evolutiva, com bastantes saídas e entradas de colaboradores relativamente à configuração de 2013, tendo acabado o ano com uma equipa dedicada de 19 técnicos especializados em cada uma das áreas temáticas do Horizonte 2020, os denominados Pontos de Contacto Nacionais (PCN, ou *NCP* na versão inglesa). Os NCPs acompanham em detalhe a evolução dos concursos do H2020, nomeadamente a preparação dos programas de trabalho anuais, e possuem portanto os conhecimentos essenciais para divulgarem, acompanharem e apoiarem a comunidade científica e empresarial com interesse no H2020, potenciando o aumento da taxa de participação nacional com sucesso e, consequentemente, uma maior captação de verbas europeias para financiamento da investigação em Portugal.

Durante 2014, o GPPQ acompanhou o fecho e apuramento final da participação portuguesa no 7ºPQ (2007-2013) e esteve especialmente focado no lançamento e apoio à participação no H2020.

Por decisão superior, 2014 será o último ano em que o GPPQ estará unicamente na dependência da FCT. A partir de 2015, o GPPQ passará a trabalhar de forma mais próxima com a FCT (coordenação geral, Pilar I, Excelência, e programas especiais do H2020) e com a nova ANI (Agência Nacional de Inovação), nos Pilares II e III do H2020, com vista a procurar uma maior proximidade com o meio empresarial e maximizar sinergias com os fundos disponíveis no Portugal 2020.

Atividades desenvolvidas

As atividades desenvolvidas pelo GPPQ em 2014 tiveram dois objetivos principais: i) efetuar o acompanhamento e apuramento do final do 7ºPQ e ii) sustentar e potenciar a participação nacional nos primeiros concursos lançados no âmbito do H2020.

No essencial, o trabalho do GPPQ consistiu em:

- Informar atempadamente as comunidades científica e empresarial nacionais sobre as oportunidades de financiamento disponíveis no H2020
- Mobilizar o envolvimento nacional em candidaturas ao H2020
- Esclarecer e dar apoio na preparação de propostas a submeter ao H2020
- Potenciar e apoiar a participação das entidades nacionais nas iniciativas Europeias de suporte ao H2020
- Encaminhar a comunidade PT para outras iniciativas Europeias e internacionais complementares ao H2020 (Ações COST, Concursos ERA-NET, etc.)
- Proceder aos levantamentos estatísticos da participação no 7ºPQ e no H2020 e manter atualizadas as listas de interessados em cada tema.

Apuramento final do 7ºPrograma-Quadro

Em 2014, o GPPQ acompanhou o fecho dos últimos sete concursos abertos, do Programa Pessoas e das JTI's – Iniciativas Tecnológicas Conjuntas.

No total, ao longo de todo o 7º PQ, o GPPQ acompanhou e promoveu 505 concursos. Para tal, foram organizadas 1003 sessões públicas (ver Tabela 41), no país inteiro, com participação de um ou mais NCPs e com registo de 31.983 participantes, mas que terá certamente chegado a um número muito mais amplo de interessados, através de *webstreaming* e outros meios frequentemente usados. Para além destas sessões de informação, o GPPQ organizou também 15 sessões mais práticas, de formação, visando a preparação de propostas com maior probabilidade de sucesso no 7º PQ.

A participação portuguesa no 7ºPQ pode ser resumida no conjunto de indicadores que constam da Tabela 42, cuja análise permite concluir que:

- As entidades nacionais obtiveram um financiamento total de 564 M€, a que corresponde uma média de 80.7 M€/ano nos concursos do 7º PQ entre 2007 e 2013, sendo que, em 2012 e 2013, a média foi de 118 M€/ano;
- A participação nacional foi aumentando ao longo do 7ºPQ, entre 2009 (o primeiro apoiado pelo GPPQ) e 2013, em termos de volume absoluto. Nos dois últimos anos, as entidades portuguesas conseguiram ultrapassar os 100M€/ano de verbas captadas: 109,5 M€ (2012) e 126,6 M€ (2013) e taxas de captação absoluta de 1,25%, em linha com a contribuição nacional para o orçamento europeu;
- No total, houve 364 projetos aprovados com coordenação nacional;

- Ao longo de todo o 7º PQ, as propostas aprovadas com equipas PT demonstraram a predominância sistemática dos centros de investigação (206,2 M€) logo seguida das universidades (166,9 M€);
- A participação das PME no 7º PQ foi de 110,2 M€ e 48,9 M€ para as grandes empresas. De notar que a maior participação nacional num projeto ao longo de todo o 7º PQ (2,45 M€) foi obtida por uma PME em 2011.

Tabela 41 - Resumo das sessões públicas de divulgação do 7º PQ organizadas pelo GPPQ

	Nº Sessões	Nº Participantes	Média
Programa Cooperação			
T1. Saúde	65	2495	38
T2. Alimentação, Agricultura e Pescas, e Biotecnologia (KBBE)	76	2822	37
T3. Tecnologias da Informação e Comunicação (ICT)	46	1700	37
T4. Nanociências, Nanotecnologias, Materiais e Novas Tecnologias de Produção (NMP)	67	1937	29
T5. Energia	119	2129	18
T6. Ambiente (incluindo alterações climáticas)	76	2720	36
T7. Transportes (incluindo Aeronáutica)	147	1740	12
T8. Ciências Socio-Económicas e Humanidades (SSH)	16	549	34
T9. Espaço	25	1462	58
T10. Segurança	19	1190	63
PPPs	37	1927	52
Programa Capacidades			
Investigação em benefício das PME	118	2839	24
Infra-estruturas de investigação	20	860	43
Ciência na sociedade (SiS)	20	860	43
Regiões de conhecimento/Potencial de investigação/Apoio ao desenvolvimento coerente das políticas de investigação	n.a.	n.a.	n.a.
Programa Ideias	42	1706	41
Programa Pessoas	31	1366	44
Aspetos Legais e Financeiros, incluindo IPR	19	844	44
Risk Sharing	19	844	44
EIT	5	491	98
EURATOM	9	199	22
JTIS			
IMI	8	380	48
FCH	11	102	9
CLEANSKY	5	752	150
ARTEMIS & ENIAC	3	69	23
TOTAL DE SESSÕES EM TODOS OS PROGRAMAS	1003	31983	32

Tabela 42 - Participação nacional no 7º PQ entre 2007 e 2013

Quadro Resumo da participação de Portugal no 7º Programa Quadro de 2007 a 2013 (propostas apresentadas apenas na 2ª fase)

Ano de Financiamento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Propostas Apresentadas UE	16167	11243	17628	17181	23908	25498	32547	144172
Nr Participações UE 27	99524	44920	64861	52239	79381	83239	102730	526894
Propostas Apresentadas PT	1506	792	1100	928	1397	1537	2183	9443
Nr participações PT	2082	1081	1405	1096	1770	2031	2900	12365
Propostas Coordenadas PT	240	178	283	270	436	501	659	2567
Projectos Aprovados UE	3573	2567	3392	3534	4341	4577	5162	27146
Nr participações UE 27	22084	11238	13465	13140	17667	17967	20523	116084
Projectos Aprovados PT	270	185	211	206	256	303	357	1788
Projectos Coordenados PT	32	48	55	44	49	58	78	364
Número de Participações PT (propostas retidas p/a financiamento)	Ensino Superior	109	61	81	80	101	112	666
	Grandes Empresas	46	24	47	33	28	49	281
	PME	67	44	46	49	66	110	506
	Centros de Investigação	109	81	101	91	106	103	747
	Outros	47	32	22	24	36	53	253
	Total	378	242	297	277	337	499	2453
Financiamento para entidades PT	Ensino Superior	24,45 M €	17,04 M €	16,86 M €	16,97 M €	24,15 M €	40,15 M €	166,94 M €
	Grandes Empresas	7,77 M €	3,87 M €	8,00 M €	4,55 M €	5,69 M €	9,28 M €	48,95 M €
	PME	11,77 M €	6,06 M €	10,10 M €	13,16 M €	13,25 M €	27,14 M €	110,30 M €
	Centros de Investigação	27,79 M €	14,39 M €	29,16 M €	22,56 M €	31,25 M €	27,27 M €	206,15 M €
	Outros	5,91 M €	6,11 M €	2,26 M €	1,63 M €	3,99 M €	6,96 M €	32,53 M €
Financiamento PT	77,70 M €	47,46 M €	66,38 M €	58,87 M €	78,33 M €	109,50 M €	126,62 M €	564,87 M €
Financiamento UE	7.709,83 M €	3.929,19 M €	5.628,82 M €	5.519,33 M €	7.619,58 M €	8.719,48 M €	10.110,80 M €	49.237,03 M €
Taxa de sucesso p/ nº de propostas	UE	22,10%	22,83%	19,24%	20,57%	18,16%	17,95%	18,83%
	PT	17,93%	23,36%	19,18%	22,20%	18,32%	19,71%	18,93%
Taxa de sucesso p/ nº de participações	UE	22,19%	25,02%	20,76%	25,15%	22,26%	21,58%	22,03%
	PT	18,16%	22,39%	21,14%	25,27%	19,04%	20,83%	19,84%
Percentagem PT		1,01%	1,21%	1,18%	1,07%	1,03%	1,26%	1,15%
Propostas em Reservelist		1268	1021	725	790	1052	1617	7808
Propostas em Reservelist PT		75	48	81	62	99	125	611
Propostas Não Elegíveis		530	366	493	349	669	386	3438
Propostas Não Elegíveis PT		55	28	28	21	38	15	279

- A contribuição nacional para o orçamento do 7º PQ, através do orçamento europeu, foi de cerca de 1,24%. Assim, como Portugal captou competitivamente 564,9 M€, este valor equivale a 1,15% das verbas efetivamente disponíveis em concursos (47,8 b€, o restante do orçamento do 7º PQ destinado a custos administrativos e a verbas destinadas ao Mecanismo Financeiro de Partilha de Risco - RSFF, ao JRC, ESA, etc.). Portanto, a taxa de cobertura da captação das verbas por entidades nacionais foi de 93,3%, tendo já sido superior a 100% nos dois últimos anos do 7º PQ (2012 e 2013), os dois únicos anos em que tal aconteceu durante todo o 7ºPQ
- A distribuição do financiamento por área temática pode ser visualizada Figura abaixo:

Percentagem de financiamento para entidades PT, por tema, 2007-2013

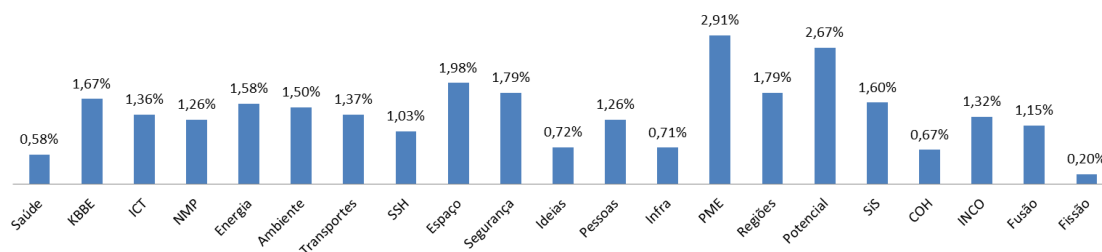


Figura 44 - Percentagem de financiamento para entidades PT, por tema, 2007-2013

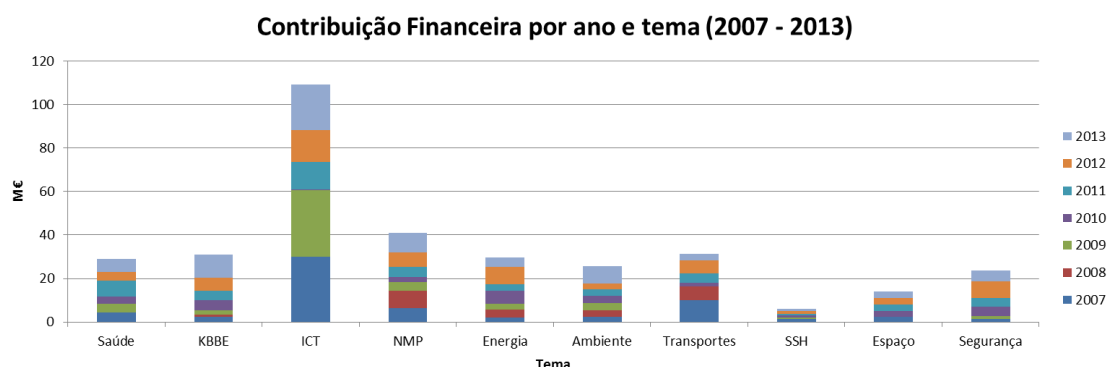


Figura 45 - Contribuição financeira (€) e taxa de sucesso para participantes portugueses entre 2007 e 2013

- A participação portuguesa nas cinco JTIs (ARTEMIS, ENIAC, CLEANSKY, FCH e IMI) subiu gradualmente ao longo do 7º PQ, tendo os parceiros nacionais conseguido um retorno de perto de 8,8M€. Mesmo assim, este valor representa uma taxa de retorno de apenas 0,36% do financiamento europeu disponível. ARTEMIS (0,57%) e *Clean Sky* (0,47%) foram as duas com melhor desempenho, IMI a pior (0,1%)
- Entre 2007 e 2013 foram financiados 160 esquemas ERA-NET, entre novas ações e continuação das existentes, 47 das quais com participação nacional
- As entidades da região de Lisboa foram as que mais financiamentos conseguiram captar ao longo do 7º PQ, com 52% do financiamento total. Seguem-se a região Norte (24,2%) e a região Centro (17,5%). As restantes regiões perfazem menos de 10% do total de financiamento captado entre 2007 e 2013



Financiamento por Região (M€)

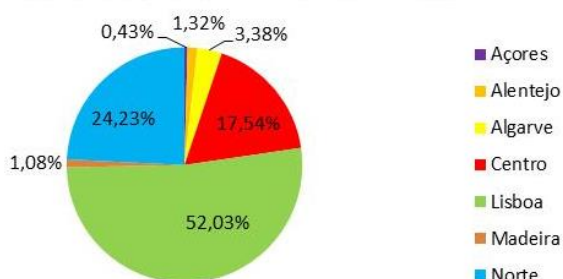


Figura 46 - Participação nacional por Região no 7º PQ

Catálogo de projetos coordenados por Portugal no 7ºPQ

Durante o ano de 2014, foi concluída a produção do catálogo dos projetos liderados por Portugal no 7º PQ, para registo do sucesso da participação nacional e também como inspiração para promoção de mais coordenações de projetos por equipas nacionais no Horizonte 2020. Este catálogo está disponível no *website* do GPPQ em:

http://www.gppq.fct.pt/h2020/docs/Catalogo_7PQ_Proj_Coord_PT_v4.pdf



Promoção do H2020

O ano de 2014 foi instrumental para a transmissão da informação e dos novos conceitos que presidem ao H2020. Assim, foi feito um esforço muito considerável de organização de sessões, tal como indicado na Tabela abaixo.

As sessões foram organizadas por todo o país, incluindo as Regiões Autónomas. A maioria (44,6%) foi organizada em Lisboa (45,59%), as restantes ocorreram no Norte (25,37%), no Centro (21,32%), nos Açores (4,04%), na Madeira (3,31%), no Algarve (2,57%) e no Alentejo (1,8%).

Tabela 43 - Sessões sobre o H2020 organizadas pelo GPPQ em 2014

Pilar	Tema	Nº Sessões	Nº Participantes	Média
Pilar I Excelência Científica	ERC	13	780	60
	MSCA	13	712	55
	FET	5	480	96
	Infraestruturas	15	1148	77
Pilar II Liderança Industrial	ICT	23	1927	84
	NMBP	27	1221	45
	Epaço	14	1590	114
	Acesso a Financiamento de Risco	8	1033	129
	SME Instrument	27	2027	75
Pilar III Desafios Societais	DS1 - Saúde	23	1297	56
	DS2 - Bioeconomia	21	1912	91
	DS23 - Energia	24	2011	84
	DS4 - Transportes	11	993	90
	DS5 - Ambiente	22	2818	128
	DS6 - Sociedades	9	913	101
	DS7 - Segurança	6	165	28
Assuntos Horizontais	Spreading Excellence and Widening	1	110	110
	Science with and for Society	9	913	101
	EURATOM	2	104	52
	EIT	2	181	91
	Assuntos Legais e Financeiros	15	1495	100

O H2020 contém novidades importantes para o tecido empresarial nacional, nomeadamente, o reforço do foco nas PME, o Instrumento para as PME e a diversificação de instrumentos financeiros disponíveis para as empresas. Neste sentido, o GPPQ fez um esforço especial para estabelecer uma colaboração ainda mais próxima com as associações empresariais nacionais mais representativas, bem como com outras associações de âmbito setorial. Ao mesmo tempo, foi intensificado o envolvimento de outro tipo de entidades nos eventos organizados pelo GPPQ, tais como Instituições financeiras e a COTEC, importantes para a implementação de iniciativas inovadoras junto do tecido empresarial. Fruto destas ações, registou-se uma considerável afluência nos eventos promovidos com a COTEC - Associação Empresarial para a Inovação, com a Associação Empresarial de Portugal - AEP e com outras associações empresariais. Salienta-se que, ao longo do ano de 2014, foram organizados vários eventos especificamente focados nas oportunidades para as empresas (incluindo o Instrumento para as PMEs). Apresenta-se na Figura abaixo a análise da participação do setor industrial em 56 das sessões organizadas pelo GPPQ para promoção do H2020 em que a participação das empresas era um objetivo específico.

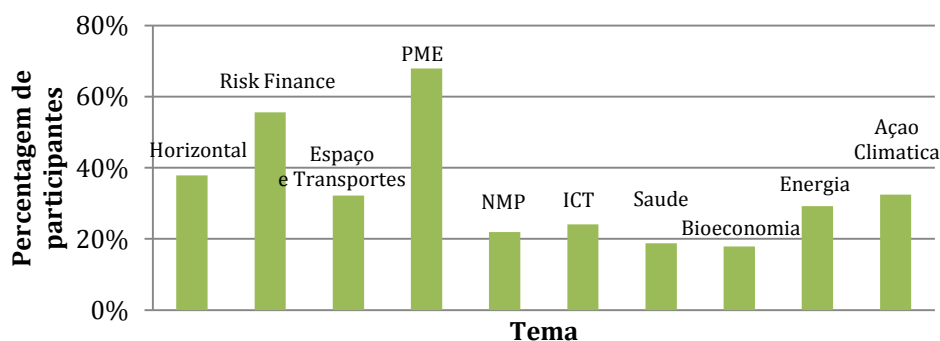


Figura 47 - Participantes do setor industrial por tema do H2020 em 2014

Inquéritos de Satisfação

Os inquéritos de satisfação distribuídos nos eventos organizados pelo GPPQ têm permitido monitorizar o grau de satisfação dos participantes e melhorar os serviços prestados pelos NCPs. Os resultados dos inquéritos indicam um elevado nível de satisfação (Figura abaixo). Não há alterações significativas relativamente aos anos anteriores.



Figura 48 - Apreciação global dos eventos organizados pelo GPPQ em 2014

Resultados da participação portuguesa no H2020 em 2014

A maioria dos resultados relativos aos concursos abertos em 2014 já é conhecida e, em geral, os resultados são muito animadores para Portugal na maioria dos temas. As entidades portuguesas conseguiram captar no primeiro ano do novo programa quadro cerca de 1,8% do montante total colocado a concurso, bastante acima dos 1,24% que são o contributo nacional para o orçamento total. Por Pilar, é possível observar que a maioria dos temas com resultados já conhecidos tem uma taxa de retorno financeiro acima de 1,24%, com destaque para o ERC (2,05%), no Pilar I, o ICT (1,95%), no Pilar II e a tríade Segurança, Ação Climática e Energia, nos Desafios Societais (Pilar III) com cerca de 3%.

O volume absoluto (Figura abaixo) de financiamento confirma o enorme sucesso da participação nacional no tema ERC. Em 2014, Portugal já conquistou 15 *grants* (*Starting grants* e *Consolidator grants*) num total de 26,36 M€, faltando ainda conhecer os resultados das *Advanced Grants*, o que torna 2014 o ano mais bem-sucedido de sempre para Portugal desde que as *grants* do ERC foram criadas. Só neste ano, PT conquistou quase metade da totalidade das *grants* de todo o 7º PQ (36).

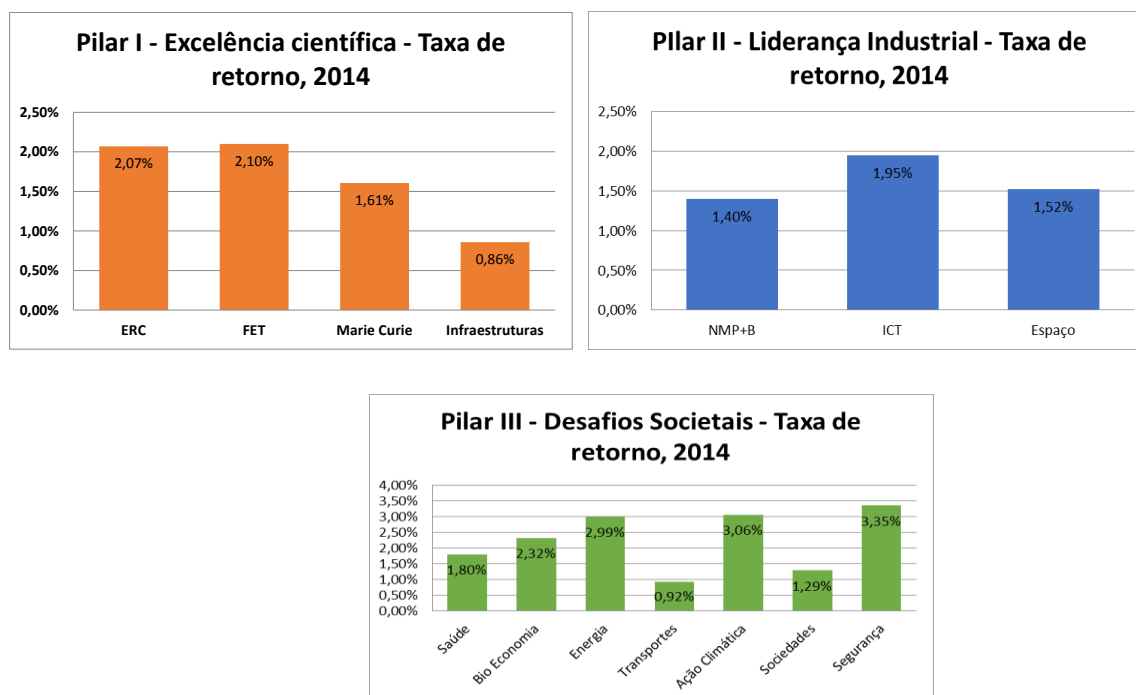


Figura 49 - Captação nacional de verbas por tema do H2020 em 2014

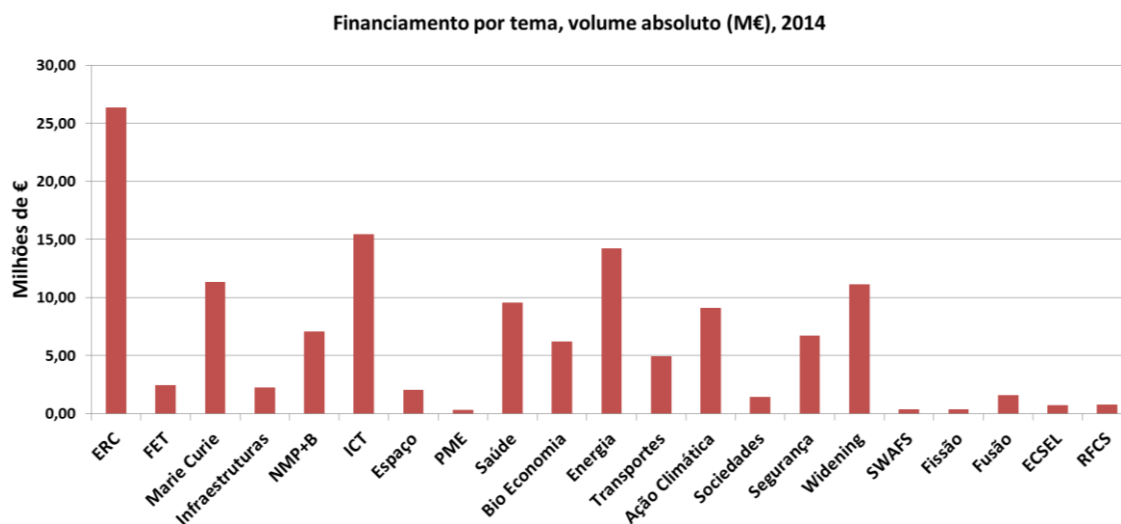


Figura 50 - Financiamento nacional por tema do H2020 em 2014

Além do elevado volume absoluto captado também nos temas ICT (15,4 M€) e Energia (14,22 M€), é de realçar ainda a excelente prestação nacional no programa *Widening*, com as entidades nacionais a captar 11,13 M€, representando 24,63 % do total colocado a concurso, com especial enfoque nos resultados positivos conseguidos na primeira fase dos concursos de *Teaming* (quatro projetos

passaram à 2ª fase num total de 31 retidos para financiamento) e das ERA-Chairs (quatro propostas aprovadas entre 13 retidas para financiamento).

Os bons resultados do ERC contribuíram para que, nos concursos do ano 2014, haja uma elevada participação das universidades (39%) e centros de investigação (32%) em termos de retorno financeiro. Uma análise mais fina, por Pilar do H2020, mostra que a participação das empresas, e das PME em particular, é mais significativo nos Pilares II e III, conforme se mostra na Figura abaixo.

Os resultados obtidos nos dois concursos do Instrumento PME de 2014, os primeiros do H2020, resultaram em seis projetos aprovados para PMEs nacionais, representando 1,8% do total colocado a concurso. Este resultado é também bastante positivo e em linha com a média de captação nacional de verbas do resto do H2020.

Em termos regionais, as entidades da região de Lisboa representam 59 % do financiamento total. Seguem-se a região Norte (21 %) e a região Centro (15,5 %). Esta distribuição é muito semelhante ao verificado no 7ºPQ.

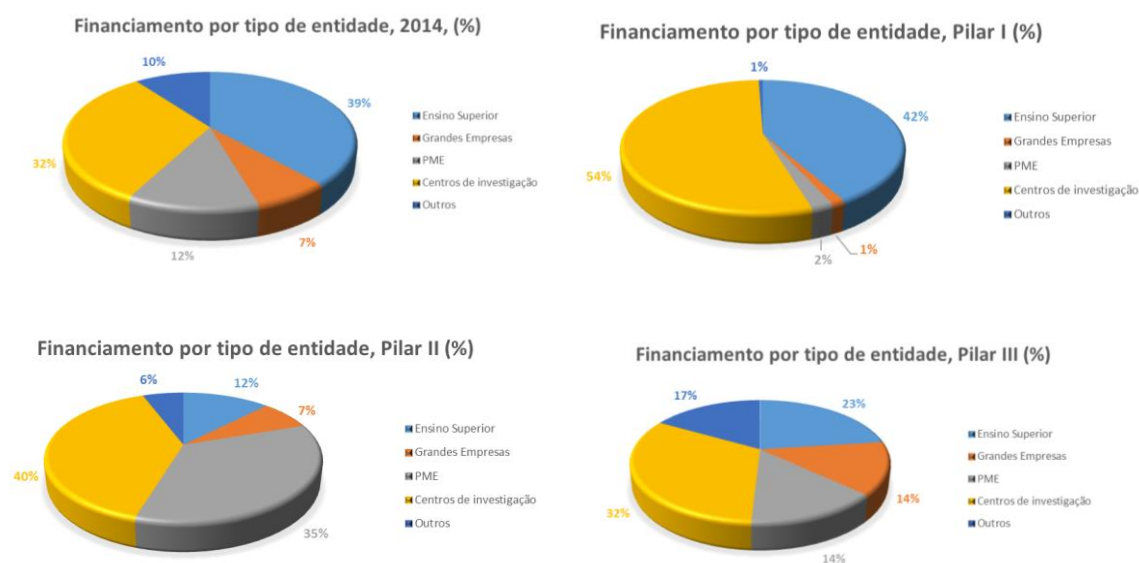


Figura 51 - Financiamento nacional por tipo de entidade, global e por pilar do H2020, em 2014

Acompanhamento de Delegados e GTAs

Para melhor enquadrar e apoiar o trabalho dos Delegados, continuaram a funcionar em 2014 os Grupos Temáticos de Acompanhamento (GTA) nas áreas temáticas do PQ para apoio aos Delegados. A maioria dos GTAs reuniu para análise dos “*scoping papers*” dos vários temas para 2016-2017 (10 reuniões).

Interação com o Tribunal de Contas

A pedido do Tribunal de Contas, o GPPQ procedeu ao envio de ofícios em janeiro e em dezembro de 2014 a todas as entidades públicas nacionais que beneficiárias de contratos do 7º PQ (desde 2007 até 2013), a alertar para a obrigação de reportarem as verbas anualmente recebidas no âmbito da execução financeira dos projetos do 7ºPQ.

Avaliação do impacto dos NCPs

O impacto dos NCPs (prestação dos serviços de esclarecimento, acompanhamento e aconselhamento) é complexo de avaliar. Acresce que os NCPs não podem garantir que os candidatos sigam efetivamente os seus conselhos, ou ainda que as propostas tenham excelência técnico-científica para que sejam avaliadas positivamente.

Pesem todas estas incertezas, e tal como em anos anteriores, continua a verificar-se que o apoio dos NCPs do GPPQ é essencial para o sucesso de muitas das candidaturas. Nos concursos de 2014 do H2020, os NCPs deram apoio a 456 propostas, sendo a taxa de sucesso das propostas a que foi dado apoio, respetivamente, de 29,6% (apoio genérico), 41,6% (apoio detalhado) e 61,6% (verificação de proposta), ou seja, quanto mais próximo o acompanhamento da proposta, mais as probabilidades de sucesso aumentam. Em contraste, propostas submetidas sem apoio dos NCPs só tiveram uma taxa de sucesso de 12,1%.

Tabela 44 - Avaliação do serviço de aconselhamento do GPPQ nas *Calls* de 2014

Pilar	Tema	Total	Apoio Genérico		Apoio detalhado		Verificação da proposta		Sem Contato	
		Propostas	Propostas	Taxa sucesso	Propostas	Taxa sucesso	Propostas	Taxa sucesso	Propostas	Taxa sucesso
Pilar I Excelência Científica	ERC	86	0	n.a.	0	n.a.	4	25,0%	82	17,0%
	MSCA	340	28	21,0%	10	40,0%	9	22,0%	293	8,0%
	FET	80	4	25,0%	1	100,0%	2	50,0%	74	2,7%
	Infraestruturas	48	8	75,0%	2	50,0%	4	100,0%	34	11,0%
Pilar II Liderança Industrial	ICT	288	25	36,0%	12	33,0%	4	50,0%	247	7,0%
	NMBP	118	32	19,0%	17	18,0%	3	33,0%	65	5,0%
	Epaço	41	10	10,0%	3	66,0%	6	67,0%	22	5,0%
	SME Instrument	135	32	6,3%	4	0,0%	16	19,0%	83	1,2%
Pilar III Desafios Societais	DS1 - Saúde	135	23	6,0%	8	38,0%	5	40,0%	35	14,0%
	DS2 - Bioeconomia	80	17	36,0%	16	31,0%	2	50,0%	45	27,0%
	DS3 - Energia	126	14	29,0%	8	50,0%	1	100,0%	103	11,0%
	DS4 - Transportes	64	13	31,0%	7	57,0%	1	n.a.	43	9,0%
	DS5 - Ambiente	61	16	44,0%	7	71,0%	6	50,0%	32	16,0%
	DS6 - Sociedades	101	0	n.a.	6	n.a.	5	100,0%	90	4,0%
	DS7 - Segurança	98	45	22,0%	0	n.a.	0	n.a.	53	4,0%
Assuntos Horizontais	Spreading Excellence and Widening	23	3	33,0%	7	29,0%	5	80,0%	7	14,0%
	Science with and for Society	2	0	n.a.	0	n.a.	2	100,0%	0	n.a.
	EURATOM	7	2	50,0%	0	0,0%	1	100,0%	4	50,0%
	Global para todos os temas	1833	272	29,6%	108	41,6%	76	61,6%	1312	12,1%

Apoio genérico: Resposta a questões de carácter geral sobre a preparação/submissão de propostas

Apoio detalhado: Informação e aconselhamento mais personalizado, para um projeto específico (inclui apoio na preparação do orçamento)

Verificação da proposta: Revisão dos aspetos mais formais da proposta, com recomendações de melhoria

8.8. Tecnologia (Gabinete de Tecnologia)

Compete ao Gabinete de Tecnologia (GT) da FCT a integração de programas de ligação entre a I&D académica e o setor empresarial, potenciando a transferência de conhecimento e estimulando a competitividade e a visibilidade internacionais da ciência feita em Portugal. Neste sentido o GT enquadra-se nos objetivos estratégicos 2 e 3 da FCT, promovendo as seguintes atividades:

- Estimular e reforçar a colaboração científica entre grupos universitários portugueses e a sua integração em redes de grande credibilidade e reconhecimento internacionais potenciando projetos inovadores e recursos humanos altamente qualificados através do Programa de Parcerias Internacionais com MIT, CMU, UTAustin e *Fraunhofer* Portugal
- Fomentar a produtividade e a competitividade da indústria europeia, quer promovendo ligação entre empresas, instituições de I&D e Universidades para desenvolvimento de produtos tecnologicamente inovadores através de Programas internacionais de I&D Empresarial (Programa EUREKA), quer apoiando projetos de I&D internacional liderados por PME's com forte potencial de crescimento (Programa EUROSTARS)
- Promover as empresas portuguesas como potenciais fornecedores de bens e serviços, junto da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN), do Observatório Europeu do Sul (ESO), da Agência Espacial Europeia (ESA) e da Infraestrutura Europeia de Radiação de Sincrotrão (ESRF) prosseguindo o desenvolvimento de uma política industrial nas grandes organizações internacionais
- Em articulação com o Gabinete do Espaço da FCT, reforçar a competitividade da indústria espacial portuguesa e promover a inovação tecnológica, apoiando e facilitando a transferência de tecnologia espacial já disponível para setores não espaciais, através da implementação de programas tais como: o PTTI (*Portuguese Technology Transfer Initiative*) e a ESA BIC (*Business Incubation Center*).

Descrição das atividades desenvolvidas em 2014

As principais atividades previstas no plano interno de atividades do Gabinete de Tecnologia (GT) para 2014 estão subdivididas pelas unidades que compõe o GT. Por conseguinte, as atividades propostas para o cumprimento dos objetivos estratégicos no âmbito do QUAR para 2014 estão igualmente referidos.

Programa de Parcerias Internacionais (MIT, CMU, UTAustin e Fraunhofer Portugal)

As Parcerias Internacionais têm como missão estratégica facilitar, estimular e reforçar as redes de colaboração entre grupos universitários portugueses e a sua integração em redes de grande credibilidade e reconhecimento internacional. A segunda fase das Parcerias agora em curso, focalizam o seu esforço na promoção da investigação aplicada com um objetivo empreendedor e de impacto económico, onde as componentes de inovação e de transferência de tecnologia são os “*drivers*” na conceção de projetos que visam a ligação entre a academia e a indústria. Os objetivos desta segunda

fase, que termina em 2017, são: i) contribuir para a internacionalização das universidades e laboratórios portugueses; ii) aumentar a colaboração entre os atores do sistema científico e tecnológico nacional; iii) promover o acesso a equipamento de I&D; iv) promover a mudança cultural do sistema científico nacional; e v) gerar impacto económico para Portugal.

Tabela 45 – Unidade de Programa Parcerias Internacionais

Principais Atividades 2014	Resultados alcançados
Abertura de Concursos para Projetos de I&D: ▪ Iniciativas Empreendedoras de Investigação do Programa CMU Portugal ▪ Projetos Exploratórios do Programa CMU Portugal ▪ Projetos <i>Test-bed</i> do Programa MIT Portugal ▪ Projetos do Programa UTAustin	Quatro Concursos abertos Nº projetos submetidos: 111
Abertura de Concursos de Bolsas ▪ Bolsas de Doutoramento do Programa CMU Portugal	Um Concurso aberto Nº bolsas: 3
Difusão do Programa <i>Global Start-up</i> ¹⁰	Edital publicado no <i>website</i> da FCT Nº candidaturas submetidas: 41 (empresas de base tecnológica)
Extensão da rede UTEN - <i>University Technology Enterprise Network</i> ¹¹	Um Contrato de financiamento assinado (2014-2015)
Implementação da 2ª fase da Parceria com <i>Fraunhofer</i> Portugal ¹²	Um Contrato de financiamento assinado (2014-2018)

¹⁰ Programa *Global Start-up* – programa sediado em Austin – EUA, que potencia a internacionalização de empresas Portuguesas de base tecnológica, funcionando como plataforma de aceleração na comercialização de produtos e serviços no mercado americano e internacional.

¹¹ UTEN – *University Technology Enterprise Network* – programa que integra os principais gabinetes de transferência de tecnologia das universidades portuguesas e que evoluiu de um foco inicial de formação e adoção de boas práticas internacionais da área de transferência de tecnologia para a articulação com incubadoras e centros de I&D nacionais no apoio à internacionalização de spin-offs académicas.

Programa Eureka – Eurostars 1

O programa Eureka tem como objetivo estimular a produtividade e a competitividade da indústria europeia, promovendo a ligação entre empresas, as instituições de I&D e as universidades para que desenvolvam em conjunto produtos tecnologicamente inovadores com perspetiva do mercado europeu e internacional.

O programa Eurostars tem como objetivo apoiar projetos de I&D Internacionais liderados por PMEs que desenvolvam atividades de I&D, com forte potencial de crescimento complementando outros programas Europeus, Nacionais e Regionais de apoio às PMEs.

Tabela 46 – Unidade de Programa Eureka-Eurostars

Principais Atividades 2014	Resultados alcançados
Colaboração com a ANI (Agência Nacional de Inovação) no processo de Auditoria ao programa Eurostars 1 por parte do Secretariado Eureka	1 Auditoria realizada
Acompanhamento técnico e financeiro dos projetos em curso – Eurostars 1	14 projetos acompanhados
Visitas a projetos em curso – Eurostars 1	5 projetos visitados
Renovação do Protocolo de Cooperação com o ISA (Instituto Superior de Agronomia) para a gestão da Presidência Portuguesa do EuroAgri	1 Protocolo assinado

ILO para as organizações internacionais – CERN, ESO, ESA e ESRF

Para além do benefício científico e de formação avançada que Portugal obtém como Estado-Membro nas grandes organizações internacionais, potencia-se também o contexto de uma política de benefício industrial. Neste contexto, o ILO (*Industrial Liaison Officer*), tem como missão a identificação e promoção de empresas Portuguesas como potenciais fornecedores de bens e serviços junto destas organizações. Acresce ainda, e de forma passiva identificar oportunidades de colaboração científica entre as equipas/grupos de investigação destas organizações e empresas Portuguesas que possam ter interesse em projetos de I&D.

¹² Fraunhofer Portugal – Infraestrutura de investigação aplicada que ambiciona criar conhecimento científico capaz de gerar valor acrescentado aos seus utilizadores, explorando inovações tecnológicas orientadas ao crescimento económico, ao bem-estar social e à melhoria da qualidade de vida.

Tabela 47 – Unidade ILO para as organizações internacionais

Principais Atividades 2014	Resultados alcançados
Elaboração de catálogo de empresas e instituições de I&D nacionais como fornecedores e utilizadores das organizações internacionais	Um Catálogo publicado: Portugal in Large Scale Research Facilities
Acompanhamento do Programa de Estágios Tecnológicos no CERN, ESO e ESA	15 Estágios iniciados
Apoio na representação Portuguesa nos comités Financeiros do ESO e ESA	Dois Delegados do GT nomeados
Atualização das bases de dados de fornecedores Portugueses nas grandes organizações internacionais (CERN, ESA, ESO, ESRF)	430 empresas com registos atualizados nas organizações internacionais

Transferência de Tecnologia e Política de Propriedade Industrial

No âmbito da temática da transferência de tecnologia espacial, em 2014 o programa PTTI (*Portuguese Technology Transfer Initiative*) é prosseguido com o esforço continuado de robustecer a competitividade da indústria espacial Portuguesa promovendo a inovação tecnológica, facilitando a transferência de tecnologia espacial para sectores não espaciais.

Por conseguinte, o primeiro *Business Incubation Center* (BIC) da ESA em Portugal foi o enfoque da 5ª edição do Fórum do Espaço. Este centro de incubação surge na sequência do PTTI, no sentido de facilitar a transferência de tecnologia espacial para sectores não espaciais. A FCT e a ESA, em articulação com o IPN, UPTEC e DNA Cascais potenciam os jovens empreendedores com as capacidades de gestão e suporte técnico para a implementação de novos negócios de alto valor acrescentado e que utilizem tecnologia espacial para sectores não espaciais.

A temática da Política de Propriedade Industrial (PI) para a FCT tem como grandes linhas de pensamento o seguinte: i) incentivo à utilização de invenções derivadas de investimento público em I&D no interesse do benefício público; ii) salvaguardar os interesses nacionais sobre invenções desenvolvidas com o financiamento público; iii) facilitar o acompanhamento o investimento público em I&D e a avaliação do seu impacto económico. Após o *workshop* realizado em 2014 entre a FCT e o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), ambiciona-se a introdução de cláusulas de PI nos regulamentos da FCT para que através de um modelo de reporte ágil, se possa monitorizar o “volume” de PI criado pelo financiamento da FCT tanto em projetos de investigação fundamental como aplicada.

Tabela 48 – Unidade Transferência de Tecnologia

Principais Atividades 2014	Resultados alcançados
Extensão do PTTI por ½ ano para financiamento de projetos de transferência de tecnologia espacial	Seis projetos financiados
Lançamento da ESA BIC (Business Incubation Center) em Portugal	ESA BIC implementada com os parceiros nacionais: IPN, UPTEC e DNA Cascais
Organização de <i>workshop</i> interdepartamental sobre a temática da implementação da Política de Propriedade Industrial da FCT	Um <i>workshop</i> realizado com os departamentos e gabinetes da FCT e o INPI
<i>(1) Objetivo operacional do GT 2014</i>	

Desenho de Programa : projetos semente (SEED)¹³

A ligação dos resultados científicos produzidos no laboratório e o mercado é um imperativo que cada vez mais os investigadores têm que gerir. Neste âmbito, em 2014, o GT decidiu desenhar uma proposta para reflexão do Conselho Diretivo da FCT que se designa de projetos SEED. Estes projetos de cariz embrionário têm como objetivo o seguinte: i) providenciar ao investigador sénior e/ou júnior as ferramentas para “conectar” os resultados científicos do laboratório com o mercado; ii) orientar o financiamento para o desenvolvimento dos resultados de projetos de I&D já financiados pela FCT; iii) avaliar o potencial dos resultados dos projetos de I&D que possam traduzir-se em produtos ou serviços de alto valor acrescentado para determinado mercado.

Tabela 49 – Objetivo operacional do GT 2014

Principais Atividades 2014	Resultados alcançados
Desenho de guião para projetos SEED: tipologia de projetos exploratórios de aproximação ao mercado	Um Documento apresentado e designado: Programa de Aceleração da Ciência (PAC-F), <i>SEED Projects</i>
<i>(2) Objetivo operacional do GT 2014</i>	

¹³ *Projetos SEED – Tipologia de projetos exploratórios de aproximação ao mercado*

9. RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

9.1. Orçamento de Funcionamento (Atividades)

Tabela 50 - Execução do Orçamento de Funcionamento

Unid: Euros					
	Orçamento Inicial (aprovado)	Orçamento utilizável (após cativações e integração de saldos)	Receita Cobrada	Despesa executada	Desvio (Execução/aprovado)
Atividade de funcionamento	10.875.809	10.717.291	10.488.268	10.219.564	-6,0%
Despesas com Pessoal	7.893.888	8.092.680	8.084.780	7.939.232	0,6%
Aquisições de bens e serviços	2.648.088	2.426.690	2.220.568	2.098.477	-20,8%
Outras despesas correntes	173.833	1.480	1.480	1.061	-99,4%
Despesas de capital	160.000	196.441	181.441	180.794	13,0%
Atividade de gestão das Redes ERA-NET (financiada pela U.E.)	582.356	1.552.304	1.215.365	571.837	-1,8%
TOTAL	11.458.165	12.269.595	11.703.634	10.791.401	-5,8%

A despesa executada representa 88,0% do orçamento utilizável e 92% da receita cobrada.

Os encargos com o pessoal representam 74,4% e aquisições de bens e serviços 21,5% da despesa total, e o restante respeita a outras despesas de funcionamento e a pequenas despesas de investimento (equipamentos e *software* para utilização da própria FCT). As despesas com pessoal sofreram um acréscimo assinalável (+25%) face ao ano anterior, devido à plena integração na FCT da extinta FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional.

As despesas de gestão das redes ERA-NET representam 47% das receitas provenientes da U.E. para esta finalidade, incluindo o saldo transitado de 2013.

9.2. Orçamento de Investimento (projetos)

O orçamento de investimento aprovado ascendeu a 467.158.620 €, com a seguinte repartição por fontes de financiamento:

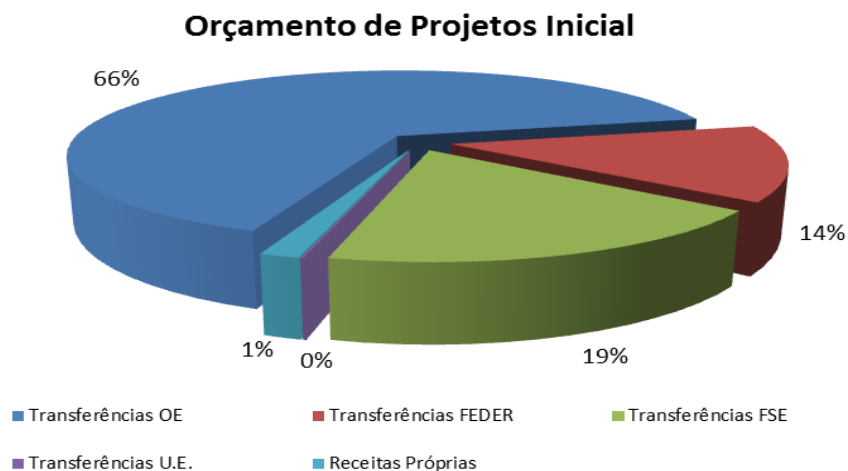


Figura 52 - Orçamento de Projetos inicial

Nos termos da Lei OE 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), foi aplicada a cativação de 12,5% das dotações do OE, no valor de 35.905.822 €, pelo que o orçamento de projetos situou-se em 400.095.566 €. Posteriormente, por Despacho do Secretário de Estado do Orçamento foi autorizada a descativação daquele montante.

Tabela 51 – Execução do Orçamento de Investimento por fontes de financiamento (euros)

Fontes de Financiamento	Inicial	Utilizável	Receita Cobrada	Despesa Paga	Saldo
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)-(4)
Transferências do OE	287.246.302	287.667.485	287.667.480	285.989.977	1.677.504
Transferências FEDER	60.684.716	61.019.628	58.324.194	56.321.293	2.002.900
Transferências FSE	80.898.281	81.127.017	46.216.732	46.213.588	3.144
Outras Transferências da U.E.	533.797	732.177	447.357	271.513	175.844
Receitas Próprias	6.638.292	7.317.524	5.610.571	4.610.460	1.000.111
Total	436.001.388	437.863.831	398.266.333	393.406.830	4.859.503

Receitas do Orçamento de Investimento

Das receitas cobradas, 72% corresponderam a dotações do OE, 26,4% a verbas comunitárias do FSE e do FEDER, no quadro dos programas operacionais POPH e COMPETE (QREN) e a outros fundos da União Europeia e o restante a outras receitas nacionais.

Despesas do Orçamento de Investimento

As despesas pagas atingiram 98,8% das receitas cobradas. No programa de Formação Avançada de Recursos Humanos em C&T (bolsas de doutoramento e pós doutoramento) e programas doutorais foram investidos 124,7 milhões € (31,7% da despesa de Investimento).

Os outros programas da FCT representaram, no seu conjunto, 66,1% da despesa de Investimento, dos quais destacamos:

- Emprego Científico (contratos dos investigadores)
- Projetos I&D em todas as áreas científicas
- Projetos estratégicos dos Laboratórios Associados e Unidades de I&D
- Parcerias Internacionais em C&T
- Cooperação Internacional em C&T, que inclui as contribuições para organismos internacionais de C&T de que Portugal é membro
- Biblioteca Científica *online* (*B-on*), que disponibiliza o acesso das instituições de investigação e do ensino superior a publicações científicas e *ebooks online* de editoras internacionais de conteúdos
- RCTS – Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade, para as comunicações e serviços avançados de alto desempenho das Instituições de Ensino Superior e de Investigação
- Restante despesa - 2,2%, inclui o Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC) e os encargos com a avaliação internacional das Unidades de I&D e avaliações internacionais de outros concursos lançados pela FCT.

A Tabela seguinte apresenta a execução por áreas de intervenção da FCT.

Tabela 52 - Síntese da execução do Orçamento de Projetos por áreas de intervenção

Unidade: Euro

Áreas de intervenção da FCT	Orçamento inicial	Receita cobrada	Despesa Paga
I. Formação Avançada de recursos humanos e Emprego Científico	187.722.465	164.405.683	164.194.561
Formação avançada	139.442.467	124.834.060	124.747.603
Emprego Científico	48.279.998	39.571.623	39.446.959
II. Instituições I&D e Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	86.148.707	78.351.385	75.481.600
Projetos Estratégicos de instituições de I&D	57.288.318	54.405.667	54.199.317
B-on - Biblioteca científica online	13.847.454	15.987.404	14.172.574
RCTS - Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade	5.684.424	4.952.945	4.191.085
Instituto Ibérico Internacional de Nanotecnologia	2.925.000	317.300	317.300
Instalações e equipamentos científicos	3.478.511	989.237	902.698
Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC)	2.925.000	1.698.832	1.698.625
III. Projetos de I&D	106.492.059	108.761.763	108.528.368
IV. Cultura Científica e Tecnológica	975.000	108.931	108.930
V. Cooperação Internacional em C&T	52.950.067	44.216.288	44.130.888
Parcerias Internacionais MIT, CMU, UTAustin, Havard Medical School, Instituto Fraunhofer e Cooperação Internacional em C&T (inclui contribuições de Portugal para Organizações Internacionais de C&T)	14.021.509	11.363.821	11.304.358
	38.928.558	32.852.467	32.826.530
VI. Sociedade da Informação	1.010.715	943.460	667.402
VII. Assistência Técnica	702.375	1.478.823	295.082
Total	436.001.388	398.266.333	393.406.830

Em termos da execução orçamental continuam a destacar-se as áreas da “Formação avançada de recursos humanos e emprego científico” (bolsas e contratos de investigadores em instituições de I&D) com 42%, seguindo-se os “Projetos de I&D” com 28% e as “Instituições I&D e Infraestruturas Científicas e Tecnológicas” com 19%, conforme ilustrado na Figura que se segue.

Despesa por Áreas de Intervenção

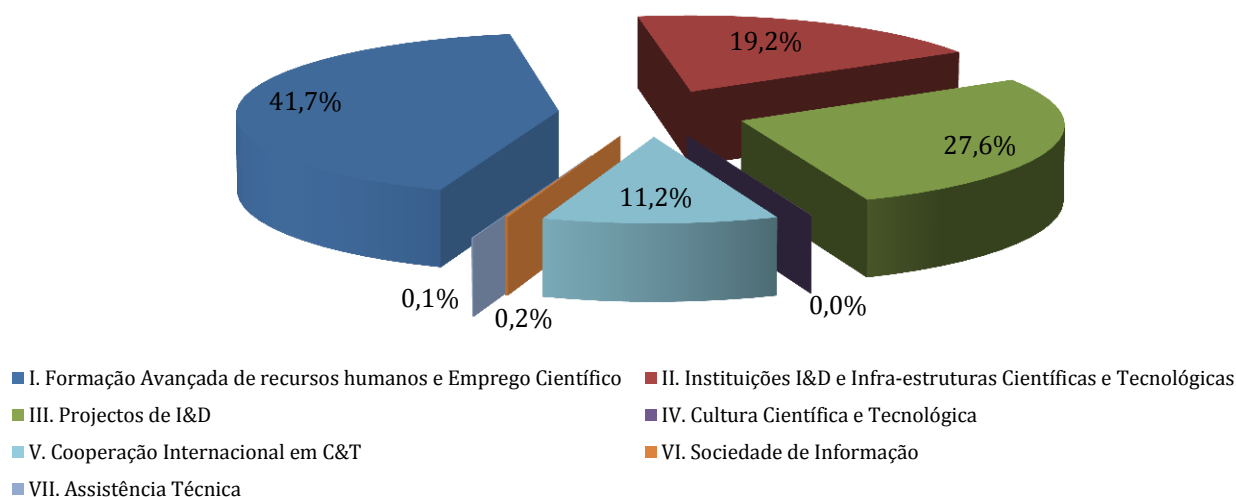


Figura 53 - Despesa por Área de Intervenção

9.3. Análise comparativa entre os Orçamentos de 2014 e 2013

Tabela 53 – Execução das Receitas e Despesas nos anos 2014 e 2013 (euros)

Áreas de intervenção da FCT	2014			2013		
	Orçamento inicial	Receita cobrada	Despesa Paga	Orçamento inicial	Receita cobrada	Despesa Paga
Atividades (Funcionamento)	11.458.165	11.703.634	10.791.401	9.687.863	13.644.522	12.570.941
Investimento	436.001.388	398.266.333	393.406.831	467.158.620	425.530.021	423.445.539
Formação Avançada de R.H. em CT e Emprego Científico	187.722.465	164.405.683	164.194.561	231.510.015	193.358.817	192.961.394
Instituições I&D e Infraestruturas CT	86.148.707	78.351.385	75.481.600	87.446.098	87.892.556	86.772.318
Projectos de I&D	106.492.059	108.761.763	108.528.368	115.760.749	104.281.779	104.265.615
Cultura Científica e Tecnológica	975.000	108.931	108.930	1.500.000	892.329	892.295
Cooperação Internacional em C&T	52.950.067	44.216.288	44.130.888	29.061.758	36.914.691	36.912.330
Sociedade de Informação	1.010.715	943.460	667.402	880.000	569.099	381.765
Assistência Técnica	702.375	1.478.823	295.082	1.000.000	1.620.750	1.259.822
TOTAL	447.459.553	409.969.967	404.198.232	476.846.483	439.174.543	436.016.480

A redução verificada no orçamento de Atividades (funcionamento) deveu-se à opção de transitar para o orçamento de Investimento os encargos com a RCTS, enquanto em 2013 tais custos (4º trimestre) foram executados através do orçamento de Atividades (funcionamento).

A receita total cobrada em 2014 foi de 409.969.967 €, representado um decréscimo de 6,6% face ao ano anterior, explicado pelo acentuado decréscimo das receitas provenientes dos fundos comunitários

(-28,3%) e das Receitas Próprias (-53,3%), verificando-se um aumento de 7,4% nas receitas gerais do OE.

No quadro do orçamento de Investimento a receita cobrada em 2014 foi de 398.266.333 € em 2014, contra 425.530.021 € cobrados em 2013. A Figura seguinte reproduz as receitas por áreas de intervenção nos anos em análise:

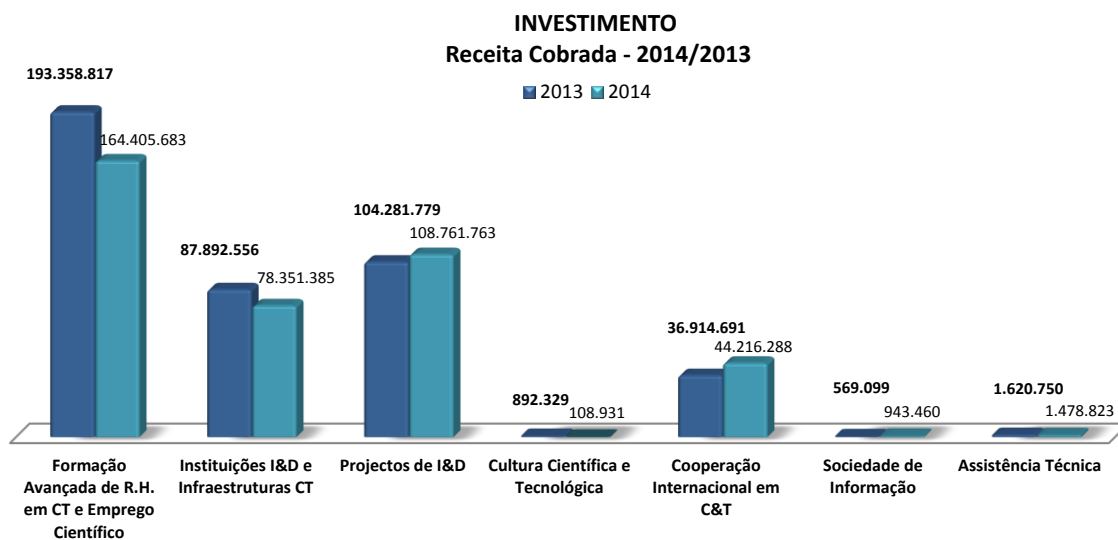


Figura 54 - Receitas por áreas de intervenção em 2013 e 2014

As áreas que registaram variações positivas foram as da Cooperação Internacional, dos projetos I&D e da Sociedade da Informação, e as que apresentam um decréscimo significativo foram a Formação Avançada e Emprego Científico, as Instituições de I&D (projetos estratégicos) e a promoção e divulgação da Cultura Científica.

A variação na despesa é idêntica à verificada na receita, pelos motivos já apontados.

A Figura seguinte traduz os montantes pagos (despesa) por área de intervenção do Investimento:

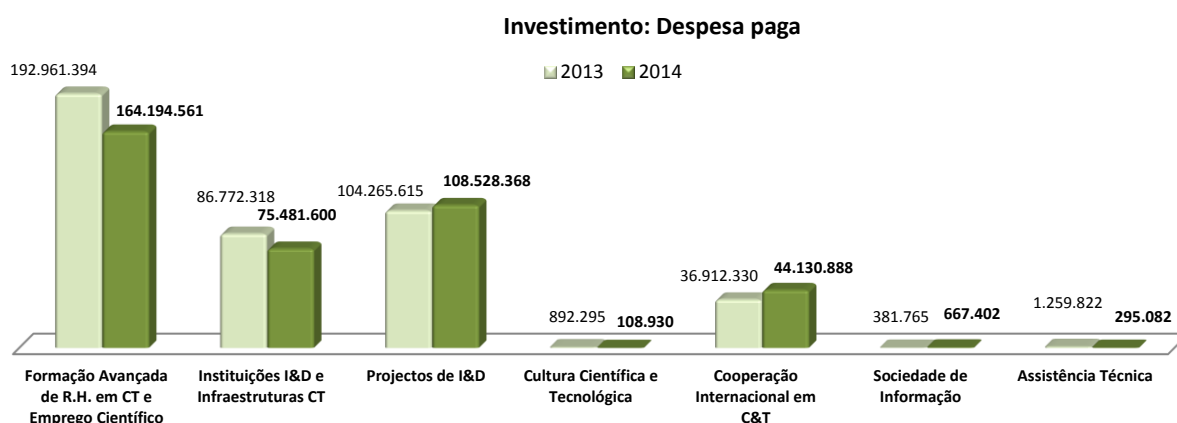


Figura 55 - Despesa por área de intervenção do Investimento

9.4. Aquisições de Bens e Serviços

Ao abrigo de Acordos Quadro em vigor, foram concretizadas:

- i) Aquisições de bens: consumíveis, equipamentos de rede e informáticos para prosseguimento da renovação da infraestrutura de rede e do parque informático da FCT e aparelhos telefónicos VoIP permitindo o início da migração das comunicações telefónicas para esta modalidade
- ii) Aquisições de serviços: viagens, transportes e alojamentos

Após obtenção dos pareceres prévios da tutela das Finanças e da Administração Pública e da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), consoante os casos, foram contratados por ajuste direto ou concurso público, serviços à *European Science Foundation* para a avaliação das Unidades de I&D, serviços de auditoria para verificação de despesas dos projetos financiados pela FCT, serviços para conceção de arquitetura unificada de sistemas de informação sobre plataforma de nova geração e *software* de gestão de arquivos.

Unidade FCCN

Para a execução da missão e atribuições da unidade FCCN foram iniciados durante o ano 186 procedimentos aquisitivos (RI). Destes, 139 ficaram concluídos até ao final do ano.

Nas Tabelas seguintes detalham-se os procedimentos aquisitivos processados:

Tabela 54 – FCCN. Procedimentos aquisitivos por forma de adjudicação

Forma de adjudicação	N.º RI	Pagamentos em 2014 (€)
Ajuste direto	129	2.066.530
Concurso Público	6	674.067
Subsídios/Protocolos/Quotizações	4	59.110
	139	2.799.707

Tabela 55 – FCCN. Pedidos de autorização efetuados

Tipo pedido	2014	
	N.º pedidos	Tempo médio resposta
Parecer Prévio AMA	20	18
Parecer Prévio MF	5	62
Pedido de exceção a AQ - ESPAP	7	15
Pedido de Verificação INA	4	5
Pedido de Autorização Tutela e MF	3	22
Visto Tribunal de Contas	2	64
	41	

Tabela 56 – FCCN. Procedimentos aquisitivos por atividade

Atividade	N.º RI	Pagamentos em 2014 (€)
Eventos e Suporte interno	27	43.312
B-on	22	1.428.856
RCAAP	3	70.135
PTCRIS	2	8.009
Gestão de Salas Técnicas	32	440.774
Rede Local e Postos de Trabalho	9	119.331
Arquivo Web	3	125.888
Serviços Técnicos de Vídeo	13	13.439
RCTS	20	541.747
RCTS-CERT	8	8.216
	139	2.799.707

10. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2014 representou para a FCT o ano de consolidação da estrutura orgânica após dois anos consecutivos em que ocorreram reestruturações. Em 2014 verificou-se um decréscimo de 18 trabalhadores face a 2013, correspondente a 7%, perfazendo um total de 238 efetivos.

10.1. Caracterização dos Recursos Humanos

Trabalhadores segundo a modalidade de vínculo

Em 31 de dezembro de 2014, o mapa de pessoal da FCT, contava com 238 postos de trabalho preenchidos, aqui se incluindo 12 trabalhadores em comissão de serviço e 226 contratados por tempo indeterminado (170 com regime de emprego público e 56 com regime privado).

Tabela 57 – Distribuição dos efetivos por grupo profissional segundo a relação jurídica de emprego

Relação Jurídica	Dirigentes	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Informática	Total
Comissão de Serviço	12	0	0	0	0	12
Contrato de Trabalho Tempo Indeterminado	0	121	31	6	12	170
Contrato Individual de Trabalho	0	42	14	0	0	56
Total	12	163	45	6	12	238

Nos últimos dois anos, conforme podemos observar na Figura abaixo, verificou-se um aumento de efetivos, resultante da integração dos trabalhadores da ex-UMIC e da FCCN, na sequência das reestruturações orgânicas em 2012 e 2013 respetivamente. Em 2014 registou-se uma redução de 7% decorrente de um aumento significativo de saídas que não conseguiram ser compensadas até ao final do ano.

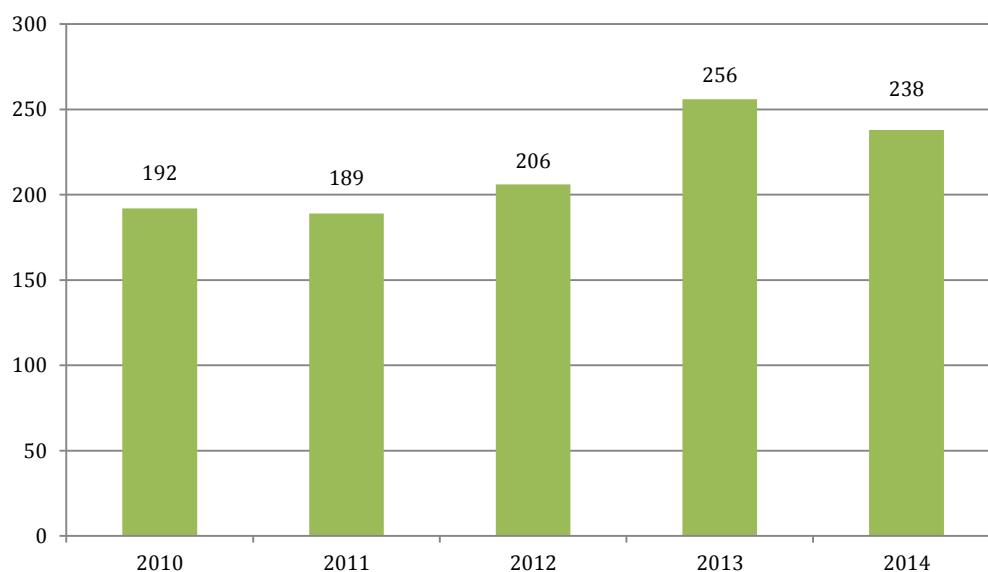


Figura 56 - Total dos efetivos entre 2010 e 2014

Trabalhadores por Grupo Profissional

Efetuada a análise da distribuição do número de trabalhadores por grupo profissional (Figura abaixo) podemos aferir que o grupo que conta com maior número de efetivos é o dos Técnicos Superiores representando cerca de 68,49% do total dos trabalhadores, seguido pelo grupo dos Assistentes Técnicos (18,91%), dos dirigentes e dos Informáticos com a mesma proporção (5,04%), e dos Assistentes Operacionais (2,52%).

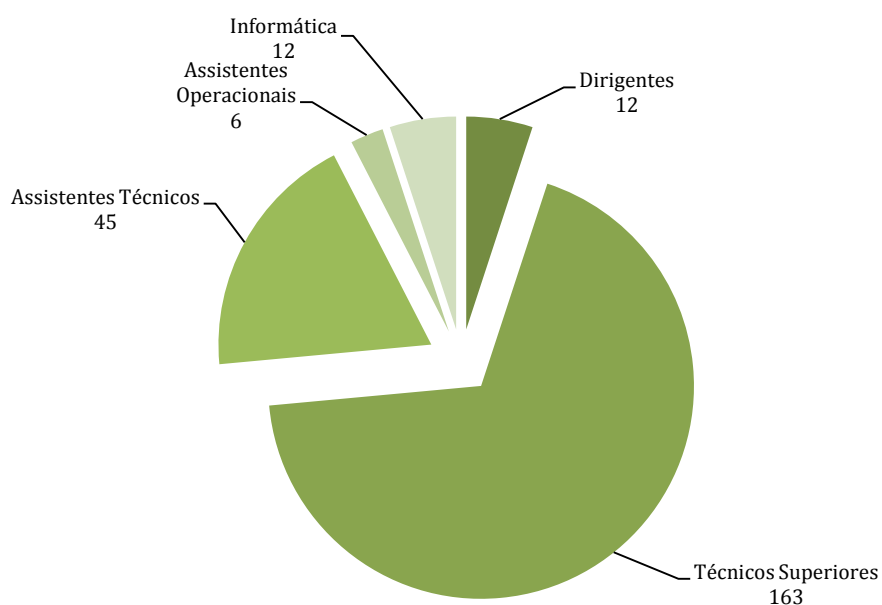


Figura 57 – Distribuição dos efetivos por grupo profissional

O índice de tecnicidade, que traduz percentualmente o número de efetivos cujas funções são eminentemente técnicas comparando-o com o número total de efetivos, é de 68,49% no sentido restrito (técnicos superiores), e de 78,57% no sentido lato (inclui os grupos profissionais de Informática e Dirigentes).

O índice de enquadramento, que determina o número de dirigentes por trabalhador é em 2014 de 5,04%, num rácio de 1 dirigente por 20 trabalhadores.

Trabalhadores por Género e Grupo profissional

Do total dos trabalhadores da FCT, 62% são do género feminino e 38% são do género masculino (Figura abaixo), verificando-se uma ligeira redução da diferença face a 2013, mas continuando a não existir paridade de género.



Figura 58 – Distribuição dos efetivos por género

Ao observarmos a distribuição de género por grupo profissional apresentada na Tabela seguinte, podemos referir que o género masculino predomina no grupo profissional de Assistentes Operacionais, existindo, nos outros grupos profissionais, predominância do género feminino ou paridade de género.

O grupo profissional que apresenta uma maior taxa de feminização é o dos Assistentes Técnicos (80%), logo seguido pelo Técnicos Superiores (60%).

Tabela 58 – Distribuição de efetivos por género e grupo profissional

Género	Dirigente	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informático	Total Geral
Feminino	7	97	36	2	6	148
Masculino	5	66	9	4	6	90
Total	12	163	45	6	12	238

Trabalhadores por Nível de Escolaridade

A habilitação detida pela maioria dos trabalhadores é a licenciatura, facto diretamente relacionado com o número de técnicos superiores existentes na FCT.

O índice de formação superior dos trabalhadores da FCT é de 73% (56% correspondem a licenciatura e o restante a Mestrado e Doutoramento).

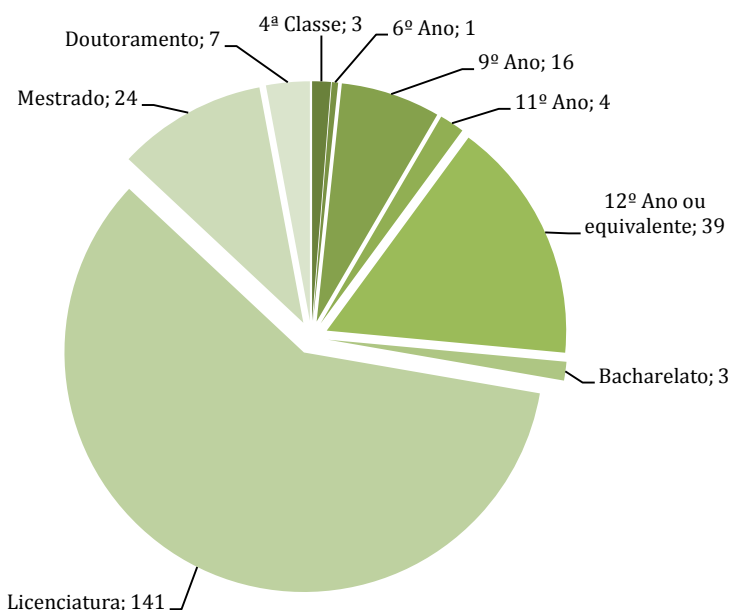


Figura 59 – Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade

Trabalhadores por Antiguidade

Em relação à antiguidade verificamos que a classe de antiguidade onde se concentram mais trabalhadores é a classe 5-9 anos (28%), logo seguida pela classe inferior a 5 anos e 15-19 anos (ambas com 16%) e que metade dos trabalhadores (50%) se concentra, em termos de antiguidade, até aos 14 anos de experiência.

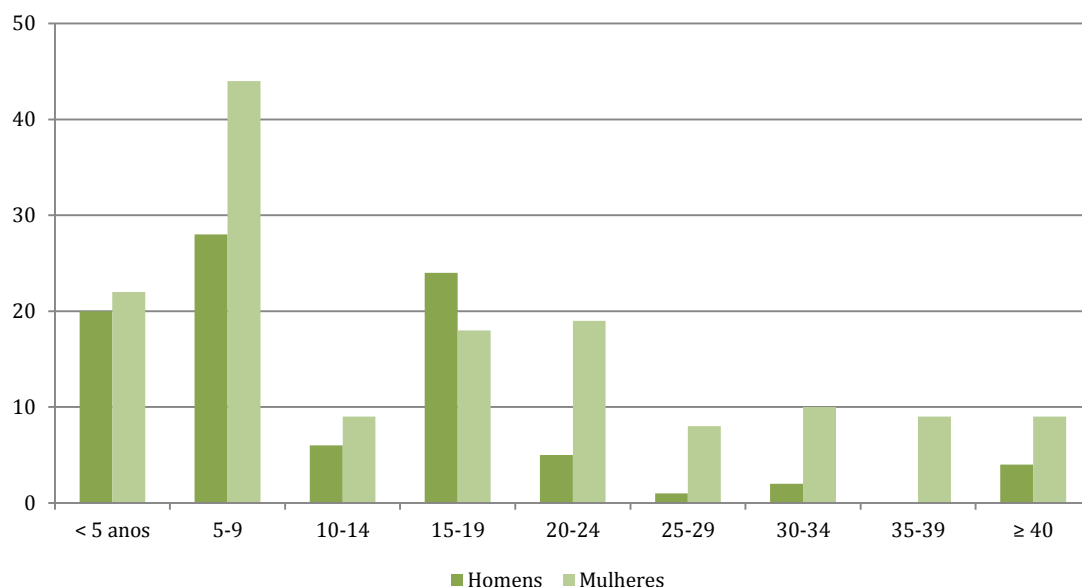


Figura 60 – Distribuição dos efetivos por antiguidade

Trabalhadores por Escalão Etário

A estrutura etária da organização demonstra que 61% dos trabalhadores se concentram entre os 35 e os 49 anos, apresentando depois um decréscimo gradual nos restantes escalões etários.

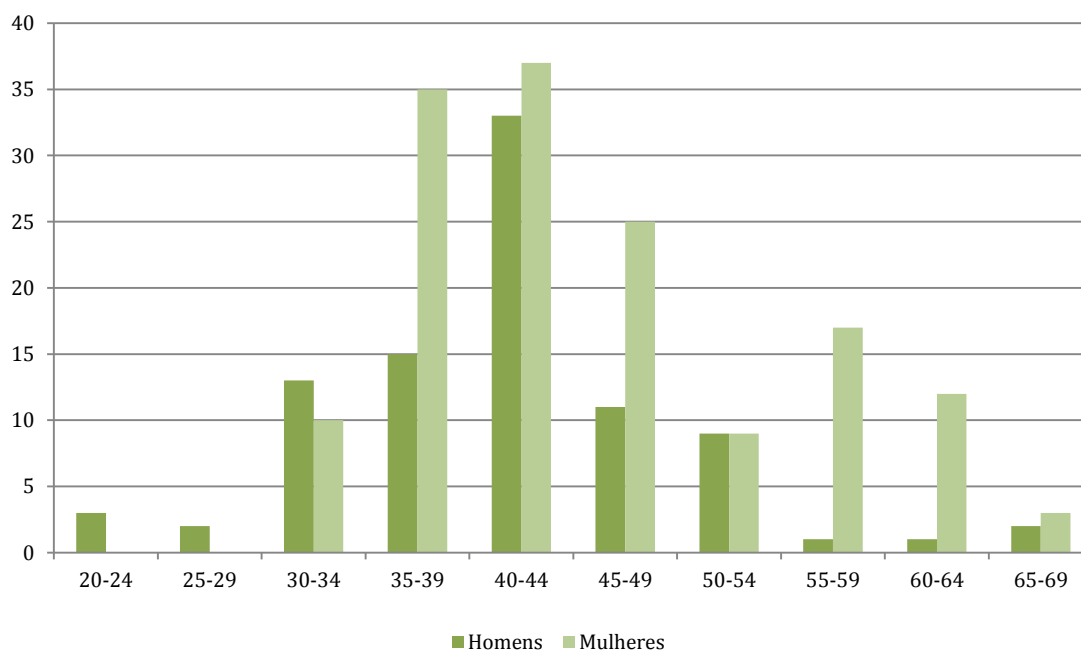


Figura 61 – Distribuição dos efetivos por escalão etário

A estrutura etária tem uma amplitude de 44 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais novo (24 anos) e o mais velho (68 anos), e uma média de idades de 44 anos. O leque etário é de 2,83 (número de vezes que a idade mais elevada compreende a idade mais baixa).

A taxa de envelhecimento, que tem como referência os efetivos com 55 anos ou mais é de 13,45%, mais baixa do que no ano de 2013 (15,23%), demonstrando um ligeiro rejuvenescimento da estrutura etária originada pela saída de trabalhadores por via da aposentação e pela integração dos novos trabalhadores.

Na Figura abaixo podemos analisar a distribuição dos efetivos com 55 anos ou mais por grupo profissional, que corresponde a 13% dos trabalhadores da FCT.

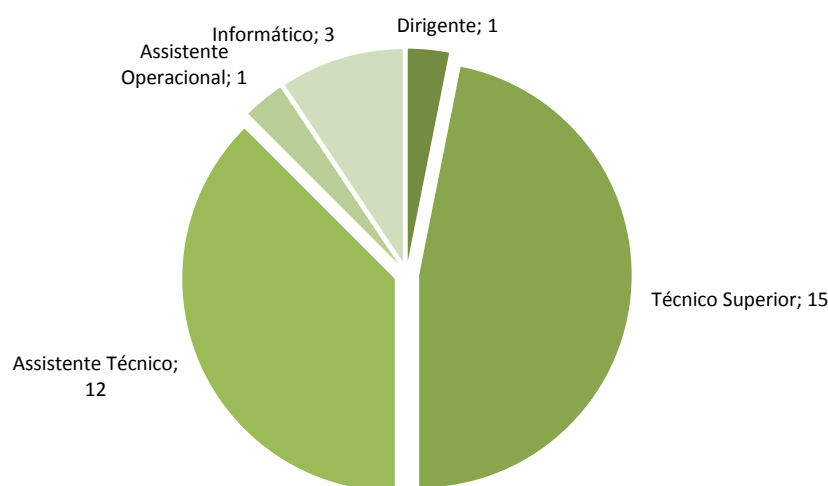


Figura 62 – Distribuição por grupo profissional dos efetivos com mais 55 anos

Mobilidade dos trabalhadores

Entradas

No ano de 2014 entraram 22 trabalhadores distribuídos pelos grupos profissionais mencionados na Tabela seguinte.

Tabela 59 - Entradas por grupo profissional

Carreira/categoria	Número de entradas
Dirigente	1
Técnico Superior	16
Assistente Técnico	3

Carreira/categoria	Número de entradas
Assistente Operacional	0
Informático	2

A carreira que ocorreram mais entradas foi a de Técnico Superior (72,7%), seguida pela de Assistente Técnico (13,6%).

Na Tabela abaixo podemos observar as entradas ocorridas, de acordo com o enquadramento legal, verificando que a maioria das entradas ocorreu por mobilidade interna procurando substituir trabalhadores que saíram também em mobilidade interna.

Tabela 60 - Entradas de acordo com o enquadramento legal

Origem	Número de entradas
Mobilidade interna	10
Regresso de licença sem remuneração	2
Início ou regresso de comissão de serviço	1
Procedimento concursal	4
Outras situações	5

Saídas

Em 2014 saíram da FCT 39 trabalhadores, distribuídos pelos grupos profissionais mencionados na Tabela seguinte.

Tabela 61 - Saídas por grupo profissional

Carreira/categoria	Número de saídas
Dirigente	2
Técnico Superior	29
Assistente Técnico	5
Assistente Operacional	1
Informático	1
Pessoal Investigação Científica	1

A carreira que registou maior número de saídas foi a dos Técnicos Superiores (74,4%), logo seguida pela dos Assistentes Técnicos (12,8%).

Tabela 62 – Saídas de acordo com o enquadramento legal

Origem	Número de saídas
Reforma/aposentação	8
Mobilidade interna	14
Outras situações	10
Rescisão por mútuo acordo	6
Caducidade de contrato a termo	1

Analisando agora as saídas de acordo com o enquadramento legal podemos aferir que o motivo pelo qual ocorreram mais saídas foi por mobilidade interna (14 saídas), logo seguido pelas outras situações onde se inclui as alterações de carreira/categoria e o início e o fim de comissão de serviço. Podemos também referir que algumas destas saídas classificadas como outras situações não representam saídas efetivas do organismo.

A taxa de reposição que considera no seu apuramento com o número de admissões e o número de saídas apresenta um valor de 0,56% o que quer dizer que as saídas não foram repostas.

10.2. Remunerações e Encargos com Pessoal

Em 2014 os encargos com pessoal cifraram-se nos 7.954.032 €, apresentando um aumento de 23% face ao valor apurado no ano de 2013. Este aumento é, no entanto, explicado pela integração ocorrida em outubro de 2013 da ex-FCCN, representando 2014 o primeiro ano completo de remunerações e encargos da entidade após a integração.

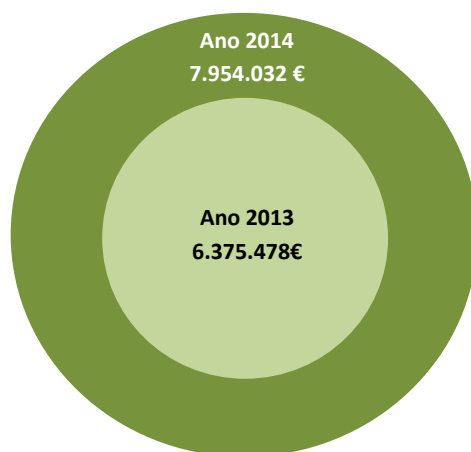


Figura 63 – Evolução dos encargos totais por ano

Tipo de encargos

Analisando o tipo de encargos com pessoal podemos observar na Tabela seguinte a sua distribuição por tipologia. Para esta análise é importante realçar, tal como já referido anteriormente, que 2014 é o primeiro ano completo com repercussões da integração da FCCN ocorrida em outubro de 2013, pelo que alguns dos incrementos dos valores justificam-se por essa situação.

Tabela 63 – Encargos por tipo

Total de encargos	Valor 2013 (em €)	Valor 2014 (em €)	Variação Real (2013 vs 2014)	Variação Real % (2013 vs 2014)
Remuneração base	4.919.316,24 €	5.854.822,43 €	935.506,19 €	19%
Suplementos remuneratórios	75.924,40 €	105.856,30 €	29.931,90 €	39%
Prémios de desempenho	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
Prestações sociais	229.904,81 €	287.285,57 €	57.380,76 €	25%
Benefícios sociais	24.245,76 €	26.449,92 €	2.204,16 €	9%
Encargos da entidade	1.127.745,05 €	1.679.617,83 €	551.872,78 €	49%
Total	6.377.136,26 €	7.954.032,05 €	1.576.895,79 €	25%
N.º de trabalhadores	256	238	-18	-7%

A remuneração base absorve a maioria dos encargos com pessoal (73,6%) logo seguido pelos encargos da entidade empregadora (21,1%). Face a 2013 estes encargos tiveram uma variação de 19% e de 49% respetivamente.

O aumento no pagamento de suplementos remuneratórios (39% face a 2013) deve-se essencialmente a um aumento dos encargos com trabalho extraordinário, o que significa que houve um aumento de trabalho extraordinário realizado.

As prestações sociais apresentam também um aumento (25%) face ao ano anterior resultante do aumento dos encargos com o subsídio de refeição.

A remuneração média do universo masculino encontra-se acima da média da remuneração global dos efetivos e é superior à do universo feminino (Tabela abaixo).

O leque salarial é de 4,01 sendo esse o valor que representa o número de vezes que a remuneração mais alta (3.210 €) compreende a remuneração mais baixa (800 €). Na análise destes dados foram expurgados os extremos (5%) para que o resultado não seja enviesado pela dispersão dos dados.

Tabela 64 – Remuneração base média dos efetivos

Género	Média de Remuneração	Número de Trabalhadores
Feminino	1.582 €	148
Masculino	2.126 €	90
Total geral	1.788 €	238

Trabalho extraordinário

Durante o ano de 2014, os trabalhadores da FCT realizaram 1244,30 horas em dias de descanso semanal complementar, obrigatório e feriados e 4477,30 horas em dias úteis.

Como podemos observar o trabalho em dias úteis é o que apresenta uma maior incidência (78%). Também podemos constatar que o género masculino prevalece no número de horas efetuadas com exceção do trabalho realizado em dias feriados em que os valores são diminutos face ao total de horas e em dias de descanso obrigatório em que o género feminino sobressai.

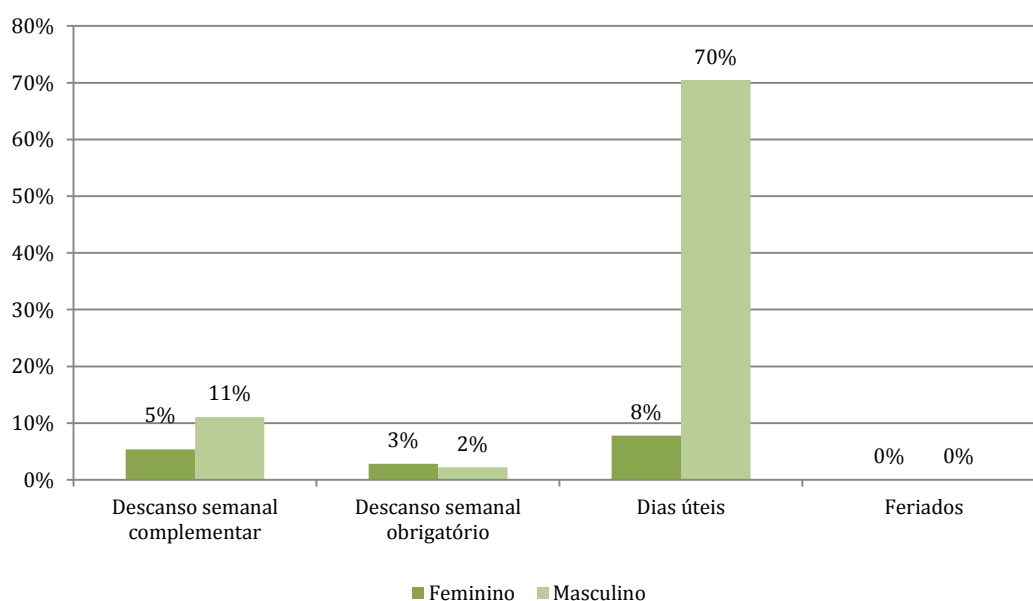


Figura 64 – Distribuição do trabalho extraordinário por tipologia e género

Observando agora a Figura abaixo que retrata a distribuição do trabalho extraordinário por grupo profissional podemos aferir que o número de horas realizado é superior no grupo profissional de Assistente Operacional seguido pelo grupo de Assistente Técnico e por fim o grupo de Técnico Superior (50%, 16% e 14%), contudo, ao efetuarmos a análise considerando o peso relativo do grupo profissional face ao total de efetivos, verifica-se que o grupo dos Assistentes Operacionais é o que mais trabalho extraordinário efetua e o grupo dos Técnicos Superiores o que menos trabalho extraordinário efetua.

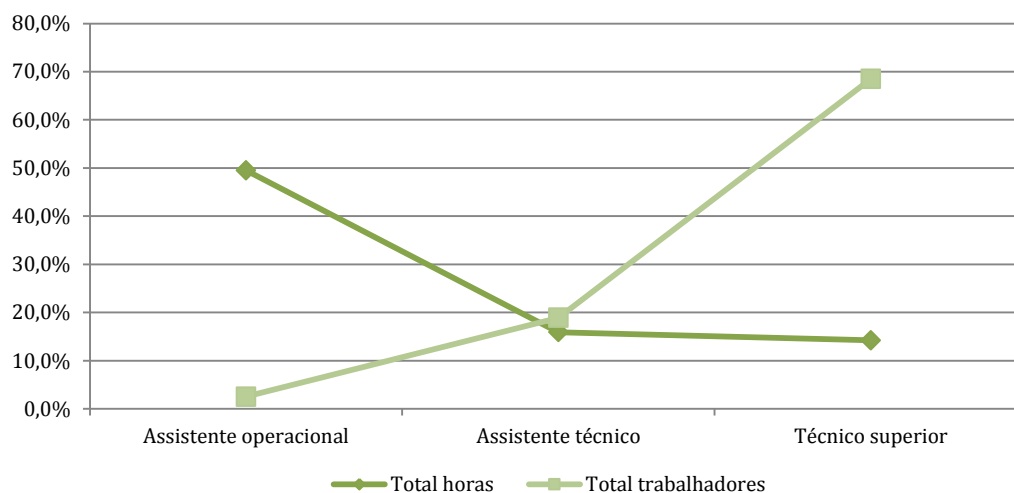


Figura 65 – Distribuição do trabalho extraordinário por grupo profissional

10.3. Formação

Formação planeada/realizada

A taxa de execução da formação profissional apresenta em 2014 um valor de 71% valor inferior ao de 2013 (77%). Como podemos observar na Figura abaixo o número de ações planeadas/executadas diminuiu face aos anos anteriores, no entanto esta situação deve-se a uma alteração do paradigma da organização da formação na FCT, tendo em 2014 aumentado a oferta de formação planeada/realizada suas instalações destinada aos seus trabalhadores e diminuído a participação em ações de formação externa em que a abrangência de trabalhadores é sempre menor.

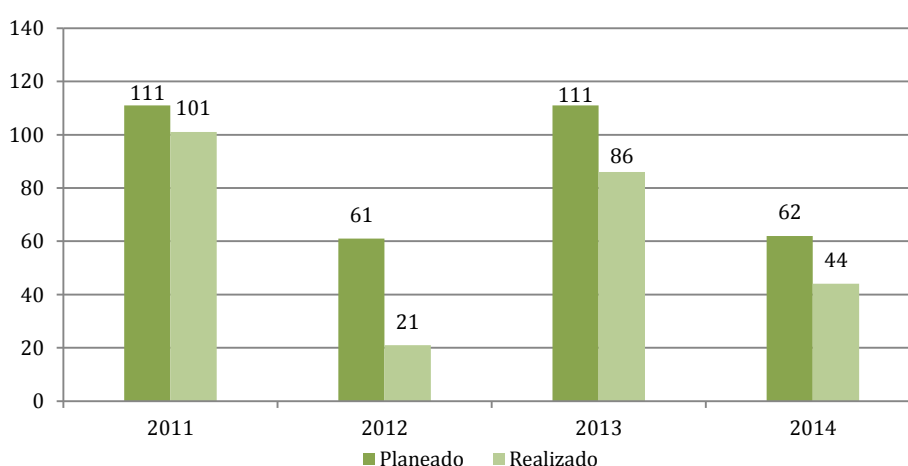


Figura 66 – Evolução da execução da formação profissional

Balanço da formação profissional

Em 2014 registaram-se 229 participações de trabalhadores em ações de formação num total de 5548,30 horas de formação. Estes valores representam um incremento significativo da formação profissional consequência da alteração de paradigma referida anteriormente.

Tabela 65 – Formação profissional

Formação Profissional	2011	2012	2013	2014
N.º de participações	110	21	102	229
N.º de formandos	101	18	92	145
N.º de horas	12233	869	2672	5548,3

Frequência de formação por ano e grupo profissional

No global, em 2014, foram abrangidos por formação profissional 61% dos trabalhadores da FCT. O grupo profissional que apresenta uma abrangência mais elevada é o dos Técnicos Superiores (68%) logo seguido pelo dos Informáticos (58%). Se compararmos a média de horas frequentadas pelos trabalhadores verificamos que o grupo dos Dirigentes se destaca, situação explicada pela duração da formação obrigatória frequentada.

Tabela 66 – Frequência de formação profissional por grupo profissional

Cargo/carreira	N.º de trabalhadores (Balanço Social 2014)	Trabalhadores que frequentaram Formação em	N.º de horas de Formação frequentadas	Média Horas/Trabalhadores (N.º de horas)	(%) de trabalhadores abrangidos
Dirigente	12	6	274	46	50%
Tecnico Superior	163	111	4473,3	40	68%
Assistente Técnico	45	20	563	28	44%
Assistente Operacional	6	1	25	0	17%
Informática	12	7	213	30	58%
Total	238	145	5548,3	38	61%

Indicadores de formação profissional

Avaliando o volume de formação de 2014 face a 2013 verificamos um aumento, o que é justificado face aos dados analisados anteriormente.

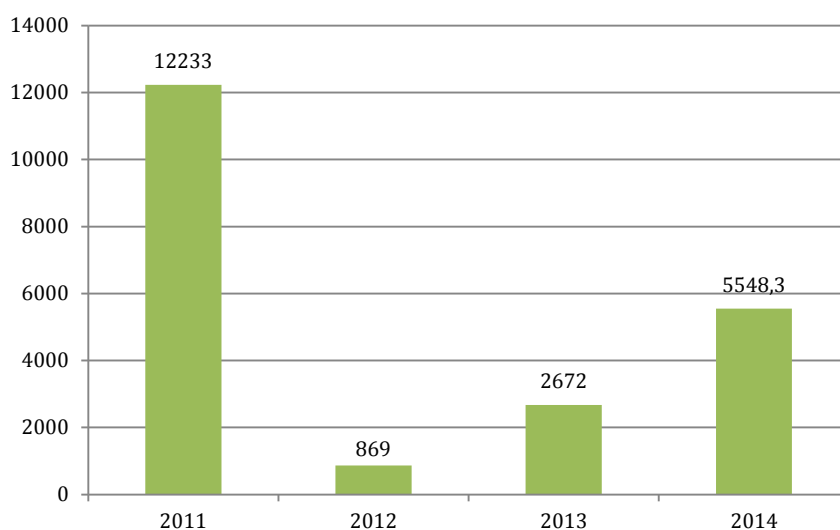


Figura 67 – Volume de formação profissional

A Taxa de investimento em formação profissional, que representa o peso das despesas com formação face ao total dos encargos com pessoal, apresenta em 2014 um valor de 0,70% registando um aumento de 0,30% face a 2013 (0,40%).

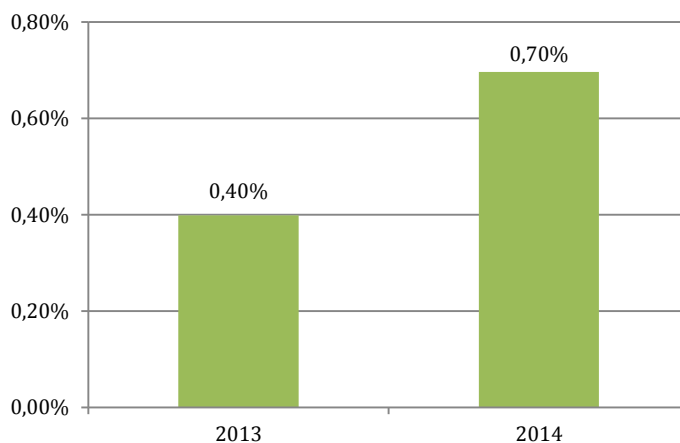


Figura 68 – Taxa de investimento em formação profissional

10.4. Tempo de trabalho

Analisando a modalidade de horários de trabalho praticados na FCT, podemos observar na Figura seguinte que o horário de trabalho predominante é o Horário Flexível (75%), logo seguido da Jornada Contínua (18%).

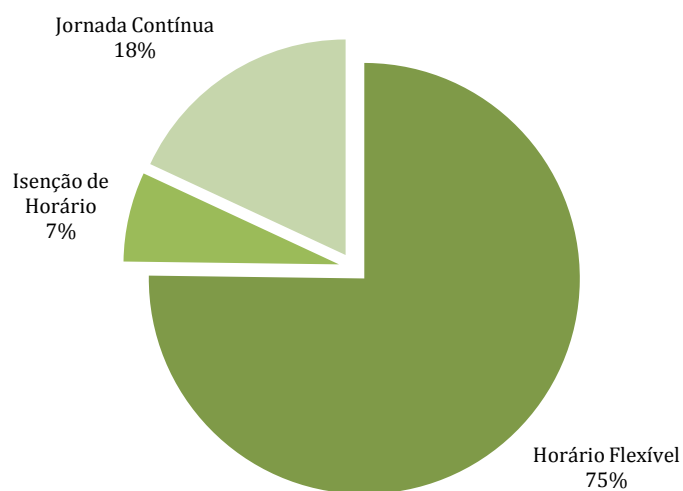


Figura 69 – Horários de trabalho praticados

Caraterização do absentismo

Em 2014 registou-se um total de 3589,5 dias de ausência dos trabalhadores, o que equivale a um número médio mensal de 299 dias de ausência, a 15 dias de ausência por trabalhador e uma taxa de absentismo de 6%, representando um custo teórico de 333.228 €.

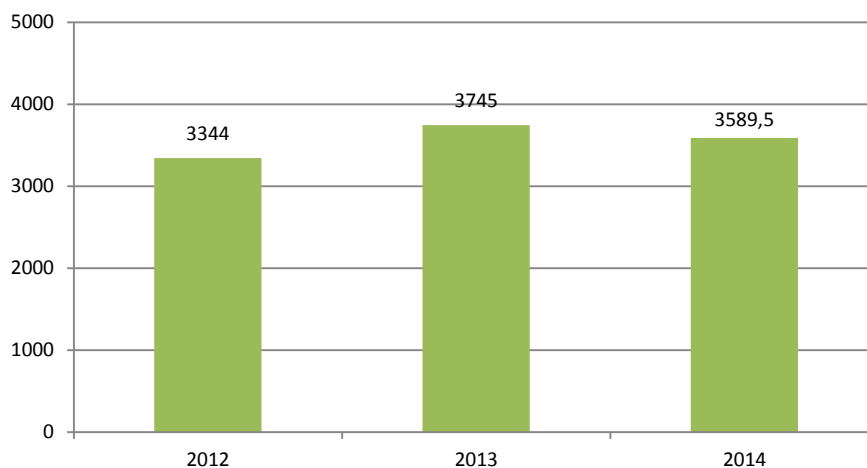


Figura 70 – Total de ausências entre 2012 e 2014

Tabela 63 – Dados Absentismo

Indicadores	2012	2013	2014
Taxa de Absentismo	6%	6%	6%
Ausências em dias / trabalhador	16,23	14,63	15,08
Custo teórico do absentismo	234.043 €	259.073 €	333.228 €

Analisando o absentismo por tipo de ausência concluímos que a doença e a proteção na parentalidade são responsáveis por 74% das ausências registadas em 2014, logo seguidas por outras faltas (12%). Ao avaliarmos as ausências por género verificamos que o género feminino é responsável por 84% das ausências face a 16% do género masculino. Verifica-se assim, face a 2013, uma ligeira inversão das ausências do género feminino para o género masculino (4%). A parentalidade e a predominância do género feminino no total de efetivos continuam a ter uma forte influência na discrepância existente entre géneros no que concerne ao absentismo.

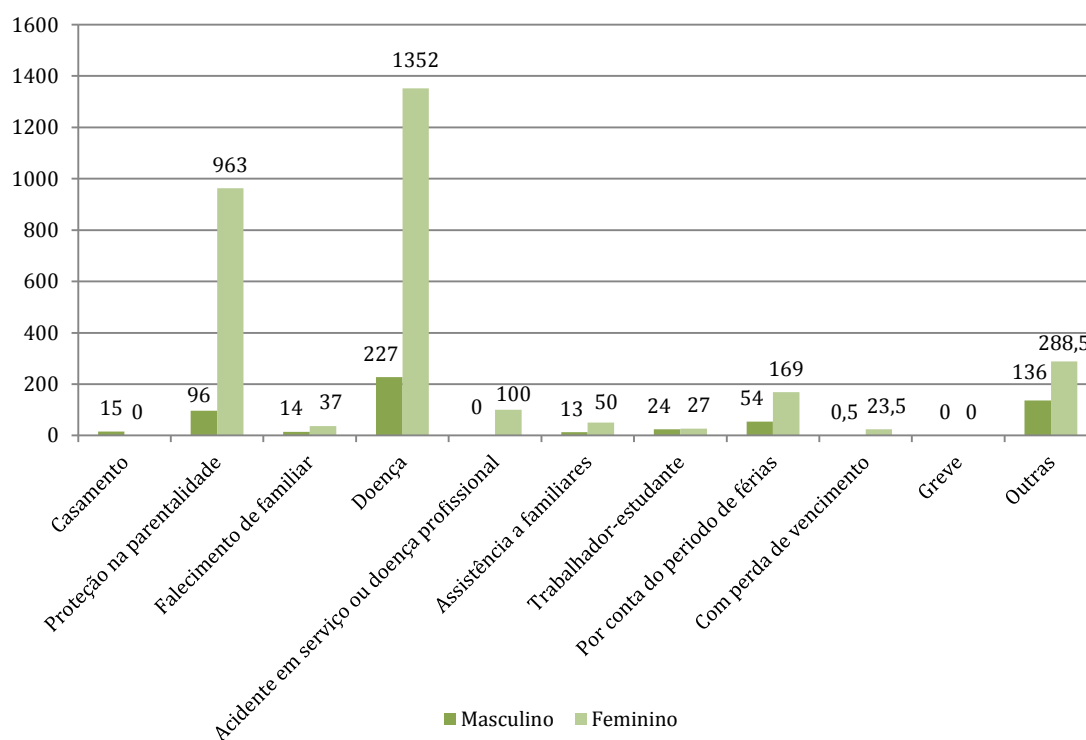


Figura 71 – Absentismo por tipo e género

10.5. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

No âmbito da medicina no trabalho foram abrangidos por exames de medicina no trabalho 35 trabalhadores o que representa uma taxa de cobertura de 15%.

Tabela 64 – Dados Medicina no Trabalho

Indicadores	2013	2014
N.º de exames de medicina no trabalho	19	35
N.º de trabalhadores	256	238
Taxa de cobertura	7%	15%

Em 2014 registaram-se cinco acidentes de trabalho, um dos quais no local de trabalho e os restantes “*in itinere*”, tendo-se traduzido em 77 dias de trabalho perdidos referentes a esses acidentes, aos quais acrescem mais 18 dias de trabalho perdido resultantes de acidente de trabalho ocorrido no ano de 2013, totalizando assim 95 dias de trabalho perdido em 2014.

Tabela 65 – Dados Acidentes de Trabalho

	2013	2014
N.º total de Acidentes de trabalho	3	5
N.º de Acidentes de Trabalho com baixa	3	3
N.º de dias perdidos por acidentes ocorridos no próprio ano	171	77
N.º de dias perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	0	18
Total de dias de trabalho perdidos por Acidente de Trabalho	171	95

Com base nos dados de classificação qualitativa dos índices de Sinistralidade de acordo com a OMS a FCT classifica-se no parâmetro Muito Bom (Índice de Frequência <a 20 e índice de gravidade <a 0,5).

Tabela 66 – Indicadores de Sinistralidade

Indicadores	2013	2014
Índice de Incidência	11,71	21,01
Índice de Frequência	6,59	11,07
Índice de Gravidade	0,38	0,21

Os acidentes de trabalho ocorridos representaram para a organização um custo direto de 4.088,19€. Deste valor 73% representam encargos com remunerações pagas nos dias de trabalho perdidos por situação de acidente e 27% despesas de saúde reembolsadas aos trabalhadores.

Tabela 67 – Custos com Acidentes de Trabalho

Custos Diretos com Acidentes de Trabalho 2014	
Despesas de saúde reembolsadas aos trabalhadores	1.119 €
Encargos com remunerações dos trabalhadores sinistrados	2.969 €
Total dos custos diretos com Acidentes de Trabalho	4.088 €

PARTE III – AVALIAÇÃO FINAL

Mantêm-se para 2015 os Objetivos Estratégicos definidos no presente ciclo de governação. Uma vez lançados os instrumentos indispensáveis para a concretização dos objetivos definidos, quer 2014 quer 2015 caracterizam-se pela consolidação do Sistema Nacional de Investigação e Inovação assegurando a continuidade dos programas e melhorando a sua operacionalização, nomeadamente com o desenvolvimento de novas plataformas tecnológicas e novos procedimentos com o objetivo de possibilitar uma maior e mais ágil aproximação da comunidade científica à FCT.

Os programas e concursos a lançar pela FCT em 2015 deverão entroncar já nas estratégias nacionais e regionais de especialização inteligente definidas na ENEI, um documento crucial para o financiamento público no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020, que define as prioridades de investimento em investigação e inovação até 2020.

O Quadro de Avaliação e Responsabilização, QUAR 2015, espelha nos respetivos Objetivos Operacionais a política prosseguida: consolidação e/ou reforço da formação avançada, dos projetos de investigação, da captação de empresas para o Sistema, do reforço das instituições e da cooperação internacional, da melhoria de procedimentos e de ferramentas tecnológicas.

